



Filipe Augusto Silveira de Souza

**Carreiras com fronteiras:
reconstruindo trajetórias de trabalhadoras das
classes populares**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração de Empresas.

Orientadora: Profa. Ana Heloísa da Costa Lemos

Rio de Janeiro
Maio de 2018



Filipe Augusto Silveira de Souza

**Carreiras com fronteiras: reconstruindo
trajetórias de trabalhadoras das classes populares**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Ana Heloísa da Costa Lemos

Orientadora
Departamento de Administração – PUC-Rio

Profa. Alessandra de Sá Mello da Costa

Departamento de Administração – PUC-Rio

Profa. Andrea Poleto Oltramari

UFRGS

Prof. Sidinei Rocha de Oliveira

UFRGS

Profa. Sandra Regina da Rocha Pinto

Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Coordenador Setorial do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem aprovação do autor, da orientadora ou da universidade.

Filipe Augusto Silveira de Souza

Graduado em Direito pela UERJ e mestre em Administração de Empresas pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Souza, Filipe Augusto Silveira de

Carreiras com fronteiras : reconstruindo trajetórias de trabalhadoras das classes populares / Filipe Augusto Silveira de Souza ; orientadora: Ana Heloisa da Costa Lemos. – 2018.

316 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2018.

Inclui bibliografia

1. Administração – Teses. 2. Bourdieu. 3. Carreiras sem fronteiras. 4. Terceirização. 5. Reconhecimento social. 6. Teoria crítica. I. Lemos, Ana Heloisa da Costa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD: 658

Para minha esposa Gisele, parceira incansável
na viabilização deste projeto.

Agradecimentos

À minha orientadora professora Ana Heloisa pelos conhecimentos e experiência transmitidos. Agradeço também pela sua assertividade, item raro em alguns dos meus momentos de devaneio, sem a qual eu poderia ter trilhado caminhos mais penosos e menos proveitosos.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não teria como se viabilizar.

Aos meus pais pelos valores transmitidos, fundamentais para a construção da visão de mundo subjacente ao delineamento desta pesquisa.

Ao professor Frederich Vandenberghe, sem cujos ensinamentos não teria sido possível estruturar o arcabouço teórico adotado nesta pesquisa.

Aos professores membros da banca examinadora que colaboraram para o resultado final da dissertação, com ricas contribuições.

A todos do departamento de Administração, professores e funcionários, fundamentais tanto nos ensinamentos como em toda sorte de ajuda.

À minha esposa pela parceria, amor e compreensão.

Resumo

Souza, Filipe Augusto Silveira de; Lemos, Ana Heloisa da Costa. **Carreiras com fronteiras: reconstruindo trajetórias de trabalhadoras das classes populares**. Rio de Janeiro, 2018. 316 p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo central desta pesquisa foi compreender a influência dos múltiplos contextos e da agência sobre a construção das carreiras de trabalhadoras das classes populares, especificamente as que atuam em serviços terceirizados de limpeza. A abordagem neobourdieusiana proposta assumiu como ponto de partida e influência central o arcabouço conceitual proposto pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza (2012a, 2009, 2012b), cujo intuito declarado foi desvelar o ancoramento institucional das ideias subjacentes à persistente desigualdade social no Brasil. Objetivou-se, igualmente, atender às demandas, recorrentes no âmbito do campo de estudos de carreira, pela realização de pesquisas voltadas às trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes populares (GUEST; STURGES, 2007; THOMAS, 1989; WALTON; MALLON, 2004). A relevância atribuída às influências contextuais sobre as carreiras individuais resultou na aproximação dos contornos teóricos propostos por Bourdieu (1990) com elementos da sociologia psicológica de Bernard Lahire (2002, 2016); com vistas a caminhar para além das cercanias de uma abordagem disposicionalista, optou-se por contemplar a dimensão reflexiva da atividade humana a partir do conceito de conversações internas, introduzido pelo pragmatismo norte-americano e retomado pela socióloga britânica Margareth Archer (2003, 2007). Ao fim e ao cabo, acredita-se que os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de relativização das teses em favor da crescente individualização (BECK, 1997, 2010; GIDDENS, 1997, 2002; DUBAR, 2010) e destradicionalização experimentadas na alta modernidade (GIDDENS, 1991). Contrapõe-se, assim, à tendência dominante de homogeneização, a partir de um processo abstrato de generalização, das condições de possibilidade dos estratos superiores para o conjunto da população (MATTOS, 2006), dissociada de uma análise contextualizada das múltiplas condicionantes sociais e simbólicas. A priorização

do foco das novas carreiras, sobretudo as ‘carreiras sem fronteiras’, em trajetórias profissionais em áreas de atividade econômica específicas, com destaque para os setores criativos e intensivos em tecnologia, e sua universalização para toda e qualquer trajetória ocupacional é assumido aqui como um caso concreto desta tendência. Na visão de alguns autores (ROPER; GANESH; INKSON, 2012), essa representação voluntarista de carreira flerta com a ideologia neoliberal, legitimando, assim, a transferência de responsabilidades e riscos do empregador para o empregado. Todavia, a aproximação de casos concretos, a exemplo das histórias de vida das interlocutoras desta pesquisa, é capaz de revelar uma realidade dissonante de tais pressupostos. A abordagem multicontextual e multinível adotada nesta tese permitiu que se verificassem a existência de múltiplas fronteiras interpostas ao longo das narrativas das interlocutoras, segmentadas em múltiplas trajetórias – familiar, social, de lazer, habitacional, educacional, profissional, moral e religiosa. Pôde-se observar a influência exercida pelos múltiplos contextos sobre a construção de um *habitus* precário, correspondente à posse de baixos volumes de capital familiar, social, cultural e econômico, e a níveis limitados de reflexividade – *bounded agency* (MACDONALD; MARSH, 2005; SCHOON; PETER; ROSS, 2012) –, com impactos sobre a inserção e o desenvolvimento das carreiras dessas mulheres em posições subalternas no mercado de trabalho.

Palavras-chave

Bourdieu; Carreiras sem Fronteiras; Terceirização; Reconhecimento Social; Teoria Crítica

Abstract

Souza, Filipe Augusto Silveira de; Lemos, Ana Heloisa da Costa (Advisor). **Bounded careers: reconstructing working-class careers**. Rio de Janeiro, 2018. 316 p. Tese de Doutorado – Departamento de Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of this research is to understand the influence of multiple contexts and the agency about the construction of the working class individuals' careers, specifically those working in outsourced cleaning services. The proposed neobourdieusian approach took as a starting point and central influence the conceptual framework proposed by the Brazilian sociologist Jessé Souza (2012a, 2009, 2012b), whose declared intention was to unveil the institutional anchoring of the ideas underlying the persistent social inequality in Brazil. It was also intended to meet the recurrent demands in the field of career studies, for the realization of research focused on the careers of working class individuals (GUEST; STURGES, 2007; THOMAS, 1989; WALTON MALLON, 2004). The relevance attributed to contextual influences on careers resulted in the approximation of the theoretical framework proposed by Bourdieu (1990) with elements of Bernard Lahire's psychological sociology (2002, 2016); in order to go beyond a "*disposicionalist*" approach, this research contemplated reflexivity from the concept of internal conversations, introduced by American pragmatism and taken up by British sociologist Margaret Archer (2003, 2007). It is believed that the results of this research point to the need to relativize theses in favor of increasing individualization (BECK, 1997, 2010; GIDDENS, 1997, 2002; DUBAR, 2010) and "*distraditionalization*" experienced in high modernity (GIDDENS, 1991). It represents a counterpoint to the dominant trend of homogenizing the conditions of possibility of the upper strata for the whole of the population (MATTO, 2006), thus, undervaluing the multiple social and symbolic constraints. The prioritization of the focus of the new careers, especially the 'boundaryless careers', on specific economic sectors, with prominence for the creative and intensive sectors in technology, and the universalization of findings for all occupational trajectories is assumed here as a concrete case of this trend. According to some authors (ROPER; GANESH INKSON, 2012), this voluntarist view of career flirts with neoliberal ideology, thus legitimizing the transfer of

employers' responsibilities and risks to the employees. However, concrete cases such as the life stories of the respondents in this research reveal a dissonant reality of the assumptions usually portrayed in the research associated with the new careers. The multi-contextual and multilevel approach adopted in this thesis revealed the existence of multiple boundaries interposed throughout the life stories of the respondents, which were segmented in multiple trajectories – family, social, leisure, housing, educational, professional, moral and religious. As a result, it was observed the decisive influence exerted by multiple contexts on the construction of a precarious habitus, corresponding to the possession of low volumes of family, social, cultural and economic capital, and at limited levels of reflexivity – bounded agency (MACDONALD; MARSH, 2005; SCHOON; PETER ROSS, 2012) –, which conditions the insertion and development of these women's careers in subordinated positions in the labor market.

.

Keywords

Bourdieu; Boundaryless Career; Outourcing; Social Recognition; Critical Theory

Sumário

1	Introdução.....	14
1.1	Contextualização do problema.....	14
1.2	Perspectiva de análise	21
1.3	Objetivos de pesquisa	24
1.4	Relevância do estudo	25
1.5	Delimitações do estudo	27
2	Referencial teórico	29
2.1	Carreiras: considerações iniciais.....	29
2.1.1	Carreiras: múltiplas perspectivas.....	34
2.1.1.1	Perspectiva vocacional.....	36
2.1.1.2	Perspectiva desenvolvimentista	40
2.1.1.3	Perspectiva sociológica.....	43
2.1.1.4	Teorias contemporâneas de carreira.....	50
2.2	Teoria da prática, carreiras e classe social	65
2.2.1	Teoria da prática: considerações iniciais	67
2.2.1.1	A noção de campo como espaço de diferenças.....	69
2.2.1.2	A multidimensionalidade da noção de capital	73
2.2.1.3	<i>Habitus</i> : história incorporada	78
2.2.1.4	Críticas	82
2.2.2	Praxeologia bourdieusiana e carreiras	85
2.2.2.1	Classe social e virada cultural.....	91
2.2.2.2	Classe social ontem e hoje	91
2.2.2.3	A construção sociossimbólica das classes	95
2.3	Carreiras e classe social no cenário nacional.....	101
2.4	Reestruturação dos sistemas de produção e do emprego	104
2.4.1	Inserção combinada e desigual: o caso brasileiro.....	111
2.4.2	A nova morfologia do trabalho no Brasil	117
2.4.2.1	Diferenciação da condição popular: o papel da moral e do afeto	118
2.4.3	Precarização em marcha	120
2.4.3.1	A epidemia da terceirização.....	124
2.4.3.2	Invisibilidade social e subalternidade nos serviços terceirizados de limpeza.....	129
2.5	Teoria neobourdieusiana e carreiras	136
2.5.1	Modernidade periférica, precariedade e (não) reconhecimento	137
2.5.2	Modernidade ocidental, moralidade e poder	143
2.5.2.1	Para além de Bourdieu: integrando moralidade e poder.....	143
2.5.2.2	A gênese do ideal moderno do <i>self</i> pontual	146

2.5.2.3	<i>Habitus</i> trifásico e fontes morais	149
2.5.3	Múltiplas lógicas de ação: as limitações do <i>habitus</i> monolítico ...	151
2.5.3.1	<i>Habitus</i> reflexivo	154
2.5.3.2	Críticas à abordagem disposicionalista de Lahire.....	156
2.5.4	Para além das cercanias do <i>habitus</i> : conversações internas, reflexividade e intersubjetividade	157
2.5.5	Reconhecimento social e trabalho	161
3	Metodologia	165
3.1	Introdução	165
3.2	Realismo crítico: considerações iniciais	168
3.2.1	Realismo crítico: estratificação, emergência e causalidade.....	169
3.3	História de vida: considerações gerais.....	171
3.3.1	Condições históricas de emergência.....	173
3.3.2	Fronteiras disciplinares e múltiplas perspectivas	174
3.3.3	História de vida e os estudos organizacionais	175
3.4	Seleção dos informantes	178
3.5	Coleta e análise de informações.....	182
3.6	Limitações do método.....	189
4	Análise dos resultados.....	190
4.1	Introdução	190
4.2	Trajetória familiar: desestruturação, privação e imobilidade	196
4.3	Trajetória social: redes concêntricas e imobilidade	210
4.4	Trajetórias habitacionais: nomadismo local e agência	216
4.5	Trajetória educacional: fronteiras sociais, simbólicas e morais.....	222
4.6	Trajetória profissional: “escolha” individual?	232
4.6.1	Estrutura de oportunidades, reestruturação macroeconômica e carreira	239
4.6.2	Relacionamento intersubjetivo ou distanciamento interpessoal?.....	242
4.6.3	O significado do trabalho	254
4.7	Trajetória moral: posição social e ideologia do desempenho	258
4.8	Trajetória religiosa: precariedade e exercício da fé	265
4.9	Projetos e sonhos: objetividade e tradicionalismo	269
4.10	Costurando retalhos e unindo pontos.....	272
5	Conclusão.....	277
6	Referências bibliográficas	283
7	Anexo	312

Lista de quadros

Quadro 1 – Teoria crítica do reconhecimento: quadro sumário	163
Quadro 2 – História de vida: múltiplas possibilidades	174
Quadro 3 – Descrição das entrevistadas	180
Quadro 4 – Análise das narrativas: processo de codificação.....	188
Quadro 5 – A trajetória familiar de Monique: <i>habitus</i> precário em (re)produção.....	203
Quadro 6 – Tipologia das carreiras habitacionais	218
Quadro 7 – Do sertão nordestino para a zona sul carioca: a saga de Nazaré	219
Quadro 8 – Subindo e descendo a ladeira: a trajetória de Alessandra.....	220
Quadro 9 – Evasão escolar: dinâmicas heterogêneas	226
Quadro 10 – A precariedade como razão do improvável: escola e “miséria” familiar.....	228
Quadro 11 – Insegura, precária, não linear e caótica, sim; sem fronteiras, jamais!.....	235
Quadro 12 – Sumário da análise dos resultados	275

Lista de tabelas

Tabela 1 – Elementos do modelo SCF	89
Tabela 2 – Classes latentes, volume e estrutura de capital	98
Tabela 3 – Participação relativa dos setores de atividade no PIB	112
Tabela 4 – Evolução da distribuição relativa da estrutura ocupacional no Brasil.....	116
Tabela 5 – Evolução do saldo líquido médio anual decenal das ocupações geradas por faixa salarial (em mil)	120
Tabela 6 – Saldo líquido de ocupações geradas segundo a posição profissional (em milhões)	121
Tabela 7 – Geração de postos de trabalho por ocupação, 2004 a 2017 (em mil)	123
Tabela 8 – Condições sociais de origem	201

INTRODUÇÃO

1.1

Contextualização do problema

Os estudos de carreira, enquanto campo especializado do conhecimento, são relativamente recentes (SULLIVAN, 1999), tendo suas origens associadas aos crescentes níveis de urbanização e industrialização verificados na Europa no decorrer do século XIX. No âmbito dos estudos organizacionais e da gestão, sua gênese remonta às pesquisas desenvolvidas em meados da década de 1970 no Instituto Tecnológico de Massachusetts (em inglês, MIT), que resultaram, entre outros aspectos, na publicação das obras seminais de Hall (1976), Schein (1978) e Van Maanen (1977).

Diversamente das perspectivas vocacional (HOLLAND, 1959; SAVICKAS, 2007) e desenvolvimentista de carreira (SUPER, 1957, 1992), a abordagem organizacional baseou-se, inicialmente, em uma perspectiva interdisciplinar de análise (MOORE; GUNZ; HALL, 2007). As raízes do pensamento subjacente a essa abordagem podem ser encontradas em perspectivas tanto psicológicas quanto sociológicas, destacando-se, nestas últimas, a influência da tradição de pensamento iniciada pelos sociólogos da Escola de Chicago, sob a liderança de Everett Hughes.

O esforço interdisciplinar rendeu, em seu início, uma perspectiva analítica pautada na multidimensionalidade do conceito de carreira, que enfatiza suas dimensões subjetiva e objetiva (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989). Localizadas na “interseção entre a história social e a biografia individual” (GRANDJEAN, 1981, p. 1057), as carreiras emergem como um suporte privilegiado para a compreensão da relação entre indivíduo, organização e sociedade (VAN MAANEN; SCHEIN, 1977).

No período compreendido entre a década de 1970 e meados da década de 1990, os estudos de carreira caracterizaram-se pela ênfase nas carreiras organizacionais ou burocráticas, associadas a um contexto espaço-temporal no qual corporações hierarquicamente estruturadas exerciam dominância em um

ambiente socioeconômico estável (ARTHUR, 1994; MILES; SNOW, 1996). O relacionamento de longo prazo entre firmas e trabalhadores refletia um contrato psicológico no qual estabilidade e oportunidades de carreira eram ofertadas em troca da lealdade dos trabalhadores (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; MIRVIS; HALL, 1996). Contudo, a partir de meados dos anos 1990 foram propostas novas modalidades de carreira, com destaque para as carreiras sem fronteiras (*boundaryless careers*), caracterizadas por representarem, potencialmente, uma trajetória multidirecional (BARUCH, 2004) e perpassarem múltiplas organizações (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). O movimento de deslocamento das carreiras organizacionais em favor de novas modalidades correspondeu a uma sobrevalorização da dimensão subjetiva de análise, especialmente do poder de agência (ARTHUR, 1994; BARUCK, 2004, 2006; HALL, 1996; SULLIVAN; ARTHUR, 2006; TAM; ARTHUR, 2010; BARUCH; REIS, 2016); caracterizou-se igualmente pela adoção de um viés de análise marcado por uma leitura otimista diante de uma suposta *nova era organizacional* (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). Essa leitura traz em seu bojo o entendimento de que os trabalhadores não deveriam, no cenário contemporâneo, pautar seu sucesso profissional por indicadores tradicionais como remuneração e *status* profissional, e sim pela valorização tanto de critérios subjetivos de sucesso (valores expressivos, liberdade e direito de escolha) quanto das capacidades de autodeterminação e relacionais (HALL, 2004).

Ainda que as novas perspectivas de carreira reforcem a necessidade de ampliação do foco de análise das pesquisas no campo, tradicionalmente restrito às carreiras gerenciais, profissionais e hierárquicas (ARTHUR, 1994; ARTHUR; ROUSSEAU, 1996), uma análise do desenvolvimento do campo aponta para a reprodução de um escopo limitado de análise (PRASAD; D'ABATE; PRASAD, 2007; THOMAS, 1989), destacando-se que “a maioria dos acadêmicos tem focado as carreiras tradicionalmente hierárquicas” (GUEST; STURGES, 2007, p. 310). Contrapõe-se a esse diagnóstico o cenário real do mundo do trabalho; dados do contexto nacional revelam que, de aproximadamente 21 milhões de postos de trabalho gerados na década de 2000, 95% em termos relativos, ou 20 milhões em termos absolutos, corresponderam a ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo, com destaque para o trabalho terceirizado (POCHMAN, 2012, 2014).

Orientando o olhar na direção de potenciais influências ideológicas associadas ao construto “carreiras sem fronteiras” (INKSON et al., 2012), há quem sugira que tal noção pode ser mais bem compreendida como parte de um discurso neoliberal mais amplo que prima pela responsabilização individual dos trabalhadores, minimizando assim as obrigações dos empregadores (ROPER; GANESH; INKSON, 2012). Outros a veem como expediente retórico (HIRSCH; SHANLEY, 2007) que, ao propor como realidade universal diagnósticos relativos a contextos específicos como a indústria fílmica (JONES, 1996) ou a de alta tecnologia do Vale do Silício (SAXENIAN, 1996), reifica um novo princípio de emprego e um modelo emergente de homem a ele associado.

Esses críticos entendem que o construto “carreiras sem fronteiras” legitima um discurso que assume a insegurança no trabalho como resultado inescapável de mudanças estruturais (globalização, inovação tecnológica e crescente competitividade) e culturais (valorização do individualismo e do balanceamento das esferas do trabalho e do não trabalho). O referido processo de mudança corresponderia, no âmbito organizacional, a nomes diversos como racionalização, *downsizing* e reestruturação.

A realidade brutal por detrás desses rótulos é simples – em virtude da escassez dos empregos e da necessidade de as empresas ganharem competitividade ou melhorar o seu valor de mercado (por vezes apenas por um curto período de tempo), as organizações demitem seus funcionários em grande escala, contrariando a convenção e a tradição. (BARUCH, 2004, p. 62)

Esse processo de construção discursiva alinha-se, em boa medida, à estratégia empresarial de transferir os riscos do negócio das organizações para os empregados (LEIDNER, 2009). A emergência, ao menos retórica, de indivíduos empoderados, autossuficientes e autogeridos, corresponderia a um discurso gerencial que prioriza a flexibilidade organizacional, relacionando-a, paradoxalmente, à estruturação de laços de confiança entre firmas e trabalhadores cujos interesses mútuos suportariam a cruzada contra os alicerces da empresa tradicional – estabilidade, hierarquia e controle (CURRIE; TEMPEST; STARKEY, 2006), sinais de um atraso a ser superado.

Em seu conjunto, as novas modalidades de carreira propostas no âmbito da perspectiva organizacional e da gestão – proteana, pós-corporativa, caleidoscópica, inteligente e sustentável – alinham-se à tendência contemporânea

de valorização da subjetividade, causalmente relacionada ao enfraquecimento de instituições tradicionais. Esse fenômeno ecoou nas ciências sociais, sobretudo, a partir da emergência do pós-modernismo, bem como de sua corporificação em um conjunto de teses alinhadas ao conceito de modernidade reflexiva, cujo traço singular relaciona-se aos níveis crescentes de individualização (BECK, 1997, 2010; GIDDENS, 1997, 2002) e de (des)tradicionalização verificados recentemente (DUBAR, 2010; GIDDENS, 1991).

Ainda que se reconheça a existência de mudanças significativas nas modalidades de identificação na atualidade, com impactos sobre esferas distintas como as relações de intimidade e as de trabalho, defende-se nesta tese que o seu impacto diferencial guarda relação com a posição social ocupada pelos indivíduos, inter-relacionada a todo um conjunto de práticas sociais e culturais e, em última análise, à noção de identidade (ABRANTES, 2014; BERTONCELO, 2013). Portanto, associar de forma indistinta a trajetória individual na alta modernidade ao recrudescimento dos processos de escolha, a ponto de equiparar essa trajetória a uma “biografia reflexiva” (GIDDENS, 1997) ou do tipo “faça você mesmo” (BECK, 1997), parece decorrer da indevida consideração da relação existente entre classe social, horizonte de possibilidades e estilos de vida (SAVAGE et al., 2013).

Assumir a época atual como a do império da reflexividade (ARCHER, 2011) significa ignorar a persistência da ação habitual como resultado possível da mediação da objetividade pela subjetividade e, conseqüentemente, a relevância dos processos de socialização no processo de formação da identidade (CAETANO, 2011). Segundo tal visão, as regularidades tenderiam a se dissolver à luz da imprevisibilidade crescente, resultando em uma mudança no ciclo de vida individual de tal ordem que não faria mais sentido interpretar a realidade social como um misto de rotina e mudança, estabilidade e instabilidade (HUGHES, 2005), devendo ser ela considerada como um modo de vida contingente, em que o novo se torna velho antes de se cristalizar e o sólido se desmancha no ar.

A proposta da emergência de uma ordem pós-tradicional caracterizada pela inescapabilidade de os indivíduos planejarem reflexivamente suas vidas (GIDDENS, 2002) implica, em maior ou menor grau, a disjunção entre estilo de vida (*status*) e classe social. Refuta-se, portanto, a homologia proposta por Bourdieu (2013) entre o espaço de tomadas de posição (estilos de vida ou gosto) e

o espaço de posições, secundarizando-se a relevância deste último no processo de estruturação social.

Não é tarefa fácil, contudo, insistir neste ponto de vista à luz de análises que atestam o aprofundamento da desigualdade social em termos globais (ALVAREDO et al., 2017), e que refletem, entre outras coisas, a persistência de barreiras significativas à mobilidade intra e intergeracional (RIBEIRO, 2007). A relativização da relação entre volume e nível de permeabilidade das fronteiras enfrentadas pelos atores ao longo de seus percursos de vida, incluindo-se a fronteira representada pela limitação estrutural de seus níveis de reflexividade, e sua classe social, implica o reforço de um pressuposto subjacente à ideologia do desempenho, segundo o qual o fracasso ou sucesso individual decorre de escolhas racionais e voluntárias (SOUZA, 2012a).

Em contraposição a essas pressuposições, defende-se nesta tese que o processo de construção das trajetórias individuais e coletivas em geral, e das carreiras em particular, não deve ser pensado a partir de um conjunto de escolhas individuais mobilizadas de forma voluntarista, haja vista que “as pessoas não são potencialidades indeterminadas ao nascer” (CARDOSO, 2013, p. 299). Portanto, o reconhecimento dos constrangimentos sociais aos quais os atores sociais se encontram sujeitos ao longo de suas trajetórias é assumido, neste estudo, como condição *sine qua non* para a devida compreensão do processo de construção de suas carreiras (BARLEY, 1989; MOORE; GUNZ; HALL, 2007).

Entende-se, conseqüentemente, que a reconstrução das carreiras individuais demanda, portanto, a identificação dos múltiplos contextos atravessados pelos atores sociais, seus múltiplos pertencimentos e, em última análise, a memória coletiva que ilumina suas formas de agir, pensar e sentir. A rejeição ao voluntarismo associado às novas modalidades de carreiras tem por base o fato de o autor desta tese cultivar a crença de que até mesmo ideias que os atores nutrem em foro íntimo foram-lhes, na realidade, inspiradas pelos seus grupos de pertencimento (HALBWACHS, 1990).

Há de se levar em consideração, ao se discutirem as trajetórias profissionais, o acesso diferencial dos atores a recursos econômicos, culturais e sociais, traduzíveis em oportunidades desiguais de acesso aos postos de trabalho mais valorizados (GUEST; STURGES, 2007). Parte-se aqui do pressuposto de que constrangimentos estruturais de toda sorte são determinantes na conformação das

escolhas, preferências e oportunidades individuais (BOURDIEU, 2013; THOMAS, 1989). Em outras palavras, considera-se o indivíduo como socialmente condicionado, refletindo a inter-relação das dimensões individual, social (LEIDNER, 2009) e organizacional (GUNZ; MAYRHOFER, 2015).

Em linha com tal pressuposto, objetivou-se nesta tese reconstruir, a partir de um viés sociológico disposicionalista, as trajetórias de indivíduos das classes populares, com vistas a identificar influências de natureza individual, contextual, estrutural, simbólica, moral e ideológica sobre as suas carreiras. Assume-se aqui que a heterogeneidade das trajetórias individuais expressa a um só tempo o seu caráter universal, reflexo de um fundo existencial comum que remete a uma mesma configuração estrutural partilhada pelos membros de uma dada fração de classe (PONTES, 2015, p. 60), e um registro particular, fruto de uma combinação singular das múltiplas linhas de experiência trilhadas pelos indivíduos.

Tomando por base que a devida compreensão de uma carreira implica a sua inscrição em um quadro existencial mais amplo, optou-se, com inspiração nos trabalhos desenvolvidos por MacDonald e Marsh (2005), por proceder à coleta e análise de histórias de vida de trabalhadores das classes populares, tendo em vista a sua segmentação em múltiplas trajetórias correspondentes a distintos domínios ou esferas de atividade: familiar/conjugal, educacional, habitacional, social (lazer e comunitário/vicinal), profissional, religiosa e moral.

A opção por pesquisar trajetórias de indivíduos das classes populares se fez em virtude de múltiplos elementos. Em primeiro lugar, por representar uma crítica à reificação de muitos dos modelos emergentes de carreira, incapazes de reconhecer que as formas de agir, sentir, julgar e apreciar prescritas para todos os trabalhadores, de forma indistinta, correspondem ao patrimônio de disposições restrito aos indivíduos das classes privilegiadas, fruto da transferência de capitais imateriais, em especial no contexto familiar.

Não menos importante é a tarefa de atribuir voz aos atores usualmente preteridos nos estudos de carreira, tarefa esta levada a cabo por estudos realizados em outras áreas dos estudos organizacionais (LARA; MARRA; FERNANDES, 2015; TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014) e, ainda, em outros campos disciplinares, como a psicologia social (COSTA, 2008; DIOGO; MAHEIRIE, 2007) e a sociologia (PONTES, 2015; SOUZA, 2009, 2012b).

Em terceiro lugar, acredita-se que essa escolha possibilita trazer à luz uma conjunção de fatores relacionados a processos estruturais de mudança deslanchados tanto no centro quanto na periferia do sistema. No cenário brasileiro atual, em particular, não há como fugir ao rearranjo da organização do mercado de trabalho, caracterizado pela transferência de sua regulação do âmbito social para o privado (PICCININI; OLIVEIRA; RUBENICK, 2006), o que implica, entre outras coisas, a prevalência do negociado sobre o legislado.

Cabe observar que o processo de reestruturação da economia, iniciado no governo do presidente Fernando Collor e aprofundado, sobretudo, por meio da desregulamentação do trabalho nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (SOUZA; LEMOS, 2016), chegou ao seu ápice no governo de Michel Temer (ANTUNES; DRUCK, 2014; DRUCK, 2016; SIQUEIRA, 2017). Nesse sentido, pode-se destacar a recente aprovação da Lei 4.302/17, cujo resultado principal foi a extensão das hipóteses de incidência da terceirização a toda e qualquer atividade empresarial, alcançando, portanto, as atividades-fim. Corrobora-se, assim, o diagnóstico que denunciava estar em andamento um processo de epidemização da terceirização no Brasil (ANTUNES; DRUCK, 2014).

Diante do cenário retratado, marcado pela dissolução de direitos conquistados historicamente (CASTEL, 2010) e, em última instância, pela precarização das condições de trabalho (KALLEBERG, 2003), optou-se, nesta tese, pela adoção da abordagem teórico-crítica proposta pelo sociólogo Jessé Souza (2009, 2012a, 2012b). Essa escolha permitiu estabelecer um diálogo com os desenvolvimentos recentes no campo dos estudos de carreira que privilegiam o *framework* teórico proposto por Bourdieu (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; GUNZ; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012; SPENCER; CARTER, 2014), ao mesmo tempo em que reconheceu a singularidade do contexto periférico brasileiro.

Tendo em vista o acirramento da precarização das condições de trabalho no Brasil (DRUCK, 2016; POCHMANN, 2014), optou-se por um recorte do objeto de pesquisa que privilegiasse, a um só tempo, a análise de trajetórias profissionais da fração dominada das classes populares – a ralé brasileira (SOUZA, 2012b) –, a reconfiguração produtiva ocorrida no Brasil especialmente a partir da década de 1990 (ANTUNES, 2011), bem como o conhecimento gerado em trabalhos recentes que privilegiaram, enquanto objeto de análise, as condições subjetivas e

objetivas de trabalho vivenciadas por trabalhadores(as) que atuam como empregados(as) domésticos(as), garis ou faxineiros(as). Optou-se, por fim, por estudar as carreiras de prestadores(as) de serviços terceirizados de conservação e limpeza, contemplando especificamente a atividade de faxina.

Por meio da análise das narrativas dos(as) entrevistados(as), buscou-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Quais as principais influências contextuais que impactam o processo de construção das carreiras das trabalhadoras de serviços terceirizados de limpeza? De que forma a agência impacta esse processo de construção?**

Pretendeu-se identificar, entre outros fatores, as fronteiras físicas e psicológicas interpostas ao longo das trajetórias de vida das entrevistadas, bem como as influências que exercem sobre suas *escolhas* de carreira e o seu desenvolvimento profissional.

1.2

Perspectiva de análise

A perspectiva teórica apresentada nesta tese busca manter um afastamento prudente tanto de visões de cunho subjetivista, que privilegiam a dimensão intrapessoal na construção das carreiras individuais, quanto de visões estruturalistas lastreadas em determinismos de natureza econômica. A assunção da inter-relação entre ação e estrutura permitiu pensar a “emergência, reprodução e transformação das estruturas sociais a partir das ações sociais e da influência recíproca dessas estruturas emergentes nas ações sociais em curso” (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2016, p. 54).

Assume-se, em contraposição a abordagens construcionistas, a existência de um “mundo (objetivo) [...] independentemente das percepções, da linguagem e da imaginação das pessoas”, reconhecendo-se, contudo, “que parte deste mundo consiste de interpretações subjetivas que influenciam a forma como este é percebido e experimentado” (O’MAHONEY; VINCENT, 2014, p. 2-3). Assim, à dimensão subjetiva de análise somam-se aquelas de natureza intersubjetiva e objetiva, de sorte que o reconhecimento dos constrangimentos estruturais de múltiplas ordens aos quais estão sujeitos os indivíduos não implica o descarte, mas sim a limitação do seu poder de agência – *bounded agency* (MACDONALD;

MARSH, 2005). Acolhe-se o ponto de vista segundo o qual “o agente deve ser entendido como um [ente] particular que é o centro ou a origem de determinados poderes, capaz de operar uma mudança em algo (inclusive em si próprio)” (BHASKAR, 1979, p. 109).

A ênfase atribuída nesta pesquisa à recursividade entre agência e estrutura na construção das carreiras sinaliza, em algum grau, uma retomada da tradição de pesquisa associada aos sociólogos da Escola de Chicago. Contudo, partilha-se aqui da crítica a ela dirigida, relacionada à excessiva ênfase outorgada à intersubjetividade, correspondente à depreciação em maior ou menor grau das inter-relações contextuais nas carreiras (MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Como resultado, os membros dessa tradição tendem a enfocar, sobremaneira, a dimensão sincrônica de análise, não reconhecendo na devida medida as eventuais influências daqueles contextos que extrapolam a situação analisada. Como observa Peneff (1990 apud NETO, 2007, p. 11):

Insistindo sobre a situação, sobre a percepção do outro, sobre a relação face-a-face na interação mais que sobre a história do encontro, como momento de duas trajetórias ou sobre o contexto social que permitiu a situação estudada, os interacionistas deixam de lado as experiências passadas dos indivíduos, suas expectativas e sua avaliação das perspectivas futuras.

A adoção de uma perspectiva analítica alinhada à abordagem disposicionalista proposta por Bourdieu (1990) deu-se em virtude da opção por um recorte de análise que privilegia a categoria classe social na estruturação das carreiras. Em linha com o sociólogo francês, defende-se a centralidade das categorias capital cultural e capital econômico como princípios de diferenciação do espaço social. Apesar de não descartar a dimensão intersubjetiva de análise, pensada em termos de um tipo específico de capital – o capital social –, Bourdieu secundariza seu papel na estruturação topográfica dos distintos campos. Segundo o autor, diversamente das sociedades tradicionais, nas quais esse tipo específico de capital teria assumido papel central na formação do tecido social, na modernidade são os capitais econômico e cultural que exercem o papel estruturante da realidade social. Esse pressuposto é assumido pelo sociólogo Jessé Souza como um dos pontos centrais subjacentes às críticas que endereçou às tradicionais teorias do processo de modernização brasileiro (SOUZA, 2000a). À

semelhança de Bourdieu, o autor assume os capitais cultural e econômico como princípios de diferenciação do campo social, deslocando, assim, o papel primordial atribuído ao capital social pelas teses dominantes do processo de modernização brasileiro, cujos traços predominantes são, usualmente, ancorados nas noções de personalismo, familismo e patriarcalismo.

Abarcando as dimensões socioeconômica, simbólica e moral de análise, a proposta de Souza atualiza, em termos particulares, a tradicional articulação Marx-Weber cara às gerações anteriores da teoria crítica, articulando às contribuições de Bourdieu (1990) e Taylor (2013) as dos sociólogos Gilberto Freyre (2003, 2011) e Florestan Fernandes (2008). Objetiva, precipuamente, desvelar o processo de produção, reprodução e legitimação da desigualdade, sobretudo nos países periféricos, decorrente da ação concorrente de um sistema de relações assimétricas de poder e de um conjunto de crenças e valores compartilhados, assentados, entre outras coisas, sobre a ideologia do desempenho assume um papel central.

A adoção do *framework* proposto por Souza (2012a) representa uma tentativa de atender às demandas pela realização de pesquisas voltadas às carreiras de trabalhadores não só excluídos das formas mais desejadas de trabalho, mas também do radar da grande massa de pesquisadores do campo de estudos de carreira (GUEST; STURGES, 2007; THOMAS, 1989; WALTON; MALLON, 2004). A consideração das influências contextuais, nos termos julgados mais adequados aos fins aqui perseguidos, resultou na aproximação dos contornos teóricos propostos por Bourdieu (BOURDIEU, 1990; WACQUANT, 1992) com elementos da sociologia psicológica de Bernard Lahire (2002, 2016). O viés neobourdieuiano assumido nesta pesquisa reconhece, ainda, a relação dialética entre contexto e agência na construção das trajetórias profissionais; confere-se consequentemente um potencial superior de criatividade individual, se comparado às formulações de Bourdieu (1990), Lahire (2002, 2014) e Souza (2012a). Tal empreitada se deve, em parte, à consideração do potencial emancipador da linguagem, mediada intersubjetivamente, inerente à construção teórica de Taylor (2013) e represada por Souza (2012a). Mais do que caminhar para além das cercanias do *habitus*, insiste-se em seu potencial de atualização, seja a partir dos efeitos decorrentes da circulação dos atores por múltiplos contextos, seja em virtude de sua capacidade reflexiva, vinculada, nesta tese, ao seu volume de

capital (HODKINSON; SPARKES, 1997; HODKINSON, 2008; MACDONALD; MARSH, 2005), e tematizada a partir do conceito de conversações internas (ARCHER, 2007, 2011; VANDENBERGHE, 2010, 2016b).

Importante destacar que Archer (2007, 2011), à semelhança de Lahire (2002, 2008), enfatiza sobremaneira uma dimensão específica de análise; só que diversamente deste autor, privilegia o aspecto reflexivo em detrimento da ação habitual. Propõem, portanto, formas antitéticas de pensar o mundo social que, exploradas a partir do seu potencial de complementaridade, permitem a consideração concomitante das influências disposicionais e reflexivas no delineamento dos itinerários individuais (VANDENBERGHE, 2010, 2016b), atuando como mecanismos gerativos distintos, porém inter-relacionados.

A relevância atribuída às influências disposicionais, contextuais e reflexivas na construção das trajetórias individuais pode ser ilustrado, de forma esquemática, como se segue:

Disposições + contexto + reflexividade = práticas

Uma vez apresentados alguns dos aspectos centrais referentes à perspectiva teórica adotada nesta pesquisa, são tecidas a seguir algumas considerações a respeito dos objetivos perseguidos.

1.3

Objetivos de pesquisa

São destacados, neste tópico, os objetivos principal e secundário propostos para a pesquisa em tela. O objetivo principal é compreender como as múltiplas influências contextuais e o poder de agência impactaram o processo de construção de carreira das entrevistadas, trabalhadoras do setor de serviços terceirizados de limpeza. Pretende-se identificar, a partir da análise das trajetórias de vida das entrevistadas, as fronteiras físicas, psicológicas e institucionais que, visíveis ou invisíveis, influenciam suas decisões, sentimentos, motivações e ações relacionadas ao desenvolvimento de suas carreiras, delimitando assim o seu campo de oportunidades.

Objetiva-se, subsidiariamente, propor os delineamentos de uma teoria neobourdieusiana aplicável à análise de trajetórias profissionais. Os trabalhos desenvolvidos por Bourdieu (1990, 2006) e por Souza (2009, 2012a, 2012b) são o marco zero no processo de construção pretendido. Partindo das ideias desses

autores, são propostas alterações com vistas a adequá-las aos interesses desta pesquisa, especialmente no que se refere aos impactos dos seguintes aspectos na construção das carreiras: multiplicidade contextual, reflexividade individual e reconhecimento social.

1.4

Relevância do estudo

O desenho do presente trabalho foi construído a partir do estabelecimento de um diálogo constante com as demandas do campo de estudos de carreira, sobretudo no âmbito dos estudos organizacionais e da gestão. Em primeiro lugar, buscou-se suprir uma lacuna apontada na literatura: a ausência de pesquisas voltadas para o conjunto de trabalhadores usualmente rotulados como *working poor* (SULLIVAN, 1999) ou *blue-collar* (PRINGLE; MALLON, 2003). A forma residual como essa classe de trabalhadores vem sendo tratada nos estudos de carreira, em especial sob a perspectiva organizacional, pode ser evidenciada, exemplificativamente, na forma pontual como o tema é tratado nas duas edições do *Handbook of career studies*, nos artigos de Thomas (1989) e Guest e Sturges (2007), bem como no *Handbook of research on sustainable careers*, organizado por De Vos e Van der Heijden (2015). Salvo raras exceções, as pesquisas realizadas enfocam múltiplos aspectos das carreiras gerenciais, profissionais e hierárquicas, a despeito de múltiplas vozes apontarem a necessidade de ampliação do foco de análise para alcançar aqueles trabalhadores socialmente marginalizados (PRASAD; D'ABATE; PRASAD, 2007; SULLIVAN, 1999), inclusive os situados nos estratos inferiores do espaço social (GUEST; STURGES, 2007; PRINGLE; MALLON, 2003; THOMAS, 1989). Destaca-se, nesse último caso, a importância de se delinearem os contornos dessas carreiras “marginais”, com vistas a compreender o conjunto de motivações mobilizadas pelos trabalhadores das classes populares em suas “escolhas” profissionais, capazes de suscitar eventuais barreiras, subjetivas e objetivas, interpostas ao longo de suas trajetórias de vida (SULLIVAN, 1999).

Em segundo lugar, propõe-se a adoção de uma abordagem interdisciplinar, em linha com demandas recorrentes no campo dos estudos de carreira. Em um cenário de crescente especialização do conhecimento, a interdisciplinaridade é

vista por diversos estudiosos como um dos meios de se viabilizar o avanço das pesquisas no campo (ARTHUR, 2008; ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989; ARTHUR; LAWRENCE, 1984; KHAPOVA; ARTHUR, 2011; LAWRENCE, 2010; MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Nesse sentido, a perspectiva sociológica de análise adotada traz, em seu bojo, contribuições de disciplinas como a filosofia, a linguística, a psicologia e a educação. Ademais, constituíram-se em uma rica fonte de suporte e de triangulação dos dados, os resultados oriundos de um conjunto de trabalhos dedicado à análise das carreiras de indivíduos da classe trabalhadora, subempregados e desempregados, realizado por autores dos campos da psicologia vocacional, sobretudo, David Blustein (BLUSTEIN, 2011; BLUSTEIN et al., 2002; BLUSTEIN; KOZAN; CONNORS-KELLGREN, 2013; BLUSTEIN; MCWHIRTER; PERRY, 2005; BLUSTEIN; SHCULTEISS; FLUM, 2004) e Nadya Fouad (FOUAD et al., 2002; FOUAD; KANTAMNENI, 2008).

Em terceiro lugar, pretende-se analisar, à semelhança de Souza (2009, 2012b), a influência de contextos considerados de fundamental importância na construção dos itinerários de carreira - família, escola, religião, lazer, entre outros - usualmente negligenciados nos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional (EATON; BAILYN, 2000; PRINGLE; MALLON, 2003).

Acredita-se que o presente estudo seja capaz de contribuir com o panorama de estudos de carreira nas dimensões ontológica, epistemológica e metodológica. A primeira por adotar uma abordagem realista crítica que, ao defender a existência de uma realidade estratificada, reconhece a existência de mecanismos gerativos, materiais e simbólicos, visíveis ou invisíveis aos olhos dos agentes, que condicionam causalmente o mundo social que habitam. A partir dessa perspectiva, assume-se que as disposições, as motivações, as razões e os projetos individuais, bem como as influências contextuais de toda sorte, operam como mecanismos condicionantes de suas carreiras.

Do ponto de vista epistemológico, optou-se por um enfoque biográfico de pesquisa, com vistas não só a privilegiar a inserção contextual dos sujeitos, mas também a atender a reivindicações no campo de estudos de carreira por trabalhos que adotem abordagens narrativas (BUJOLD, 2004; CHUDZIKOWSKI et al., 2009; WALTON; MALLON, 2004). A adoção do método histórias de vida (BERTAUX, 1999; FERRAROTTI, 2007) foi complementado pela proposta de

Lahire (2004), sobretudo no tocante à segmentação contextual das entrevistas. Do ponto de vista prático e social, espera-se que os resultados da pesquisa em tela sejam capazes de lançar luz sobre os impactos das transformações sociais, culturais e econômicas recentes sobre um público-alvo pouco retratado nas pesquisas sobre carreira no campo dos estudos organizacionais e da gestão. Pode servir, portanto, como contraponto para o estabelecimento de um diálogo crítico com os achados de pesquisas que assumem, como objeto privilegiado de análise, carreiras hierárquicas, gerenciais e profissionais¹, assumidas, por vezes, como representação de um modelo universal de uma *nova era organizacional* e de um *novo princípio de emprego*, marcados por pujança de oportunidades acessíveis a todos aqueles que façam por merecer.

1.5

Delimitações do estudo

No âmbito da vasta gama de ocupações profissionais exercidas pelos integrantes da ralé brasileira (SOUZA, 2012b) e da nova classe trabalhadora (SOUZA, 2009), optou-se por pesquisar as trajetórias profissionais de indivíduos que prestam serviços terceirizados de limpeza. O interesse pessoal pela temática da terceirização, em conjunto com a emergência de pesquisas que privilegiam, enquanto sujeitos de pesquisa, faxineiras terceirizadas (LARA; MARRA; FERNANDES, 2015), empregadas domésticas (TEIXEIRA; CARRIERI; MAFRA, 2014) e garis (COSTA, 2008), foram de fundamental importância na definição do recorte adotado.

Pesou nessa decisão a possibilidade de contar com o conhecimento acumulado, advindo, sobretudo, do conjunto de pesquisas realizadas no campo da psicologia social, voltado à compreensão das experiências de prazer e sofrimento

¹ No âmbito do presente projeto, o termo profissão é utilizado para se referir, de forma indistinta, a toda e qualquer atividade laboral. Esse entendimento contrapõe-se ao usual nos estudos de carreira que, à semelhança da sociologia das profissões, associa o termo àquelas ocupações diferenciadas em virtude de demandarem, para a sua atividade, treinamento intelectual prolongado e especializado, bem como regulamentação por associação profissional competente e estatal, aliado a um ideal de serviço (CARR-SAUNDERS; WILSON, 1933; PARSONS, 1939). Ainda que, em alguns casos, os interacionistas simbólicos compartilhem com os funcionalistas alguns dos elementos distintivos das profissões diante das demais ocupações, a exemplo da certificação demandada para o exercício da atividade, usualmente obtida em instituições de ensino especializada (FREIDSON, 1996), deles se distinguem ao reconhecer a existência de um processo de hierarquização interno ao grupo profissional, em virtude, por exemplo, de necessidades específicas da clientela decorrentes de sua condição de classe (DUBAR, 2005).

vivenciadas por profissionais terceirizados do setor de conservação e limpeza (DIOGO; MAHEIRIE, 2007; GOMES; OLIVEIRA, 2008). De especial relevância foi o trabalho desenvolvido por Costa (2008), cujo diagnóstico apontou para: (i) um quadro de invisibilidade – não reconhecimento – social dos trabalhadores que atuam na atividade de limpeza, (ii) a valorização pelos trabalhadores do setor dos aspectos objetivos do trabalho, sobretudo a remuneração, e (iii) a ausência de mobilização coletiva dos trabalhadores, incapazes, assim, de promover mudanças significativas no tocante às condições precárias de trabalho que experimentam cotidianamente.

Pesquisou-se a carreira de trabalhadoras que atuam no município do Rio de Janeiro, cujo exercício na atividade profissional pesquisada fosse superior a dois anos, com o intuito de contemplar trajetórias que reflitam uma mínima experiência profissional no setor de atividade escolhido. No tópico a seguir, contempla-se o referencial teórico adotado nesta tese, abrangendo a revisão de algumas das principais perspectivas dos estudos de carreira, um panorama das mudanças contemporâneas que alcançaram os sistemas de produção e de emprego e, ainda, considerações a respeito da abordagem teórica adotada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se, neste capítulo, uma breve exposição do referencial teórico referente aos três eixos centrais sob os quais se assenta esta tese. Em primeiro lugar, aborda-se a temática carreira, percorrendo-se um trajeto que cobre, ainda que brevemente, as principais perspectivas de análise. Foram privilegiados textos seminais da literatura acerca das distintas abordagens, retratando-se a forma singular com que lidam com a relação entre contexto e carreira, e agência e estrutura. Outro aspecto julgado relevante diz respeito às configurações emergentes de carreiras, vinculadas ao processo de reorganização econômica vivenciado nas últimas décadas.

Em seguida, redireciona-se o foco para as mudanças contemporâneas percebidas no mercado de trabalho, cobrindo pontos como: (i) a mobilidade profissional, (ii) a qualidade de vida no trabalho, e (iii) a emergência de modalidades atípicas de contratação de mão de obra, sobretudo a terceirização. A seção final deste capítulo detalha o arcabouço teórico que serviu de base para a elaboração da pesquisa em tela.

2.1

Carreiras: considerações iniciais

Enquanto fenômeno individual e social (GUNZ; PEIPERL, 2007), o conceito de carreiras prestou-se, ao longo de sua trajetória, a distintas definições e interpretações, influenciadas por demandas e interesses específicos nem sempre coerentes e, por vezes, contraditórios. Baseando-se no entendimento proposto por Hugues (2003) de que as carreiras teriam as suas próprias carreiras, DeLuca, Oliveira e Chiesa (2016) salientam a necessidade de sua inserção contextual e histórica, reforçando assim a percepção de que as carreiras não operam ou se desenrolam no vácuo.

Em suas origens, o aspecto moral, afetado, sobretudo, por questões de ordem política e religiosa, conferia aos indivíduos restritas possibilidades ocupacionais, usualmente encaradas como vocação ou destino. Nesse contexto, os filhos homens tendiam a se integrar à ocupação dos pais, de sorte que as condições de origem determinavam, em boa medida, a sua trajetória profissional.

As mulheres, por sua vez, tinham a sua atividade laboral restrita ao domínio privado ou doméstico. O acentuado nível de integração social implicava uma vida individual circunscrita ao atendimento das necessidades da comunidade de entorno (VAN MAANEN; SCHEIN, 1977).

Todavia, os processos de industrialização e urbanização ocorridos no século XIX resultaram em um incremento nos níveis de mobilidade ocupacional (DALTON, 1989; SAVICKAS, 2007), sobretudo em virtude da miríade de ocupações emergentes, correlacionada ao processo migratório do campo para a cidade verificado à época. Nesse processo de transição histórica, testemunhou-se o declínio daquelas comunidades cujo pertencimento se pautava pelas relações interpessoais, correspondente à emergência de uma sociedade caracterizada por relações formais e impessoais, e por um crescente individualismo.

A acentuada migração de vastos contingentes populacionais para os grandes centros urbanos correspondeu, em última instância, a um golpe fatal nos sistemas de organização do trabalho e de produção vigentes ou, em outros termos, à desmobilização das guildas e dos sistemas artesanais de produção (MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Consequentemente, disciplinas emergentes como a psicologia e tradicionais como a educação passaram a atuar, respectivamente, no atendimento às demandas organizacionais por trabalhadores e aos indivíduos que buscavam se inserir no mercado de trabalho.

Tal contextualização é relevante para situar, em um determinado momento histórico, a vinculação da noção de carreira à escolha ocupacional realizada no momento de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989). Tal noção, inicialmente majoritária nos estudos de carreira, foi contestada por visões posteriores, conforme detalhado na seção seguinte. Um entendimento mais abrangente do conceito de carreira, irrestrito ao seu aspecto objetivo, foi defendido pelos sociólogos da Escola de Chicago, resultando na extensão de sua abrangência com vistas a abarcar a dimensão representacional.

Numa sociedade altamente estruturada e rígida, uma carreira consiste, objetivamente, em uma série de *status* e cargos claramente definidos. Em uma mais livre, o indivíduo tem mais espaço para criar sua própria posição ou escolher a partir daquelas existentes [...]. Subjetivamente, a carreira é uma perspectiva em movimento, na qual a pessoa vê sua vida como um todo e interpreta o significado de seus vários atributos, ações e coisas que acontecem com ela. (HUGHES, 1937, p. 9).

Todavia, abordagens que privilegiavam o aspecto objetivo das carreiras voltaram a dominar a partir da segunda metade do século XX, corporificando-se no conceito de carreira organizacional. Cabe observar o alinhamento entre este conceito e a base etimológica proposta para a noção de carreira – o termo latino *carraria* –, cujo significado é estrada ou estrada para carruagem, explicitando, portanto, a ideia de evolução, desde o sentido de galopar ou correr até aquele de “curso de vida profissional ou de emprego, que possibilita oportunidades de progresso ou avanço” (SIMPSON; WEINER, 1989 apud MOORE; GUNZ; HALL, 2007, p. 15). Em linha com esse entendimento, Wilenski (1964, p. 523) definiu carreira como “uma sucessão de trabalhos relacionados, organizados em uma hierarquia de prestígio, através da qual as pessoas se movem em uma sequência ordenada (mais ou menos previsível)”.

Conceitos como o de *tournament career* (ROSEMBAUM, 1979), segundo o qual a mobilidade no interior das organizações assemelha-se à de um torneio – ou seja, têm mais chances de êxito aqueles que obtêm bons resultados nos estágios iniciais de carreira –, trazem em seu bojo a associação de sucesso profissional à competição pelos postos superiores na hierarquia funcional, correspondendo, portanto, à trajetória ocupacional ascendente no interior de uma mesma organização.

Contemporaneamente, o entendimento dominante nos estudos organizacionais situa-se entre as duas posições mencionadas anteriormente, ainda que se possa notar a prevalência de abordagens psicológicas, que tomam de empréstimo o entendimento proposto por Hughes (2005), segundo o qual as carreiras seriam um meio de os indivíduos atribuírem significado e coerência às suas vidas (WEICK, 1996; YOUNG; COLLIN, 2000).

Enfatiza-se igualmente que as carreiras representam “movimentos ao longo do tempo e do espaço” (GUNZ; MAYRHOFER, 2015, p. 3). A despeito de não haver um consenso no campo, convergiu-se, nas últimas décadas, para a definição de carreira como “a sequência de experiências de trabalho de uma pessoa ao longo do tempo” (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989; MOORE; GUNZ; HALL, 2007, grifo nosso). Esse conceito tem o mérito de contemplar trajetórias ascendentes, descendentes e laterais de carreira, todavia restringe o escopo de pesquisa às experiências de trabalho, não contemplando, ao menos explicitamente, vivências em esferas ou contextos externos à dimensão laboral.

A delimitação da noção de carreira às experiências de trabalho atenderia, segundo alguns autores, à necessidade de estabelecer um mínimo ordenamento necessário à prática de toda e qualquer atividade de pesquisa orientada ao progresso intelectual (PEIPERL; GUNZ, 2007). A restrição do conceito guardaria similaridade com a defesa de Freidson (1996) da limitação da noção de profissões a um conjunto de atividades dotadas de conhecimento intelectual superior, não se confundindo, assim, com o conceito de ofício ou ocupação, relacionado às atividades manuais ou mecânicas.

Não seria exagero afirmar, no entanto, que a amplitude do uso dessa definição para toda e qualquer sequência de experiências de trabalho deu-se muito mais no campo das ideias do que na prática, como se pode depreender do reduzido número de pesquisas, especialmente no campo da administração e da gestão, relativas às carreiras não hierárquicas, sobretudo manuais (GUEST; STURGES, 2007; PRING; MALLON, 2003; THOMAS, 1989; ZEITZ; BLAU; FERTIG, 2009). Atitude mais coerente parece ser aquela adotada por Dalton (1989, p. 98), que empregou o termo “carreira” (entre aspas) para se referir à existência de uma fatia significativa de indivíduos cuja “carreira” se constitui de “uma sequência de trabalhos não relacionados”.

A definição proposta por Sullivan e Baruch (2009, p. 1543), segundo a qual “carreira” é o “[conjunto] de experiências relevantes relacionadas, ou não, ao trabalho, tanto internas quanto externas às organizações, que formam um padrão único ao longo do ciclo de vida individual”, parece contemplar, na devida medida, as dimensões sincrônica e diacrônica de análise, não delimitando, *a priori*, um escopo temporal e espacial, delimitados em função da relevância das experiências vividas para a construção da carreira profissional. Menos clara, todavia, é a referência a um padrão único formado pelo conjunto de experiências vividas pelos indivíduos.

De forma elegante e abrangente em termos de escopo, DeLuca, Oliveira e Chiesa (2016, p. 472) definem “carreira” como “uma trajetória retrospectiva e projetada, dinâmica e mutável, de um indivíduo ou coletividade, revelando negociações entre objetividades e subjetividades”. Baseando-se nos conceitos de metamorfose, projeto e campo de possibilidades, entre outros elementos constitutivos da gramática proposta pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2003), os autores buscam integrar, no âmbito do conceito de carreira, passado

(memória), presente e futuro (projeto), ancorando a “trajetória porvir” na “influência recíproca entre sujeitos e entre sujeitos e seus campos”. Atentam, ainda, para a relevância de se pensar a carreira em termos coletivos, valorizando-se as dimensões material e simbólica. Essa proposta foi abraçada no âmbito desta pesquisa, ainda que se tenha, neste caso, privilegiado uma abordagem disposicionalista conjugada a uma perspectiva pragmatista.

Pensou-se inicialmente em adotar-se, nesta pesquisa, uma noção ampla do construto “carreira”, em linha com o entendimento proposto pelos membros da Escola de Chicago, sobretudo de sua segunda geração, para quem o termo abrangia as dimensões social e simbólica da totalidade dos eventos ocorridos ao longo do ciclo de vida de um indivíduo (BARLEY, 1989; BECKER, 1996). Ressalta-se que esse tipo de abordagem compreensiva pode ser encontrado ainda hoje em trabalhos dedicados a investigações no domínio da juventude – ‘*youth studies*’ (MACDONALD et al., 2005; MCDONALD et al., 2011; CORR, 2014).

A decisão final de restringir, nesta pesquisa, a extensão do conceito de carreira à trajetória profissional deu-se em virtude do reconhecimento de que no campo dos estudos de carreira, inclusive na seara dos estudos organizacionais e da gestão, a adoção do termo restringe-se usualmente à dimensão do trabalho (GUNZ; MAYRHOFER, 2015). Consequentemente, ainda que o trabalho desenvolvido por MacDonald e Marsh (2005) tenha exercido forte influência sobre esta pesquisa, não se procedeu à extensão da noção de “carreira” a outras esferas de atividade conforme efetuado por esses autores, optando-se por adotar a noção de “trajetória” para fazer referência àqueles domínios distintos do profissional, tais como: o familiar, o educacional, o social (lazer e comunitário) e o habitacional. Diversamente desses autores, a análise não compreendeu o domínio criminal e o de uso de drogas, em virtude de as narrativas das informantes não se apresentarem associadas de forma significativa a tais temas, ainda que as tangenciem em alguns casos. Foram considerados, em contrapartida, os conceitos de trajetória religiosa (ARENARI; JUNIOR, 2006) e moral (GOFFMAN, 2014), desconsiderados por eles, a primeira em virtude do material empírico acessado nas entrevistas e a segunda como resultado da abordagem teórica adotada.

Em seguida, são apresentadas distintas perspectivas teóricas, ressaltando-se que o propósito perseguido não foi o de apresentar uma revisão exaustiva do

desenvolvimento de cada uma delas, mas apontar suas contribuições e as críticas a elas dirigidas.

2.1.1

Carreiras: múltiplas perspectivas

O campo de estudos de carreira tem na multidisciplinaridade um de seus traços característicos mais marcantes. Concorrem para a construção do conhecimento sobre o tema, distintos saberes advindos de disciplinas tradicionais, como a sociologia, a psicologia, a economia, a antropologia e a administração (GUNZ; MAYRHOFFER; TOLBERT, 2011; KHAPOVA; ARTHUR, 2011), bem como de campos disciplinares mais recentes, a exemplo dos estudos de gênero (MOORE; GUNZ; HALL, 2007) e do pós-colonialismo (GOURA; SELTZER-KELLY, 2013).

Há quem considere um espectro ainda mais amplo de domínios disciplinares, contemplando a geografia, a psicologia, a psicologia social, a sociologia, a antropologia, a economia, a ciência política e a história (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989). De modo distinto, Peiperl e Gunz (2007), em um artigo no qual apresentam taxonomias e tipologias propostas por diversos autores, sugerem uma divisão do campo mais enxuta, assumindo como domínios disciplinares mais relevantes a psicologia, a sociologia, a educação e a gestão, aos quais corresponderiam, respectivamente, os seguintes interesses de pesquisa: personalidade, estrutura social, vocação e organização do trabalho.

Essa última tipologia aproxima-se daquelas propostas por Moore, Gunz e Hall (2007) e por Sonnenfeld e Kotter (1982). Ambas propõem a divisão do campo em três vertentes principais: sociológica, vocacional e desenvolvimentista. Os dois últimos atores propõem a subdivisão da vertente desenvolvimentista em dois grupos, em virtude do escopo distinto de análise, compreendendo em um dos casos os distintos estágios do ciclo de vida e sua relação com a escolha e/ou desenvolvimento de carreira e no outro o ciclo de vida adulto. Tais categorizações destacam, portanto, a sociologia e a psicologia como disciplinas estruturantes do campo, apontando três grandes perspectivas de análise.

As perspectivas vocacional e desenvolvimentista de carreira alinham-se, sobretudo, às disciplinas da psicologia e da educação. Ao passo que a primeira

perspectiva, em especial nos seus desenvolvimentos iniciais, enfoca as diferenças pessoais, buscando um ajustamento ou *fit* entre indivíduo e organização, no segundo caso privilegia-se uma abordagem mais dinâmica, que pensa o desenvolvimento de carreira ao longo de estágios ordenados e pré-determinados. A perspectiva sociológica, por sua vez, busca compreender “como o entendimento das carreiras pode auxiliar na compreensão das pessoas, instituições e sociedade” (GUNZ, 2009, p. 21). Abrange múltiplas abordagens, a exemplo do estruturalismo, do estruturacionismo e do interacionismo simbólico, cuja ênfase nas dimensões estrutural e individual varia consideravelmente.

A influência das múltiplas perspectivas nos estudos organizacionais não se deu de forma simétrica até o presente momento, notando-se um acentuado predomínio das perspectivas psicológicas (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007; MOORE; GUNZ; HALL, 2007) e, portanto, da dimensão subjetiva de análise. Nota-se, conseqüentemente, uma ênfase na noção de agência em detrimento dos condicionamentos sociais de toda ordem, priorizando-se a inovação à socialização ou, em outros termos, a criatividade à memória.

À diversidade de perspectivas teóricas mencionadas corresponderia, na visão de alguns autores, um reduzido nível de interdisciplinaridade (ARTHUR, 2008; ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989; KHAPOVA; ARTHUR, 2011; LAWRENCE, 2010; SCHEIN, 1978, 2007; VAN MAANEN; SCHEIN, 1977) e um acentuado nível de desestruturação do campo científico, carente de princípios de organização, de coerência interna e de consistência na qualidade da produção (COLLINS; YOUNG, 1986 apud MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Nesse sentido, a simples menção à terminologia “teoria de carreira”, no singular, se veria esvaziada de conteúdo prático, haja vista a coexistência de múltiplas, e por vezes contraditórias, epistemologias, metodologias e perspectivas filosóficas subjacentes às distintas abordagens. Apesar da referência a um campo de estudos de carreira composto por contribuições de múltiplas disciplinas (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989), há quem coloque em questão a sua existência. Em vez de campo fala-se, alternativamente, em uma perspectiva de pesquisa, cujo foco primordial de análise recairia sobre o efeito temporal na vida das pessoas (MOORE; GUNZ; HALL, 2007; PEIPERL; GUNZ, 2007).

Partilhando do mesmo diagnóstico de que a fragmentação do campo de estudos de carreira comprometeria o seu amadurecimento (SONNENFELD;

KOTTER, 1982), Schein (2007) credita a diferenciação do campo às tentativas de se compreenderem as novas configurações de carreira. O maior dinamismo dos ambientes socioeconômico e cultural contemporâneos é associado, pelo autor: (i) ao forte crescimento econômico, (ii) a níveis crescentes de integração regional e global, (iii) ao desenvolvimento tecnológico contínuo, (iv) à emergência de sistemas flexíveis de produção e gestão do trabalho, e (v) à desregulamentação das relações de trabalho. Não devem ser desprezadas, contudo, as dificuldades inerentes à conjugação das distintas perspectivas teóricas, demandada para que se alcancem níveis superiores de interdisciplinaridade, em virtude das diferenças epistemológicas, metodológicas e conceituais que informam as diferentes disciplinas (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011).

Acredita-se que uma análise, mesmo breve, das múltiplas perspectivas de carreira pode auxiliar na identificação das principais influências exercidas sobre os desenvolvimentos propostos no âmbito da perspectiva organizacional, sejam estes maduros e amplamente testados, a exemplo do conceito de âncoras de carreira (SCHEIN, 1996; SCHEIN; VAN MAANEN, 1977), sejam contemporâneos, como as novas teorias surgidas nas últimas décadas. A referida análise tem ainda o condão de contextualizar os desenvolvimentos do campo do estudo de carreiras à luz de demandas sociais e interesses específicos, bem como de sinalizar as origens históricas das perspectivas vocacional, desenvolvimentista e sociológica de carreira.

2.1.1.1

Perspectiva vocacional

Destacam-se, neste item, duas das principais correntes da perspectiva vocacional de carreira. A primeira dessas vertentes está associada a estudos desenvolvidos no século XIX, no âmbito da então nascente disciplina da psicologia, voltados à compreensão das diferenças individuais relativas às habilidades (inteligência), às competências técnicas (*know-how*) e aos interesses pessoais (personalidade), conhecimento julgado necessário para o recrutamento daqueles indivíduos que melhor se ajustassem ao ambiente de trabalho. A segunda abordagem tem suas origens nos esforços empreendidos por reformadores sociais norte-americanos, no final do século XIX e início do século XX, com vistas a

auxiliar aqueles contingentes de indivíduos que enfrentavam um cenário de profunda transformação social e econômica, “marcada, por um lado, pelo desemprego, exploração dos trabalhadores, insegurança e desrespeito aos direitos humanos e, por outro, pelo crescimento econômico e tecnológico” (RIBEIRO; UVALDO, 2007, p. 21). Ressalta-se que, ao passo que o trabalho desenvolvido por reformadores sociais se pautava por preocupações de ordem moral e educacional, focando a assistência a populações vulneráveis, como crianças de rua, migrantes urbanos, imigrantes e desempregados; o paradigma das diferenças individuais enfocava, prioritariamente, o desenvolvimento de inventários de interesse vocacional para o uso das organizações (MOORE; GUNZ; HALL, 2007).

Essas duas tradições ficaram conhecidas, respectivamente, como (i) paradigma das diferenças individuais e (ii) modelo de ajustamento ou correspondência (*matching model* ou *person-environment [P-E] fit*). Ao passo que este foi sistematizado por Frank Parsons, em sua obra *Choosing a vocation* (1909), em relação ao primeiro merece destaque o trabalho desenvolvido por Jonh Holland (SAVICKAS, 2007). Ambas as tradições refletiram, em seu início, uma abordagem estática do desenvolvimento humano, em meio a um contexto histórico no qual a preocupação primordial dizia respeito à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, portanto, à sua escolha ocupacional. Baseiam-se em uma pretensa imutabilidade do desenvolvimento humano na fase adulta, em linha com os desdobramentos da psicanálise à época. Alinham-se, portanto, ao entendimento de que o desenvolvimento da personalidade se iniciava na infância e se encerrava no fim da adolescência (ARTHUR; LAWRENCE, 1984).

A relevância do trabalho desenvolvido por Parsons (1909) para os estudos de carreira no campo da psicologia seria equiparável, segundo Moore, Gunz e Hall (2007), à obra de Hughes (1937, 2005) no domínio da sociologia. Reformador social, advogado por formação e progressista do ponto de vista político, Parsons teria utilizado sua cátedra na universidade para difundir ideais que se opunham ao sistema econômico vigente, compreendido por ele como a raiz de muitas das injustiças sociais de sua época. Tal comportamento teria lhe rendido, ao fim e ao cabo, a retirada compulsória da universidade (RIBEIRO; UVALDO, 2007).

Para Parsons (1909), são três os requisitos fundamentais para que o processo de escolha vocacional seja bem-sucedido. Em primeiro lugar, o autoconhecimento, que se revela no reconhecimento individual de habilidades, interesses, ambições, recursos e valores próprios. Destaca, em segundo lugar, a necessidade da identificação de eventuais limitações objetivas e suas respectivas causas, sejam estas relacionadas à biografia do indivíduo, sejam ao ambiente de entorno. Demanda-se, igualmente, a devida compreensão das demandas requeridas por determinada ocupação, bem como dos níveis de remuneração e benefícios, e das oportunidades de carreira oferecidas por ela. O adequado ajustamento desses fatores é apontado como fator imprescindível à adaptação psicossocial do indivíduo ao ambiente de trabalho, em geral, e à função desempenhada, em particular. As semelhanças entre essa concepção e a do homem de primeira classe, de Frederick Taylor (1995), não são mero acaso, mas a expressão de determinado espírito de época (SAVICKAS, 2007), no qual preponderava um viés marcadamente racionalista/cognitivista.

Há de se destacar que a consideração conjunta das dimensões individual e contextual, combinada a um resgate da temática da justiça social, ressurgiu recentemente no âmbito da psicologia vocacional, ainda que atualizada em novas bases, em linha com um viés construcionista de análise (ARTHUR, N.; 2014; BLUSTEIN; MCWHIRTER; PERRY, 2005). Não por acaso, essa preocupação reaparece em um momento de crise social e de liberalização econômica, em que “as implicações da globalização tornam-se mais aparentes e a desigualdade social é perpetuada” (MCHAHON; ARTHUR, N.; COLLINS, S., 2008, p. 21); contexto em que se torna especialmente relevante a consideração das dimensões social e política das carreiras. Contudo, tal corrente, bem como a preocupação a ela associada, não foram apropriadas pelos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional e da gestão, cujo foco permanece restrito, via de regra, à análise de carreiras gerenciais, profissionais e hierárquicas (GUEST; STURGES, 2007).

Alguns dos testes propostos inicialmente se mantêm populares até os dias de hoje, merecendo destaque o *Strong Interest Inventory* (STRONG, 1927 apud DONNAY, 1997) e o *Kuder Occupational Interest Survey* (KUDER, 1966). Ambos os modelos se utilizam de critérios de elaboração essencialmente empíricos, sendo considerados por alguns como ateóricos (SAVICKAS, 2007). Tais modelos foram utilizados, por exemplo, no recrutamento de contingentes de

soldados para a Segunda Grande Guerra, e o primeiro deles foi utilizado, ainda, no auxílio a políticas de recolocação de vastos contingentes de desempregados por ocasião da Grande Depressão de 1929. A utilização dos inventários de interesse massificou-se, sobretudo, após o término da Segunda Grande Guerra, ensejando a multiplicação dos centros de orientação vocacional.

O desenvolvimento posterior da teoria dos fatores de personalidade (*trait-factor theories*) decorreu da conjugação da experiência reunida a partir do uso intensivo dos primeiros inventários de interesse e do desenvolvimento de ferramentas estatísticas, em particular da utilização da análise fatorial. A identificação de traços latentes de personalidade a partir de análise multivariada resultou na simplificação de listas infindáveis de atributos comportamentais, tais como a proposta por Alport e Odbert (1936), composta por milhares de termos (JOHN; SRIVASTAVA, 1999). A partir da década de 1960 tomam corpo pesquisas que deram origem ao modelo denominado *The Big Five Trait*, em alusão a cinco fatores, ou dimensões, capazes de abarcar as possíveis variações de personalidade, quais sejam: extroversão, amabilidade, conscienciosidade, estabilidade emocional e abertura a experiências.

Merece destaque, ainda, a Teoria da Escolha Vocacional (HOLLAND, 1959), baseada na correspondência entre tipos de personalidade vocacional e ambientes de trabalho (SONNENFELD; KOTTER, 1982). Na visão do autor, pessoas e ambientes poderiam ser classificados segundo os mesmos tipos básicos: realista, investigativo, artístico, social, empreendedor e convencional. A premissa subjacente a essa teoria é que o tipo de personalidade de um dado ambiente de trabalho refletiria as características pessoais dos seus membros. Presume-se, portanto, uma relação causal unidirecional na inter-relação entre agência e estrutura, na qual os agentes exerceriam o papel ativo. A “convergência entre as características dos indivíduos e as demandas [...] e recompensas do ambiente organizacional” é assumida como condição *sine qua non* para que organizações e trabalhadores alcancem *performances* superiores (BETZ; FITZGERALD; HILL, 1989, p. 26). Produtividade organizacional, estabilidade no trabalho e satisfação pessoal decorreriam, segundo tal perspectiva, dos níveis de congruência entre a personalidade do trabalhador e a do ambiente laboral (SAVICKAS, 2007).

Entre as críticas endereçadas às teorias alinhadas a uma perspectiva vocacional ortodoxa, em linha com os pressupostos subjacentes às pesquisas

desenvolvidas em seus estágios iniciais, destacam-se a adoção de uma natureza estática do desenvolvimento humano e das carreiras individuais, e a reduzida atenção dispensada às questões de gênero, etnia, classe social (GUNZ; PEIPERL, 2007), e outras minorias (PRASAD; D'ABATE; PRASAD, 2007).

2.1.1.2

Perspectiva desenvolvimentista

A abordagem desenvolvimentista de carreira opõe-se à perspectiva vocacional, criticando-a pela representação objetiva e estática do *self*. O redirecionamento do foco de análise da escolha ocupacional para o desenvolvimento de carreira (SAVICKAS, 2001) implicou a adoção de um viés longitudinal de análise (BARROS, 2010). Ao trazer a experiência vivida para o primeiro plano, confere-se relevância ao conjunto de representações e significações que os indivíduos atribuem a suas carreiras, cujo processo de desenvolvimento é visto como instância privilegiada de desenvolvimento do autoconceito, da identidade ou do *self* (SULLIVAN, 1999).

No âmbito da perspectiva desenvolvimentista, destacam-se dois grandes grupos, o primeiro associado à psicologia do desenvolvimento adulto (LEVINSON, 1978; VAILLANT, 1977) e o segundo ao conceito de ciclo de vida, segundo o qual as carreiras emergem como um processo de desenvolvimento ao longo de estágios ordenados e previsíveis (DALTON; THOMPSON, 1986; SCHEIN, 1978; SUPER, 1957, 1992; VAN MAANEN; SCHEIN, 1977). No final da década de 1980, Dalton (1989), ao efetuar uma revisão de literatura acerca da perspectiva desenvolvimentista de carreira, restringiu o escopo de análise ao segundo grupo, sob a alegação de que o primeiro deles priorizava demasiadamente a dimensão individual, não levando em conta a “natureza e as propriedades das organizações” (DALTON, 1989, p. 90), elemento fundamental, em sua visão, para que uma teoria desenvolvimentista pudesse ser enquadrada como teoria de carreira. Propõe, assim, uma diferenciação nítida entre as teorias do desenvolvimento humano e as de carreira. Em contraposição a tal visão, há quem defenda a inclusão, no âmbito da perspectiva desenvolvimentista, daquelas teorias que contemplam o desenvolvimento adulto, em virtude da influência exercida sobre muitas das teorias de carreira pelos trabalhos pioneiros da área da

psicologia do desenvolvimento humano, desenvolvidos, entre outros, por Sigmund Freud, Carl Jung e Erik Erikson (MOORE; GUNZ; HALL, 2007).

Trabalhos mais recentes no âmbito dessa perspectiva sugerem modificações nos modelos mais tradicionais com o intuito de superar certas limitações, em especial a restrição do foco de análise ao ambiente de trabalho. Entre as alterações propostas, merece destaque a ampliação do escopo de análise a outras esferas de atividade – contextos externos ao mundo do trabalho –, a extensão do ciclo de vida a todo o período da vida adulta (SONNENFELD; KOTER, 1982) e a sua aplicação para trabalhadores do sexo feminino (DALTON, 1989).

Desenvolvimentos mais recentes no âmbito dessa perspectiva foram propostos por vários autores, entre os quais Super (1992) e Savickas (1997). A inclusão de uma dimensão latitudinal de análise deu-se com o intuito de capturar a relação recíproca entre os contextos do trabalho e do não trabalho. Oferecem-se, assim, em linha com o desenvolvimento recente verificado na perspectiva vocacional, respostas às demandas que apontam para a necessidade de se considerar, nas teorias de carreira, a influência contextual nas trajetórias profissionais. A evolução da teoria do desenvolvimento de carreira sugerida por Super (1992) resultou no modelo conhecido como *life-span, life-space*, segundo o qual comportamentos e valores individuais são mediados por múltiplas influências contextuais. Cresce, assim, em relevância a relação entre os papéis desempenhados pelos indivíduos nas dimensões do trabalho e do não trabalho (BARROS, 2010).

As mudanças propostas podem ser encaradas como uma reação às críticas sobre a validade dos modelos tradicionais de carreira. Ao longo dos últimos anos, a aplicabilidade das teorias ortodoxas alinhadas às perspectivas vocacional e desenvolvimentista, vem sendo questionada por perspectivas emergentes de carreira, como as carreiras sem fronteiras, a proteana, e abordagens construcionistas, notadamente na psicologia social e na educação (BLUSTEIN; SCHULTHEISS; FLUM, 2004; YOUNG; COLLIN, 2004; SAVICKAS, 2011). Todavia, estas últimas, diversamente das duas primeiras, caracterizam-se pelo reconhecimento dos efeitos condicionantes exercidos pelos múltiplos contextos.

No âmbito dos estudos organizacionais, a perspectiva desenvolvimentista se mostrou marcante, fazendo-se presente, por exemplo, nos trabalhos propostos por Dalton e Thompson (1989) e Hall (1976). A adoção conjunta de múltiplas

perspectivas – vocacional, desenvolvimentista e interacionista simbólica – nos trabalhos empreendidos por Schein (1978, 1996) e Van Maanen e Schein (1977) é um ponto que merece destaque, ao apontar para um nível de interdisciplinaridade usualmente mais demandado do que praticado no campo de carreira nos estudos organizacionais e de gestão.

Em seu trabalho, Schein (1978) destacou três trajetórias de carreira, associadas às dimensões hierárquica, funcional e radial. No primeiro caso, contemplou-se a trajetória vertical de carreira, usualmente associada à carreira organizacional ou burocrática, ao passo que no segundo focou-se a aquisição incremental de conhecimento e habilidades técnicas. Já a dimensão radial, inovação proposta pelo autor, sinaliza a identificação de uma dinâmica de desenvolvimento de carreira em direção ao “centro”. Assim, mesmo na ausência de ascensão profissional, os indivíduos buscariam estratégias que propiciem uma maior proximidade dos postos de chefia. Tal trajetória configuraria, assim, uma forma alternativa de se alcançar prestígio na carreira.

No tocante às âncoras de carreira propostas por Schein (1978, 1996), definidas por Sullivan e Crocitto (2007) como “o padrão dos talentos, valores e motivos próprios percebidos pelos indivíduos”, nota-se a influência decisiva da tradição interacionista simbólica. Ao longo de uma abordagem longitudinal de pesquisa que compreendeu entrevistas em profundidade com 44 alunos do curso de *Master of Business Administration* (MBA) do Massachusetts Institute of Technology (MIT), o autor evidenciou oito desses padrões: competência técnico-funcional, competência gerencial, autonomia, segurança, criatividade, dedicação a uma causa, desafio puro e estilo de vida. Convém observar que, a despeito de a trajetória de carreira abranger, segundo o autor, fases que compreendem desde a infância até a fase adulta, a sua pesquisa empírica dedicou-se essencialmente às etapas da educação superior e da experiência profissional. Outro ponto que merece ressalva diz respeito à amostra adotada pelo autor, que em sua visão pode não ter capturado eventuais âncoras de carreira, relacionadas, por exemplo, às carreiras não hierárquicas e/ou menos prestigiadas (VAN MAANEN; SCHEIN, 1977).

2.1.1.3

Perspectiva sociológica

Contrapondo-se à orientação que privilegia o foco na agência, as abordagens no âmbito da perspectiva sociológica de carreira orientam-se à análise dos impactos das condicionantes sociais, culturais, institucionais e organizacionais no delineamento das trajetórias profissionais (MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Similarmente às perspectivas anteriores, suas origens se situam em um momento anterior àquele usualmente retratado. Assim, a despeito de a proposição de carreira como um conceito formal ter emergido a partir dos trabalhos de Hughes (1937), não há como negar a influência de trabalhos anteriores ao do autor nos estudos de carreira, com destaque para as contribuições de Durkheim e Weber (MOORE; GUNZ; HALL, 2007).

Revisões de literatura voltadas aos estudos de carreira destacam, usualmente, duas perspectivas sociológicas principais: a sociologia industrial e a etnografia. Na primeira, tende-se a assumir como objeto privilegiado de análise a influência, nas trajetórias profissionais, de fatores como classe social e *background* familiar. Prioriza-se, portanto, a compreensão das potenciais condicionantes estruturais que determinam a escolha e o desenvolvimento ocupacional.

Os estudos etnográficos estão associados notadamente aos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes da Escola de Chicago, com destaque para Everett Hughes. O principal herdeiro, nos estudos organizacionais, dessa perspectiva é Edgar Schein (MOORE; GUNZ; HALL, 2007), merecendo destaque também os trabalhos desenvolvidos por John Van Maanen (VAN MAANEN, 1977; VAN MAANEN; SCHEIN, 1977). A seguir, são tecidas breves considerações sobre ambas as correntes.

2.1.1.3.1

A sociologia industrial

As pesquisas efetuadas no âmbito dessa tradição, fortemente presente nas décadas de 1940 a 1970, têm como traço principal a ênfase atribuída a fatores estruturais, sobretudo, ao contexto de origem na configuração das trajetórias ocupacionais. Um conceito central é aquele de “estrutura de oportunidades”

(ROBERTS, 1975), empregado em contraposição à noção de “escolha ocupacional” ou de carreira, usualmente associada a uma demasiada valorização do poder de agência, portanto, a um “modelo” de ator racional e voluntarista. Segundo Roberts (1975), a inserção no mercado de trabalho seria pré-determinada por fatores estruturais ou sociológicos, revelando-se, inadequado, portanto, o uso da expressão ‘escolha ocupacional’. O que estaria em jogo, em sua visão, seria um processo de ajustamento individual a uma dada estrutura de oportunidades, expressão utilizada para condensar um conjunto de fatores que abrange, entre outros fatores, o (a): estado da economia, local de moradia, origem familiar, gênero e raça, causalmente relacionados aos tipos de carreira disponíveis aos indivíduos situados em distintas posições do espaço social.

Os resultados da perspectiva sociológica apontam, em seu conjunto, para uma estreita correlação entre níveis de estabilidade, segurança e mobilidade na carreira; classificação ocupacional; e classe social. Estudo efetuado por Form e Miller (1949), a partir de uma análise quantitativa da história profissional de uma amostra representativa dos trabalhadores da cidade de Ohio, evidenciou a existência de uma relação direta entre os níveis de segurança e estabilidade dos trabalhadores e sua posição ocupacional, de sorte que aquelas ocupações associadas aos estratos socioeconômicos superiores revelaram-se mais seguras e estáveis. No caso daqueles trabalhadores menos qualificados, verificou-se não só a presença de graus mais acentuados de instabilidade ocupacional, mas também reduzidos índices de mobilidade vertical. A análise dos dados corroborou ainda a estreita correlação entre as condições de origem e de destino, relevando uma correlação direta entre os níveis educacional e profissional de pais e filhos. Na mesma linha, Blau e Duncan (1967), ao analisarem a estrutura ocupacional norte-americana, evidenciaram os impactos objetivos da origem social dos pais sobre o *status* profissional de seus filhos, ainda que essa relação tenha sido, em larga escala, mediada pelo nível educacional destes últimos.

Tomando por base os resultados de uma pesquisa efetuada a partir de uma base de dados de trabalhadores norte-americanos descendentes de minorias não africanas, Duncan e Duncan (1968) destacaram a maior relevância dos efeitos da categoria classe social, quando comparada com a nacionalidade, sobre o desenvolvimento educacional e profissional. No tocante à análise das diferenças no desempenho ocupacional conforme o país de origem, os resultados

evidenciaram resultados inferiores por parte dos descendentes de latino-americanos. Verificou-se ainda que, entre as minorias alvo de análise, aquela que apresentou o desempenho ocupacional mais favorável foi justamente a enquadrada pelos autores sob a rubrica ‘grupo protestante anglo-saxão’, em linha, portanto, com o pressuposto teórico proposto por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2006).

Com esses breves exemplos, pretendeu-se ilustrar a relevância atribuída pelos defensores de uma abordagem sociológica ortodoxa ao fenômeno da reprodução da desigualdade social. As críticas usualmente dirigidas a tal perspectiva destacam a pouca ou inexistente atenção devotada à dimensão simbólica de análise, cujo resultado seria uma associação *muito direta* entre origem familiar/educação e mobilidade social, desconsiderando-se impactos advindos, por exemplo, dos múltiplos processos de socialização secundária.

Em seguida, serão apresentadas algumas considerações acerca da Escola de Chicago, alinhada a uma visão mais complexa da noção de carreira, que combina seus aspectos subjetivos e objetivos, e que assume atores e instituições como protagonistas da realidade social.

2.1.1.3.2

A contribuição da Escola de Chicago

A relevância da Escola de Chicago para os estudos de carreira é usualmente associada aos trabalhos desenvolvidos por Everett Hughes (1937, 2005) e seus discípulos, em especial Howard Becker (1953, 2008), Erwin Goffman (2013, 2014) e Eliot Freidson (1996), membros da segunda geração dessa tradição. Todavia, optou-se por destacar neste projeto as características dos trabalhos desenvolvidos pelos membros da primeira geração, em particular aqueles empreendidos por William Thomas e Robert Park, cuja influência sobre os trabalhos de Hughes não deve ser desprezada.

A emergência dessa tradição de pesquisa relaciona-se à fundação da Universidade de Chicago no ano de 1895, com a subsequente criação de um dos primeiros departamentos de sociologia dos Estados Unidos² (BECKER, 1996).

² Para Becker (1996), o departamento de sociologia da Universidade de Chicago teria sido o primeiro do país, ao passo que para Chapoulie (1996) ocuparia a segunda posição, tendo sido precedido pelo departamento de sociologia da Universidade de Kansas.

Influenciado pelo movimento reformista à época, o foco inicial de pesquisa dirigiu-se, prioritariamente, à investigação das “condições de vida e dos costumes da classe trabalhadora em algumas das grandes cidades dos Estados Unidos” (CHAPOULIE, 1996, p. 5). A partir da década de 1920, os pesquisadores do departamento debruçaram-se sobre a realidade social na qual estavam inseridos. Marcada por forte processo de industrialização, a cidade de Chicago experimentava naquela época um desenvolvimento econômico notável, porém desigual, recebendo numerosos contingentes de imigrantes cujo destino, em muitos casos, era a inserção precária no mundo do trabalho ou a delinquência.

O interesse na compreensão da situação social de então levou tais pesquisadores a trabalhar, do ponto de vista objetivo, no mapeamento das distintas populações, inclusive dos imigrantes, dispostos espacialmente em virtude do seu momento de chegada à cidade. A dimensão subjetiva de análise revelou-se nessas pesquisas tanto na importância conferida às significações que os indivíduos atribuíam às experiências vividas ao longo de suas trajetórias quanto nas estratégias metodológicas adotadas, sendo uma destas a história de vida (BECKER, 1996). No tocante a este método, convém destacar a pesquisa desenvolvida por William Thomas em conjunto com o jovem filósofo polonês Florian Znaniecki, cujo relatório final foi apresentado ao público por intermédio da obra, em cinco volumes, *The Polish peasant in Europe and America* (THOMAS; ZNANIECKI, 1918-1920). Essa obra marcou época e serviu como modelo de pesquisa para a comunidade de pesquisadores de então. Representou, em larga medida, uma ruptura com a tradição de pesquisa eminentemente teórica vigente, cuja base de dados advinha, sobretudo, de fontes secundárias.

Igualmente relevante foi a priorização conferida pelos autores a conceitos como o de desorganização social, segundo o qual a situação de determinadas comunidades não decorreria somente de políticas públicas malsucedidas, mas também dos laços familiares e comunitários construídos entre os seus membros. Buscava-se, assim, identificar as influências, por vezes deletérias, exercidas pela realidade social circundante – familiar e comunitária/vicinal – sobre os processos de adaptação e mudança dos imigrantes após sua chegada à América.

Outro foco de análise privilegiado pela primeira geração da Escola de Chicago, inter-relacionado à noção de desorganização social, foram os índices crescentes de delinquência juvenil na cidade de Chicago nas primeiras décadas do

século XX, notadamente entre os filhos dos imigrantes. Tal estado de coisas foi associado ao acentuado nível de violência experimentada localmente, fruto do crescimento demográfico desordenado e dos acentuados níveis de miséria vivenciados por segmentos da população. Segundo Shaw e McKay (1931), o comportamento delinquente associava-se a fatores como: (i) o processo de socialização desses jovens, dissonante dos padrões partilhados pela classe média local à época, (ii) a desorganização social, relacionada aos reduzidos mecanismos de controle institucionais nas áreas mais afetadas, localizadas em torno dos distritos industriais e longe do centro, (iii) a heterogeneidade populacional e (iv) o crescimento econômico. Para fins desta pesquisa é importante ressaltar a proximidade entre o conceito de desorganização social e aquele de desestruturação familiar, proposto por Souza (2012a) como elemento central de diferenciação das frações de classe representadas pela ralé brasileira (SOUZA, 2012b) e pelos batalhadores brasileiros ou nova classe trabalhadora (SOUZA, 2009). Em poucas palavras, o autor argumenta que a desorganização do núcleo familiar resultaria em uma configuração pouco propícia ao desenvolvimento daquelas disposições demandadas para a atuação no mercado competitivo, tais como disciplina e pensamento prospectivo.

Os trabalhos de Park seguiram o mesmo viés crítico, bem como interesses de pesquisa semelhantes aos de Thomas. Todavia, algumas particularidades merecem destaque, sobretudo no tocante às suas influências teóricas. Aluno dos filósofos John Dewey e William James, bem como do sociólogo George Simmel, Park desenvolveu uma abordagem de pesquisa que combinava aspectos de ordem moral, para a qual contribuiu a comunicação interpessoal cara ao pragmatismo, com outros de ordem ecológica, cujo foco central residia no conflito entre populações. Com vistas a tratar, objetivamente, esta última dimensão, recorreu ao uso de instrumentos como mapas e estatísticas (CHAPOULIE, 1996).

Para Park era de fundamental importância, no processo de pesquisa, a definição da situação da entrevista biográfica, na qual deveriam constar os dados referentes à caracterização do local de entrevista e dos respondentes, e à intervenção de terceiros. Igualmente primordial, em sua visão, era o estabelecimento de processos comparativos de análise. Entre os objetivos perseguidos com a adoção de um enfoque biográfico de pesquisa, estava o de ilustrar “a diversidade de modos de vida, de formas de reagir às regras sociais e,

principalmente, de sentir e interpretar os processos sociais” (NETO, 2007, p. 5), revelando, assim, a ocorrência de interpretações díspares para situações similares.

Herdeiro intelectual de Park, Hughes (1937, 2005) desenvolveu uma pesquisa com personalidade própria, com claro interesse pelas pesquisas antropológicas da época e com foco de pesquisa orientado a temas como relações étnicas, profissões e carreiras. Destaca-se, ainda, a influência exercida no decorrer de sua formação profissional pelo pragmatismo de George Mead, seu professor na Universidade de Chicago. Interessante notar que Hughes viria a descartar, em seu processo de pesquisa, o aspecto da desorganização social privilegiado por Park, bem como a utilização de histórias de vida como ferramenta metodológica, adotando, alternativamente, observações locais e entrevistas. À semelhança de Park, o autor articulou as dimensões micro e macro da realidade social, combinando observações situadas com análises de macroprocessos – industrialização, divisão do trabalho e urbanização.

Para Hughes (2005), era de fundamental importância o entendimento de que o ordenamento social “não poderia ser reduzido a estruturas ou a combinação de forças ou fatores” (CHAPOULIE, 1996, p. 22). Elege, conseqüentemente, e em linha com a tradição interacionista simbólica, as interações sociais como unidade de análise privilegiada. Uma noção estruturante do seu aparato conceitual é aquele de ciclo de vida, que compreende as fases sucessivas e ordenadas das trajetórias individuais. Em sua visão, na sociedade moderna este seria definido, sobretudo, pelas relações que os indivíduos estabelecem com as esferas da escola e do trabalho.

Para este autor, o ciclo social de um indivíduo, caracterizado por eventos previsíveis e imprevisíveis, e relacionado à sua posição social corresponderia ao seu ciclo biológico. Hughes (2005) destaca que nas sociedades atuais, até mesmo as fases do ciclo de vida associadas às regularidades de uma dada cultura ou sociedade são mais fluidas e dinâmicas e, portanto, mais sujeitas a mudanças. Contudo, para Hughes (2005), são os eventos críticos ou imprevisíveis que caracterizam a singularidade das carreiras. Deslocando os indivíduos de suas ações habituais, esses eventos representam pontos de inflexão em suas trajetórias e demandam, portanto, uma postura mais ativa na condução de suas carreiras.

Buscando romper com a dicotomia sujeito-objeto, Hughes (2005) define o conceito de carreira de sorte a contemplar tanto o aspecto *hard*, ou objetivo, que

reflete a sequência de ocupações ao longo da vida dos indivíduos, como aquele mais *soft*, ou subjetivo, relativo às significações que atribuem às experiências vivenciadas no decurso do seu ciclo profissional. Para o autor, todavia, “a carreira não é esgotada em uma série de negócios e realizações profissionais. Há outros pontos em que a vida de alguém toca a ordem social, outras linhas de realização social – influência, responsabilidade e reconhecimento” (HUGHES, 1937, p. 10). Portanto, a despeito da centralidade atribuída ao trabalho, a concepção de carreira proposta pelo autor “compreende a totalidade do ciclo de vida biológico”, abrangendo assim as múltiplas facetas da vida humana (NETO, 2007, p. 8).

O amplo escopo do conceito de carreira empregado pelos membros dessa escola de pensamento pode ser verificado em pesquisas cujo foco de interesse se distancia da análise de trajetórias profissionais. Tome-se, exemplificativamente, o estudo de Becker (1953) acerca das condições demandadas para o uso prazeroso da maconha. Em *Becoming a marijuana user*, o autor ressalta a importância da dimensão intersubjetiva na aquisição do aprendizado prático e, sobretudo, no processo de significação e ressignificação das experiências de prazer e desprazer vivenciadas nas primeiras tentativas de consumo da substância.

A influência dessa corrente de pensamento nos estudos de carreira enfraqueceu-se, pouco a pouco, até desaparecer quase por completo. Contudo, ressurgiu recentemente, seja pela retomada do enfoque biográfico dos trabalhos iniciais das décadas de 1920 e 1930 (DELUCA; OLIVEIRA, 2016), seja em conjunto com outras abordagens teóricas, a exemplo do estruturacionismo (BARLEY, 1989) e da antropologia (DELUCA; OLIVEIRA; CHIESA, 2016).

Segundo Chapoulie (1996), a contextualização inerente às análises empreendidas por Hughes é um dos seus traços distintivos, ainda que o autor “[tenha] criticado retrospectivamente sua própria pesquisa sobre ocupações por ter negligenciado tal contextualização em favor da análise interna” (CHAPOULIE, 1996, p. 25). Portanto, foi no tocante aos estudos de carreira que o autor parece ter desviado, em maior ou menor grau, da lógica integrativa que propôs para a compreensão da vida social. A ênfase atribuída ao contexto imediato ou situacional foi seguida por autores influenciados por Hughes (1937, 2005), como Goffman (2013, 2014) e Becker (2008), resultando, em larga medida, no descarte da categoria classe social do escopo de análise, ainda que se tenha privilegiado, em alguns estudos, populações desfavorecidas. Em muitos dos casos, no entanto,

o que se notou foi o direcionamento do foco de análise para a compreensão das trajetórias de grupos desviantes (BERTAUX, 1999), como músicos de jazz e usuários de drogas (BECKER, 2008) e distintos grupos estigmatizados, tais como prostitutas e delinquentes (GOFFMAN, 2013).

Um exemplo recente que ilustra a potencialidade da referida abordagem é a pesquisa empreendida por DeLuca e Oliveira (2016), na qual o processo de mudança verificado no ofício de tatuador é retratado a partir de uma lente analítica que conjuga um olhar micro com uma perspectiva macrocontextual, portanto, para além do domínio organizacional. Do ponto de vista temporal, a análise perseguiu a gênese ocupacional para muito além da situação presente e do contexto imediato.

2.1.1.4

Teorias contemporâneas de carreira

O surgimento de novas teorias de carreira, a partir de meados dos anos 1990, dialoga com a emergência de um novo ambiente econômico e organizacional, no qual níveis acentuados de competitividade passaram a demandar dos gigantes corporativos maior flexibilidade com vistas à sua adaptação e sobrevivência (KANTER, 1989). Diante desse cenário, as corporações puseram em marcha um amplo processo de reestruturação organizacional, suprimindo níveis hierárquicos e enxugando o seu quadro de pessoal. Resultou desse movimento um processo de externalização das atividades produtivas julgadas não essenciais e, conseqüentemente, a reorganização de grandes firmas em “unidades de negócio autônomas” (ARTHUR, 1994, p. 300).

Os proponentes dessas novas perspectivas, com destaque para as carreiras sem fronteiras (DeFILLIPPI; ARTHUR, 1994), declararam a superação do cenário prévio de mercado, marcado pela dominância de grandes corporações hierárquicas que competiam em um ambiente econômico estável (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). Igualmente contestado foi o conceito de carreira organizacional, cuja vigência só faria sentido, na visão desses autores, em um contexto organizacional cuja dinâmica fosse pautada por níveis acentuados de integração e coordenação vertical, por uma estrutura funcional hierárquica, pela valorização da competência técnica e por um forte mercado interno de trabalho.

Na ausência desses elementos, teria lugar a dissolução das antigas modalidades de carreira, conjugada com a emergência de tipos alternativos.

Modalidades mais difundidas na literatura, as carreiras sem fronteiras (ARTHUR, 1994) e a carreira proteana (HALL, 1996) dividiram o protagonismo com outras abordagens, a exemplo das carreiras caleidoscópica (MAINIERO; SULLIVAN, 2005), nômade (TREMBLAY, 2003) e pós-corporativa (PEIPERL; BARUCH, 1997). Propuseram-se, ainda, conceitos mais amplos, como o das carreiras inteligentes (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 2005) e sustentáveis (DE VOS; VAN DER HEIJDEN, 2015). Neste último caso, busca-se acolher a demanda crescente no campo dos estudos de carreira pelo reconhecimento dos efeitos que os múltiplos contextos - trabalho, família, espaços de lazer e laços de amizade -, em conjunto com a agência individual, exercem sobre a trajetória profissional. Todavia, os defensores desta perspectiva acreditam que a trajetória de carreira pode ser vista “como o resultado das escolhas feitas pelos proprietários individuais” (VAN DER HEIJDEN; DE VOS, 2015, p. 8). Resulta, portanto, inarticulada a relação entre contexto e agência, tendo como consequência a disjunção das dimensões subjetiva e objetiva da realidade social, tratadas, uma vez mais, como pólos opostos de uma equação mal resolvida.

2.1.1.4.1

Carreiras sem fronteiras

O conceito de organização sem fronteiras (*boundaryless organization*), paradoxalmente, não se originou na academia, mas no mercado, no início da década de 1990. Sua paternidade é atribuída a Jack Welch, então CEO da General Electric (GE), que sugeriu a necessidade de as corporações ultrapassarem as fronteiras organizacionais, com vistas a alcançarem resultados superiores (HIRSCHHORN; GILMORE, 1992). Adotado no ano de 1993 como tema de conferência da Academy of Management, o conceito popularizou-se, colaborando para tanto a publicação do livro *The boundaryless organization* (ASHKENAS; ULRICH; KERR, 1995). Definida como antônimo de carreira organizacional (ARTHUR, 1994) ou, ainda, como uma “sequência de oportunidades de trabalho que ultrapassa as fronteiras de uma única organização” (DeFILLIPPI; ARTHUR, 1994, p. 116), o construto “carreiras sem fronteiras” deu novo fôlego às pesquisas desenvolvidas no campo (PRINGLE; MALLON, 2003), apontando as limitações

inerentes ao escopo restrito de análise, adotado até então, da dimensão intraorganizacional (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996).

A dominância que tal perspectiva vem exercendo nas pesquisas de carreiras nos estudos organizacionais é tal, a ponto de se falar em um novo *status quo* (BRISCOE; HALL, 2006). A noção de carreiras sem fronteiras responde diretamente à emergência de um cenário no qual as novas formas organizacionais “determinam o *mix* de competências de carreira apropriadas para uma era particular” (MILES; SNOW, 1996, p. 97). Em termos contextuais, sua emergência pode ser associada à crise socioeconômica iniciada nos idos de 1970, que sucedeu a pujança econômica experimentada no período pós-segunda guerra (GUNZ; EVANS; JALLAND, 2000), com impacto destacado sobre as economias desenvolvidas do Ocidente. Resultou desse processo a instauração de uma política econômica neoliberal que desafiou, entre outros aspectos, as expectativas dos indivíduos no tocante às suas trajetórias profissionais (INKSON et al., 2012; ROPER; GANESH; INKSON, 2010).

O crescente processo de globalização, dialeticamente associado ao rápido desenvolvimento tecnológico verificado especialmente a partir da década de 1980, contribuiu decisivamente para o aumento dos níveis de competitividade, não mais regionais ou nacionais, mas globais. O resultado fundamental disso foi a instauração de um profundo processo de reestruturação organizacional, marcado pela redução significativa dos contingentes de trabalhadores (CLARKE, 2013; SULLIVAN, 1999), relacionada à eliminação de níveis intermediários de gestão (ADAMSON; DOHERTY; VINEY, 1998; KANTER, 1989; MILES; SNOW, 1996).

O traço característico central dessa nova modalidade de carreira diz respeito à mobilidade interorganizacional, física e psicológica, associada intimamente ao sucesso na carreira (SULLIVAN; ARTHUR, 2008) e ao aumento da eficiência nas organizações (ARTHUR, 1994). Nesse contexto, as carreiras passam a ser vistas como repositórios de conhecimento das firmas (BIRD, 1996), dado que as redes de relacionamento individuais se constituíam nos *building blocks* das redes organizacionais (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; RAIDER; BURT, 1996). O construto “carreiras sem fronteiras” traz em seu bojo uma demanda que remete à assunção, por parte dos empregados, da responsabilidade pela gestão de suas carreiras, traduzida em investimentos crescentes na aquisição e no

desenvolvimento de competências técnicas e relacionais, pré-requisito para a extração do retorno máximo do seu capital humano e para a garantia de sua empregabilidade (BARUCH, 2004).

Avança-se, assim, a partir do alegado dismantelamento da carreira organizacional, uma visão voluntarista do trabalhador que, definido como agente livre (ARTHUR, 1994) e investidor de seu capital de carreira, transmuta-se em empresário de si mesmo ou, em outros termos, em um capitalista de carreira (INKSON; ARTHUR, 2001). A adequada compreensão do processo de construção desse novo ator, aqui denominado “homem reticular”, em contraposição à concepção ao “homem organizacional” (WHYTE, 1956), demanda maior aprofundamento de alguns de seus aspectos centrais, tarefa que se persegue a seguir.

A noção de carreiras sem fronteiras implica uma forte ênfase na dimensão da agência, sobrevalorizando o potencial criativo individual, ainda que às custas da subvalorização de constrangimentos estruturais de toda sorte. Autoeficácia (BAKER; ALDRICH, 1996), autonomia individual (BARUCH; REIS, 2016), otimismo, resiliência (HIGGINS; DOBROW; ROLOFF, 2010) e inteligência (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 1995) são algumas das características associadas, pelos defensores desta perspectiva de carreira, aos indivíduos que habitam contemporaneamente as organizações, por sua vez, inseridas em “uma sociedade que está, como um todo, se tornando sem fronteiras” (BARUCH, 2006).

À superação das fronteiras relaciona-se a aquisição de uma multiplicidade de conhecimentos, matéria-prima para a construção de uma “carreira inteligente” (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 1995), composta por competências variadas: *know-why* (necessidades, motivação, valores, autoconhecimento e identificação), *know-how* (habilidades técnicas associadas ao ambiente de trabalho) e *know-whom* (capital social ou redes de contato externas e internas às organizações), em conformidade com os pressupostos da perspectiva estratégica da firma baseada em competências (DeFILLIPPI; ARTHUR; 1994).

Todo esse arsenal de conhecimentos guarda relação direta com as noções de empregabilidade e de mobilidade, alegando-se que diante do atual quadro de incerteza, complexidade e competitividade crescentes nos mercados, as empresas não poderiam mais se dar ao luxo de oferecer carreiras hierárquicas de longo

prazo (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; BARUCH, 2004). Dotados de múltiplas competências, os indivíduos veriam aumentadas as suas possibilidades de sucesso na carreira, não mais associado a elementos objetivos como *status*, progressão hierárquica, remuneração e estabilidade.

A relevância atribuída à dimensão subjetiva de carreira reflete a ressignificação do contrato psicológico (ROBINSON; KRAATZ; ROUSSEAU, 1994; ROUSSEAU, 1989). Anteriormente pensado em termos de um conjunto de expectativas mútuas que refletia a lealdade do trabalhador em troca de oportunidades de carreira e de estabilidade no emprego, o contrato psicológico, nas últimas décadas, expressaria um caráter não mais relacional, mas transacional. Desde então, desempenho e empregabilidade são propostos como as novas bases de troca das relações, agora de curto prazo, entre patrão e empregado.

Defende-se, nesta pesquisa, que a proposição desse novo construto corresponde à prescrição de um novo padrão normativo em substituição àquele representado pelas carreiras organizacionais. Segundo o novo padrão, os indivíduos, despojados dos tradicionais critérios de sucesso, passam a privilegiar o balanceamento entre as esferas pessoal e profissional, os múltiplos comprometimentos (família, comunidade e trabalho) e a persecução de metas “pessoalmente significativas” (MIRVIS; HALL, 1994, p. 366).

Desde a sua concepção, o construto “carreiras sem fronteiras” tem recebido inúmeras críticas que miram, entre outros aspectos, na imprecisão e na ambiguidade conceitual (SULLIVAN, 1999; ZEITZ; BLAU; FERTIG, 2009). Ao menos parcialmente, isso pode ser associado ao fato de a sua criação não ter se baseado na constatação empírica de um fenômeno, mas na difusão acrítica de uma terminologia adotada no ano de 1993 como tema de conferência da Academy of Management (INKSON et al., 2012).

A denominação parece ignorar o fato de que, ao longo de suas carreiras, os indivíduos tendem a cruzar barreiras representadas, entre outros aspectos, por mudanças de função, de indústria ou setor de atuação e de localização geográfica. Em lugar da alegada supressão das fronteiras organizacionais, aponta-se para a sua maior permeabilidade. Destaca-se, igualmente, que ao enfraquecimento dos vínculos com as organizações corresponderia o fortalecimento de outros comprometimentos, expressos, por exemplo, na redução da mobilidade

ocupacional (WALTON; MALLON, 2004; CURRIE; TEMPEST; STARKEY, 2006; LAWRENCE, 2010).

Nem mesmo o incremento da mobilidade interorganizacional é ponto pacífico na literatura. Alguns dos estudos que se debruçaram sobre o tema apontaram tão somente pequenas alterações no giro da mão de obra nas últimas décadas, contrapondo-se às alegações de superação da carreira organizacional em favor da emergência e dominância das carreiras sem fronteiras (GUNZ; EVANS; JALLAND, 2000; INKSON et al., 2012; CLARKE, 2013).

Análises que tomaram por base o mercado de trabalho norte-americano nas últimas décadas destacaram, em contraposição ao construto “carreiras sem fronteiras”, que “a relação de trabalho de longo prazo com um único empregador ainda é uma característica central do mercado de trabalho [...]” (STEVENS, 1995, p. 24). Compartilhando desse entendimento, Jacoby (1999), ao mesmo tempo em que rejeita o desaparecimento das carreiras de longo prazo, afirma que alguns dos principais diferenciais nas relações de trabalho na década de 1990 são: a transferência de responsabilidades do empregador para o empregado; o crescimento de posições de trabalho atípicas, precárias em sua maioria; e a eliminação dos estratos gerenciais intermediários, como resultado da combinação dos investimentos em tecnologia da informação (modernização tecnológica) e dos processos de reorganização do trabalho e de fusão e aquisição. Segundo esse autor, a falácia da descontinuidade é fomentada por setores da mídia, por consultores empresariais e por acadêmicos, cujas carreiras são erigidas em torno de conceitos que enfatizam rupturas e descontinuidades em relação ao *status quo*. Outros autores destacam a existência de forças internas às organizações que atuam no delineamento das carreiras, chamando a atenção para a vitalidade do mercado interno de trabalho (OSTERMAN; BURTON, 2005).

Outra crítica recorrente diz respeito às reduzidas evidências empíricas capazes de suportar algumas das mudanças associadas a tal modalidade de carreira (COHEN; MALLON, 1999; DANY, 2003; PRINGLE; MALLON, 2003). As prescrições subjacentes a tal perspectiva têm, como suporte primordial, os resultados de pesquisas cujo foco de análise recai sobre empresas de subsetores específicos e com dinâmicas muito particulares de funcionamento, a exemplo das indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício (SAXENIAN, 1996), de filmes

(JONES, 1996; JONES; DeFILLIPPI, 2006; INKSON; PARKER, 2005) e de biotecnologia (EATON; BAILYN, 2000).

O destaque conferido ao papel da agência no delineamento das carreiras sem fronteiras (WEICK, 1996; EBY; BUTTS; LOCKWOOD, 2003) é julgado excessivo por críticos que enxergam, nesse ponto específico, um argumento que visa a legitimar a transferência do ônus do desenvolvimento integral da carreira das organizações para o trabalhador (PRINGLE; MALLON, 2003), que, enquanto empresário de si mesmo, é visto como capaz de negociar, livremente, o seu passe no mercado. No entanto, a crescente relevância atribuída à dimensão contextual de análise (MAYRHOFER; MEYER; STEIRER, 2007) oportuniza a consideração de aspectos pouco abordados pelos adeptos dessa perspectiva, afeitos sobremaneira ao contexto imediato de análise. O reconhecimento da influência das dimensões política e social no processo de construção de carreiras foi sugerido como elemento capaz de auxiliar na compreensão do impacto das condicionantes sociais nas trajetórias profissionais, desvelando, assim, “como o conceito de ‘carreira’, e os padrões de carreira de uma dada ocupação, refletem as [...] diferenças entre indivíduos com diferentes origens sociais” (GUNZ; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011, p. 1614).

A extensão das carreiras sem fronteiras a “todos os trabalhadores e a todas as sequências de trabalhos” (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996) vem sendo igualmente questionada, por desconsiderar, entre outros aspectos, as diferenças interculturais. A assunção da “portabilidade cultural” representaria, em última análise, a universalização de trajetórias de carreiras de um seletor grupo de trabalhadores *white collar* norte-americanos (WALTON; MALLON, 2004, p. 92), refletindo, assim, a reificação de uma cultura marcada pelo individualismo (CHUDZIKOWSKI et al., 2009). Essa crítica foi referendada por pesquisas realizadas em diferentes países, tais como Bélgica (DE CALWÉ; VAN DOOREN; JANVIER, 2014), Nigéria (ITUMA; SIMPSON, 2009), Reino Unido e China (PANG, 2003).

A normalização do construto “carreiras sem fronteiras” tem o condão de suprimir diferenças de toda ordem, ocultando barreiras impostas aos indivíduos em virtude de seu contexto de origem (INKSON et al., 2012; VAN BURREN III, 2003) e de suas identidades étnicas e de gênero (PRINGLE; MALLON, 2003). Destaca-se, aqui, a necessidade da análise transversal dessas categorias, de sorte

que eventuais análises dirigidas prioritariamente aos dois últimos aspectos não se restrinjam ao tradicional foco orientado às carreiras executivas, hierárquicas e profissionais e, conseqüentemente, àquela minoria de trabalhadores que, em virtude da posse de recursos e competências escassos, têm acesso a oportunidades diferenciadas de carreira (CURRIE; TEMPEST; STARKEY, 2006; DE CALWÉ; VAN DOOREN; JANVIER, 2014; VAN BURREN III, 2003).

Por trás dessa minoria privilegiada oculta-se um contingente maciço da força de trabalho, cuja precariedade das condições laborais encontra-se associada a níveis reduzidos de remuneração e benefícios, proteção legal e treinamento (BLUSTEIN, 2008). Destinada ao mercado de trabalho secundário (ZEITS; BLAU; FERTIG, 2009), portanto sem acesso às oportunidades de carreira intraorganizacional ou, em outros termos, ao mercado interno de trabalho (DOERINGER; PIORE, 1970), essa massa de empregados e desempregados vivencia, em geral, sucessivas experiências de mobilidade involuntária, vagando de emprego em emprego em busca do atendimento de suas necessidades imediatas (MACDONALD; MARSH, 2005).

As considerações expostas subsidiam o questionamento que se faz, nesta pesquisa, ao processo de reificação da autogestão subjacente a muitas das análises empreendidas no campo de estudo de carreiras, sobretudo no domínio da administração e da gestão, correspondente à universalização de um traço que, na melhor das hipóteses, parece aplicável a uma parcela ínfima de trabalhadores, com acesso ao longo de sua história de vida a recursos de ordem econômica, cultural e social. Todavia, para “aqueles menos favorecidos que lutam para mobilizar os recursos pessoais necessários para se engajar no mercado de trabalho eficazmente, a autogestão de carreira pode ser prejudicial” (KING, 2004, p. 130).

Alguns autores, elevando o tom das críticas, sugerem que as carreiras sem fronteiras correspondem a um discurso que funciona tanto como forma de legitimação dos efeitos das reestruturações organizacionais e da redução das oportunidades de carreiras oferecidas atualmente no mercado (COHEN; MALLON, 1999) quanto como “manifestação de um discurso neoliberal que enfatiza a responsabilidade individual e não organizacional ou societal pelos resultados econômicos e de carreira” (ROPER; GANESH; INKSON, 2010, p. 673).

A recepção positiva desse discurso pelo campo dos estudos de carreira pode ser explicada tanto por representar um alento ou, ainda, um meio para os indivíduos se situarem em um mundo tão ameaçador e inseguro (GUNZ; EVANS; JALLAND, 2000) quanto por se harmonizar com uma miríade de outros discursos presentes nos estudos organizacionais (COHEN; MALLON, 1999), com destaque para aquele que prima pela inevitabilidade da flexibilidade organizacional (CURRIE; TEMPEST; STARKEY, 2006). Em linha com essa linha de argumentação, Souza, Lemos e Silva (2017) propuseram um enquadramento crítico alternativo segundo o qual o construto “carreiras sem fronteiras”, ao operar enquanto elemento normativo e legitimador das relações de emprego contemporâneas, é interpretado como dispositivo central do novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009).

Defende-se, aqui, a existência de um entrelaçamento discursivo (GAY; SALAMAN; REEDS, 1996) entre noções diversas como flexibilidade, empregabilidade, *management* e gestão, capital humano e carreiras contemporâneas – sem fronteiras, proteana e outras. A introjeção de uma visão individualista e capitalística de mundo inerente a tais noções, atravessada pela extensão da ideologia da gestão a todos os domínios da vida (GAULEJAC, 2007), reflete em última instância um processo de colonização do mundo da vida pela economia (HABERMAS, 2012), revelando, assim, o crescente avanço do poder econômico sobre as demais esferas do mundo social. Recorrendo à tese de Karl Polanyi (2000) que defende a excepcionalidade do processo de desincrustação (*des-imbeddedness*) da economia capitalista, ou seja, o fato de nesse sistema, em contraposição aos precedentes, “em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77), Mayrhofer, Gunz e Steyrer (2007, p. 123, *itálico nosso*) referem-se a tal mudança como *a grande transformação*, caracterizada pela crescente influência do poder econômico nas decisões políticas.

Todavia, conforme ressaltam Hanchey e Berkeelar (2015), discursos relacionados ao construto “carreiras sem fronteiras” afetam desigualmente os indivíduos em função de suas condições materiais e culturais. Os resultados de uma pesquisa empírica realizada por esses autores com jovens da Tanzânia ilustrou a relação entre as necessidades individuais imediatas e os discursos relacionados ao sucesso profissional, propagados por duas revistas periódicas com

público alvo distinto. Tomando como objeto de pesquisa os discursos acerca do tema “sucesso na carreira”, sinaliza-se um alinhamento dos pressupostos das carreiras sem fronteiras apenas nos conteúdos da revista destinada aos jovens das classes mais privilegiadas.

Após a revisão crítica do construto “carreiras sem fronteiras”, são tecidas a seguir considerações a respeito das recentes propostas de incorporação, ao campo de estudos de carreira, de perspectivas relacionais alinhadas a teorias sociológicas de longo alcance (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

2.1.1.4.2

Carreira e teorias sociais de longo alcance

Ao longo da década de 2000, desenvolveu-se, alternativamente às abordagens *mainstream* dedicadas a capturar a atual dinâmica das carreiras no mercado de trabalho, uma perspectiva de análise caracterizada pela adoção de teorias sociais de longo alcance como estratégia teórico-empírica de pesquisa, a exemplo das iniciativas que enfocam a teoria sistêmica de Niklas Luhmann (BECKER; HAUNSCHILD, 2003), o estruturacionismo de Anthony Giddens (BARLEY, 1989) e a teoria da prática de Pierre Bourdieu (IELLATCHITCH; MAYRHOFER; MEYER, 2003; CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; LATZKE et al., 2015; BJERREGAARD; KLITMOLLER, 2016; MA/CLEAN; HARVEY; KLING, 2017).

De especial interesse para esta pesquisa são alguns dos pressupostos subjacentes às perspectivas desenvolvidas por Anthony Giddens (2009) e, sobretudo, por Pierre Bourdieu (1990), cujo enquadramento no âmbito do novo movimento teórico³ (ALEXANDER, 1986), emergente nas ciências sociais a partir da década de 1980, reflete o intuito desses autores de superar um sem-número de dualidades ou “antinomias profundamente enraizadas” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 3) – micro e macro, subjetivo e objetivo, agência e estrutura. Ambas as perspectivas podem ser interpretadas, igualmente, como uma reação paradigmática que busca resgatar, ainda que de formas e em proporções diferentes, a dimensão do conflito no mundo social.

³ Podem ser destacados no âmbito de tal movimento os esforços teóricos de Habermas (2012), bem como aqueles alinhados à epistemologia realista crítica (BHASKAR, 1979; ARCHER, 2003).

Pretendendo superar tanto orientações objetivistas – com destaque para o funcionalismo parsoniano e para as distintas vertentes do estruturalismo – quanto subjetivistas, manifestadas sob a forma de um interesse renovado na fenomenologia, na hermenêutica, no interacionismo simbólico e na etnometodologia, as teorias avançadas por ambos os autores enfocam a relação dialética entre as dimensões micro e macro de análise ou, em outros termos, a relação recursiva entre agência e estrutura. Caracterizam-se, portanto, pela adoção de uma abordagem relacional de análise (EMIRBAYER; JOHNSON, 1997; MUTCH; DELBRIDGE; VENTRESCA, 2006) que, ao rejeitar o sujeito racional neoclássico, supostamente capaz de pautar suas ações por um modo de pensamento “prospectivamente racional”, privilegia a ação “retrospectivamente racional” dos atores sociais (FRIEDLAND, 2009, p. 898).

Alternativamente aos modos de conhecimento fenomenológico e objetivo, propõem um modo de conhecimento praxeológico que, ao atribuir relevância à “experiência primeira do mundo social e da compreensão imediata das palavras e dos atos do outro” (BOURDIEU, 1994, p. 46), o faz sem descuidar da sua necessária reinserção no espaço social mais amplo – “sistema de relações objetivas e independentes das consciências e das vontades individuais [...] que a análise fenomenológica dessa experiência tendia a excluir” (BOURDIEU, 1994, p. 48).

Privilegia-se, portanto, a prática dos agentes, seja por intermédio da consciência prática que faculta aos atores um conhecimento tácito sobre como “continuar nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta” (GIDDENS, 2009, p. xxv), seja do *habitus* – “sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados)” que, operando a transformação da “herança coletiva em inconsciente individual e comum” (BOURDIEU, 2001, p. 346), propiciam aos agentes atuar de forma coerente e constante no espaço social (BOURDIEU, 1990). Opera-se, portanto, um processo, em sua maior parte inapreensível aos agentes, de *presentificação do passado*, central para o sentido de permanência e segurança individual e coletivo.

O recurso a referenciais teóricos cujo traço característico reside no esforço em dirigir um olhar compreensivo à realidade social, procurando compreendê-la em seus distintos aspectos, está na origem do movimento que nos últimos anos vem reconhecendo os benefícios potenciais da adoção de teorias sociais de longo

alcance no campo dos estudos de carreira (IELLATCHICH; MAYRHOFFER; MEYER, 2003; MAYRHOFFER; MEYER; STEYRER, 2007; LATZKE et al., 2015). Tal posicionamento favorável justifica-se pelo reconhecimento de que tais arcabouços teóricos, integrando em um todo coerente diferentes perspectivas de análise, se mostram potencialmente capazes de superar grande parte dos inconvenientes, tanto de origem ontológica quanto epistemológica e metodológica, oriundos da adoção de abordagens multi ou interdisciplinares (MAYRHOFFER; MEYER; STEYRER, 2007). Consiste, portanto, em uma resposta que vem ao encontro da crescente demanda por interdisciplinaridade no campo dos estudos de carreira (ARTHUR, 2008; PARKER; KHAPOVA; ARTHUR, 2009; LAWRENCE, 2010), materializada, entre outras iniciativas, pela publicação de uma edição especial do periódico *Human Relations*, intitulada “Interdisciplinary approaches to contemporary career studies” (KHAPOVA; ARTHUR, 2011).

Dada a linha ontológica e epistemológica adotada neste trabalho, optou-se por orientar o foco de análise para os desenvolvimentos teóricos alinhados à perspectiva bourdieusiana. Em primeiro lugar, cabe observar que a crescente adoção da lógica relacional de análise proposta por Bourdieu (BOURDIEU, 1990), seja no campo dos estudos organizacionais (EVERETT, 2002; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; MUTCH; DELBRIDGE; VENTRESCA, 2006; SWARTZ, 2008), seja no campo da gestão (TATLI, 2011; SIEWEKE, 2014; SIEBERS; KAMOCHE; LI, 2015) ou, ainda, no campo dos estudos de carreiras (IELLATHCHITCH; MAYRHOFFER; MEYER, 2003; MAYRHOFFER; MEYER; STEYRER, 2007; GUNZ; MAYRHOFFER; TOLBERT, 2011; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012; SPENCE; CARTER, 2014), pode ser compreendida como eco ou reflexo da virada relacional ocorrida na segunda metade da década de 1990 nas ciências humanas (EMIRBAYER, 1997; EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Outro fator passível de associação com a crescente utilização de *frameworks* teóricos mais robustos no campo de carreiras diz respeito à crescente contribuição de pesquisas exteriores ao eixo anglo-saxão. A influência pode ser percebida em várias frentes, seja no avanço do diálogo interdisciplinar promovido por pesquisadores europeus ao longo da década de 2000, seja em sua crescente representatividade na divisão de estudos de carreira da Academy of Management

(MAYRHOFER; SCHNEIDOFER, 2009). Cabe observar, ainda, o protagonismo assumido por tais acadêmicos em publicações que, em virtude da relevância no campo, vem contribuindo para a sua (re)construção – *Handbook of career studies* (GUNZ; PEIPERL, 2007) e *Handbook of research on sustainable careers* (DEVOS; VAN DER HEIJDEN, 2015).

Destaca-se que, em linha com os estudos pioneiros de Hughes (1937, 2005), os autores alinhados à perspectiva bourdieusiana buscam integrar as múltiplas dimensões de análise – micro (individual), meso (contextual/organizacional) e macro (institucional) –, procurando, assim, superar os referidos dualismos tendentes, em maior ou menor grau, a propor leituras reducionistas da vida humana associada. Diferenciam-se, contudo, da abordagem interacionista simbólica (BECKER, 1953, 1982; HUGHES, 1937, 2005) ao priorizar, em suas análises, os aspectos estruturais subjacentes às relações intersubjetivas do contexto imediato, ou seja, os “constrangimentos externos atuantes sobre as interações e representações” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 11).

A divergência entre ambas as abordagens pode ser notada, por exemplo, por meio das análises divergentes que propõem acerca da formação do domínio das artes, capturada, por um lado, pela noção de campo artístico (BOURDIEU, 1996) e, por outro, pelo conceito de mundo da arte (BECKER, 1982). Ao passo que no primeiro caso buscou-se apreender a realidade social por intermédio do mapeamento da estrutura de relações objetivas de posições e de tomadas de posição no campo de produção artística, no segundo caso privilegiaram-se as interações observáveis entre os agentes. Verifica-se, conseqüentemente, uma dissonância acentuada nas representações do mundo artístico propostas pelos autores, uma “feita de competição agônica e imposição simbólica” e outra por “formas colaborativas de ação coletiva” (WACQUANT, 2005, p. 119).

A ênfase atribuída, nesta pesquisa, à necessidade de posicionamento dos sujeitos no espaço social, revela o reconhecimento da importância da influência exercida pelas condições sociais de origem dos atores no delineamento de seu horizonte de possibilidades (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Faz-se coro, portanto, com o pressuposto defendido por Bourdieu (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97) segundo o qual:

o real é relacional: o que existe no mundo social são relações – não interações entre agentes ou laços intersubjetivos entre indivíduos, mas relações objetivas que existem “independentemente das consciências e desejos individuais”, como dizia Marx.

Enfatizando que “*carreiras são sempre carreiras em contexto*” (MOORE; GUNZ; HALL, 2007, p. 215, grifo nosso), defende-se, em particular, a necessidade da análise conjunta dos impactos das mudanças socioeconômicas, culturais, políticas e organizacionais nas dinâmicas do mercado de trabalho, sobretudo na extinção e criação de modalidades laborativas, de modos de organização e de gestão do trabalho, sem perder de vista a dinâmica singular das trajetórias individuais dos agentes.

Após situar o pensamento bourdieusiano no âmbito de um modo relacional de pensar a realidade social e, por outro, elencar alguns dos fatores causalmente relacionados à recepção de suas ideias nos campos dos estudos organizacionais e da gestão, apresentam-se no tópico a seguir, os principais conceitos estruturantes da arquitetura teórico-metodológica avançada pelo autor (BOURDIEU, 1990, 2013). Posteriormente, orienta-se o foco de atenção àqueles desenvolvimentos alinhados à perspectiva bourdieusiana no âmbito da perspectiva organizacional de carreira. Por fim, direciona-se o viés de análise para uma leitura particular da obra do autor, centrada em sua teoria das classes sociais, cuja ausência sistemática dos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional e da gestão reflete o deslocamento sofrido nas últimas décadas pela categoria classe social no âmbito das ciências sociais e humanas (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Cabe observar, ainda, que nos casos em que se verifica a opção por essa lente analítica o recorte de pesquisa tende a privilegiar as elites corporativas (HARTMANN, 2000; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012; MACLEAN; HARVEY; KLING, 2014, 2017).

A análise acerca da teoria das classes sociais foi desenvolvida, sobretudo, por intermédio (i) do resgate da análise efetuada a partir dos trabalhos desenvolvidos por Bourdieu para dar conta do processo de transição socioeconômica vivenciada tanto na Argélia, especialmente, na década de 1960 (BOURDIEU, 2004; GARCIA-PARPET, 2006; PETERS, 2017), (ii) de um conjunto de artigos publicados na década de 1980 e início da década de 1990

(BOURDIEU, 1985, 1987, 1989, 1993), e (iii) do retrato proposto para a sociedade francesa contemporânea em *A Distinção* (BOURDIEU, 2013).

Utilizou-se, enquanto aporte teórico-empírico adicional, um conjunto de estudos desenvolvidos nas duas últimas décadas na Inglaterra, no âmbito da virada cultural ocorrida nos estudos de classe/estratificação (REAY, 1997, 2015; BOTTERO, 2004; ATKINSON, 2009; SAVAGE et al., 2013; FRIEDMAN, 2015). Merece destaque, ainda, o fato de o atravessamento da categoria classe social por aspectos como gênero (LAWLER, 1999; REAY, 1997, 1998; SKEGGS, 2004) e raça (REAY, 2004a; REAY et al., 2001; ARCHER; HOLLINGWORTH; HALSALL, 2007) constituir-se em um traço característico dessas pesquisas, sugerindo de antemão a possibilidade de se considerarem fontes de poder alternativas, como os capitais de gênero (HUPPATZ, 2009; REAY, 2004b; ROSS-SMITH; HUPPATZ, 2010) e étnico (CROZIER; DAVIES, 2006).

Um ponto caro a esta pesquisa é o fato de o referido conjunto de estudos, diversamente daqueles desenvolvidos no campo de carreira sob a perspectiva organizacional e da gestão, não restringir o foco de análise às carreiras gerenciais e profissionais, enfocando, igualmente, trajetórias educacionais (ARCHER; HOLLINGWORTH; HALSALL, 2007; ATKINSON, 2012; CROZIER et al., 2008; INGRAM, 2011; LOVEDAY, 2014; REAY, 2001, 2002; REAY; CROZIER; CLAYTON, 2009) e profissionais de membros da classe trabalhadora (ABRANTES, 2012, 2014; ALLEN; HOLLINGWORTH, 2013; FRIEDMAN; O'BRIEN; LAURISON, 2016; LAURISON; FRIEDMAN, 2016).

À luz desses desenvolvimentos, serão apresentadas algumas das tendências e dos *gaps* apontados pela literatura acerca do tema carreira, sobretudo no cenário nacional, com base nos quais serão propostos alguns avanços considerados adequados a contribuir para o desenvolvimento, nos estudos de carreira, de uma abordagem compreensiva do mundo social. Em seguida, serão apresentados alguns elementos iniciais julgados necessários para o esboço de uma teoria neo-bourdieuiana de carreira, cujo intuito primordial é articular, de forma integrada, aspectos tais como a influência da dimensão socioeconômica, da variabilidade contextual e da dimensão da reflexividade nas trajetórias profissionais. Para tal empreitada, propõe-se a adoção crítica das ideias propostas pelo sociólogo francês Bernard Lahire (LAHIRE, 2004, 2016) e pela socióloga britânica Margareth Archer (ARCHER, 2007, 2016).

Tal proposta abrange, ainda, a dimensão moral de análise, julgada essencial para a tematização das trajetórias profissionais, sobretudo daquelas trilhadas por indivíduos cuja condição de extrema precariedade no ambiente de trabalho reflete a condição objetivamente subordinada que ocupam no espaço social, determinada por reduzidos volumes das distintas modalidades de capital, sobretudo o econômico e o cultural. Apesar de crescentemente evidenciado na contemporaneidade, tal quadro atinge de forma acentuada aqueles indivíduos situados em posições subalternas na hierarquia social de regiões periféricas do sistema global, como o Brasil. Em vista do reconhecimento dessa situação, optou-se por recorrer à tese alternativa de modernização brasileira defendida pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza; em particular, a suas obras *A construção social da subcidadania* (2012a), *Ralé brasileira* (2009) e *Batalhadores brasileiros* (2012b). Externaliza-se, portanto, em linha com as considerações aventadas por Gunz, Mayrhofer e Tolbert (2011), a opinião pessoal de que a importação de referenciais teóricos exógenos pode não corresponder à solução mais adequada para a análise de realidades locais singulares, remetendo, assim, à necessidade de valorização do conhecimento desenvolvido localmente, sem desconsiderar, no entanto, contribuições oriundas de fontes externas, quando aplicáveis.

2.2 Teoria da prática, carreiras e classe social

O empreendimento metateórico proposto por Bourdieu (1990) pode ser enquadrado no âmbito da sociologia do conhecimento, representando um esforço analítico de compreensão das “relações entre formas simbólicas de conhecimento e estruturas sociais objetivas” (KÖGLER, 1997, p. 141). A multidisciplinaridade subjacente ao arcabouço bourdieusiano reflete a busca de uma síntese que abrange os clássicos da sociologia; as contribuições de Elias, Mannheim e Goffman; a fenomenologia; a linguística, com destaque para os trabalhos de Wittgenstein; e ainda o racionalismo de Bachelard e o relacionismo de Cassirer (VANDENBERGHE, 1999). Revela-se, portanto, um arcabouço teórico em linha com as recorrentes demandas nos estudos de carreira por perspectivas analíticas interdisciplinares (ARTHUR, 2008; GUNZ; MAYRHOFER, 2015, 2017; KHAPOVA; ARTHUR, 2011; LAWRENCE, 2010).

Além de congregar um conjunto de teorias ou conceitos em um todo robusto, a exemplo das noções de campo, *habitus*, capital e violência simbólica, o *framework* proposto pelo autor pode ser lido ainda como uma tentativa de reconceituação do conceito de classe social, mobilizando para tanto uma série de translações a partir de contribuições, sobretudo, dos sociólogos clássicos. Resulta desse esforço uma abordagem que congrega, de forma indissociável, as dimensões simbólica e material de análise, e que enfoca a “relação entre estrutura de classe e processos de socialização” (ABRANTES, 2014, p. 985). Portanto, ainda que a abordagem proposta pelo autor busque ultrapassar o economicismo reinante tanto no materialismo histórico quanto na economia clássica (WACQUANT, 2013), diversamente de muitas outras perspectivas, o giro na direção do domínio cultural não resultou, nesse caso, no descarte da dimensão material da realidade social (REAY, 2011). Outro aspecto relevante diz respeito ao ecletismo metodológico do autor, de sorte que o seu *framework* teórico se presta à realização de pesquisas que adotam tanto uma lente de análise macro (ABRANTES, 2012; BISON, 2011; LAURISON; FRIEDMAN, 2016; MACLEAN; HARVEY; KLING, 2017; SAVAGE et al., 2013) quanto micro (ABRANTES, 2014; FRIEDMAN, 2016; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012).

Acredita-se, com base nessas breves considerações, que a sociologia relacional teórico-empírica proposta por Bourdieu (GOLSHORKI et al., 2009), cujos conceitos estruturam as dimensões micro, meso e macro da realidade social, seja adequada à integração das dimensões individual, organizacional e social, ponto central para os estudos de carreira (BARLEY, 1989; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Não menos relevante é a contribuição potencial que pode prestar no que diz respeito à análise contextualizada de pesquisas voltadas não apenas às carreiras profissionais, gerenciais e hierárquicas, mas também às trajetórias ocupacionais dos indivíduos das classes dominadas, usualmente ausentes do horizonte de análise nos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional e da gestão (GUEST; STURGES, 2007; PRASAD; D’ABATE, PRASAD, 2007). Por último, mostra-se útil para aquelas análises que assumem a dimensão do poder como central para a compreensão das carreiras individuais e coletivas (GUNZ; MAYRHOFER, 2015; LATKZE et al., 2015).

Nos tópicos a seguir, são apresentadas as principais noções propostas pelo autor, especialmente, a tríade campo, *habitus* e capital; algumas breves

considerações acerca da apropriação do arcabouço bourdieusiano nos estudos de carreira e, por fim, alguns aspectos relacionados à sua teoria das classes sociais (FLEMMEN, 2013. WACQUANT, 2013).

2.2.1

Teoria da prática: considerações iniciais

A sociologia de Pierre Bourdieu pode ser lida como uma filosofia da ação disposicionalmente orientada que articula, em contraposição ao modo dominante de pensamento que privilegia “realidades substanciais” (BOURDIEU, 2013, p. 3), um esquema teórico-conceitual assentado em farta base empírica e operacionalizado por intermédio de um conjunto de conceitos interdependentes e dialeticamente relacionados (EMIRBAYER; JONHSON, 2008; WACQUANT, 1992). Assume centralidade em seu modelo a tríade conceitual que abarca as noções de campo, *habitus* e capital (BOURDIEU, 1990), cuja operacionalização busca apresentar uma visão relacional da sociedade (MUTCH; DELBRIDGE; VENTRESCA, 2006; GOLSHORKI et al., 2009) capaz de superar falsas dualidades, em especial a que opõe estrutura e indivíduo (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Ao rejeitar a sobrevalorização do potencial criativo subjetivo proposto por determinadas correntes de pensamento, a abordagem relacional permite “descobrir a coletividade no âmago das individualidades, sob a forma da cultura” (BOURDIEU, 1989, p. 342).

Entre os princípios orientadores da empreitada empírico-teórica bourdieusiana, podem ser destacados o ideal de integração das formas de conhecimento subjetivo e objetivo, a conquista do objeto-alvo de análise e o uso da reflexividade no processo de pesquisa, sobretudo no tocante aos pressupostos trazidos pelo pesquisador para o campo de pesquisa em virtude de sua posição no espaço social (BOURDIEU, 1990; SWARTZ, 2008). Todavia, para além da origem social do pesquisador, há de se considerar outras coordenadas identitárias que podem contribuir para a sua caracterização enquanto sujeito epistêmico, a exemplo de sua raça e gênero, cabendo observar, ainda, vieses adicionais decorrentes ora da posição ocupada pelo pesquisador no campo acadêmico (EVERETT, 2002).

A vinculação genética das dimensões prático-cognitiva e estrutural ou, alternativamente, a correspondência entre os esquemas de ação, percepção e apreciação dos agentes e a matriz objetiva de relações sociais constitutivas do espaço social e dos campos especializados (BOURDIEU, 1990; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008) é o ponto de partida para uma leitura singular da realidade social que relaciona o processo de luta pelos princípios de hierarquização dos sistemas simbólicos à legitimação de uma estrutura social desigual, para cuja eficiência operacional concorre a concordância tácita dos dominados (BOURDIEU, 2010). Portanto, adicionalmente à função manifesta de conhecimento, os sistemas simbólicos atuam como instrumentos de dominação que, ao legitimar relações de poder arbitrárias, o fazem na razão direta em que conseguem dissimulá-las como relações naturais (ROBINSON; KERR, 2009).

Engendra-se, por meio do exercício desse poder simbólico, verdadeiro “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2010, p. 7-8), a disposição dos participantes em jogar, conforme as regras vigentes, o jogo jogado no espaço social ou nos campos especializados. Assim sendo, ainda que os grupos dispostos em posições opostas e, portanto, com interesses diversos, se enfrentem, o fazem estando “de acordo pelos menos a respeito do objeto do desacordo” (BOURDIEU, 2013, p. 141).

Uma forma de se apreender o modelo teórico proposto por Bourdieu é o exercício imaginário de sobreposição de três espaços distintos. Correspondendo à dimensão macro de análise, avista-se “o espaço social tal como é organizado pela distribuição sincrônica e diacrônica do volume e estrutura do capital sob suas diferentes espécies”, ao passo que o nível micro de análise é representado pelo “espaço dos estilos de vida, ou seja, a distribuição das práticas e propriedades que são constitutivas dos espaços de vida em que se manifesta cada uma das condições”. Em um terreno intermediário, correspondendo ao nível meso de análise, situa-se o “espaço teórico do *habitus*, ou seja, das fórmulas geradoras [...] que se encontram na origem de cada uma das classes de práticas e propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 116).

A lógica relacional proposta pelo autor, subjacente à operacionalização desses três espaços, evidencia-se pelo fato de o espaço teórico do *habitus* atuar como verdadeiro “operador prático” que transmuta em práticas distintas e

distintivas o conjunto de condições sociais de existência representativas de uma determinada localização no espaço social (BOURDIEU, 2013, p. 106). Revela-se, em última análise, a interdependência dos três espaços, de cuja apreensão analítica conjunta depende a compreensão da realidade social. A mútua dependência conceitual, traço inerente e condição de existência da arquitetura teórica proposta por Bourdieu (1990), emerge como fundamento de muitas das críticas endereçadas à sua apreensão parcial, bastante comuns em sua apropriação no campo dos estudos organizacionais e da gestão (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008).

Defende-se, nessa tese, que o conceito de *habitus*, atualizado pelas eventuais influências contextuais subsequentes à socialização primária, relaciona-se a dois planos adicionais, que igualmente relacionados ao volume e estrutura de capital detidos pelos agentes, expressariam os distintos potenciais de reflexividade (HODKINSON, 2008) e as diferentes configurações morais (SAYER, 2005; SOUZA, 2012a). Assim como o espaço do *habitus* atua como mediador entre o espaço social e as práticas dos agentes, as conversações internas correspondem a um espaço de mediação entre o espaço social e as suas ações reflexivas. De forma semelhante, distintas configurações morais interpõem-se entre o espaço social e as crenças e valores morais dos atores individuais.

Apresenta-se, nas seções seguintes, um detalhamento das principais noções constitutivas do *framework* proposto pelo autor, com destaque para as de campo, *habitus* e capital.

2.2.1.1

A noção de campo como espaço de diferenças

Conquistada empiricamente nos termos de uma “topologia social”, a noção de campo pode ser traduzida como um conjunto de relações estruturais objetivas entre posições sociais representativas das diferentes “classes teóricas” ou “classes no papel” (BOURDIEU, 2010, p. 133-139). Trata-se, portanto, de uma representação da realidade social, com ela não se confundindo. O traço eminentemente relacional subjacente a este conceito decorre, entre outros fatores, do reconhecimento de serem os múltiplos campos definidos “pela posição dos diferentes atores em relação aos outros através de uma matriz de poder”

(OZBILGIN; TATLI, 2011, p. 1233). Focam-se, portanto, não as interações imediatas entre os agentes, mas a rede de relações objetivas entre as posições por eles ocupadas, cujo efeito primordial é condicionar suas condutas e representações do mundo social. Em outros termos, ao espaço social de posições corresponderia um espaço simbólico de tomada de posições.

O conceito de campo, percebido como “estrutura de diferenças” (BOURDIEU, 2013, p. 50) ou “espaço multidimensional de posições” (BOURDIEU, 2010, p. 135), é utilizado pelo autor para se referir tanto ao espaço social mais amplo quanto aos múltiplos campos especializados. Ambas as noções – espaço social e campo – são propostas em substituição a um conceito substancialista de sociedade, incapaz de reconhecer a multiplicidade de lógicas operativas nos distintos domínios que, a despeito de compartilharem características comuns, apresentam traços distintivos (BOURDIEU, 1990, BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

A emergência de múltiplos campos por intermédio de um processo de diferenciação social, conjuntamente à correspondência proposta entre as estruturas sociais e mentais, denota uma clara influência do pensamento durkheimniano no pensamento de Bourdieu (VANDENBERGHE, 1999). Todavia, a despeito de abraçar a tese do sociocentrismo dos sistemas de pensamento proposta por Durkheim (2000), Bourdieu opera uma torção na proposta daquele autor em múltiplos aspectos, com vistas a propor uma visão alternativa àquela que reduz o mundo social à sua dimensão estrutural. Opõe-se, especialmente, à vertente estrutural-funcionalista que, ao pressupor uma representação orgânica e harmônica da sociedade, privilegia processos de integração sistêmica assentados sobre a dependência funcional entre os múltiplos domínios e sobre o compartilhamento, pelos agentes, de um sistema de crenças e valores (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Entre as alterações propostas, cabe observar, em primeiro lugar, que o modelo bourdieusiano não restringe a homologia dos aspectos social e simbólico às sociedades tradicionais, estendendo-a àquelas modernas ou avançadas, cuja integração se deve, sobretudo, à dinâmica das instituições escolar e familiar (BOURDIEU; PASSERON, 1992)). Outra dessemelhança diz respeito à vinculação genealógica ou genética entre ambas as dimensões – simbólica e material –, de sorte que a cumplicidade ontológica observada entre elas deve-se ao

fato de os esquemas mentais/cognitivos corresponderem à internalização da realidade objetiva do mundo social (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Por último, destaca-se que, contrariamente a Durkheim, Bourdieu explicita a função eminentemente política dos sistemas simbólicos, elemento central para a legitimação das assimetrias subjacentes à persistente iniquidade. Tais assimetrias são afirmadas por intermédio das lutas travadas pelos agentes que, diferencialmente dotados de recursos ou capitais e com interesses divergentes, buscam impor os princípios de funcionamento do campo em conformidade com a sua visão de mundo (BOURDIEU, 2010).

Da homologia dos distintos campos decorre a inter-relação entre as posições ocupadas pelos indivíduos e grupos nos campos especializados e no espaço social. A referida equivalência implica que a posição hierárquica ocupada no espaço social mais amplo tende a se reproduzir nos distintos domínios (BOURDIEU, 1990, 2013), evidenciando, assim, o condicionamento dos agentes tanto pelos interesses específicos de classe quanto pela lógica particular de funcionamento dos campos especializados (BOURDIEU, 2010). Assim como múltiplos vetores orientados no mesmo sentido, tais condicionamentos revelam-se forças cuja atuação reforça o caráter inercial da estrutura social, reproduzindo, assim, desigualdades e assimetrias instauradas de longa data.

A posição dos agentes no campo é definida, segundo Bourdieu (2013, p. 163), em função de um sistema de coordenadas bidimensional, representativas do “conjunto de pontos a partir dos quais os agentes comuns lançam o seu olhar sobre o mundo social”. Ao passo que na dimensão vertical os atores sociais dispõem-se no campo conforme o seu volume total de recursos, no eixo horizontal o fator determinante refere-se à sua estrutura de capital, ou seja, à sua participação relativa no conjunto de recursos materiais e simbólicos em disputa (BOURDIEU, 2010).

Em virtude de abarcar o “conjunto global de atores e organizações relevantes” ao seu funcionamento (DOBBIN, 2008, p. 56), o conceito de campo, diversamente de noções como indústria, população ou ambiente, demanda um processo de investigação empírica para a determinação dos seus limites (BOURDIEU, 1990; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Delimitadas no decurso do processo de pesquisa, as fronteiras dos campos correspondem, em termos

gerais, aos extremos nos quais “formas particulares de capital têm eficácia na perseguição do que está em jogo na disputa” (FRIEDLAND, 2009, p. 898).

Outro aspecto central na caracterização dos campos refere-se à sua relativa autonomia (BOURDIEU, 1990), traço que remete à sua invariável “[subordinação] quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto, ao campo de produção econômica” (BOURDIEU, 2010, p. 153). Igualmente relevante é a homologia estrutural entre os distintos campos, propriedade esta verificada a partir do trabalho empírico de análise de múltiplos campos, do religioso ao econômico, passando, entre outros, pelo artístico, pelo jurídico e pelo científico. Tal propriedade remete à existência de leis invariantes aplicáveis ao universo de possíveis campos a serem explorados (FRIEDLAND, 2009), evidenciando-se, assim, uma “afinidade estrutural” entre “os diferentes aspectos de uma totalidade histórica” (BOURDIEU, 2010, p. 337).

A natureza dinâmica dos campos reflete o resultado transitório do conjunto de relações de forças entre grupos que, dotados de interesses conflitantes e armas dessemelhantes, buscam exercer a dominância no campo via monopólio dos instrumentos de imposição simbólica. Vencedores na luta propriamente simbólica, os dominantes assegurariam o direito de legitimar, com a anuência dos dominados, os princípios de visão e divisão do campo (BOURDIEU, 1990). Nesse sentido, o campo representa um processo interno de luta (OZBILGIN; TATLI, 2011; TATLI, 2011) ou um “terreno de contestação” (EMIRBAYER; JONHSON, 2008, p. 11) entre indivíduos ou grupos dotados diferencialmente de volumes e estruturas de capital que, com vistas a influenciar a definição dos critérios de classificação e desclassificação simbólica, mobilizam diferentes estratégias de ação – conservação e subversão – conforme estejam situados, respectivamente, em posições dominantes ou dominadas.

No tocante às invariantes dos campos cabe destacar, adicionalmente ao volume, à constituição e à conversibilidade do capital, a *illusio* – crença dos atores acerca dos objetos em disputa, das regras do jogo e da hierarquia das posições no campo (BOURDIEU, 2013). Ainda que a dinâmica do jogo seja inapreensível àqueles que nele tomam parte, sua disputa dá-se a partir da concordância tácita e inconsciente dos jogadores de que o jogo merece ser jogado (EVERETT, 2002). Portanto, à “relação encantada com o jogo” (BOURDIEU, 2013, p. 139) corresponderia a aceitação, usualmente inconsciente, do conjunto de regras

pressupostas como válidas e aceitas pelo senso comum, ou *doxa*, vigente no campo (BOURDIEU, 1990).

Constata-se, assim, a dupla função dos sistemas simbólicos constitutivos da realidade social que, ao comunicarem, por meio de um processo de instituição arbitrário, a ordem hierárquica de um dado conjunto de bens e práticas, contribuem para a construção do sentido imediato do mundo, apreendido como natural pelos atores sociais. Desvela-se, conseqüentemente, a face mais relevante e eficaz, porque velada, dos sistemas simbólicos: “a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 2010, p. 11). Em última instância, nota-se que o efeito propriamente ideológico dos sistemas simbólicos é exercido pela dissimulação da função política – imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social – na comunicacional, base última do processo de dominação de uma classe ou um grupo por outro.

Com vistas a estabelecer posições mais favoráveis no campo, os agentes investem na aquisição de múltiplos recursos ou capitais, ampliando, dessa forma, o seu poder de negociação (KERR; ROBINSON, 2009). A partir de um olhar multifacetado da noção de capital, Bourdieu (2001) abre caminho para o estabelecimento de uma economia política dos bens simbólicos. Tal proposta não deve ser confundida, contudo, com a minimização da relevância da dimensão econômica em favor de um relativismo cultural, mas compreendida a partir do ancoramento da dimensão simbólica à dimensão material. Reconhece-se, portanto, a relação dialética entre ambos os domínios.

Uma melhor compreensão do conceito de capital é avançada a seguir, necessária, entre outras coisas, para a compreensão de sua influência nos processos de delimitação das fronteiras do campo, bem como da atuação decisiva exercida por modalidades específicas de capital no processo de diferenciação dos múltiplos domínios e do espaço social.

2.2.1.2

A multidimensionalidade da noção de capital

Se na construção do conceito de campo fez-se notar uma forte influência da sociologia clássica de Durkheim sobre Bourdieu (1990), no tocante à noção de capital não há como negar a influência determinante exercida por Marx (2005), para quem o capital é antes de tudo uma relação social. Todavia, fugindo aos

limites descritos por uma abordagem materialista ortodoxa, Bourdieu (1990, 2013) propõe a ampliação do conceito para além da dimensão econômica, de sorte a alcançar outras dimensões julgadas relevantes, indissociavelmente interligadas e causalmente relacionadas à posição que o indivíduo ocupa no campo.

Se o conceito de campo é equiparado pelo autor a um campo de forças ou de lutas, não é de se admirar que as múltiplas espécies de capital sejam concebidas como “armas usadas na luta pela imposição do princípio de organização [do campo]” (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008, p. 8), haja vista a interdependência conceitual, marca distintiva do modo relacional de pensamento proposto pelo autor. A relação mutuamente constitutiva entre os conceitos de capital e campo decorre, em primeiro lugar, da própria concepção deste enquanto espaço multidimensional e relacional (TATLI, 2011), cujas posições são determinadas em virtude do montante e da estrutura de capital detidos pelos indivíduos nelas dispostos (BOURDIEU, 2010; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Por outro lado, o valor atribuído às diferentes modalidades de capital reflete o resultado transitório das relações de força atuantes no campo, expressão das lutas travadas entre os agentes com vistas a manter ou aumentar o seu capital (DE CLERCQ; VORONOV, 2009; GOLSHORKI et al., 2009). A disputa incessante pela dominância no campo justifica-se pelo interesse dos atores em *conquistar o direito de impor legitimamente* os princípios de visão e divisão vigentes no campo conforme os seus anseios, especialmente o de definir as regras de conversão das diferentes fontes de recursos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Quanto às variedades de capital, cabe destacar quatro espécies especialmente relevantes – econômico, cultural, social e simbólico –, às quais se somam modalidades específicas de cada um dos campos especializados. Forma mais óbvia e tangível de recurso, o capital econômico corresponde a bens e direitos passíveis de conversão direta e imediata em dinheiro ou, alternativamente, às distintas formas de “riqueza material e monetária” (EVERETT, 2002, p. 62). Caracterizada, entre outros aspectos, pela sua alta taxa de conversão, essa forma de capital transmite-se de forma expressa, inclusive por intermédio do instituto da herança (BOURDIEU, 2013).

Espécie multiforme de recurso ou poder, o capital cultural pode ser encontrado em três estados distintos (BOURDIEU, 1986, 1998a; EVERETT, 2002; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Em seu estado *incorporado*,

corresponde ao patrimônio de disposições duráveis e intransponíveis, ou *habitus*; nele o processo de apropriação, assimilação ou inculcação se dá de forma lenta, e seu resultado invisível, ou herança imaterial, diz respeito à incorporação “subjativa” da memória social. Nos termos propostos por Bourdieu (1998a, p. 83-84), “é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo”, demandando para tanto “a totalidade do tempo de socialização”. Resultado de um investimento de longo prazo, efetuado por intermédio de um processo de aprendizagem prático e tácito para o qual concorrem investimentos, significativos ou não, tanto do seu detentor como dos agentes responsáveis pela sua socialização primária, tal modalidade pode render *lucros ou perdas*, potencialmente associadas à posição objetiva que o seu detentor ocupa no espaço social.

Em estado *objetivado*, refere-se à propriedade de bens culturais, tais como obras de arte, instrumentos musicais, livros, entre outros, cuja apropriação simbólica demanda o recurso ao capital incorporado, capaz de dotar o seu titular de um estilo de vida ou gosto que lhe permita apreciar esteticamente os referidos bens (BOURDIEU, 2013). Nos casos em que o capital cultural decorre de um processo de institucionalização, equiparado por Bourdieu (1998a, p. 87) a um processo de “alquimia social” que confere reconhecimento individual por meio de um poder arbitrário de atribuição formal e diferencial de competências, há que se falar em capital cultural *institucionalizado*. Diz respeito, sobretudo, a uma miríade de certificações ou diplomas, social e simbolicamente hierarquizados, que respondendo a regras de mercado são tão mais reconhecidos quanto mais exclusivos, ou raros, se apresentem. Atua, portanto, como verdadeiro elemento de distinção dos detentores de diplomas comparáveis:

Produto da conversão do capital econômico em cultural, estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas e, inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho. (BOURDIEU, 1998a, p. 87).

Diversamente do capital econômico, o capital cultural, sobretudo em seu estado incorporado, corresponde a uma “forma mais dissimulada da transmissão hereditária do capital” (BOURDIEU, 1998a, p. 84), haja vista o caráter tácito do seu processo de apreensão que, diluído ao longo de múltiplos contextos de espaço e tempo, não se mostra evidente aos atores sociais, à semelhança dos mecanismos

institucionais de transmissão de bens e recursos tangíveis – materiais ou simbólicos. Portanto, à transparência dos ganhos auferidos pela apropriação do trabalho material contrapõe-se a invisibilidade dos lucros advindos do longo e árduo processo de assimilação do trabalho simbólico.

Cabe observar, igualmente, o fato de os capitais econômico e cultural atuarem como princípios de diferenciação dos mais variados domínios, assinalando, assim, a primazia das dimensões material e simbólica no edifício teórico bourdieusiano em detrimento do capital social, modalidade subordinada de poder usualmente associada às “redes de relacionamentos e conexões sociais” (GOMES; BOUTY, 2011, p. 925). Uma definição mais abrangente é proposta por Bourdieu (1998b, p. 75), para quem o capital social pode ser pensado nos seguintes termos:

Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...] mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Resultado de estratégias de investimento social, essa modalidade de capital demanda dos atores individuais e coletivos esforços orientados à sua criação, manutenção e expansão; rende, em contrapartida, lucros materiais e simbólicos diretamente proporcionais à sua contribuição para o processo de diferenciação das redes de relacionamento em que se encontram inseridos (BOURDIEU, 1998b). Ressalta-se que o volume de capital social detido por um ator não decorre, única e exclusivamente, do aspecto quantitativo de sua rede de relações, mas também da sua dimensão qualitativa. Assim sendo, importa, para além da extensão da rede, o volume total de capital econômico e cultural passível de ser mobilizado por seu intermédio.

Outro tipo de recurso invariante a todos os campos é o capital simbólico, que, usualmente associado a prestígio e fama, pode ser mais bem compreendido como uma “forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (BOURDIEU, 2010, p. 15). Porque inscritos na objetividade da estrutura social, tais esquemas tendem a engendrar práticas e julgamentos ajustados aos valores e crenças vigentes no campo – *doxa* –, atendendo assim aos interesses dominantes (BOURDIEU, 2013).

A assunção das categorias *campo* e *habitus* como duas faces da mesma moeda (VANDENBERGHE, 2010), permite que se pense o processo de cumplicidade dos dominados para além do binarismo entre “constrangimentos (pela força) e consentimento (pelas razões), entre coerção mecânica e submissão voluntária, livre, deliberada e, até mesmo, calculada” (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008, p. 31). A eficácia do processo de violência simbólica, mecanismo responsável pela transmutação das relações de força em relações de dominação, justifica-se assim pelo fato de as categorias de percepção e apreciação mobilizadas pelos dominados resultarem, em última análise, do próprio processo de dominação.

Esse poder simbólico opera, portanto, um “duplo efeito de reconhecimento e de legitimação” que, à semelhança de uma “força mágica” (BOURDIEU, 2013, p. 170), dissimula, em termos de conhecimento e comunicação, sua função propriamente política de monopólio da representação simbólica de práticas e bens disponíveis em dado domínio. Em suma, os sistemas simbólicos, constituídos a partir de todo tipo de processos de rotulagem e categorização discricionária, atuam como linguagem (EVERETT, 2002) a serviço dos interesses prevalentes no campo.

Em virtude do posicionamento crítico que assume diante da realidade social, Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBERON; PASSERON, 1999) defende que a tarefa da ciência e, particularmente, da sociologia é empreender esforços com vistas a desvendar o caráter arbitrário do sistema simbólico de dominação subjacente à dinâmica superficial dos campos. À ciência reflexiva caberia, portanto, a tarefa de explicitar o caráter falacioso das razões mobilizadas pelos dominantes, diretamente ou por procuração, para exercer o domínio do campo. Em oposição ao racionalismo e ao tecnicismo, cuja lógica para a apreensão da realidade social se pautava na análise de dados superficiais ou imediatos, o autor propõe a análise das relações subjacentes à experiência fenomênica, com vistas a alcançar uma “camada secundária dos sentidos” e, conseqüentemente, “significações de nível superior” (BOURDIEU, 2001, p. 339).

Acredita-se, nesta pesquisa, ser possível rejeitar pretensos universalismos que povoam o senso comum, defendendo-se, em linha com Bourdieu (2013, p. 155), que “os valores universais são, de fato, valores particulares universalizados”. Tal crítica pode ser dirigida, por exemplo, ao discurso do

mérito, cuja imposição simbólica como valor generalizado implica o não reconhecimento da assimetria prevalente na oferta de bens e práticas aos agentes dispostos nas distintas posições do espaço social (EVERETT, 2002). Transmuta-se assim, tal qual a retórica das carreiras sem fronteiras (INKSON et al., 2012), em um caso exemplar de violência simbólica.

Expostas as noções de capital e campo, são apresentadas a seguir considerações julgadas relevantes sobre o conceito de *habitus*, terceiro componente da tríade conceitual que suporta o *framework* teórico proposto por Bourdieu (BOURDIEU, 1990; BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

2.2.1.3

***Habitus*: história incorporada**

A incorporação da noção de *habitus* por Bourdieu pode ser vista como uma tentativa de retomada de uma forma de pensar o mundo social que coloca a ação habitual enquanto elemento central no processo de construção social. Alternativa a perspectivas estruturalistas e à tendência destas de equiparar o agente a mero suporte da estrutura, bem como a abordagens cognitivistas, corporificadas, sobretudo, na noção de ator racional, a noção de *habitus* pretende escapar à “filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção do objeto” (BOURDIEU, 2010, p. 61-62).

Com raízes fincadas no conceito aristotélico de *hexis*, posteriormente ressignificado pelo tomismo, a noção de *habitus* foi introduzida por Bourdieu (2010, p. 61) como instância mediadora entre estrutura social e ação individual, ou seja, como esquemas de ação, percepção e apreciação que vinculam as vivências dos atores sociais às suas posições nas estruturas objetivas de distribuição de recursos. Corresponde, em última instância, à incorporação da coletividade pelo indivíduo singular por intermédio do aprendizado prático e inconsciente corporificado “sob a forma da cultura” (BOURDIEU, 1989, p. 342). Revela-se, assim, uma distinção central entre a posição defendida pelo autor e aquelas manifestamente behavioristas que, associando a noção de hábito a condicionamentos mecânicos (estímulo-resposta), desconsideram as influências sociais e culturais circundantes (SWARTZ, 2002).

Espaço intermediário entre a estrutura social e as práticas dos agentes, o *habitus* pode ser pensado como “operador prático da transmutação das coisas em

sinais distintos e distintivos” (BOURDIEU, 2013, p. 166). Dialecticamente relacionado às estruturas objetivas das quais é resultado, o *habitus* refere-se a “uma dada situação de bens e práticas possíveis” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 18). Revela-se, portanto, a um só tempo como estrutura estruturada e estrutura estruturante (BOURDIEU, 2013).

Resultado da internalização das estruturas objetivas do campo – volume e estrutura de capital – e da trajetória individual, o *habitus* permite aos agentes atuar de forma coerente e sistemática com as expectativas sociais, justamente pelo fato de ser tanto o “princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis” quanto o “sistema de classificação de tais práticas” (BOURDIEU, 2013, p. 162). Daí equiparar-se o *habitus* à “necessidade tornada virtude” (BOURDIEU, 2013, p. 166) ou à “necessidade incorporada” (BOURDIEU, 2013, p. 163), dotando os atores de um senso prático que os leva a sentir, pensar e agir em conformidade com as condições objetivas de que o *habitus* é resultado (BOURDIEU, 1990). Portanto, ao ajustamento das práticas subjaz a regularidade das condições objetivas associadas a determinada coordenada do espaço social ou campo especializado; recusa-se, em contrapartida, o recurso a regras ou princípios normativos como forma de assegurar integração e ordem sistêmica. Se há de se falar em cognição ou normatividade, Bourdieu insiste em seu caráter eminentemente prático (GHERARDI, 2009). Insistindo no caráter tácito do processo de aprendizagem, o autor defende que “a prática tem uma lógica que não é a da lógica” (BOURDIEU, 2013, p. 145); reitera, conseqüentemente, o “primado da razão prática” subjacente ao modo relacional que oferece para pensar os distintos domínios da realidade social (BOURDIEU, 2010, p. 61).

Influenciado pela psicologia do desenvolvimento de Piaget, Bourdieu pensa o *habitus* como “sistema de disposições transponíveis e duráveis” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 18) que tem como fato gerador “as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo” (BOURDIEU, 2013, p. 144). O fato de o *habitus* ser passível de transposição entre os diferentes domínios da realidade social implica o reconhecimento de uma afinidade estrutural da produção de práticas e bens pelos agentes nos múltiplos campos. Verifica-se, conseqüentemente, a “aplicação sistemática e universal” das disposições apreendidas, para além do contexto de aquisição (BOURDIEU, 2006, p. 163).

A conceituação do *habitus* como estrutura durável vincula-se diretamente à prioridade atribuída pelo autor às “experiências originárias” dos agentes, implicando o “fechamento relativo” do seu sistema de disposições (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 133). O caráter inercial da noção de *habitus* espelha, assim, a relação direta entre as preferências ou gostos culturais e os processos de socialização familiar e escolar (BOURDIEU, 1990; 2013; SOUZA, 2012a).

Cabe ressaltar a ênfase atribuída por Bourdieu ao fato de as práticas dos agentes não serem mecanicamente determinadas pelo *habitus*, não se devendo confundir, conseqüentemente, durabilidade com eternidade e *habitus* com destino. Feita essa ressalva, apontam-se os limites do potencial inventivo ou criativo do *habitus*, cujos contornos não se estendem para além do conjunto de possibilidades oportunizadas pelas condições objetivas das quais é produto (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). As múltiplas trajetórias passíveis de serem percorridas pelos indivíduos dispostos em uma mesma posição no campo ou no espaço social revelam a impropriedade de se assumir a existência de uma relação de identidade entre os seus sistemas de disposições ou *habitus*. Mais adequado seria reconhecer “a relação de homologia que os une”, refletindo “a diversidade na homogeneidade” ou, igualmente, que “cada sistema individual de disposições é uma variante estrutural dos outros” (BOURDIEU, 1990, p. 60).

Paradoxalmente, à limitação inventiva do *habitus* corresponde uma diversidade de práticas passíveis de serem mobilizadas pelos agentes diante de uma nova situação que se lhes apresente, expressando, assim, a relativa indeterminação inerente à teoria da ação proposta por Bourdieu (1990). Tais práticas, objetivamente coerentes entre si e com as dos demais membros da posição que ocupam, refletem a estratégia não intencional (BOURDIEU, 2013) – ou o interesse não consciente – dos agentes em atender às expectativas pessoais e de terceiros com vistas a obter sanções positivas, sob a forma de lucros materiais e/ou simbólicos.

A acentuada probabilidade de que “as experiências confirmarão o *habitus*” é justificada, ainda, em virtude da afinidade estrutural, ou homologia, usualmente verificável entre as práticas vivenciadas cotidianamente e aquelas que compõem o *habitus* (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 133). Tal previsão, todavia, não implica a adaptação automática dos atores sociais às condições atuais da ação, dificultada em especial quando não se verifica a cumplicidade ontológica entre

estruturas sociais e mentais. Conforme retratado em *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas mentais* (BOURDIEU, 1979) – obra na qual o autor retrata as consequências deletérias enfrentadas tanto por camponeses expropriados quanto por membros do subproletariado argelino em razão do processo de adaptação forçada ao capitalismo imposto pela colonização francesa –, o potencial adaptativo dos agentes mostra-se restrito quando estes se deparam com situações que refletem um descompasso entre exigências objetivas emergentes e estruturas subjetivas previamente adquiridas.

Segundo Bourdieu, a estrutura de consciência temporal característica de vastos contingentes da sociedade argelina tradicional na virada da década de 1950 para a de 1960 caracterizava-se por uma relação peculiar com o futuro, avessa a disposições inclinadas a “assegurar a previsibilidade e a calculabilidade”, subjacentes ao comportamento dito racional (BOURDIEU, 1979, p. 18). Revela-se, assim, o pressuposto segundo o qual a capacidade de adaptação dos atores corresponderia ao volume de capital passível de mobilização, bem como à sua estrutura. Nos termos propostos pelo autor,

é na relação com o futuro objetivamente inscrito nas condições materiais de existência que reside o princípio da distinção entre o subproletariado e o proletariado, entre a disposição para a revolta das massas desarraigadas e desmoralizadas e as disposições revolucionárias dos trabalhadores organizados que têm suficiente domínio de seu presente. (BOURDIEU, 1979, p. 8).

O recurso, ainda que breve, aos trabalhos da juventude de Bourdieu (BOURDIEU, 1979; GARCIA-PARPET, 2006), gênese no âmbito de sua obra da noção de *habitus*, explica-se, entre outros fatores, pelo fato de suscitarem um retrato alternativo do autor, distante do “consagrado analista da naturalização sociossimbólica da dominação graças à conexão causal e funcional entre *habitus* e campo” (PETERS, 2017, p. 286). Ao se debruçar sobre uma situação caracterizada por um acelerado processo de transição entre um sistema pré-capitalista e uma ordem capitalista, o autor evidencia o caráter contingente do *habitus* econômico e, consequentemente, as condições sociais e culturais particulares associadas à emergência do ator dito racional.

Portanto, a noção de *habitus* incorpora a historicidade inerente à dinâmica social, razão pela qual o termo pode ser definido enquanto “um conjunto de relações históricas ‘depositadas’ dentro dos corpos individuais sob a forma de

esquemas mentais e corpóreos de percepção, apreciação e ação” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 16). Ao inscrever a história coletiva na memória individual, o autor acaba por desvelar ou desnaturalizar a falsa dualidade entre individualidade e coletividade, agência e estrutura (BOURDIEU, 1990).

Após se situarem os principais conceitos do esquema conceitual proposto por Bourdieu, apresentam-se, em seguida, algumas críticas a ele endereçadas.

2.2.1.4 Críticas

Entre as múltiplas críticas dirigidas ao arcabouço bourdieusiano, destaca-se em primeiro lugar a que se refere à excessiva ênfase atribuída ao processo de socialização primária e, portanto, às condições sociais de origem (DUBAR, 2005; ARCHER, 2011, 2016). Destaca-se, nesse sentido, o fato de os indivíduos pertencerem, simultaneamente ou não, a domínios ou organizações diversas, a exemplo de sindicatos, corporações, torcidas, tribos e igrejas (VAUGHAN, 2008), lançando dúvidas sobre a permanência na atualidade da centralidade exercida no passado por instituições tradicionais como a família e a escola.

Ao situar as origens da obra de Bourdieu (1979) em um cenário regido por tradições e costumes – a sociedade cabila –, Lahire (2004), em linha com os argumentos propostos por Dubar (2005) e Archer (2011), destaca a especificidade contextual sobre a qual se assentam os fundamentos do edifício teórico do autor, onde prevaleciam condições materiais e simbólicas de existência decorrentes da homogeneidade das esferas de atividade e das funções sociais. Lahire (2004) questiona, a partir desse diagnóstico, a eficácia irrestrita do princípio da anterioridade sob o qual se assenta a primazia dos esquemas mentais e corpóreos adquiridos na primeira infância, subjacente ao pressuposto avançado por Bourdieu (2013) que faz da *necessidade feita virtude* o modelo universal de incorporação e atualização do social.

Contrapondo-se a considerações que têm por base a uniformidade do capital cultural detido pelos diferentes indivíduos situados em dada posição social, Lahire (2002) afirma que a predominância de ambientes familiares dotados de elevados níveis de coerência interna constitui mais a exceção do que a regra geral nas sociedades atuais. A socialização primária não se revestiria, segundo ele, da

homogeneidade que lhe é regularmente atribuída, até mesmo em virtude da inserção cada vez mais precoce das crianças em ambientes como creches e casas de parentes e de vizinhos, fruto da crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho. Alerta, todavia, para o fato de que a exposição a lógicas heterônomas estaria relacionada diretamente à estratificação social, sendo em geral inferior nas classes menos abastadas.

Não menos importantes são aquelas críticas que veem na proposta de Bourdieu (1990) claros sinais de uma abordagem etnocêntrica incapaz de reconhecer, por exemplo, as diferenças entre o sistema acadêmico francês e o americano (DOBBIN, 2008) ou, ainda, a impossibilidade de generalização, sobretudo para países periféricos, da estética enquanto elemento único de distinção (SOUZA, 2012a). Outro aspecto fortemente censurado diz respeito à onipresença da dimensão estratégica na proposta do autor (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SOUZA, 2012a), derivado para Friedland (2009) da ausência de autonomia da dimensão cultural, associada por sua vez à comensurabilidade das lógicas dos distintos campos proposta por Bourdieu (1990), bem como à excessiva ênfase atribuída à estrutura do *habitus*. Essa crítica relaciona-se com a desconsideração da dimensão moral de análise no modelo proposto pelo autor (SAYER, 2005; SOUZA, 2012a), traduzida por Friedland (2009) na necessidade de se incluir, para além dos interesses estratégicos dos agentes, um potencial senso de propósito como móbil das dinâmicas institucionais. Questiona-se igualmente a ausência da dimensão emocional no modelo de Bourdieu (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008).

A primazia atribuída às relações de classe na estruturação do espaço social, as quais estariam subordinadas outras categorias identitárias como gênero e raça (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008) é igualmente condenada. A redução das lutas sociais àquelas de classe dificultaria, na visão de alguns autores, a análise, a partir do framework bourdieusiano, de problemáticas relacionadas a fenômenos como racismo e sexismo (EVERETT, 2002).

Questionamentos são direcionados ainda à noção de campo, incapaz, na visão de Lahire (2002), de capturar a totalidade do mundo social. Para este autor, as múltiplas relações intersubjetivas mantidas pelos atores sociais, em situações de copresença ou não, e externas ao ambiente profissional, foco privilegiado das pesquisas empreendidas por Bourdieu, impactariam, enquanto elementos

socializadores, a formação das ações, dos sentimentos e dos pensamentos dos agentes. Destaca ainda que as relações familiares e de amizade não poderiam ser considerados campos propriamente ditos. Por último, mas não menos importante, é a reprovação da sobredeterminação da modalidade disposicional de aprendizagem em detrimento da ação individual reflexivamente orientada, resultando, em última instância, na desconsideração da subjetividade dos atores (ARCHER, 2011; DUBAR, 2005). Contudo, para autores como Lahire (2002), não haveria que se falar em um potencial reflexivo exercido ‘racional’ e conscientemente pelos agentes. A potencialidade de indeterminação associada à variabilidade contextual é incorporada por este autor a partir da consideração de um *habitus* reflexivo, ou seja, de um potencial acionado a partir da relação pragmática entre corpo e contexto, não mediada subjetivamente. Já Mutch, Delbridge e Ventresca (2006) alinham-se à proposta de Emirbayer e Mische (1997), que propõem a consideração da dimensão da reflexividade a partir da incorporação da noção de conversação interna. Uma leitura semelhante proposta por Vandenberghe (2016b) é adotada nesta tese, buscando combinar reflexividade e *habitus*, sem abrir mão da ancoragem social da ação reflexiva.

Em resumo, o pensamento proposto por Bourdieu (1990) é alvo de múltiplas críticas, entre elas a sobredeterminação da modalidade disposicional de aprendizagem em detrimento da ação individual reflexivamente orientada, a onipresença da dimensão estratégica em seu esquema teórico e a ênfase demasiada no condicionamento exercido sobre os indivíduos pelos domínios de atividade associados às suas condições sociais de origem.

Há de se notar, todavia, que boa parte dessas críticas não está associada a um suporte empírico robusto. Exceção à regra, pesquisas qualitativas empreendidas por Lahire (1997, 2004) e Archer (2003, 2007), reforçam os argumentos em favor do poder transformador da exposição a lógicas heterônomas. Resta, no entanto, questionar até que ponto os indivíduos das distintas classes estão diferencialmente sujeitos a tais lógicas. Lahire (2002) parece dar uma dica ao correlacionar classe social com exposição à variabilidade contextual.

Pesquisas quantitativas recentes, em linha com o trabalho desenvolvido em *A Distinção* (BOURDIEU, 2013) e realizadas em distintos contextos nacionais (SAVAGE et al., 2013; ABRANTES, 2012; BERTONCELO, 2013), não parecem corroborar aqueles argumentos que defendem a minimização, no contexto atual,

da influência das condições sociais de origem nas chances de vida dos atores individuais. As referidas pesquisas sustentam, em contrapartida, a continuidade de um quadro que associa reprodução material com distinção simbólica, ainda que revelem a emergência de novas estratégias de diferenciação como, por exemplo, a conjugação de práticas culturais elitistas e emergentes pela classe dominante (SAVAGE et al., 2013).

2.2.2 Praxeologia bourdieusiana e carreiras

A década de 2000 constituiu-se no marco do desembarque da teoria da prática (BOURDIEU, 1990) nos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional, resultado das disputas no campo entre abordagens *mainstream* e críticas. Constituiu-se, igualmente, em uma resposta às constantes demandas por maior interdisciplinaridade (KHAPOVA; ARTHUR, 2011; GUNZ; MAYRHOFER, 2015, 2017) em um campo dominado por abordagens influenciadas pela dimensão psicológica de análise (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Ao conceber as carreiras como espaços de poder (SCHNEIDHOFER; LATZKE; MAYRHOFER, 2015) – noção relacional associada às disputas pela imposição dos “princípios dominantes de classificação” (DICK, 2008, p. 340) –, essa nova perspectiva integra a dimensão sociopolítica de análise à perspectiva organizacional dos estudos de carreira (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011). Estabelece, assim, oposição manifesta a abordagens individualistas, às quais subjazem, em geral, proposições apolíticas e descontextualizadas da realidade social (SCHNEIDHOFER; LATSKE; MAYRHOFER, 2015).

A emergência de uma perspectiva relacional crítica no campo de estudo de carreiras sob a perspectiva organizacional opõe-se, em última análise, à crescente influência de uma perspectiva ideológica neoliberal (INKSON et al., 2012), presente sobretudo nas novas teorias de carreira, como a das carreiras sem fronteiras (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; ARTHUR, 2008) e a da carreira proteana (HALL, 1996), cuja tendência é enfatizar o consenso e a ordem. Tais modalidades não reconhecem, portanto, na devida dimensão, as relações de força operativas na realidade social em geral e na construção das carreiras em particular (SCHNEIDHOFER, 2013).

A adoção da praxeologia bourdieusiana enquanto quadro teórico de referência justifica-se com base em inúmeras vantagens percebidas. Os adeptos dessa abordagem sugerem, antes de tudo, a sua adequação às crescentes demandas por interdisciplinaridade no campo (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011; MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007). Integrando os distintos níveis em um todo coerente, o esquema conceitual bourdieusiano presta-se a um recorte transversal de pesquisa capaz de situar as carreiras em múltiplos contextos, conjugando, assim, os níveis individual, organizacional e social de análise (ARISS; SYED, 2011; IELLATCHICH; MAYRHOFER; MEYER, 2003). A centralidade atribuída à dimensão temporal por tal abordagem a torna igualmente adequada, enquanto *framework* teórico-empírico, aos estudos que adotam estratégias de pesquisa longitudinal (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER, 2011).

Não menos relevante é a diversidade metodológica característica do conjunto de pesquisas desenvolvidas por Bourdieu ao longo de sua carreira, resultado de um “*habitus* sociocientífico” (PETERS, 2017, p. 284) que combinava aportes de distintas disciplinas, especialmente a antropologia e a sociologia (WACQUANT, 2006). Em linha com tal tendência, verifica-se a adoção, pelos pesquisadores do campo de estudos de carreira que privilegiam o referido *framework*, de múltiplas estratégias metodológicas: entrevistas semiestruturadas (ARISS; SYED, 2011), histórias de vida (BJERREGAARD; KLITMOLLER, 2016; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012), autobiografias (SRIVINAS, 2013), além da combinação de múltiplos métodos, como entrevista semiestruturada, entrevista em profundidade e *survey* (DICK, 2008), observação participante e histórias de vida (BJERREGAARD; KLITMOLLER, 2016), história de vida, observação participante e análise documental (YAMAK et al., 2016), e análise de redes, modelos multivariados e análise qualitativa (MACLEAN; HARVEY; KLING, 2017).

Outro ponto positivo diz respeito ao reconhecimento da fluidez das fronteiras que separam os distintos subcampos de carreira, fruto do contínuo processo de luta entre os atores em busca da manutenção ou da alavancagem de sua posição no campo (BOURDIEU, 1990). Para tanto, adotam estratégias orientadas à conservação ou subversão das regras vigentes (CHUDZIKOWSKI; MAYRHOFER; MEYER, 2011; SCHNEIDOFER, 2013) na medida em que ocupem, respectivamente, uma posição dominante ou subordinada no campo.

Caso particular do universo de possíveis, os subcampos de carreiras são circundados por fronteiras dinâmicas, cuja delimitação demanda um trabalho empírico de pesquisa (CHUDZIKOWSKI; MAYRFHOFER; MEYER, 2011; IELLATCHICH; MAYRHOFER, 2003). Avança-se, portanto, uma alternativa à perspectiva social construcionista (GUNZ et al., 2007), rompendo-se com a posição epistemológica que tende a estender às fronteiras dos campos de carreira a dicotomia proposta entre carreira objetiva e carreira subjetiva (SCHNEIDHOFER, 2013).

Essa nova perspectiva teórica buscou, em um primeiro momento, adaptar o esquema conceitual bourdieusiano ao campo de estudos de carreira. Em *Career fields: a small step towards a grand career theory* (IELLATCHICH; MAYRHOFER; MEYER, 2003), propõe-se a tríade conceitual campo, capital e *habitus* de carreira como fundação sobre a qual se assenta a teoria avançada para suportar a análise de carreiras gerenciais e profissionais. Os campos de carreira são definidos como:

contextos sociais dentro dos quais os membros individuais da força de trabalho, equipados com um portfólio específico de capitais relevantes para o campo, tentam manter ou melhorar seu lugar na rede de posições associadas ao contexto do trabalho, através de um conjunto de práticas padronizadas que, habilitadas e restringidas pelas regras do campo, contribuem, por sua vez, para a modelagem dessas regras. (IELLATCHICH; MAYRHOFER, 2011, p. 732).

À semelhança dos demais campos, são dotados de relativa autonomia, sofrendo influência de múltiplos sistemas de referência, sobretudo dos subsistemas econômico e legal (IELLATCHICH; MAYRHOFER, 2011). Representado principalmente pelas organizações, o primeiro subsistema intervém de forma decisiva em processos diversos, tais como seleção, promoção e remuneração de pessoal; já o subsistema legal atua fortemente no delineamento das fronteiras dos campos, tanto por intermédio da chancela institucional que confere aos diplomas, às profissões e aos corpos intermediários (como os sindicatos) quanto pela legalização dos sistemas de trabalho e de emprego emergentes.

Outro conceito-chave diz respeito ao capital de carreira, resultado último da mobilização ou do investimento das distintas espécies de recursos – econômicos, sociais e culturais – em trajetórias profissionais, cuja distribuição ou *mix* contribui

decisivamente para a estruturação do campo (IELLATCHICH; MAYRHOFER; MEYER, 2003). Nos casos em que é reconhecido apenas no interior de um subcampo específico, traduz-se, segundo alguns autores, em capital simbólico e não em capital de carreira *stricto sensu* (SCHNEIDOFER, 2013). Um bom exemplo dessa hipótese recai sobre o conceito de capital de gênero, haja vista que a sua valorização em subcampos como o da enfermagem não corresponde ao seu reconhecimento no interior do metacampo de carreira, tampouco nos setores hierárquicos superiores do próprio subcampo. A relevância desse caso justifica-se pela potencial homologia com o subcampo alvo de análise nesta pesquisa.

Ainda que a gênese do capital de carreira remeta à socialização primária, processos de desenvolvimento no âmbito pessoal, profissional e educacional podem resultar na sua evolução, evidenciando assim o seu caráter dinâmico (MAYRHOFER et al., 2007). Ainda que o conceito assemelhe-se à noção de múltiplas competências – *know-how*, *know-why* e *know-who* (ARTHUR; CLAMAN; DeFILLIPPI, 1995) –, com ela não se confunde, haja vista que o investimento feito pelos indivíduos em seu capital de carreira decorre menos de uma ação racionalmente orientada e mais do seu *habitus* de carreira, definido como o “conjunto de disposições que tende a ser ‘automaticamente’ atualizado dentro de um campo de carreira específico” (IELLATITCH; MAYRHOFER; MEYER, 2003, p. 738). O nível de adaptação requerido dos atores sociais aos subcampos de carreira é inversamente proporcional ao grau de congruência entre seu *habitus* de carreira e as regras do jogo vigentes nesses espaços (MAYRHOFER et al., 2007). Assim, esse patrimônio disposicional representa uma verdadeira “fronteira à práxis de carreira” (SCHNEIDHOFER, 2013, p. 4), ora constrangendo, ora ampliando o horizonte de ações disponíveis aos agentes.

Não há como não reconhecer os significativos resultados colhidos a partir do incansável trabalho de apropriação, desenvolvimento e divulgação do arcabouço bourdieusiano nos estudos de carreira nos estudos organizacionais e da gestão por um grupo de estudiosos europeus sob a liderança do professor Wolfgang Mayrhofer, da Universidade de Viena. Observa-se, contudo, que o escopo das análises empreendidas restringiu-se, até o momento, às carreiras profissionais e gerenciais, a exemplo de pesquisas empíricas que enfocaram a interdependência entre contexto cultural, campo e *habitus* de carreira na construção das trajetórias de expatriados (MAYRHOFER et al., 2007), bem como

os impactos do capital de carreira para a construção de trajetórias profissionais sustentáveis, desenvolvida a partir de uma amostra composta por universitários de administração (LATSKE et al., 2015).

Destaca-se, por fim, que, à semelhança do esquema multinível proposto por Bourdieu em *A distinção* (2013) para relacionar campo, *habitus* e práticas, Latske et al. (2015) propõem a segmentação das carreiras em três níveis: campos de carreira (macro), *habitus* (meso) e capital de carreira (micro). Contudo, acredita-se que uma homologia mais apropriada seria considerar neste último nível as práticas dos atores individuais, haja vista que o volume e a estrutura de capital estariam compreendidos, ainda que implicitamente, na dimensão macro.

Em suma, a estrutura proposta por Bourdieu (1990) parece adequada para lidar com o *framework* recentemente proposto por Gunz e Mayrhofer (2015, 2017) em busca da superação das barreiras existentes no campo dos estudos de carreira que, em sua visão, impossibilitam uma melhor compreensão da relação entre indivíduos, instituições e sociedade. Contemplando as dimensões de análise contextual, ôntica e temporal, o quadro de referência proposto, nomeado *The Social Chronology Framework* (SCF), busca integrar distintos elementos constitutivos da noção de carreira, conforme disposto na tabela a seguir.

Tabela 1 – Elementos do modelo SCF

Domínio	Perspectiva	Distinção Central	Operação central	Construto central
Espaço	Espacial	Dentro-Fora	Mapeamento	Fronteira
Ser	Ôntica	Ego-Alter	Comparação	Condições do ator
Tempo	Temporal	Precedente-Seguinte	Sequenciamento	Cronologia

Fonte: Gunz e Mayrhofer (2015, p. 5)

Acredita-se ser possível estabelecer um paralelo entre as perspectivas espacial, ôntica e temporal com as noções de campo (espaço), *habitus* (ser) e trajetória (tempo) propostas por BOURDIEU (1990, 2013). A simples referência à dinâmica dos campos (precedente-seguinte) como resultado direto das lutas pela imposição de princípios de classificação e de distinção (ego-alter), associadas tanto à manutenção ou subversão das regras e práticas vigentes no campo quanto ao processo de delimitação de suas fronteiras (dentro-fora), permite evidenciar a potencialidade de tradução do esquema bourdieusiano nos termos do modelo SCF.

Ainda que se possa argumentar contra o modelo bourdieusiano, dada sua tendência à reprodução social (EMIRBAYER; MISCHE, 1998; VANDENBERGHE, 1999), não há como negar o fato de ele contemplar um potencial – ainda que restrito – de mudança social, incorporado por intermédio da

noção de trajetória, terceira dimensão constitutiva dos distintos campos, ao lado do volume e da estrutura de capital (BOURDIEU, 2013). Todavia, muitas das pesquisas que buscam articular ação habitual e ação reflexiva, inclusive no tocante à temática carreiras, tendem a adotar uma abordagem que enfatiza o poder de agência, especialmente o potencial distanciamento reflexivo dos atores da situação em que se encontram. Dissociam, em maior ou menor grau, reflexividade e estrutura social, recaindo, conseqüentemente, em uma abordagem voluntarista. Um bom exemplo é a proposta de Maclean, Harvey e Chia (2014), que assume a reflexividade e o *habitus* como elementos mediadores do engajamento entre a dinâmica dos campos organizacional e de carreira, e o ator individual. Ainda que façam referência à noção de conversações internas (ARCHER, 2007), os autores não detalham o processo de operacionalização da dimensão reflexiva na construção das carreiras dos atores; assume-se, portanto, que adotam o ponto de vista de Archer, criticado mais à frente.

À guisa de conclusão deste tópico, destaca-se que, a despeito de a apropriação da perspectiva relacional bourdieusiana vir ocorrendo de forma crescente desde meados da década de 2000 no âmbito do campo de estudos de carreira, sob a perspectiva organizacional e da gestão, não se percebeu a adoção de um recorte que privilegie a categoria classe social. Contudo, algumas pesquisas no campo dos estudos organizacionais, cujo diálogo se aproxima mais do campo de estudos de classe e estratificação social do que do de carreiras, vêm trabalhando conjuntamente as temáticas “carreira” e “classe social”, ainda que tendam a privilegiar as elites corporativas (HARTMANN, 2000; HUPPATZ, 2009; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2014; MACLEAN; HARVEY; KLING, 2014, 2017).

Com vistas a preencher tal *gap*, a presente pesquisa buscou, a um só tempo, aproximar os campos dos estudos de carreira, classe social e estratificação social; reunir distintas contribuições do campo da sociologia que suplementam o arcabouço bourdieusiano em múltiplas dimensões – reflexiva, contextual e moral; e contemplar como alvo de análise indivíduos da fração dominada das classes populares, expandindo assim o escopo dominante de análise no campo de estudos de carreira.

2.2.2.1

Classe social e virada cultural

Uma das razões subjacentes à adoção da teoria da prática (BOURDIEU, 1990) nesta tese é a centralidade que a categoria classe social representa em sua formulação desde os idos da década de 1960, seja nos trabalhos realizados por Bourdieu na Argélia, em que se privilegiou uma abordagem etnográfica (WACQUANT, 2013), seja nas pesquisas em que se assumiu a sociedade francesa como quadro de referência (BOURDIEU, 2013), cuja lente de análise privilegiou uma abordagem macroestrutural.

Pretende-se cobrir neste tópico alguns aspectos que remetem à abordagem das categorias classe e *status* proposta por Bourdieu, como também fazer menção a algumas das contribuições acerca do tema introduzidas por autores clássicos com Marx e Weber, e incorporadas e ressignificadas pelo sociólogo francês na estruturação do seu arcabouço teórico. Faz-se referência ainda à apropriação recente de sua teoria das classes sociais, no âmbito da virada cultural, por autores do campo de estudos de classe e estratificação social. Especial relevância, nesse caso, têm as contribuições tanto teóricas quanto empíricas para o ferramental avançado por Bourdieu, aperfeiçoado a partir da incorporação de conceitos como capital de gênero (REAY, 2004), bem como das dimensões moral (SAYER, 2005) e emocional (FRIEDMAN, 2016) de análise. Dota-se, portanto, o arcabouço teórico do autor de elementos que relativizam algumas das críticas a ele dirigidas.

2.2.2.2

Classe social ontem e hoje

Tema controverso desde as primeiras formulações dos sociólogos clássicos, com destaque para as proposições elaboradas por Marx (2005) e Weber (1982), a noção de classe social, ainda que relegada a segundo plano nas últimas décadas, retomou o fôlego recentemente, sobretudo a partir da apropriação nos estudos de classe e estratificação social da abordagem proposta por Bourdieu (2013). Cabe observar que o impacto desse fenômeno alcançou os estudos organizacionais (MACLEAN; HARVEY; KLING, 2014, 2017), reverberando inclusive em pesquisas que enfocam trajetórias profissionais (MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012).

São apresentadas a seguir breves considerações acerca do desenvolvimento da apropriação do conceito nas ciências sociais até chegar ao recente impacto da virada cultural nos estudos de classe e estratificação social, sobretudo na Inglaterra. Em primeiro lugar, cabe destacar que desde sua gênese a noção de classe social vem sendo, ainda que de formas diversas, circunscrita à dimensão econômica, com poucas exceções (BOURDIEU, 1985, 1987, 1989, 2013).

No tocante aos clássicos, cabe observar que um dos traços distintivos das propostas de Marx (2005) e Weber (1982) é o fato de que, para o primeiro autor, as relações de produção constituem-se no eixo primário de diferenciação social, atribuindo-se à propriedade dos meios de produção caráter decisivo na determinação das distintas classes sociais (ADLER, 2009). Em contrapartida, a noção de classe social foi definida por Weber (1982) a partir de um conjunto de recursos irrestrito à propriedade dos bens de produção, abarcando outros ativos passíveis de associação com assimetrias de natureza econômica, a exemplo dos ativos de qualificação (credenciais educacionais e competências técnicas), com decisiva influência sobre a posição ocupada pelos seus detentores no mercado de trabalho. Concorrem, portanto, para a determinação das classes sociais na visão de Weber (1982) não apenas a propriedade dos meios de produção, mas também a posição ocupada na hierarquia ocupacional (GIDDENS, 2008).

À semelhança de Marx (2005), Weber (1982) vinculou a noção de classe social à dimensão econômica ou material, afirmando a centralidade da propriedade dos bens de produção na determinação das distintas situações de classe, definidas como “a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida” (WEBER, 1982, p. 212). Contrapunha-se, todavia, ao esquema de classe polarizado ou dicotômico proposto por Marx (2005) para a sociedade burguesa moderna, assentado sobre a tendência à proletarização ou ao assalariamento das antigas classes médias (profissionais liberais, pequenos industriais e comerciantes), cujo resultado seria a polarização da estrutura social “em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado” (MARX, 2005, p. 24). Propôs, alternativamente, a existência de múltiplas classes na sociedade moderna, fruto, sobretudo, do crescente processo de racionalização associado ao desenvolvimento da burocracia e de seus traços característicos, como a autoridade racional legal e a impessoalidade (WEBER, 1982).

Outro ponto contrastante entre os esquemas teóricos avançados por Marx (2005) e Weber (1982) diz respeito à sua compreensão acerca dos aspectos estruturantes da posição dos indivíduos e grupos no sistema de estratificação social. Apesar de ambos atribuírem influência decisiva aos conflitos entre os distintos grupos por poder e recursos no processo de estruturação e mudança social, Marx associou tais conflitos a questões de ordem econômica, às quais estariam subordinadas outras dimensões como a política e a cultural. Não se trata de ausência de reconhecimento da relevância de fatores como tecnologia, política, religião ou cultura na economia política de uma dada sociedade, mas da defesa de estes operarem dentro dos limites e oportunidades delimitadas pela dinâmica das relações de mercado (MARENS, 2009).

No tocante à proposta weberiana, a estratificação social emerge como uma noção multidimensional, não se limitando às relações de ordem econômica e abarcando ainda fatores como os partidos e os grupos de *status*, associados, respectivamente, à reunião de indivíduos, formalmente organizados ou não, para a persecução de objetivos e interesses comuns, e de agrupamentos sociais que, ao partilharem recursos de natureza simbólica, diferenciam-se de outras comunidades em matéria de prestígio social e de estilo de vida. O contraste entre as noções de classe e de *status* é associado, em última análise, às relações nos domínios da produção e do consumo (GIDDENS, 1975). Em suma, se para Marx partido e *status* estariam subordinados à dimensão da produção, para Weber os três aspectos seriam dotados de relativa autonomia.

O aumento do nível de complexidade da estrutura social nas sociedades modernas, especialmente a partir das primeiras décadas do século XX, ensejou a propositura de esquemas alternativos de classe, lastreados, em maior ou menor grau, nas propostas de ambos os autores. Do lado da vertente weberiana, merece destaque a proposta elaborada por Mills (1951), cuja interpretação do processo de mudança da estrutura social norte-americana verificado no referido período recaiu sobre a redução da antiga classe média, composta em boa medida por pequenos proprietários urbanos, em favor da emergência de uma nova classe média. A configuração proposta para este último grupo abrangia expressivos contingentes de profissionais, dirigentes e trabalhadores qualificados, cuja atividade profissional se associava às profissões emergentes, sobretudo no setor de serviços, decorrentes da intensificação do processo de diferenciação funcional e

ocupacional. Não ignorou, contudo, a polarização da força de trabalho emergente, já evidente na primeira metade do século XX, destacando não somente o diferencial das condições objetivas de trabalho às quais estavam sujeitos os membros das distintas classes sociais, mas também o significado atribuído ao conceito de trabalho.

Em fins da década de 1970, Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), tomando por base a proposta de Mills (1951), propuseram um sistema classificatório das ocupações constitutivas do mercado de trabalho – esquema Goldthorpe, EPG ou CSMIM (*Comparative Study of Social Mobility in Industrial Nations*) – cujo eixo distintivo remetia à natureza do contrato de trabalho. Consequentemente, a particularidade dos elementos associados ao vínculo empregatício dos indivíduos pertencentes aos estratos médios permitiria falar na emergência de uma classe de serviços.

Pelo lado da vertente marxista, destaca-se o trabalho desenvolvido por E. W. Wright (1976), que propõe uma atualização da estrutura proposta originariamente por Marx com vistas a dar conta da maior complexidade do mercado de trabalho contemporâneo. Para tanto, sugere uma revisão do conceito de classe, reconhecendo a relevância das classes médias, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Adota uma visão mais plural da classe média, composta por pequenos empregadores, gerentes, supervisores e trabalhadores manuais qualificados, segmentados conforme as habilidades individuais e a posição ocupada na estrutura organizacional. Portanto, não atribui especial relevância, em contraposição à abordagem neoweberiana (ERIKSON; PORTOCARRERO; GOLDTHORPE, 1979), à natureza do contrato de trabalho (SCALON; SALATA, 2012).

O domínio exercido por tais perspectivas no campo de estudos de classe e estratificação social, com destaque para o Programa Nuffield da Universidade de Oxford, liderado por John Goldthorpe, vem sendo questionado nas duas últimas décadas por pesquisadores alinhados à perspectiva sociossimbólica proposta por Bourdieu, com destaque para os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Manchester sob a coordenação de Michael Savage (SAVAGE et al., 2013).

2.2.2.3

A construção sociossimbólica das classes

O entendimento proposto por Bourdieu para a noção de classe social pode ser interpretado como o resultado de um exercício de caminhar com e contra os sociólogos clássicos, conjugando perspectivas julgadas por muitos como incompatíveis. Nos termos propostos por Wacquant (2013, p. 91),

[Bourdieu] retém a insistência de Marx em assentar a classe em relações materiais de poder, mas a remete aos ensinamentos de Durkheim sobre as representações coletivas e à preocupação de Weber com a autonomia das formas culturais e a potência do status como distinções sociais percebidas.

Tal qual Weber (1982), Bourdieu (1990, 2013) reconhece a relevância da dimensão simbólica na constituição dos grupos sociais, ainda que rejeite, à semelhança de Marx (2005), a disjunção das categorias classe e *status* ou, em outros termos, das dimensões cultural e econômica. Ainda que Bourdieu reconheça a relativa autonomia do campo cultural, a adoção do conceito de *habitus* afirma a indissociabilidade em seu arcabouço teórico dos domínios simbólico e material.

A perspectiva bourdieusiana opõe-se, portanto, a toda sorte de perspectivas emergentes nas últimas décadas, assentadas na disjunção entre classe social e estilo de vida, a exemplo do pós-modernismo, das teses acerca da modernização reflexiva (BECK, 1997; GIDDENS, 1997) e da abordagem neoweberiana dominante nos estudos de classe (ERIKSON; PORTOCARRERO; GOLDTHORPE, 1979; GOLDTHORPE, 2007). Contrapondo-se aos argumentos que sugerem a dissolução da categoria classe social em decorrência da multiplicidade de referentes identitários na atualidade (ATKINSON, 2010; SAVAGE, 2003; SKEGGS; LOVEDAY, 2012), os autores alinhados a essa nova perspectiva destacam os efeitos da posse assimétrica de capital cultural, social e econômico nas trajetórias educacionais (CROZIER et al., 2008; SCHERGER; SAVAGE, 2010; SKEGGS; LOVEDAY, 2012) e profissionais (FRIEDMAN; O'BRIEN; LAURISON, 2016; McDONALD, 2014) de indivíduos dos diferentes estratos sociais. Enfatizam ainda, à semelhança da pesquisa desenvolvida por Bourdieu em *A distinção* (2013), a correspondência entre as dimensões simbólica e social, sublinhando a polarização das classes sociais, materializada não só em

termos de estruturas e volumes diferenciais de capital, mas também em sua tradução em distintos estilos de vida (ABRANTES, 2012, 2014; BERTONCELO, 2013; SAVAGE et al., 2013).

Embalados pela virada cultural nas ciências sociais, muitos dos adeptos da praxeologia bourdieusiana no campo dos estudos de classe e estratificação social questionam a abordagem objetivista e economicista adotada pela perspectiva dominante que, em sua visão, reduziria os processos de mobilidade social à sua dimensão física, analisando-os à luz de “taxas generalizadas de mobilidade” (LAURISON; FRIEDMAN, 2016, p. 671). Rejeitando a associação pura e simples entre classes sociais e agregados ocupacionais, associam-nas com as condições diferenciais de existência (ATKINSON, 2009), capturadas a partir do conceito de capital proposto por Bourdieu (SAVAGE; WARDE; DEVINE, 2005).

Em larga medida, esse movimento representou uma reação à marginalização da dimensão cultural ou simbólica nos estudos de classe, enfatizando como novo imperativo a conexão das dimensões micro e macro de análise. Busca conectar o conceito de classe à realidade vivida e representada dos sujeitos e, sobretudo, a noções como identidade, subjetividade e valores (ABRANTES, 2014). Em última análise, objetiva compreender, a partir da articulação dos domínios simbólico e material, como a “classe” é produzida e reproduzida nas práticas sociais e culturais cotidianas. Valorizando a dimensão fenomenológica, define-se classe como “coletividades de pessoas que compartilham identidades e práticas” (DEVINE, 1998, p. 23).

Entre os focos de pesquisa privilegiados no âmbito da abordagem bourdieusiana de classes estão a problematização do paradoxo subjacente à manifesta e comprovada relevância estrutural da classe social nas vidas das pessoas e o não reconhecimento individual dessa condição. Defende-se que tal contradição remete a “uma crescente divisão entre as condições de classe e as percepções e reações subjetivas a essas condições” (BOTTERO, 2004), o que leva os autores dessa perspectiva a atribuir menos ênfase ao reconhecimento individual da condição de classe do que aos efeitos decorrentes dessa condição (BOTTERO, 2004; JARNESS; FRIEDMAN, 2017; SAVAGE; BAGNALL; LONGHURST, 2001; SKEGGS, 1997). Eles propõem ainda que a verificação de processos de individualização e de (des)identificação não corresponde à morte ou perda de

relevância do conceito de classe, mas ao surgimento de novas manifestações individuais e sociais a ele associadas.

Segundo alguns autores, a acentuada ambivalência da identidade de classe, definida com o não reconhecimento pelos indivíduos de sua posição social, está diretamente associada com a necessidade que estes têm de reforçar seu senso de individualidade (SAVAGE; BAGNALL; LONGHURST, 2001). A partir de entrevistas em profundidade com indivíduos de diferentes classes na cidade de Manchester, verificou-se ser mais provável os indivíduos classificarem terceiros do que eles próprios em classes sociais. Observou-se igualmente uma maior probabilidade de os indivíduos localizados nos estratos superiores da hierarquia social manifestarem sua identidade de classe, seja em virtude do maior volume de capital cultural de que dispõem, seja em decorrência de eventuais estratégias defensivas mobilizadas pelos membros das classes menos privilegiadas.

Outras pesquisas insistem em demonstrar a correspondência entre o espaço de posições sociais (condições materiais de existência) e o espaço de tomada de posições (estilos de vida) (BERTONCELO, 2013; SAVAGE et al., 2013; ABRANTES, 2012), lançando dúvidas sobre a alegada disjunção entre *status* e classe social. A partir de uma análise quantitativa com trabalhadores portugueses, Abrantes (2014, p. 988) verificou a existência de uma minoria de profissionais “altamente educada, urbana, moderna, cosmopolita, individualizada, e adepta da leitura e do uso da internet” em contraposição a uma maioria de trabalhadores pouco qualificados “tradicional, católica, nacionalista e usuária de TV”.

Bertoncelo (2013), em uma análise circunscrita à rede metropolitana de Belo Horizonte, identificou estilos de vida contraditórios a partir da comparação de diversos aspectos relacionados à sociabilidade cotidiana, de hábitos de consumo a padrões de interação, passando por práticas associadas ao lazer. Ao analisar aspectos relativos às condições de vida e aos estilos de vida de trabalhadores manuais, de trabalhadores não manuais de rotina e de profissionais liberais, verificou a ocorrência, no primeiro caso, de níveis superiores de desengajamento de atividades culturais e de lazer (frequência a restaurantes, cinema e teatro; leitura de livros, revistas ou jornal etc.); de alienação do ponto de vista político, mensurada pela frequência de leitura e de conversas sobre o tema; e de tradicionalismo nas orientações acerca da criação dos filhos.

Savage et al. (2013), em um estudo quantitativo abrangente, empreendido em parceria com o conglomerado de mídia BBC, verificaram a existência de sete classes sociais distintas na Inglaterra, correspondentes a múltiplas configurações patrimoniais e localizações no espaço geográfico. No tocante ao capital social, a mensuração do volume de recursos se deu a partir da identificação, no âmbito de um universo de 37 profissões, do número de contatos sociais reportados pelos entrevistados, com a devida ponderação do *status* atribuído a cada ocupação pela escala de Estratificação e Interação Social de Cambridge (CAMSIS). Em se tratando do aspecto cultural, promoveu-se, a partir do uso da técnica de análise de correspondência, uma investigação dos gostos culturais dos entrevistados, agregados em dois grandes grupos: cultura de elite ou “legítima” (*highbrow*) e cultura emergente. Ao passo que a cultura “legítima” foi relacionada, entre outros aspectos, ao engajamento dos respondentes com o gosto pela música clássica e à frequência a museus, teatros, galerias de arte e restaurantes franceses, a cultura emergente foi associada ao engajamento com o uso da internet, à prática de esportes, ao volume de tempo despendido com amigos, à frequência a academias de ginástica e à preferência musical por *rock* e *rap*. A tabela a seguir ilustra a diferenciação na estrutura e no volume de capital de posse dos indivíduos das distintas classes, destacando-se que o grupamento social nomeado “precariado” abarcou, primordialmente, as seguintes categorias ocupacionais: auxiliares de serviços gerais (limpeza), motoristas de *van* e cuidadores (*personal care*).

Tabela 2 – Classes latentes, volume e estrutura de capital

Modalidade de capital	Elite	Classe média estabelecida	Classe média técnica	Trabalhadores afluentes	Classe trabalhadora tradicional	Trabalhadores de serviços emergentes	Precariado
Contatos sociais (score)	50,1	45,3	53,5	37,8	41,5	38,3	29,9
Capital cultural 'legítimo'	16,9	13,7	9,2	6,9	10,8	9,6	6
Capital cultural emergente	14,4	16,5	11,4	14,8	6,5	17,5	8,4

Fonte: Savage et al. (2013)

No tocante ao aspecto profissional, identificou-se não apenas uma clara dominância dos filhos de executivos e profissionais nos subcampos de tradições profissionais como a medicina, o direito e as finanças, mas também a existência de ganhos significativamente menores recebidos pelos contingentes de indivíduos que, oriundos das classes populares, conseguiram ascender a ocupações profissionais e gerenciais. Configura-se, assim, a existência de um real “telhado de classe”, em alusão à expressão *glass ceiling* (LAURISON; FRIEDMAN, 2016,

p. 690). Em um estudo realizado no contexto italiano, Bison (2011) corroborou a persistente influência da classe social e da educação nos padrões de mobilidade social, evidenciando a influência que estes exercem sobre a probabilidade de inserção e manutenção dos indivíduos nas seguintes classes do esquema Goldthorpe: I-II (empreendedores com mais de três empregados, gerentes e profissionais), IIIa (trabalhadores não manuais de rotina de nível médio e superior) e IVab (autônomo, exceto na agricultura). A educação revelou-se, igualmente, um fator decisivo nas possibilidades de inserção inicial no mercado de trabalho nas duas primeiras classes referidas, bem como um potencial redutor de risco de queda para funções desqualificadas, sejam manuais, sejam não manuais.

Direcionando o foco de análise para as elites de negócio, Hartmann (2000), em uma análise comparativa dos contextos francês e alemão, revelou que, enquanto no primeiro caso o fator diferencial para o recrutamento aos postos de executivo sênior recaiu sobre o sistema educacional, no segundo os “fatores de personalidade” mostraram-se especialmente relevantes, tendo sido definidos pelo autor como elementos distintivos incorporados a partir de um processo prévio de socialização.

Contudo, em uma análise realizada no contexto francês, Maclean, Harvey e Kling (2014, 2017) propõem que o acesso à elite do poder no campo dos negócios demanda dos seus membros uma combinação de educação e classe social privilegiada; nomeados hiperagentes, os pertencentes a esse grupo seletivo foram definidos como os que participam de múltiplos conselhos de administração corporativos. Em suma, “é improvável que uma socialização educacional isoladamente, sem contar com o impulso conferido pela classe social, leve à hiperagência” (MACLEAN; HARVEY; KLING, 2014, p. 845).

Ainda com relação às carreiras executivas, Maclean, Harvey e Chia (2012) identificaram uma relação direta entre reflexividade e desenvolvimento profissional. Contudo, ainda que as incidências de comportamento reflexivo – identificadas a partir do uso do método histórias de vida – tenham sido superiores nos egressos das classes dominadas, os padrões ou modos de reflexividade mobilizados por ambos os grupos mostraram-se distintos. Ao passo que os executivos oriundos das classes superiores privilegiaram estratégias alinhadas à acumulação de capital ou à antecipação de oportunidades, os advindos dos

estratos inferiores exibiram modos de ação reflexiva alinhados tanto ao reconhecimento contextual e à superação de barreiras quanto à aprendizagem a partir da diversidade.

No contexto das carreiras criativas, Friedman, O'Brien e Laurison (2016) ilustram as dificuldades enfrentadas pelos membros das classes populares que tentam a sorte como atores de teatro. A posição subordinada na hierarquia social, traduzida em volumes inferiores de capital social, cultural e econômico, influenciou negativamente aspectos múltiplos, como a educação formal, haja vista que as principais escolas nesse campo ("*Oxbridge*") são dominadas pelos filhos das elites. O reduzido suporte material influenciou ainda a escolha do local de moradia, exercendo um impacto negativo sobre as redes de relacionamentos dos membros das classes populares, bem como sobre a sua capacidade de enfrentar as entressafras, um traço característico dessa atividade. A relevância tanto da pronúncia (*received pronunciation*) quanto da correlação entre papel teatral e classe social (*favourable typecasting*) na definição do elenco foi outro indício relevante dos efeitos da distinção simbólica na profissão de ator de teatro. Portanto, a adoção de um recorte de análise que levou em consideração a categoria classe social revelou-se capaz de lançar dúvidas sobre a adequação do construto "carreiras sem fronteiras" (ARTHUR; ROUSSEAU; 1996; SULLIVAN; ARTHUR, 2006), até mesmo em um reduto privilegiado pelos seus adeptos – a indústria criativa (JONES, 1996).

Estudos direcionados a outras esferas de atividade, como a educação, corroboram a existência de riscos coletivos associados a trajetórias de classe, relativizando uma vez mais as teses em favor da individualização não só das trajetórias como também dos riscos na atualidade (BECK, 2010). Apenas como exemplo, citam-se as distintas trajetórias universitárias, cuja assimetria se reflete na ocupação das universidades tradicionais, ou de elite, pelos membros das classes privilegiadas e na das emergentes pelos indivíduos dos estratos inferiores (CROZIER et al., 2008; REAY et al., 2001). Vale destacar, contudo, que ainda que o processo decisório destes últimos seja fortemente influenciado por uma "solidariedade de classe", cujo resultado é a preferência por lugares com pessoas de mesmo *background*, uma minoria tende a assumir maiores riscos e, conseqüentemente, a optar por universidades tradicionais. O processo decisório, nesses casos, é impactado por múltiplas influências, desde a autoconfiança

acadêmica construída ao longo de toda uma trajetória educacional até eventuais influências de amigos e familiares (REAY, 2002), reforçando, uma vez mais, a influência decisiva exercida pelos múltiplos contextos (LAHIRE, 2002).

Em outros casos, até mesmo a busca por autenticidade, sobretudo por parte dos membros das classes populares, seja na tentativa de afirmar uma identidade “fora de lugar”, seja para reforçar uma autoestima por vezes depreciada, traz implicações deletérias. Archer, Hollingwroth e Halsall (2007) mostram como a adesão a um estilo de vida que traz no corpo, sob a forma de roupas e outros adereços, símbolos que remetem a ídolos do esporte, pode resultar em um conflito com a normatividade dominante no universo escolar. Além do conflito propriamente simbólico, a própria necessidade de financiar esse estilo de vida pode resultar em uma inserção precoce no trabalho e, ao mesmo tempo, em um processo de evasão escolar, ilustrando, uma vez mais, a interdependência entre as dimensões social e simbólica.

Apresenta-se, a seguir, uma análise do campo de carreira sob a perspectiva organizacional no cenário nacional, adotando-se um recorte que privilegia a categoria classe social.

2.3

Carreiras e classe social no cenário nacional

O movimento verificado nas últimas décadas em favor do reconhecimento de múltiplas âncoras identitárias, sobretudo, gênero, etnia e nacionalidade, relaciona-se causalmente ao declínio do uso da categoria classe social nas ciências sociais, inclusive nos estudos organizacionais, em particular nos estudos de carreira (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

Em comum, as pesquisas que assumem um recorte analítico que privilegia, entre outras categorias, a classe social, o gênero ou a etnia relacionam-se à marginalização histórica sofrida por distintos grupamentos sociais aos quais é negada a participação equânime em múltiplos domínios da vida social; remetem, portanto, a processos de exclusão social (PRASAD; D’ABATE; PRASAD, 2007).

A opção nesta pesquisa por um recorte que privilegia a categoria classe social, em contraposição à tendência dominante, deu-se em virtude da intenção de jogar luz sobre a realidade social de indivíduos que, vitimizados por um processo

histórico de estigmatização, encontram-se sujeitos a múltiplas formas de privação existencial, entre as quais, a exclusão das formas mais desejadas de trabalho em dada sociedade. Tal recorte se mostra especialmente relevante quando analisado à luz do panorama recente dos estudos de carreira no contexto brasileiro, acima de tudo no âmbito dos estudos organizacionais e de gestão, cuja tendência, à semelhança das pesquisas internacionais, é focar as carreiras profissionais, gerenciais e hierárquicas.

Os resultados do levantamento da literatura acadêmica nacional efetuado nesta pesquisa revelaram a inexistência, na amostra analisada, de pesquisas que enfocam as carreiras de trabalhadores das classes populares. Adotou-se, como critério de seleção dos artigos, a busca pelo termo “carreira” nos campos título, resumo e palavras-chave (VASQUEZ et al., 2008) na base de dados Spell. Como critério adicional, limitou-se o escopo aos artigos publicados em periódicos com conceito superior a B2 (CAPES, 2014). Resultou desse processo um total de 47 (quarenta e sete artigos) de 10 (dez) periódicos: *Brazilian Administration Review* (BAR), *Brazilian Business Review* (BBR), *Cadernos EBAPE* (Cad. EBAPE. BR), *Organizações e Sociedade* (O&S), *Revista de Administração Contemporânea* (RAC), *Revista de Administração de Empresas* (ERA), *Revista de Administração Mackenzie* (RAM), *Revista de Administração* (RAUSP) e *Revista Eletrônica de Administração* (ReAd).

No tocante às carreiras privilegiadas nos estudos analisados, salta aos olhos a predominância das carreiras de executivos, funcionários públicos, docentes e discentes. Em geral, os sujeitos pesquisados possuem curso superior ou, minimamente, o ensino médio completo; apenas um dos artigos adotou enquanto objeto de pesquisa a análise compreensiva de trajetórias profissionais, objetivando compreender as influências de múltiplos contextos, do momento de vida, bem como de aspectos individuais, sobre as carreiras de executivos (CLOSS; OLIVEIRA, 2015).

O caráter a-histórico e a ausência de devida contextualização na vasta maioria das pesquisas analisadas refletem o direcionamento do foco de análise para as dimensões intraorganizacional e interorganizacional. Revela-se, em boa medida, a ocorrência de uma importação, nem sempre aclimatada, de conceitos gerados em contextos estrangeiros, sobretudo de origem anglo-saxã. Tal processo mimético não reconhece as singularidades do caso brasileiro, acabando por

reificar uma abordagem gerencialista que destaca, como um de seus pontos primordiais, a autogestão de carreira (OLTRAMARI; GRISCI, 2014; OLTRAMARI; FRIDERICHES; GRZYBOVSKI, 2014), reproduzindo assim o discurso que enfoca o mérito individual como elemento central na definição das oportunidades de vida, inclusive profissionais, dos agentes (BOLTANSKI, 2009; SOUZA, 2009a).

Cabe destacar, por fim, a publicação do artigo de Oliveira e Fraga (2017) que clama pela retomada da categoria social nas análises efetuadas por parte dos pesquisadores dedicados aos estudos de carreira, sobretudo no campo dos estudos organizacionais e de gestão. Ao analisar os impactos da recente expansão do acesso ao ensino superior e da renda sobre o processo de mobilidade intergeracional, bem como a influência da condição de classe sobre as trajetórias profissionais, os autores acabam por identificar barreiras específicas associadas, entre outros fatores, aos distintos *habitus* de classe (OLIVEIRA; FRAGA, 2017). A presente tese acaba por refletir, ainda que de forma não planejada, uma resposta à referida demanda, contribuindo potencialmente para a construção de uma massa crítica de conhecimento que possa servir de base para futuras pesquisas. Questiona-se se não é chegada a hora de aproveitar a crescente apropriação do arcabouço bourdieusiano nos estudos de carreira e relacioná-la ao debate que está em andamento nos estudos de classe e estratificação social e em estágio inicial nos estudos organizacionais.

Por fim, ressalva-se uma vez mais que o reconhecimento discursivo de que “todos que trabalham têm uma carreira” (ARTHUR; HALL; LAWRENCE, 1989, p. 9) não parece corresponder à realização de pesquisas que busquem compreender as trajetórias profissionais de indivíduos socialmente marginalizados, que padecem tanto do ponto de vista material quanto do simbólico. Resta, portanto, não tematizada a maioria absoluta das carreiras, caracterizadas tanto pela precariedade de condições quanto pelo limitado horizonte de oportunidades. A investigação de tais carreiras justifica-se, no entanto, pela sua crescente representatividade no conjunto da força de trabalho, correspondendo à fração dominada de uma classe trabalhadora dual, por vezes equiparada pelas organizações a “custos dispensáveis a serem externalizados ao invés de ativos pelos quais lutar na ‘guerra por talentos’” (GUEST; STURGES, 2007, p. 311). Nas palavras de Antunes (2011, p. 128):

Por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável [...]. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho. No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global.

Busca-se, no tópico a seguir, aprofundar a compreensão da gênese e do desenvolvimento do processo de reorganização do mundo do trabalho, que resultou, segundo proposto nesta tese, em uma significativa mutação de sua morfologia.

2.4

Reestruturação dos sistemas de produção e do emprego

Em fins da década de 1960 e início da de 1970, emergiram teses que propunham estar em andamento uma drástica mudança nas sociedades modernas, similar àquela verificada na passagem das sociedades agrárias para as industriais. Segundo alguns autores, com destaque para o sociólogo americano Daniel Bell (1974), verificava-se uma ruptura de tal monta que se poderia falar na emergência de uma sociedade pós-industrial. Em sua visão, as discontinuidades em relação à sociedade industrial manifestavam-se de diversas formas. Se, por um lado, antevia-se um crescente contingente de postos de trabalho altamente qualificados, usualmente associados a ocupações atreladas às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), por outro se presumia a redução continuada da degradação do trabalho pela redução dos postos na indústria.

À época da propositura da aludida tese, as sociedades capitalistas desenvolvidas vivenciavam o final do período dos trinta anos gloriosos do capitalismo, marcados pela vigência do *Welfare State*, quando se verificou, no caso das economias desenvolvidas, a conjunção de altos níveis de emprego e de redução dos níveis de desigualdade com lutas empreendidas por mulheres e minorias com vistas a obter igualdade política e oportunidades econômicas (REICH, 2007). Nesse contexto, o compromisso firmado entre capital e trabalho, mediado pelo Estado, permitiu o provimento de garantias sociais, trabalhistas e previdenciárias, resultando em “um mercado de trabalho bem estruturado,

razoável distribuição de renda, baixo nível de desemprego e de inflação” (PICCININI; OLIVEIRA; RUBENICH, 2006, p. 93).

No mesmo período desenhava-se, ainda que embrionariamente, a metamorfose dos sistemas de produção, de gestão organizacional e de emprego, reflexo de uma crise sistêmica em gestação decorrente do aumento da competitividade no mercado internacional com a consequente queda nos níveis de produtividade e de rentabilidade das corporações. Segundo Harvey (2007), esse cenário teria engendrado ondas de greve nos EUA no final da década de 1960 e no início da de 1970, aumento da inflação, desvalorização do dólar e o fim do acordo de Bretton Woods. Esse conjunto de fatores teria colocado em cheque a rigidez da matriz produtiva de base taylorista-fordista, cujos sinais de esgotamento se avolumavam (ANTUNES, 2011, 2013). Na visão de outros comentadores, esse cenário de crise decorreu de um processo de inovação tecnológica acentuada, que propiciou a emergência de uma nova etapa do sistema capitalista, denominada de *supercapitalismo*. Segundo Reich (2007), esse novo momento caracteriza-se pela regressão do capitalismo democrático, embora desigual, das décadas precedentes. O enfraquecimento da noção de cidadania dá-se na proporção direta em que os direitos dos consumidores e investidores são privilegiados em detrimento de todo um conjunto de direitos sociais conquistados ao longo da história recente.

Diante desse cenário de crise estrutural do sistema capitalista, pôs-se em marcha todo um conjunto de processos e dispositivos orientados à reestruturação do sistema produtivo, pautado pela instauração de regimes de acumulação flexível, cujo resultado final foi o solapamento do compromisso fordista firmado entre capital e trabalho (HARVEY, 2007; ANTUNES; DRUCK, 2014). O processo de financeirização do sistema econômico (HEROD; AGUIAR, 2006a), definido por Appelbaum (2012, p. 312-313) como a “combinação da crescente mobilidade do capital global com a ênfase crescente no retorno financeiro em corporações não financeiras”, correspondeu à subordinação do capital industrial ao capital financeiro (REICH, 2007), bem como à pressão crescente por resultados exercida sobre os executivos corporativos, alimentada pela rotina de acompanhamento trimestral de resultados.

Entre as consequências desse novo modelo socioeconômico estaria, portanto, a maior apropriação da renda da atividade produtiva pelo capital em detrimento da parcela dedicada aos trabalhadores, seja em países desenvolvidos

como a França (BOLTANKI; CHIAPPELLO, 2009), seja em economias em desenvolvimento como o Brasil (POCHMANN, 2012). Daí a associação proposta entre o processo de financeirização da economia e a crescente desigualdade social (KALLEBERG, 2012; MADRICK, 2012; REICH, 2007).

O novo modelo macroeconômico iniciado a partir da década de 1970 correspondeu, ainda, à reorientação de uma política de busca do pleno emprego, vigente no regime fordista, rumo à introdução de políticas neoliberais focadas na adoção de medidas fiscais contracionistas, com ênfase no estrito controle dos gastos públicos e da inflação (APPLEBAUM, 2012; MADRICK, 2012). Entre os inúmeros impactos dessa mudança, que nada teria de natural e inevitável, decorrendo de um modelo econômico deliberadamente assentado sobre baixos salários e altos níveis de insegurança, estariam as elevadas taxas de desemprego (APPLEBAUM, 2012). Cabe observar igualmente a proliferação de empregos precários, sobretudo aqueles remunerados com salários baixos e instáveis, sem vínculo de longo prazo, sem perspectivas claras de carreira, sem acesso a plano de previdência e de saúde, e sujeitos, em boa parte dos casos, a tratamento arbitrário no ambiente de trabalho (KALLEBERG, 2011). A expansão das políticas de corte neoliberal representou, ainda, um impacto negativo sobre as políticas de transferência de renda, o volume de gastos públicos essenciais e a qualidade dos postos de trabalho na esfera pública, afetada, sobretudo, pela introdução do novo gerencialismo (QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001; PAES DE PAULA, 2005).

Os níveis alarmantes de insegurança material característicos da maior parte dos trabalhos atípicos emergentes nas últimas décadas ensejou a criação, no final da década de 1990 e no âmbito da 87ª conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de uma agenda voltada à promoção do trabalho decente, definido como aquele adequadamente remunerado e exercido “em condições de liberdade, equidade, segurança e capaz de garantir uma vida digna” (OIT, 1999, p. 3). Como ressalta Blustein (2011), o exercício de um trabalho tedioso e desinteressante torna-se ainda mais opressivo caso seja exercido em um contexto indigno, ou seja, aquele se revela incapaz de prover condições mínimas de segurança; que é marcado pela prevalência de relações interpessoais que dificultam a afirmação da diversidade, desrespeitam os direitos humanos e não se

pautam pelo respeito mútuo; e cujas políticas de pessoal não prezam pelo balanceamento entre trabalho e demais esferas de atividade.

Ainda que o discurso dominante tenda a associar a multiplicidade de formas atípicas de trabalho à escolha individual em busca de um maior equilíbrio entre os domínios do trabalho e do não trabalho, certo é que um breve mergulho no mundo real é o suficiente para dotar qualquer um de informações que suportam a arbitrariedade e falsidade de tal diagnóstico. Dados de um relatório recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) dirigido à compreensão dos desafios associados à proliferação do trabalho atípico ao redor do mundo, revelam que não mais que 11,5% dos trabalhadores dos países da União Européia que trabalham sob alguma modalidade de trabalho temporário declaram não desejar um trabalho permanente; a vasta maioria o faz devido à completa falta de opção.

O conjunto de mudanças testemunhadas nas dimensões econômica e não econômica, nas últimas décadas, traduziu-se em duas tendências específicas no tocante à qualidade do trabalho. Se, por um lado, verificou-se um processo de polarização da mão de obra (ANTUNES, 2011; KALLEBERG, 2003; VALLAS; PRENER, 2012) refletindo uma crescente desigualdade nas recompensas do trabalho, sobretudo, materiais, por outro se fez presente uma crescente precariedade do trabalho, capaz de alcançar a totalidade dos trabalhadores, manifestada, entre outras coisas, na intensificação do trabalho (KALLEBERG, 2012). Nesse novo cenário, a precarização transmutou-se de aspecto contingente associado ao ciclo dos negócios em fenômeno estrutural do sistema de emprego (KALLEBERG, 2011; POCHMANN, 2012; TJANDRANINGSIH, 2010). A participação decisiva do Estado para a concretização do ataque aos sistemas de proteção social e trabalhista (TJANDRANINGSIH, 2012), reforça aqueles argumentos que defendem ser a crescente influência do sistema econômico sobre as demais esferas de atividade uma das tendências do mundo atual (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007).

O desdobramento do processo de reestruturação dos sistemas de produção, de organização e de emprego, verificado nas últimas décadas implicou, portanto, a dualização da força de trabalho, à semelhança do proposto pelos teóricos da segmentação (DOERINGER; PIORE, 1970; PIORE, 1973; REICH; GORDON; EDWARDS, 1973). Em linha com tal diagnóstico, Kalleberg (2003) verificou, a partir da análise de dados oficiais do mercado norte-americano, a coexistência de

distintas formas de flexibilização da mão de obra, segregando-as em principal e periférica. Revela-se, conseqüentemente, a produção e a reprodução de *insiders* e *outsiders* no mercado de trabalho contemporâneo. A condição *sine qua non* para que os trabalhadores possam vir a se beneficiar de formas atípicas de contratação residiria na posse e no controle individual de competências distintivas e transferíveis entre firmas (KALLEBERG, 2003), restando aos trabalhadores desprovidos dessas competências poucas oportunidades de escapar para melhores condições de emprego (TJANDRANINGSIH, 2012).

Do ponto de vista espacial, a reconfiguração produtiva esteve associada a um processo de divisão internacional do trabalho, implicando a transferência de parte representativa do complexo industrial dos países desenvolvidos para as regiões periféricas, com destaque para o sudeste asiático (FRENKEL, 2010). Evidencia-se, assim, uma marcha de processos de reterritorialização e desterritorialização (ANTUNES, 2011) intimamente relacionada à emergência de políticas industriais que, assentadas fundamentalmente sobre um sistema de produção de baixo custo, possibilitam a redução dos índices relativos de preços de bens e serviços, o aumento dos níveis de consumo, especialmente de bens duráveis, dos membros das classes populares e, em última análise, a emergência de uma sociedade *low cost* (CHAUÍ, 2014).

Ao processo de desindustrialização e à consequente liberação de grandes contingentes de mão de obra dos complexos manufatureiros combinou-se o crescimento da indústria de serviços (FRENKEL, 2010), traduzido, em muitos casos, no crescimento dos níveis de desemprego estrutural nas economias avançadas do Ocidente (KALLEBERG, 2012) e, ainda, no rareamento do trabalho em tempo integral, de longo prazo e por tempo indeterminado (FOURNIER; LACHANCE; BUJOLD, 2009). Ressalta-se, no entanto, que do ponto de vista global não há que se falar na perda de relevância do setor secundário. Como bem observou Castells (1999), a permanência dos índices de crescimento global de empregos industriais reflete a geração de postos de trabalho nos países emergentes em quantidade superior à redução verificada nos países desenvolvidos do Ocidente. Portanto, diagnósticos associados à emergência de uma sociedade pós-industrial, *lato sensu*, carecem na melhor das hipóteses de precisão conceitual (FRENKEL, 2009).

À flexibilização geográfica das estruturas de produção correspondeu a das relações laborais, com impactos nada desprezíveis no que se refere às dimensões qualitativa e quantitativa do trabalho (KALLEBERG, 2012). Para além da dimensão subjetiva, assume-se, nesta pesquisa, que a qualificação do trabalho remete igualmente aos seus aspectos objetivos (DRUCK, 2016), desde o nível salarial e benefícios auferidos pelos trabalhadores até o nível de estabilidade e segurança no emprego, passando pela possibilidade de a atividade laboral propiciar aos trabalhadores oportunidades de exercitar suas habilidades profissionais e pessoais, de receber treinamento com vistas ao seu aperfeiçoamento individual, de participar no processo decisório e de exercer sua função com autonomia (FINDLAY; KALLEBERG; WARHUST, 2013). Reconhece-se, portanto, a relevância de ambas as dimensões, haja vista a mediação da subjetividade pela materialidade – ou do aspecto cultural pelo estrutural.

No tocante às relações de trabalho, o processo de flexibilização traduziu-se de múltiplas formas, resultando, entre outros fatores: (i) na adoção de práticas que preconizam maior envolvimento do trabalhador (GREEN, 2001, 2004; LINHART, 2014), agora instado a investir ativamente seu conhecimento e suas competências na busca dos objetivos organizacionais (FOURNIER; LACHANCE; BUJOLD, 2009); (ii) em maior individuação das relações de trabalho (ALVES, 2014; LINHART, 2014), inclusive com a legalização de contratos de trabalho individuais (QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001), com o correspondente aumento do poder gerencial (FRENKEL, 2009); (iii) no enfraquecimento dos coletivos de trabalhadores (CASTEL, 2010; KORCZYNSKI; HODSON; EDWARDS, 2010; LEIDNER, 2009; QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001); (iv) na intensificação dos ritmos de trabalho, com vistas a extrair rendimentos superiores da utilização da mão de obra (DAL ROSSO, 2013; GREEN, 2001; HEWLET; LUCE, 2006; SPARHAM; SUNG, 2007); (v) na deterioração dos níveis de saúde e segurança ocupacional (QUINLAN, 2015; QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001); (vi) no aumento do desbalanceamento entre as esferas do trabalho e da família, especialmente no caso das mulheres (FOURNIER; LACHANCE; BUJOLD, 2009); e, ainda, (vii) na desconstrução gradual dos sistemas de proteção trabalhista e social erigidos ao longo do século XX (ANTUNES, 2013; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009;

QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001). Tais mudanças, tomadas em seu conjunto, implicaram mudanças na gestão dos recursos humanos, em especial a transferência dos riscos e obrigações dos empregadores para os trabalhadores (FOURNIER; LACHANCE; BUJOLD, 2009; LEIDNER, 2009).

Cabe observar, todavia, que a precarização do trabalho, inclusive em termos estruturais, não é algo novo na história do sistema capitalista, configurando-se em traço constitutivo das relações de trabalho prevalentes na maioria das economias avançadas no século XIX e no início do século XX (QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001). Paradoxalmente, o que se vivencia atualmente é a emergência, no âmbito da alta modernidade, de um quadro de vulnerabilidade de massa que simboliza o ressurgimento de uma questão social semelhante e dessemelhante àquela que teve lugar nos idos do século XIX e da qual se ocuparam sociólogos clássicos como Marx (2001), Durkheim (1999) e Weber (2006). Se, por um lado, há uma crise da sociedade do trabalho, por outro seu “núcleo se constitui pelo enfraquecimento das formas de política social, [...] pelo crescimento do desemprego e da precarização, pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho” (CASTEL, 2010, p. 15).

É diante desse cenário que autores como Bernhardt (2012) apontam, em contraposição à tendência dominante, a necessidade da regulamentação do mercado de trabalho. Alertam para o risco de que a rota escolhida para o progresso corresponda ao renascimento e à legitimação de práticas condenadas há mais de um século, ao menos nos países desenvolvidos, como aquelas praticadas no setor têxtil, na modalidade de trabalho por conta própria exercido remotamente (em domicílio), cujas características degradantes levaram ao seu enquadramento enquanto trabalho análogo à escravidão, *ou sweatshop job* (QUINLAN; MAYHEW; BOHLE, 2001; AGUIAR, 2006).

Cabe destacar, igualmente, o fato de os ocupantes dos postos de trabalho periféricos ou subordinados refletirem, usualmente, condições peculiares no tocante à etnia, ao gênero, à origem familiar, à formação educacional e à trajetória profissional (CACCIAMALI; SOUZA, 1978). Igualmente relevante é a inexistência, em boa parte dos casos, de redes de segurança, institucionais, comunitárias e familiares, capazes de suportar os atores sociais no enfrentamento das consequências negativas decorrentes da flexibilização (TJANDRANINGSIH,

2012). Reforça-se, assim, a relação existente entre a posição ocupada pelos indivíduos no espaço social e suas oportunidades ou chances de vida.

Após esta breve referência ao processo de reestruturação dos sistemas globais de produção e trabalho, são exploradas, a seguir, algumas de suas repercussões no cenário nacional.

2.4.1

Inserção combinada e desigual: o caso brasileiro

A natureza subordinada do desenvolvimento capitalista nas nações periféricas reflete, na visão de alguns, um processo histórico de dependência externa que, pautado na reprodução de baixos níveis de progresso técnico endógeno, teria resultado na permanência de baixos índices de produtividade do trabalho, impossibilitando, entre outras coisas, a generalização do “estilo de vida que prevalece no centro [...] para o conjunto da população periférica” (FURTADO, 2005, p. 6).

No caso brasileiro, a inércia de uma estrutura social caracterizada pela apropriação acentuadamente desigual das oportunidades de vida corresponderia a um processo histórico de subordinação socioeconômica cujas raízes remontam à ordem colonial (FURTADO, 2005; POCHMANN, 2012, 2014). O padrão de sociedade do trabalho entre nós traria consigo elementos estruturais cuja gênese se encontra no passado escravista, entre eles “uma percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo do elemento nacional como trabalhadores, uma indiferença das elites quanto às maiorias pobres e uma hierarquia extremamente rígida” (CARDOSO, 2008b, p. 71). Consequentemente, a sociedade do trabalho brasileira acabaria por refletir um duplo condicionamento, de sorte que à divisão geográfica dos sistemas de produção e de trabalho viria a se somar uma sistemática interna, profundamente desigual, de repartição das chances de vida, incluindo-se nela as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e de desenvolvimento profissional.

A reprodução, ainda que parcial, dessa condição foi marcada por um processo nada desprezível de transformação da estrutura social brasileira, destacando-se, em primeiro lugar, uma mudança significativa ocorrida nas primeiras décadas da segunda metade do século XX, relativa à perda de centralidade da atividade agropecuária na produção nacional de riquezas em favor

de uma maior representatividade do setor secundário, advinda do ciclo de industrialização iniciado na década de 1930 (POCHMANN, 2012). O processo de urbanização verificado, no entanto, foi marcado, entre outras coisas, pela conjugação da melhoria das condições gerais dos níveis de vida com uma forte pressão salarial em decorrência da abundante oferta de mão de obra com baixa qualificação (CARDOSO, 2008a).

A Tabela 3 a seguir ilustra, adicionalmente à mudança na estrutura produtiva brasileira decorrente da perda de centralidade da atividade agrícola, a alteração observada em períodos mais recentes, referente ao incremento da participação relativa do setor de serviços na economia, associada a um crescente processo de desindustrialização do parque nacional, oriundo não apenas dos exíguos investimentos no parque fabril, como também da emergência de um cenário de valorização cambial acentuada na década de 1990.

Tabela 3 – Participação relativa dos setores de atividade no PIB

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1950	24,3%	24,1%	51,6%
1960	17,8%	32,2%	50,0%
1970	11,6%	35,8%	52,6%
1980	10,1%	40,9%	49,0%
1990	6,9%	33,0%	60,1%
2000	5,5%	26,7%	67,7%
2010	4,8%	27,4%	67,8%
2016	5,5%	21,2%	73,3%

Fonte: IBGE (contas nacionais)

A despeito de os níveis de industrialização verificados entre as décadas de 1940 a 1980 terem resultado em níveis de crescimento econômico sem precedentes no período – aumento real do PIB *per capita* em torno de 500% –, nunca se instaurou, no contexto brasileiro, uma sociedade industrial propriamente dita, tampouco uma sociedade salarial nos termos propostos por Castel (2010). O que se fez notar, especialmente a partir da década de 1930, foi um processo de diversificação da estrutura social, caracterizada, entre outros fatores, pela diferenciação e ampliação dos estratos médios. Segundo Scalón e Salata (2012), o aumento da participação relativa da classe média teria sido impulsionado pelo processo de substituição de importações iniciado no primeiro governo Vargas, causalmente associado à acelerada expansão econômica e à diferenciação da estrutura ocupacional demandada para o atendimento das necessidades tanto da iniciativa privada quanto da crescente burocracia estatal.

A despeito de a crescente migração de contingentes populacionais dos meios rurais para os centros urbanos, em resposta ao processo de modernização no campo e ao crescente processo de industrialização, ter se refletido em significativos níveis de mobilidade ascendente na estrutura social brasileira, os destacados padrões de mobilidade social não se repetiram nas gerações subsequentes. Assim, o período seguinte foi marcado por um

forte padrão de reprodução de classes entre gerações, em que indivíduos das classes hierarquicamente superiores têm chances muito maiores de ascender e de imobilidade, e indivíduos com origens em classes sociais hierarquicamente inferiores têm chances muito menores de ascender e chances altas de imobilidade. (RIBEIRO, 2014, p. 201).

Adicionalmente à acentuada transferência intergeracional de capitais materiais e imateriais, foram características marcantes da fase de industrialização acentuada no Brasil, sobretudo no período que abarca as mais de duas décadas de ditadura militar: a implantação de uma política de arrocho salarial, com a redução do salário mínimo; o incremento do trabalho informal; e a perseguição aos sindicatos com o consequente esvaziamento de sua atuação (CHAUÍ, 2014). O padrão de crescimento socioeconômico pautado pela transferência de renda da base para o topo da pirâmide torna-se evidente ao se compararem os resultados dos ganhos de produtividade do trabalho, da remuneração dos cargos diretivos nas empresas e do salário médio do operariado no período de 1965 a 1977, cujos crescimentos médios foram da ordem de 103%, 145% e 17%, respectivamente (POCHMANN, 2014).

Não se pretende negar, aqui, o avanço da base material da economia nacional no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980, mas tão somente apontar a defasagem verificável entre os processos de desenvolvimento econômico e de inclusão social. Uma das consequências diretas do referido descolamento foi o alijamento de larga parcela da população brasileira do consumo de bens duráveis, circunscrito à parcela da classe trabalhadora constituída fundamentalmente pelas classes média e alta (POCHMAN, 2012) ou, em outros termos, pelos setores ditos profissionais, compostos por indivíduos dotados de níveis superiores de qualificação educacional e profissional, e mais bem remunerados.

O modelo econômico vigente até a década de 1980, assentado sobre um processo desigual e concentrado de distribuição de riquezas e oportunidades, refletiu-se igualmente no processo de transição da escola para o trabalho, marcado pelos baixos níveis de escolaridade demandados para a inserção profissional, especialmente daqueles indivíduos situados nos estratos inferiores da hierarquia social (FRESNEDA, 2009). Com vistas a estabelecer uma diferenciação entre os processos de transição verificados nas sociedades capitalistas avançadas e periféricas, Cardoso (2008a) propôs a existência, nestas últimas, de um padrão desenvolvimentista de transição oposto a um padrão fordista. Ao passo que, no primeiro caso, a baixa qualificação da grande maioria das ocupações é associada à dispensa de credenciais educacionais daqueles jovens que adentram o mercado de trabalho, no segundo o processo de qualificação profissional caracteriza-se por um controle exercido pelas instituições familiar e estatal, constituindo-se a escola no “principal elemento de mobilidade social e de geração de oportunidades de vida” (CARDOSO, 2008a, p. 571).

A década de 1990 viria a representar um divisor de águas em ambos os padrões de transição, fruto, em larga escala, da disjunção verificada entre os processos de expansão do sistema educacional e de geração de postos qualificados de trabalho, implicando, sobretudo no caso das sociedades periféricas, a desvalorização das credenciais educacionais (CARDOSO, 2008a; FRESNEDA, 2009). No cenário brasileiro em particular, esse processo materializou-se exemplarmente no crescimento acentuado da fração de jovens que, com 25 anos de idade e mais de onze anos de estudo, tiveram como destino as classes sociais mais baixas. Se, para aqueles nascidos em 1970, a participação relativa dessa fração alcançou 31%, para os nascidos em 1980 essa cifra alcançou atingiu 54% do total (CARDOSO, 2008a), representando um crescimento de 74%.

A ruptura com os padrões então vigentes deu-se, ainda, pela entrada maciça de mulheres na força de trabalho, pela postergação da entrada de parcela dos jovens no mercado laboral, pelo aumento do desemprego na fase inicial de carreira, pelo acirramento da competição no mercado de trabalho e pela centralidade crescente da educação formal na transição da escola para o trabalho e no desenvolvimento das trajetórias profissionais. Todavia, a oferta educacional crescente revelou-se incapaz, particularmente no caso brasileiro, de romper com os padrões históricos de desigualdade social. Uma das explicações para o referido quadro recai sobre a

geração quantitativa de postos de trabalho em nível inferior ao crescimento da população economicamente ativa, cujo resultado foi um crescimento generalizado dos níveis de concorrência por posições no mercado de trabalho, por sua vez associado a “um quadro de duradoura reversão das expectativas de mobilidade social dos mais jovens” (CARDOSO, 2008a, p. 606).

A baixa qualidade da educação pública é outro aspecto que não pode ser desconsiderado; a correspondência entre as iniciativas voltadas à universalização do acesso à escola, a partir da década de 1960, e a hierarquização das instituições de ensino fundamental e médio, reflete a manutenção da desigualdade, ainda que por novos meios. Segundo Sena e Souza (2011, p. 39),

esse processo de democratização da escola básica trouxe para os jovens pobres moradores das áreas periféricas das cidades brasileiras o acesso à escola, porém o abismo entre o acesso e a qualidade do ensino público básico no Brasil passou a ser significativamente alargado. A escola democrática de massa passou a ser a “escola do pobre”; se não bastasse o fosso que há entre as escolas públicas e a “escola de elite.

Portanto, adicionalmente à assimetria público-privado, há de se levar em conta a disparidade qualitativa entre as instituições públicas, decorrentes, em parte, do impacto da segregação urbana sobre a atividade escolar, relacionado a um processo simbólico de desclassificação de estudantes e moradores pobres da periferia, “que personificam os traços de uma cultura popular que não é valorizada pela escola” (BURGOS, 2012, p. 1018). O processo de *ampliação para menos* da educação pública, retratado por Algebavile (2009) ilustra, adicionalmente, o lugar subordinado destinado às funções educativas em favor de uma política pública orientada à minimização das tensões sociais.

A acentuada reestruturação dos sistemas de produção e de emprego verificada a partir da década de 1990, não implicaram, paradoxalmente, mudanças bruscas na estrutura ocupacional. Ao passo que, no ano de 1992, 53,4% dos ocupados com mais de 25 anos permaneceram no emprego por período superior a cinco anos, no exercício de 2005 a participação relativa desse grupo alcançou 54,2% (CARDOSO, 2008a), o equivalente a um ligeiro acréscimo de 1,5%. Outro aspecto significativo diz respeito à persistência da participação relativa dos distintos tipos de emprego no mercado de trabalho no período de 1976 a 2005, conforme se pode depreender dos dados constantes da

Tabela 4. Desafiam-se, portanto, uma vez mais, aqueles discursos que insistem na fluidez irrestrita da estrutura ocupacional nas últimas décadas.

Tabela 4 – Evolução da distribuição relativa da estrutura ocupacional no Brasil

Posição na ocupação	1976	1986	1996	1999	2005
Empregado com carteira e servidor público	39,3	38,2	39	37,6	41,3
Empregado sem carteira	21,4	27,9	24,2	24	24,4
Conta própria	24,5	22,9	23,4	24,3	22,7
Empregador	2,5	3,4	3,9	4,3	4,4
Não remunerado	12,2	7,6	9,5	9,7	7,1

Fonte: IBGE, microdados da PNAD. Elaborado por Cardoso (2008a)

Cabe observar ainda os níveis acentuados de desemprego retratados contemporaneamente, sobretudo o juvenil. Assumido como uma das principais pautas em praticamente todas as economias do mundo, esse tema vem ganhando relevância, sobretudo, em decorrência da possibilidade de vincular a crescente desocupação dos indivíduos mais jovens a uma série de repercussões danosas do ponto de vista social, tais como a sua exclusão de esferas de socialização centrais à formação de sua identidade, especialmente a profissional (DUBAR, 2005). A centralidade desse aspecto para o conjunto da sociedade remete à relação potencial entre padrões constrictos de socialização e fatores como a escala da criminalidade e os riscos crescentes associados à saúde reprodutiva na adolescência (CARDOSO, 2008a). Em relação a este último ponto em particular, destaca-se não apenas a elevação das taxas de morbidade e mortalidade associadas a gestações em adolescentes, mas igualmente a associação da maternidade e da paternidade precoces com a interrupção da educação formal e com a inserção antecipada e precária no mercado de trabalho, quadro em que se têm inserido de forma desproporcional os jovens das classes menos abastadas (OMS, 1989).

No tocante ao abandono precoce pelos adolescentes dos bancos escolares menciona-se, ainda, outra tendência marcante verificada ao longo de décadas: a configuração da idade de 17 anos como uma “fronteira etária que, cruzada, lançava fora da escola pelo menos metade dos jovens urbanos brasileiros do sexo masculino” (CARDOSO, 2008a, p. 586). Esse quadro estrutural desolador aprofundou-se ainda mais a partir da reestruturação econômica dos anos 1990, quando mais de 20% dos jovens de ambos os sexos ficaram de fora de um mercado de trabalho marcado por uma concentração cada vez maior de postos de trabalho precários. Uma análise que privilegia a ótica ocupacional corrobora esses

dados, uma vez que, entre os aspectos que contribuíram para a redução da desigualdade social no período compreendido entre as décadas de 1970 e 2000, está o encolhimento da participação relativa das classes mais bem remuneradas (RIBEIRO, 2014).

Igualmente importante foi o fato de as mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho a partir da década de 1980 terem se traduzido, ao menos em parte, na substituição de trabalhadores efetivos por quadros terceirizados. Tal cenário combinou, igualmente, redução do quadro funcional com achatamento salarial (SCALON; SALATA, 2012). A complexidade da realidade nascente a partir da década de 1990 refletiu-se, por outro lado, na acentuada diminuição dos índices de desigualdade a partir de meados da década de 1990, sobretudo a partir do início da década de 2000, no aumento dos níveis de formalidade no trabalho e na redução dos níveis de pobreza em termos de renda (RIBEIRO, 2014).

Na próxima seção, são enfatizados alguns aspectos que reforçam o entendimento de estar em andamento, no Brasil contemporâneo, uma mudança nada desprezível da morfologia do trabalho, implicando a complexificação das classes populares. Defende-se que tal processo relaciona-se intimamente com a reestruturação social, econômica e cultural experimentada global e localmente.

2.4.2

A nova morfologia do trabalho no Brasil

Defende-se, nesta pesquisa, que as significativas alterações verificadas nas últimas décadas no mundo do trabalho no Brasil, com destaque para a crescente flexibilização dos sistemas de produção e do emprego, correspondem a uma mudança da morfologia do trabalho entre nós, notadamente na base da pirâmide. Por um lado, testemunha-se a persistente reprodução de uma classe de despossuídos que, desprovidos da organização psicossocial demandada em contextos competitivos, seja a escola, seja o mercado, encontra-se relegada às margens do mercado de trabalho formal, à informalidade ou ao desemprego (SOUZA, 2012a). Retomando a análise empreendida por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (2008), o sociólogo Jessé Souza (2009) enquadra essa classe sob a rubrica *ralé brasileira*. Por outro lado, presencia-se o florescimento de um contingente de trabalhadores – “*working poor*” (POCHMAN, 2012, p. 30) ou “nova classe trabalhadora” (SOUZA, 2012b, p. 19)

– que, ainda que providos parcialmente das disposições para atuar no mercado competitivo, o fazem a partir de um conjunto restrito de capitais, sobretudo econômico e cultural.

Alçada discursivamente, de tempos em tempos, à condição de nova classe média, sobretudo, por segmentos da academia e da mídia, essa nova classe não se confunde, todavia, com os estratos médios da sociedade, em virtude de lhe ser negado o acesso privilegiado a toda sorte de bens e práticas correspondentes à propriedade de níveis significativos de recursos ou capitais (SOUZA, 2012b; POCHMANN, 2012, 2014). Ressalta-se que o termo classe é adotado por Souza (2009, 2012a, b) segundo o entendimento proposto por Bourdieu, abarcando assim aspectos de ordem econômica, cultural e social. Contudo, é, sobretudo, no que diz respeito ao aspecto moral que Souza encontrará o argumento central para distinguir os conceitos de *ralé* brasileira e de nova classe trabalhadora.

2.4.2.1

Diferenciação da condição popular: o papel da moral e do afeto

A despeito de os filhos das famílias de classe média, em geral, deterem volumes superiores de capital, sobretudo cultural, em comparação aos herdeiros da nova classe trabalhadora, é no âmbito familiar, por intermédio de um processo de identificação afetiva, que Souza (2012b) busca o germe das disposições requeridas pela escola e pelo mercado de trabalho competitivo. Nos termos do autor (SOUZA, 2012b, p. 25), os membros familiares mais jovens tendem a:

imitar aquilo ou a quem se ama [...] de modo “natural” e “pré-reflexivo”, [o que] já envolve uma extraordinária vantagem na competição social. [...] Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a “in-corporação” [...] das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são “aprendidos” pelos filhos [das] classes privilegiadas.

Os membros dessa nova classe trabalhadora, desprovidos de quantidades de capital cultural e econômico que os credenciem ao “jogo da diferenciação” jogado pelas classes média e alta, contariam assim com um inestimável capital familiar, definido como o “conjunto de disposições para o comportamento”, sobretudo, aquelas “nada óbvias do mundo do trabalho moderno: disciplina, autocontrole, e

comportamento e pensamento prospectivo” (SOUZA, 2012b, p. 50-51), incorporadas a partir de um longo processo de aprendizagem. Esse tipo específico de capital remete à incorporação, pelos filhos das famílias da nova classe trabalhadora, de uma ética do trabalho duro decorrente, em muitos casos, da prática precoce de alguma atividade laboral, inclusive no âmbito doméstico. Convém observar que tais crianças e jovens não compartilham, em boa parte dos casos, a realidade da maioria dos membros da classe média, cuja infância e adolescência são devotadas integralmente ao estudo e ao lazer.

Resultados empíricos de trabalhos empreendidos pelo autor indicam que “a maior parte dos batalhadores entrevistados [...] possuem família estruturada, com a incorporação de papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados” (SOUZA, 2012b, p. 50). É justamente em relação a esse aspecto que o autor diferencia os batalhadores brasileiros dos membros da *ralé* brasileira, que, advindos em larga escala de famílias desestruturadas, não encontrariam ambiente propício ao desenvolvimento daquelas disposições requeridas para a entrada e o desenvolvimento no mercado competitivo, ainda que precário, de trabalho.

É na configuração moral subjacente à constituição do *self* moderno (TAYLOR, 2013) que Souza (2012a) busca as raízes da reprodução das desigualdades sociais no Brasil. O não reconhecimento da sociogênese da desigualdade social constitui, em sua visão, um elemento central na construção ideológica do discurso que, ao jogar para debaixo do tapete, na forma de um silenciar de vozes, uma quantidade inestimável de sofrimento de grande parte da população, revela-se um caso exemplar de violência simbólica.

A cegueira das precondições sociais, econômicas, culturais e morais subjacentes à constituição do indivíduo produtivo e competitivo, relaciona-se, em boa medida, com a valorização do mérito enquanto *explanandum* do sucesso individual. Nesse sentido, à atribuição do eventual sucesso ou fracasso dos indivíduos aos seus méritos e deméritos corresponderia o acobertamento de um privilégio de classe baseado no “[...] acesso indisputado e legitimado a tudo aquilo que a maioria dos homens e mulheres mais deseja na vida em sociedade: reconhecimento social, respeito, prestígio” (SOUZA, 2012b, p. 48), entre outras coisas.

A análise de cunho sociológico, primordialmente qualitativa, empreendida por Souza (2009, 2012a, 2012b), pode ser complementada, conforme se pretende mostrar a seguir, por evidências quantitativas advindas da seara das ciências econômicas.

2.4.3

Precarização em marcha

Em linha com o diagnóstico proposto por Scalon e Salata (2012), segundo o qual as últimas décadas do século XX representaram um cenário marcado pelo encolhimento dos postos de trabalho mais bem remunerados, Pochman (2012, 2014) sinaliza o aprofundamento dessa tendência no decurso da década de 2000. O argumento central subjacente ao diagnóstico sugerido pelo autor recai sobre as mudanças significativas na configuração estrutural dos postos de trabalho gerados no período. Nesse sentido, o autor destaca em primeiro lugar a manutenção, ao longo da década de 2000, de tendências verificadas nos anos 1990, tais como a proliferação de postos de trabalho no setor de serviços e a retração da participação dos setores industrial e agropecuário na economia. Aponta, ainda, para a reversão do padrão observado nas décadas de 1970 a 1990, referente à significativa participação relativa dos postos de trabalho cuja remuneração ultrapassava três salários mínimo. Destaca o fato de que, na década de 2000, vinte dos 21 milhões de postos de trabalho gerados, ou 95% em termos relativos, se concentraram na faixa de renda de até 1,5 salário mínimo, conforme os dados da Tabela Tabela 5 a seguir.

A atualidade desse fenômeno é reforçada, ainda, pelo fato de o percentual relativo de ocupações nessa faixa de renda ter alcançado, nas décadas de 1980 e 1990 tomadas conjuntamente, menos de 15% do volume total. A metamorfose verificada na composição da mão de obra revela-se, igualmente, por intermédio da extinção, na década de 2000, de aproximadamente quatro milhões de empregos com remuneração acima de três salários mínimos.

Tabela 5 – Evolução do saldo líquido médio anual decenal das ocupações geradas por faixa salarial (em mil)

Faixa salarial	1970	%	1980-1990	%	2000	%
Sem remuneração	-6	0%	302	21%	-108	-5%
Até 1,5 s.m	589	34%	215	15%	1994	95%
1,5 sm. a 3 s.m	544	32%	404	28%	616	29%
3 s.m ou mais	596	35%	540	37%	-397	-19%
Total	1722	100%	1460	100%	2101	100%

Fonte: Pochmann (2012)

Cabe observar, ainda, que a geração de postos precários de trabalho não se limitou ao setor terciário, alcançando o setor industrial, que, a despeito de apresentar retração em seu conjunto, viu crescer o número de vagas em subsetores específicos, especialmente a construção civil e a indústria têxtil, domínios tradicionalmente associados a condições precárias de trabalho. As informações presentes na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** a seguir remetem, direta ou indiretamente, a tais aspectos, elencando as ocupações mais representativas em termos de geração de postos de trabalho na década de 2000, cuja participação relativa atingiu cerca de 82,5% do total de postos de trabalho gerados.

Tabela 6 – Saldo líquido de ocupações geradas segundo a posição profissional (em milhões)

Ocupações	1970	1980	1990	2000
Trabalhadores dos serviços	2,1	-0,4	0,5	6,1
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	0,5	1,0	0,8	2,2
Trabalhadores da indústria e da construção civil	0,7	0,2	0,0	2,0
Escriturários	0,2	0,3	-0,5	1,6
Trabalhadores de funções transversais	0,1	0,0	-0,1	1,6
Trabalhadores de atendimento ao público	0,0	0,2	0,1	1,3
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	0,4	0,2	-0,3	1,3
Trabalhadores na exploração agropecuária	-0,3	0,5	1,7	0,8
Total ¹	3,6	2,1	2,2	16,8

Fonte: Ipea (2011), Pochmann (2012)

¹ ocupações mais representativas, em termos qualitativos, na década de 2000

Tomadas em conjunto, os dados apresentados nas Tabelas 5 e 6 evidenciam setores ocupacionais que em sua maioria recompensam a força de trabalho na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal. A quase totalidade dessas ocupações representa, ao menos potencialmente, o universo de trabalhadores que constituem a nova classe trabalhadora (SOUZA, 2012b) e a ralé brasileira (SOUZA, 2009). A despeito de o conjunto de informações mencionadas anteriormente se mostrar relevante enquanto indício de rupturas no que tange à estrutura ocupacional brasileira, falta esclarecer em termos descritivos o rol de ocupações que responderam pela geração maciça de postos de trabalho nos últimos anos.

Os dados dispostos na **Erro! Fonte de referência não encontrada.7**, extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED), ao permitirem um olhar micro sobre a composição da estrutura ocupacional recente, preenchem o referido *gap*, ao mesmo tempo em que reforçam a ocorrência, no contexto nacional, de uma metamorfose da morfologia do trabalho. A referida transformação não se coaduna, portanto, com as constantes alegações em favor do reinado, no contexto da alta modernidade (GIDDENS, 1991), de uma sociedade do conhecimento cujo traço distintivo recairia sobre a emergência de um volume maciço de postos de trabalho em ocupações que, pretensamente revestidas de alto teor de inovação e permeadas por múltiplos saberes, demandam dos trabalhadores níveis elevados de qualificação (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996; BELL, 1974; CASTELLS, 1999). Nesse cenário discursivamente construído, os agentes seriam movidos não mais por aspectos objetivos ou materiais, mas por motivações intrínsecas, a exemplo daqueles valores subjetivos mais caros aos indivíduos (HALL, 1996).

O que se verifica do conjunto de dados explicitados nas Tabelas 6, 7 e 8, no entanto, é bastante diverso do cenário róseo por vezes subjacente às novas teorias de carreira. Em consonância com os dados objetivos apresentados, a vasta maioria dos postos de trabalho gerados recentemente no cenário nacional se assemelha às ocupações agrupadas em torno de um modelo de serviço de massa, caracterizado usualmente pela precariedade do vínculo empregatício, pelo escopo restrito da tarefa, pelos baixos salários e pelas escassas oportunidades de treinamento e de desenvolvimento na carreira (FRENKEL, 2010).

Tabela 7 – Geração de postos de trabalho por ocupação, 2004 a 2017 (em mil)

Ocupações	Número de Postos de Trabalho	Participação relativa	Ocupações	Número de Postos de Trabalho	Participação relativa
Alimentador de Linha de Producao	1.230.125	11,8%	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	129.856	1,2%
Faxineiro	1.049.984	10,1%	Motorista de Caminhão	128.031	1,2%
Servente de Obras	957.096	9,2%	Frentista	113.865	1,1%
Auxiliar de Escritorio, em Geral	927.241	8,9%	Promotor de Vendas	110.115	1,1%
Vendedor de Comercio Varejista	588.260	5,7%	Empregado Domestico nos Servicos Gerais	107.838	1,0%
Embalador, a Mao	465.310	4,5%	Trabalhador da Manutenção de Edificações	104.930	1,0%
Operador de Telemarketing	410.817	3,9%	Almoxarife	101.012	1,0%
Recepcionista, em Geral	370.425	3,6%	Carregador (Armazem)	90.820	0,9%
Repositor de Mercadorias	339.685	3,3%	Enfermeiro	86.858	0,8%
Assistente Administrativo	306.267	2,9%	Carregador (Veiculos de Transportes Terrestres)	73.334	0,7%
Ajudante de Motorista	292.999	2,8%	Assistente de Vendas	72.779	0,7%
Operador de Caixa	260.353	2,5%	Cobrador de Transportes Coletivos	69.554	0,7%
Vigilante	259.126	2,5%	Atendente de Lojas e Mercados	67.503	0,6%
Atendente de Lanchonete	252.862	2,4%	Zelador de Edificio	66.642	0,6%
Tecnico de Enfermagem	209.195	2,0%	Analista de Desenvolvimento de Sistemas	66.065	0,6%
Trabalhador da Manutencao de Edificacoes	171.016	1,6%	Abatedor	63.460	0,6%
Armazenista	155.071	1,5%	Operador de Telemarketing Ativo	63.153	0,6%
Escriturario de Banco	153.257	1,5%	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	59.960	0,6%
Continuo	152.507	1,5%	Motociclista no Transporte de Pequenos Volumes	59.798	0,6%
Porteiro de Edificios	147.306	1,4%	Auxiliar de Contabilidade	56.480	0,5%
Subtotal				10.390.955	99,9%
Total				10.404.938	

Fonte: CAGED (2018) / Elaborado pelo autor (2018)

Entre as quarenta ocupações que mais empregaram no período compreendido entre janeiro de 2004 e dezembro de 2017, não se percebem sequer vestígios das ocupações usualmente retratadas nos estudos de carreira e apresentadas enquanto símbolos de uma *nova era* (ARTHUR; ROUSSEAU, 1994). Testemunha-se, em contrapartida, o predomínio de funções de salário-base no comércio, na indústria e no setor de serviços, com destaque para ocupações como auxiliar de escritório e assistente administrativo, auxiliar de serviços gerais, servente de obras, alimentador de linhas de produção e vendedor do comércio varejista.

Salta aos olhos o fato de que tomadas em conjunto, tais ocupações representaram 99,9% do total de postos de trabalho gerados no período, no âmbito de um universo que comporta mais de duas mil e quinhentas ocupações. A novidade subjacente a tais funções não é o fato de representarem atividades nascentes, mas o de estarem submetidas de forma privilegiada ao processo de flexibilização dos sistemas de trabalho. Uma breve olhada na Tabela 8 é suficiente para que se verifique que nenhuma das ocupações indicadas demanda, ao menos formalmente, formação superior e, em boa parte dos casos, sequer ensino médio completo.

Outro aspecto essencial para a compreensão da evolução da estrutura ocupacional nas últimas décadas diz respeito à crescente representatividade dos postos de trabalho terceirizados na estrutura ocupacional (ANTUNES; DRUCK, 2014), evidenciando uma conjuntura de fragilização dos vínculos de trabalho, bem como das garantias individuais e coletivas, o que se traduz em um ataque frontal a direitos adquiridos, no caso brasileiro, a partir da década de 1930 (SOUZA; LEMOS, 2016). Aborda-se, no tópico seguinte, um rápido histórico do percurso do instituto da terceirização no cenário nacional, no âmbito do qual fará sentido tratar das carreiras dos profissionais terceirizados que atuam na atividade de limpeza.

2.4.3.1

A epidemia da terceirização

O processo de reestruturação econômica deslanchado no início dos anos 1970 nas nações desenvolvidas do Ocidente repercutiu de forma marcante no cenário nacional a partir dos anos 1990, com a política de abertura econômica

promovida pelo presidente Fernando Collor, aprofundada nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O resultado primordial foi a adoção de múltiplos mecanismos de flexibilização dos sistemas de trabalho, tais como: a instituição do banco de horas; a previsão, economicamente motivada, da suspensão temporária do contrato de trabalho; e a regulamentação do trabalho temporário (COSTA, 2003). A tendência à desregulamentação da legislação trabalhista consolidou-se, ainda, por via da legalização das cooperativas de trabalho, forma privilegiada de burla das relações de trabalho (ANTUNES, 2013).

Defende-se aqui que a face mais objetiva e notória da flexibilização das relações de trabalho diz respeito à emergência de um sem-número de modalidades atípicas de contratação que, adicionalmente às cooperativas de trabalho, incluem o trabalho em tempo parcial, o trabalho temporário, o contrato de estágio, o empreendedorismo, a *pejotização*, a subcontratação e a terceirização (SOUZA; LEMOS, 2016). Esta última modalidade é assumida, por alguns autores, como arquetípica da institucionalização da flexibilização nos tempos atuais, tida por alguns como símbolo maior do processo de precarização estrutural das relações de trabalho (ANTUNES, 2013; DRUCK, 2013; ANTUNES; DRUCK, 2014).

No contexto nacional, a aceleração da marcha da terceirização associou-se diretamente ao processo de abertura comercial e de flexibilização das relações de trabalho, à geração de postos de trabalho de salário-base no setor de serviços e aos objetivos de redução de custos de produção via diminuição dos gastos com mão de obra (POCHMANN, 2012). A decisão organizacional de terceirizar determinadas atividades está, segundo alguns autores, associada a um mix de fatores, entre os quais: (i) os eventuais progressos técnicos oriundos da introdução de novos produtos e (ii) o aproveitamento de ganhos de escala decorrentes de processos de especialização das atividades prestadas pelas empresas contratadas. Análises empreendidas tanto no Brasil (FERRAZ; ROCHA, 1998) quanto no exterior (ABRAHAM; TAYLOR, 1996) indicam, contudo, que no tocante à atividade específica de limpeza, a decisão de terceirizar recaiu, alternativamente, sobre a economia do custo de mão de obra, traduzido em termos de remuneração e benefícios inferiores recebidos pelo empregado terceirizado.

No tocante ao instituto da terceirização, partilha-se do entendimento segundo o qual este representa um mecanismo cuja evolução no tempo vem sendo ditada pelo “ritmo das transformações tecnológicas, políticas, sociais, culturais e

econômicas” (BRITO; MARRA; CARRIERI, 2012, p. 78), configurando-se como modalidade privilegiada de fragilização dos vínculos empregatícios, cuja gênese pode ser encontrada em “articulações na esfera jurídico/política” (FARIA; KREMER, 2004, p. 23).

Em se tratando da realidade brasileira, as raízes da terceirização remetem à regulamentação da subemprego no setor da construção civil, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), modalidade de subcontratação cuja previsão legal atinente à responsabilidade solidária dos contratantes foi associada, por alguns autores, à adoção reiterada nesse setor, já nos idos de 1940, de práticas trabalhistas prejudiciais ao empregado (DELGADO; AMORIM, 2014). Contudo, foi apenas em meados da década de 1970 que se verificou a expansão, na esfera privada, do instituto da terceirização. Segundo Biavaschi (2013, p. 177),

a Lei 6.019/74, “Lei do Trabalho Temporário”, abriu as portas para a terceirização ao introduzir mecanismos legais para as empresas enfrentarem a competitividade do sistema econômico globalizado, possibilitando a contratação de trabalho qualificado a menor custo sem a responsabilidade direta da tomadora.

A contratação de trabalho temporário ficou restrita, contudo, a situações excepcionais, limitando-se ao prazo máximo de três meses e aos casos de substituição de quadro permanente de pessoal ou de aumento dos níveis de serviços em situações específicas, a exemplo dos casos de sazonalidade (DELGADO; AMORIM, 2014). No decorrer da década de 1980, porém, o escopo da terceirização foi novamente ampliado, alcançando dessa vez os serviços de vigilância, nos termos da Lei 7.102/83. Cabe observar que, na seara da administração pública, a Lei 5.645/70 já previa a autorização da terceirização dos serviços de transporte, manutenção, custódia, segurança, limpeza e outros da mesma natureza (DRUCK, 2016).

A subcontratação de mão de obra para além da previsão legal na década de 1980 (DELGADO; AMORIM, 2014), portanto, ilicitamente, pode ser associada à publicação pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) do Enunciado 256/86, por meio do qual foi firmado o entendimento jurisprudencial que restringiu a externalização da mão de obra às previsões constantes nas Leis 6.019/74 e 7.102/83. A partir de então, salvo nestes casos, configurou-se como “ilegal a

contratação de trabalhadores por empresa interposta” (BIAVASCHI, 2013, p. 177).

Entretanto, a publicação do Enunciado 331/93, em substituição ao Enunciado 256/86, revelou-se um dos eventos cruciais para o avanço da terceirização (DELGADO; AMORIM, 2014). A previsão da subcontratação de toda e qualquer atividade-meio representou a sua extensão às mais distintas ocupações e a todos os setores da economia. Desde aquele momento, observou-se a proliferação da contratação indireta de trabalhadores em inúmeras atividades.

O gradual processo de flexibilização das relações de trabalho no contexto nacional prosseguiu por intermédio de um conjunto de lutas travadas entre múltiplos atores sociais, cuja manifestação objetiva recaiu, entre outros fatores, no desenrolar do processo legislativo acerca do tema (SOUZA; LEMOS, 2016). Nesse sentido, cabe destacar a aprovação recente do Projeto de Lei 4.302/98 (PL 4.302), cujo resultado foi a universalização do instituto da terceirização, ou seja, a sua extensão às atividades-fim das organizações. O dispositivo alterou, em última instância, o entendimento usualmente associado à terceirização enquanto externalização das atividades-meio. Não há como fugir ao fato de a aprovação dessa lei corresponder, na visão de alguns, a uma “manobra parlamentar” (SIQUEIRA, 2016) com o intuito de contornar as resistências que o Projeto de Lei 4.330/04 (PL 4.330) vinha sofrendo no Senado, após a sua aprovação pela Câmara dos Deputados em abril de 2015. Remetido diretamente para aprovação nessa casa, em virtude de sua aprovação pelo Senado no exercício de 2002, portanto em outra legislatura, o PL 4.302 foi aprovado em março de 2017.

Por fim, destaca-se a aprovação recente da reforma trabalhista (Lei 13.467/17) que, embora estranha à temática da terceirização, importa a esta pesquisa, uma vez que regulamenta entre outros aspectos o trabalho intermitente, instituindo, ainda, o princípio segundo o qual o negociado se sobrepõe ao legislado. De especial interesse são as potenciais implicações dessas mudanças, especialmente no que diz respeito à potencial depressão salarial em decorrência da redução da carga de trabalho, a exemplo do ocorrido em nações que passaram por reformas semelhantes, como Nova Zelândia e Austrália. Em ambos os casos, verificou-se a diminuição da carga horária de boa parte do contingente de trabalhadores atuantes no setor de limpeza para algo em torno de quinze horas

semanais, impactando negativamente a remuneração percebida (RYAN; HEROD, 2006).

Acredita-se que as considerações tecidas até o momento podem contribuir para o desvelamento de uma realidade do mundo do trabalho díspar daquela usualmente retratada nos estudos de carreira, sobretudo da referente às novas e festejadas modalidades, em especial as carreiras sem fronteiras (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). Diversamente da realidade do trabalho homogêneo, idealizado e utópico, o que se faz notar no contexto atual é a coexistência de modalidades plurais, díspares, ambíguas e, por vezes, contraditórias de trabalho. Assiste-se, assim, à emergência concomitante de postos precários de trabalho, como os dos operadores de *call center* (BELT, 2002) – que surgem como alternativas à estabilidade típica do trabalho no regime fordista de produção –, e de ocupações que demandam altos níveis de qualificação (JONES, 1996; SAXENIAN, 1996). Se, por um lado, há quem veja neste último caso a prova cabal da crescente superação de modelos organizacionais inadequados aos novos tempos, pautados na estrutura burocrática weberiana, hierárquica e impessoal (ARTHUR, 1994), por outro há quem enxergue a emergência de formas inovadoras de controle e gestão (FRENKEL, 2010) e, ainda, a introdução de riscos crescentes decorrentes da reversão repentina do processo de absorção da sociedade civil pelas organizações, verificado principalmente ao longo do século XX (PERROW, 1996).

O que parece correto afirmar é que a crescente precariedade das condições subjetivas e objetivas de trabalho reflete um cenário pautado pela flexibilização dos sistemas de produção e do emprego, implicando o desmantelamento da legislação trabalhista. Há de se destacar, todavia, que a redução do conjunto de direitos conquistados até então, varia conforme a posição ocupada pelos indivíduos no espaço social, em desfavor dos pertencentes aos estratos inferiores. É nesse contexto que se pode falar na ausência de reconhecimento social de vastos contingentes de indivíduos, materializado, entre outros aspectos, na perda assimétrica de direitos sociais e trabalhistas (SOUZA, 2003). Demanda-se, portanto, especial atenção para a situação vivenciada pelos trabalhadores situados nos estratos inferiores do ordenamento social, alvo prioritário das modalidades atípicas de trabalho *low-end*, entre as quais se inclui o serviço terceirizado de limpeza, cuja análise é desenvolvida a seguir.

Cabe lembrar, por fim, que embora as barreiras à mobilidade social e profissional não sejam privativas dos países periféricos, alcançando inclusive economias desenvolvidas do Ocidente como o Reino Unido (GUEST; STURGES, 2007), no caso brasileiro esses contornos apresentam-se particularmente críticos, dado que entre nós a desigualdade social constitui-se não apenas em uma das condições estruturantes da sociabilidade, mas “talvez [na] mais importante delas” (CARDOSO, 2013, p. 299).

2.4.3.2

Invisibilidade social e subalternidade nos serviços terceirizados de limpeza

Um dos traços característicos do serviço terceirizado de limpeza é a precarização das condições subjetivas e objetivas de trabalho à qual estão sujeitos os trabalhadores do setor. Categoria profissional que ocupa uma posição subordinada na hierarquia ocupacional, cujos atributos específicos são usualmente relacionados à desqualificação do eu (JACQUES, 1996), a atividade de limpeza, sobretudo terceirizada, contribui de forma significativa, na visão de alguns autores, com a representação nem sempre positiva que os trabalhadores do setor fazem do mundo, de si e de terceiros (DIOGO; MAHEIRIE, 2007).

Associada historicamente a baixos níveis de escolaridade e de renda (BARBOSA et al., 2010), tal ocupação é notadamente influenciada não apenas pelo recorte de classe mas, igualmente, pelo de gênero. Segundo pesquisa elaborada pelo DIEESE (2011), a atividade de conservação e limpeza pode ser segregada em três grandes grupos: asseio e conservação (limpeza em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços), limpeza urbana e manutenção de áreas verdes, destacando-se que, ao passo que no primeiro caso o contingente feminino alcança aproximadamente 60%, nos demais é pouco representativa – em torno de 1% e 9%, respectivamente. Igualmente relevante é o contraste em termos de etnia, haja vista que em torno de 73% dos entrevistados declararam-se negros ou pardos, corroborando os versos da música de Chico Buarque e Gilberto Gil, segundo os quais “mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a cor de quem faz a limpeza, lavando a roupa encardida, esfregando o chão [...] limpando as manchas do mundo com água e sabão”.

A precarização acentuada vinculada ao *status* de trabalhador terceirizado de limpeza implica dois aspectos, conjuntamente. Por um lado, esses atores vivenciam alguns dos aspectos tipicamente associados ao instituto da terceirização, tais como a depressão dos níveis de salários e benefícios; a intensificação do processo de trabalho; o aumento da insegurança decorrente da fragilidade dos vínculos empregatícios; os níveis de responsabilidade, cobrança e controle crescentes; e o maior risco de acidentes no trabalho – aspectos que, em seu conjunto, apontam para um quadro de crescente precariedade (HEROD; AGUIAR, 2006a). Por outro, experimentam de forma privilegiada um processo de invisibilidade social (LARA; MARRA; FERNANDES, 2015) ou pública (COSTA, 2004, 2008). Essa condição, associada a formas de trabalho subalternas e desqualificadas, remete a uma modalidade particular de humilhação que, inscrita na realidade social objetiva e intersubjetiva, traduz uma “espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros homens” (COSTA, 2008, p. 1) por meio da qual “o sujeito humilhado é atirado para fora de onde ele deveria estar incluído. É lançado para longe dos seus iguais, fica apartado da esfera dos vínculos, do âmbito das relações nas quais seria tomado como humano” (COSTA, 2008, p. 162).

A categoria invisibilidade pública traz consigo, adicionalmente à humilhação social de que são alvo aqueles sujeitos mais humildes, a reificação da condição de humilhado, de sorte que os inúmeros golpes a eles impingidos são confundidos com fenômenos naturais em vez de elementos constitutivos da luta de classe (COSTA, 2004). Em linha com Cardoso (2008b), para quem a sociabilidade capitalista entre nós tem sua gênese no passado escravagista vivenciado por estas terras, Gonçalves Filho (2004, p. 22) define humilhação social nos seguintes termos: “sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres [...] que, no caso brasileiro, e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesado sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados”.

A ausência de reconhecimento social, nesse caso, implica não apenas a erosão dos laços verticais e horizontais de solidariedade (AHUJA, 2004) em relação aos demais trabalhadores, mas também o preconceito usualmente associado a toda sorte de trabalho categorizado como *dirty work* (PADILHA, 2014), definido como aquele que “pode ser simplesmente desagradável

fisicamente. Pode ser um símbolo de degradação, algo que fere a dignidade de alguém. Pode ser um trabalho sujo na medida em que, de certa forma, é contrário à mais heroica de nossas concepções morais” (HUGHES, 1994, p. 62). No caso do serviço de limpeza, esse rótulo é reforçado pelos baixos níveis de credenciais educacionais e profissionais relacionados à categoria profissional (DIOGO; MAHEIRIE, 2007). Destaca-se, adicionalmente, o fato de o resultado da execução do trabalho ser usualmente verificável pelo seu cumprimento indevido, ou seja, quando malfeito ou não realizado. Em um cenário no qual o trabalho só “aparece no negativo” e o trabalhador somente se faz “presente na ineficiência do seu fazer”, a dinâmica do reconhecimento fica prejudicada (PADILHA, 2014).

Interessante notar o caráter paradoxal desse processo, haja vista que os sujeitos tornados invisíveis exercem papel fundamental, qual seja o de manter funcionais espaços usualmente associados à modernidade, tais como os *shoppings centers* e as modernas instalações comerciais e industriais, em um contexto no qual limpeza e sujeira correspondem a metáforas para as noções de progresso e atraso (BRODY, 2006). Tomando de empréstimo o conceito de representação dramática proposto por Goffman (2014), Brody (2006) propõe que, ao se buscar retratar uma imagem idealmente associada com a modernidade, empreendem-se esforços para suprimir de tais espaços os corpos daqueles trabalhadores responsáveis pelo embelezamento do cenário.

Após situar a terceirização do setor de limpeza no âmbito de um processo mais amplo de externalização das atividades produtivas, pontuando tanto aspectos gerais quanto singulares, com ênfase na categoria invisibilidade pública, apresenta-se a seguir o referencial teórico que abrange alguns aspectos mais gerais do setor, para então se voltar a aspectos específicos retratados em múltiplos contextos nacionais.

2.4.3.2.1

Serviços de limpeza em meio à economia global: ficção e realidade

O crescente processo de terceirização das atividades do setor encontra-se intimamente associado à transnacionalização do capital de limpeza (HEROD; AGUIAR, 2006a), repercutindo na transferência do fardo regulatório do ambiente público para o privado (AGUIAR, 2006). Esse processo vem ocorrendo, sobretudo, por intermédio da introdução de padrões internacionais de qualidade,

homogeneizados, usualmente, pela adoção de sistemas de regras ditados por instituições como a *International Organization for Standard (ISO)*.

Especial interesse recai sobre a série ISO 9000, cuja associação a práticas específicas de gestão confere aos seus detentores o reconhecimento de exercer suas atividades com elevados níveis de profissionalismo. Símbolos de distinção, tais certificações tendem a funcionar como ferramenta de marketing, especialmente pelas organizações de grande porte (AGUIAR, 2006), em um cenário de crescente competição entre um seleto grupo de grandes *players* e um grande número de pequenas empresas (RYAN; HEROD, 2006). Outro aspecto de diferenciação desenvolveu-se na esteira da crença na superioridade dos padrões estrangeiros, tanto técnicos quanto morais, associando-se a sofisticação dos produtos e serviços ofertados a níveis superiores de investimento em equipamentos e em treinamento de pessoal (BEZUIDENHOUT; FAKIER, 2006). Foi a partir desse contexto que Tomic, Trumper e Dattwyler (2006, p. 86) buscaram compreender as estratégias discursivas de posicionamento adotadas no Chile pela empresa dinamarquesa ISS, segundo a qual o caráter exclusivo do seu produto se baseia nos “valores escandinavos’ de honestidade, iniciativa, responsabilidade e serviços de alto nível”.

Conjuntamente à adoção de técnicas de gestão desenvolvidas sob o mantra da qualidade total – a exemplo dos estudos de tempos e movimentos (AGUIAR, 2006), que muitos acreditavam estar relegados a algum lugar do passado –, emergem novas *tecnologias de limpeza*. Introduzidas sob a forma de novos equipamentos voltados ao aumento da produtividade, tais tecnologias tendem a produzir consequências nem sempre positivas sobre o processo de trabalho, resultando, por vezes, na intensificação do seu ritmo (HEROD; AGUIAR, 2006a).

A despeito de a *glamourização* eventualmente sugerida nas peças de *marketing* corporativas não se coadunar com os dados e as experiências retratadas nas pesquisas-alvo da revisão de literatura, tampouco nas situações percebidas em campo durante esta pesquisa, ao menos parece encontrar paralelo nas ficções retratadas nas telas nos cinemas. A representação cultural *pop* atribuída aos trabalhadores do serviço de limpeza – com destaque para filmes de Hollywood como *Gênio Indomável* e *Maid in Manhattan* –, ao retratar cenários marcados pela ausência de barreiras sociais relativamente impermeáveis, acaba por propagandear

possibilidades nem sempre reais de escape de uma posição subordinada na hierarquia social (AGUIAR, 2005).

No primeiro filme citado, a história gira em torno da trajetória de um faxineiro (Matt Damon) que, com base em um processo – informal e individual – de aprendizagem, se revela um gênio da matemática capaz de resolver teoremas deixados nos corredores do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). No segundo, narra-se uma história de amor entre uma arrumadeira de hotel (Jennifer Lopez) e um candidato a senador (Ralph Fiennes), iniciada a partir de um encontro contingente quando a empregada é confundida com uma *socialite*. Enquanto narrativa ficcional acerca de *romances sem fronteiras*, a *glamourização* retratada parece estar em linha com retóricas *científicas* que pleiteiam ora a existência de uma sociedade sem fronteiras (BARUCH, 2006), ora de organizações sem fronteiras (ASHKENAS; ULRICH; KERR, 1995), e ainda de carreiras sem fronteiras (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). Contudo, na vida real o que se observa guarda considerável distanciamento desse cenário fictício, conforme se pode depreender das experiências retratadas a seguir, extraídas, em sua vasta maioria, da obra *The dirty work of neoliberalism* (AGUIAR; HEROD, 2006).

Em *Janitors and sweatshop citizenship in Canada* (AGUIAR, 2006), retratam-se os efeitos deletérios, sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do serviço de limpeza, do ataque ao Estado de bem-estar, cujo resultado mais visível foi a desregulamentação da legislação trabalhista. Segundo o autor, a extinção da previsão de cláusulas de sucessão por parte dos tomadores de serviço, com a consequente desobrigação do cumprimento dos termos contratuais negociados previamente com os trabalhadores engendrou uma redução significativa dos seus rendimentos. Some-se a isso a prática nomeada *double-breasting*, que consiste na constituição de mais de uma companhia por um mesmo competidor com vistas a ofertar condições comerciais distintas em processos concorrenciais e, assim, ampliar as chances de êxito. Ambas as práticas, em conjunto com a intensificação do processo de trabalho, correspondem a um processo de trabalho calcado em uma rotina extenuante, executada em período de tempo inferior e com níveis de salário reduzidos.

Nos termos propostos no artigo, a situação de exploração acentuada dos trabalhadores remete a condições de trabalho escravizantes – *sweatshop jobs*.

Descartando definições legalistas para o termo, cuja tendência é refletir o crescente afrouxamento dos requisitos demandados para a criminalização dessa prática à medida que se aprofunda o processo de liberalização econômica, Aguiar (2006) defende a associação do conceito de *sweatshop job* ao não provimento de condições mínimas de segurança e remuneração.

A redução observada dos níveis remuneratórios do trabalho de limpeza a partir de sua terceirização implicou em muitos casos a necessidade de os trabalhadores acumularem duas ou mais atividades produtivas para responder pelas necessidades básicas familiares. Conjugando a distinção de gênero à de etnia, reforçada pela tendência de as mulheres brancas assumirem os postos de supervisão nessa atividade profissional, Bezuidenhout e Fakier (2006) defendem, a partir da análise da terceirização dos serviços de limpeza em uma universidade na África do Sul, que o corte institucional de gastos “à custa daqueles trabalhadores na base da hierarquia socioeconômica” (p. 54) implica a transferência dos custos da reprodução social para a esfera doméstica, e não para as organizações ou para o Estado.

Analizando a história de vida de uma trabalhadora terceirizada alocada na universidade em tela, os autores destacam a rede intrincada de relações familiares em que se encontrava inserida, e suas implicações para o delineamento de sua rotina. Ressaltam que o rendimento auferido em seu trabalho diurno como faxineira, somado aos ganhos extraordinários com os serviços de costura realizados no período da noite, eram empregados parcialmente no auxílio a muitos dos 21 componentes do seu núcleo familiar. Sinalizam, assim, a dependência material que as famílias mais pobres têm de sua rede estendida de relações, haja vista que, em muitos casos, o contexto de entorno não se revela suficiente ao provimento do mínimo suporte necessário à satisfação das necessidades básicas de existência. Em cenários como o retratado pelos autores, as mulheres exercem múltiplos papéis, inclusive o de “filha responsável, enviando dinheiro para os pais” (BRODY, 2006).

A ressegmentação do mercado de trabalho atual na África do Sul guarda, na visão dos autores, semelhanças com o processo de segmentação vigente no período do *apartheid*, ainda que não se possa falar, no cenário atual, de uma política de Estado. De acordo com os autores, “o legado do *apartheid* está claramente se fundindo com a lógica do mercado para ligar as recompensas

presentes e as possibilidades futuras dos trabalhadores pobres às limitações do passado” (BEZUIDENHOUT; FAKIER, 2006, p. 38).

Reduções significativas de salários – em torno de 33% –, supressão de benefícios como plano de saúde e educação universitária gratuita para os filhos, e intensificação, não só do trabalho – materializado na redução superior a 50% da força de trabalho dedicada à atividade –, mas também do nível de supervisão da força de trabalho, foram algumas das perdas relatadas na transição dos profissionais de limpeza para a condição de profissionais terceirizados. Nesse novo contexto, incentiva-se o controle pelos pares, ou “gerentes adjuntos”, bem como se verifica o exercício arbitrário do poder, inclusive, por meio de gritos e xingamentos, praticando-se, assim, modalidades de “controle através do abuso” (BEZUIDENHOUT; FAKIER, 2006, p. 47). Relata-se, igualmente, o desencorajamento da contratação pela terceirizada de funcionários sindicalizados, reiterando, assim, a intenção de desarticulação da estrutura sindical anteriormente operativa na universidade.

A despeito da presença de condições de trabalho adversas, a inserção no mercado de limpeza corporativo, ainda que terceirizado, é visto em boa parte dos casos de forma positiva, julgado menos desgastante do que o trabalho de empregada doméstica (DIOGO; MAHEIRIE, 2007), implicando por vezes um sentimento de gratidão pela empresa. Segundo Lara, Marra e Fernandes (2015), esse sentimento relaciona-se com a baixa autoestima desses trabalhadores, refletindo-se usualmente na sobrevalorização dos seus direitos sociais e trabalhistas. A mediação da atividade profissional pelos colegas de trabalho é vista positivamente do ponto de vista emocional (DIOGO; MAHEIRIE, 2007), despertando um sentimento de pertencimento em relação ao grupo de pares.

Destaca-se, igualmente, a centralidade atribuída ao trabalho pelos trabalhadores do setor, ainda que a significação usualmente atribuída a ele remeta à dimensão econômica ou estratégica (representação da empresa junto ao cliente), relegando, a segundo plano, sua função social (DIOGO; MAHEIRIE, 2007). Relatam-se, ainda, sobretudo nas pesquisas em que a função de conservação e limpeza era compartilhada por trabalhadores terceirizados e efetivos, sentimentos de inferioridade e de vergonha manifestados pelos terceirizados (COSTA, 2007), associados a um desejo de fazer parte do quadro efetivo de profissionais (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

Portanto, o retrato que os dados da realidade permitem traçar guarda significativa distância daquele que remete a possibilidades, nem sempre realistas, de mobilidade ascendente. Nesse sentido, os resultados de uma pesquisa efetuada por Lara, Marra e Fernandes (2015) com faxineiras terceirizadas retrataram um cenário não só de imobilidade social, mas de transmissão ocupacional de mãe para filha, permitindo que se fale na ocorrência de carreiras intergeracionais (BERTAUX; THOMPSON, 1993). Via de regra, as mães das entrevistadas ou trabalharam como doméstica, cozinheira ou lavadeira, ou não exerceram atividade profissional remunerada. Não há como fugir, ao menos no caso dessas histórias de vida, da verificação da correspondência entre estrutura de classe e destinos pessoais (BERTAUX, 1979) e, portanto, da relação entre probabilidade de trajetória de vida e volume e estrutura de recursos ou capitais disponíveis aos indivíduos (BOURDIEU, 2013).

Apresentam-se a seguir os contornos do *framework* teórico proposto nesta tese, cuja estrutura visa a atender tanto às demandas voltadas ao reconhecimento das influências da diversidade contextual na construção das carreiras individuais quanto à ampliação do escopo de análise com vistas a abranger as carreiras usualmente ocupadas por trabalhadores situados nos estratos inferiores do ordenamento social.

2.5

Teoria neobourdieusiana e carreiras

A abordagem teórica proposta nesta pesquisa assume, como ponto de partida e influência central, o arcabouço conceitual proposto pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza, cujas críticas recorrentes às teses dominantes do processo de modernização brasileira, analisadas em *Modernização seletiva* (SOUZA, 2000a), resultaram em uma leitura alternativa desse processo levada a cabo em *A construção social da subcidadania* (SOUZA, 2012a, p. 39).

Trazendo a categoria trabalho para o centro do palco, o autor procede a um duplo movimento de afastamento da abordagem sociológica ortodoxa. Por um lado, mantém distância de uma visão de cunho subjetivista que não considera na devida conta os condicionamentos estruturais na configuração do Brasil moderno; por outro, evita uma abordagem eminentemente objetivista, incapaz de abarcar a complexidade da realidade social ao reduzi-la à dimensão econômica. Conjugando

as dimensões socioeconômica, simbólica e moral de análise, Souza atualiza em termos particulares a tradicional articulação Marx-Weber cara às gerações anteriores da Teoria Crítica, articulando, para tanto, a sociologia crítica de Pierre Bourdieu e a filosofia moral de Charles Taylor.

Esta seção está dividida em quatro partes, apresentando-se primeiramente as linhas gerais da interpretação alternativa do processo de modernização brasileira proposta por Souza (2012a). Em seguida, com vistas a adequar a proposta bourdieusiana à escala de análise pretendida, volta-se o foco de análise para os elementos da sociologia psicológica, ou de nível individual, proposta por Lahire (2002). Buscando avançar para além das cercanias do *habitus*, sem, no entanto, rejeitá-lo, apresenta-se na terceira parte a noção de conversações internas, por intermédio da qual se introduz a dimensão da agência no âmbito de uma abordagem disposicionalista. Por fim, destaca-se a categoria reconhecimento social, recorrendo-se à Teoria Crítica do Reconhecimento proposta pelo sociólogo alemão Axel Honneth (2003, 2007). Esse último aporte teórico justifica-se pela opção de articular a categoria reconhecimento social de forma segmentada e didática, relacionando-a com as distintas trajetórias das informantes. Permite-se assim estabelecer uma análise acerca do tema para além do aspecto descritivo, buscando sua inserção em um quadro explicativo embasado teoricamente.

2.5.1

Modernidade periférica, precariedade e (não) reconhecimento

Diversamente das explicações dominantes acerca do processo de modernização nas nações ocidentais desenvolvidas, lastreadas em uma lógica interna que prioriza aspectos de ordem cultural e moral, prevalece nas nações periféricas a adoção de variantes da teoria da modernização. A partir dessa lente teórica particular, atribuiu-se às nações da periferia um caráter pré-moderno ou inferior de desenvolvimento, em comparação, especialmente, com o caso norte-americano, receitando-se o progresso econômico como o remédio para a superação de todos os seus males ou, em outros termos, seus arcaísmos ou tradicionalismos de toda sorte (SOUZA, 2012a).

No caso brasileiro, as teses dominantes, propostas por autores como Gilberto Freyre (2003), Sérgio Buarque de Holanda (2016) e Raimundo Faoro (2001), seguidas por pensadores contemporâneos, com destaque para o

antropólogo Roberto Da Matta (1997), enfocam como fatores explicativos da nossa singularidade o familismo, o patrimonialismo e o personalismo, entendidos como resíduos pré-modernos que, ao se perpetuarem no tempo, teriam impedido o avanço rumo ao progresso. Percebe-se, assim, uma leitura eminentemente culturalista, na qual as relações interpessoais exercem um papel estruturante em detrimento das condicionantes estruturais. É em contraposição a essa interpretação que Souza (2012a) empreende uma leitura alternativa do processo de modernização brasileiro, cuja análise privilegia condicionantes estruturais em vez dos aspectos eminentemente culturais predominantes nas abordagens tradicionais.

Pode-se interpretar que o percurso trilhado em *A construção social da subcidadania* (SOUZA, 2012a) busca cumprir alguns objetivos principais: (i) desvelar a existência de uma hierarquia valorativa, opaca e historicamente situada que, por um lado, vincula a origem de todos os males sociais à ação estatal e, por outro, associa as virtudes à “neutralidade” e “imparcialidade” do mercado. À luz dessa hierarquia, nota-se a sobredeterminação do poder de agência dos indivíduos, com um olhar que prioriza o mérito individual em detrimento das condicionantes sociais. Enquanto referencial simbólico, subjacente às práticas cotidianas, tal sistema de classificação atua como mecanismo estruturante e legitimador da desigualdade social entre nós; (ii) vincular tal hierarquia a critérios visíveis de classificação e desclassificação; e (iii) estabelecer uma relação entre *habitus* e reconhecimento social, capaz de evidenciar como os “princípios da dignidade e da autenticidade [atuam] enquanto fundamentos mesmos da desigualdade tornada legítima e invisível” (SOUZA, 2012a, p. 86).

Segundo a tese avançada pelo autor, a diferença primordial verificada entre as sociedades ocidentais desenvolvidas e as periféricas recai na produção de uma “ralé” estrutural nestas últimas. O processo de construção teórica dá-se de forma tal que a análise do caso particular da modernidade brasileira, para a qual concorrem elementos buscados nas obras de Gilberto Freyre (2003) e Florestan Fernandes (2008), é precedida pelo delineamento de uma visão ampla do processo de modernização ocidental, traçado a partir da articulação da filosofia moral de Charles Taylor (2013) com a sociologia crítica de Pierre Bourdieu (1990). Com esta articulação, Souza (2012a) busca suprir as deficiências ou unilateralidades dos quadros teóricos de ambos os autores, pretendendo, dessa forma, superar o

radical contextualismo da obra de Bourdieu, tendente a universalizar o padrão de reconhecimento social vigente na França, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

O emprego da filosofia moral de Charles Taylor (2013) surge como expediente capaz de relativizar a onipresença da dimensão estratégica subjacente às ações dos agentes no pensamento bourdieusiano. Em *As fontes do self* (TAYLOR, 2013), o filósofo canadense defende a tese segundo a qual configurações morais objetivas, anteriores e causalmente relacionadas aos esquemas de percepção e apreciação dos agentes subjazem à emergência da moderna noção de identidade, pautada pelo enaltecimento do individualismo, da liberdade, do desempenho e da razão. Destaca também que no contexto moderno a ação racional “já não é definida em termos de uma visão de ordem do cosmo, mas sim de forma processual, em termos de eficácia instrumental, de maximização do valor buscado, ou de autocoerência” (TAYLOR, 2013, p. 37). Denominado *self-pontual*, esse ideal identitário corresponderia, segundo Taylor, ao agente racional prototípico da modernidade ocidental, cuja capacidade de objetivação de si e do mundo exterior seria capaz de conferir a si mesmo autodomínio, disciplina e autonomia. Outro elemento central à configuração moral moderna diz respeito à afirmação da vida cotidiana, atribuindo-se, assim, centralidade às dimensões produtiva e reprodutiva ou, em outros termos, à família e ao trabalho.

Viver em conformidade com os pressupostos constitutivos dessa configuração implica experimentar um modo de vida julgado superior aos demais. Agir, pensar e sentir em conformidade com esse conjunto de distinções qualitativas é assumido como pré-condição para que um indivíduo seja considerado digno de respeito, conceito que comporta duas significações distintas: respeito ativo, vinculado à inviolabilidade dos direitos de outrem, e respeito atitudinal, a partir do qual “o termo respeito assume o sentido de ‘merecer respeito’”, sentido relacionado à noção de dignidade (TAYLOR, 2013, p. 29).

De forma similar, Souza (2012a) busca em Bourdieu (1990, 2010) os elementos capazes de vincular a hierarquia valorativa moderna proposta por Taylor (2013) à produção e à reprodução das desigualdades sociais. Ao quadro comunicativo avançado por este autor soma-se a dimensão do poder presente na obra do sociólogo francês.

As contribuições principais aportadas pelas obras de Freyre (1969) e Fernandes (2008) à proposta de modernização de Souza (2012a) são,

respectivamente, a estruturação do instituto da escravidão entre nós e o excepcionalismo institucional verificado nos processos de modernização latino-americanos. Tais elementos singulares teriam atuado, segundo o autor, como eixos estruturantes do processo de modernização brasileiro, relacionando-se à produção e reprodução de contingentes de indivíduos desprovidos da organização psicossocial demandada para a atuação seja no mercado de trabalho competitivo, seja no domínio escolar.

No tocante à perspectiva avançada por Freyre para dar conta do processo de modernização brasileira, Souza (2012a) destaca a coexistência de duas teses conflitivas que, tomadas em conjunto, remetem a uma forma singular de sociabilidade que conjuga despotismo e proximidade. Ao passo que interpretações interpretação dominante remete ao tema da mestiçagem (FREYRE, 2003), privilegiando o traço do personalismo e enfatizando a plasticidade do português e a utopia de uma democracia racial, a outra relaciona-se à noção de sadomasoquismo, oriundo do paralelo traçado pelo autor entre os sistemas português e maometano de escravidão (FREYRE, 1969). Nota-se, portanto, nesse último caso, a emergência de uma leitura alternativa do processo de modernização brasileira assentada sobre elementos de ordem macroestrutural.

Esta última vertente apropriada por Souza (2012a) privilegia, portanto, elementos sistêmicos em prejuízo daqueles de ordem pessoal e intersubjetiva. A “família aumentada”, a constituição de uma “sociedade estruturalmente sadomasoquista” e o “caráter autárquico do domínio senhorial” são associados a estruturas macrosociais, a exemplo das grandes dimensões do território brasileiro e da reduzida população portuguesa destinada à sua colonização. Tal configuração é relacionada igualmente a elementos como o “patriarcalismo”, o “não reconhecimento da alteridade”, a “perversão do prazer nas relações intersubjetivas” e a “ausência de instituições intermediárias” desvinculadas do poder senhorial (SOUZA, 2012a, p. 113-120).

Souza (2012a) toma de empréstimo de Fernandes (2008) o argumento que defende a dominância, no Brasil no período pós-independência, do mesmo padrão civilizacional vigente nas economias avançadas do Ocidente, decorrente de um processo de reeuropeização marcado por níveis crescentes de industrialização e de institucionalização e, também, por influências de origem inglesa, cujo reflexo teria sido a desvalorização dos costumes e dos valores associados à cultura ibérica.

A particularidade do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil é associada, pelo autor, à importação das instituições modernas – Estado e mercado –, resultando na inexistência de um consenso normativo prévio ao desenvolvimento econômico que, em conjunção com o abandono do negro e dos dependentes de qualquer raça à própria sorte, viria a contribuir para a reprodução de uma sociedade estratificada, desigual e injusta.

A articulação final empreendida por Souza (2012a) consiste na costura das duas elaborações prévias. Da associação dos quadros teóricos de Bourdieu (1990) e Taylor (2013) resulta a proposta de uma estrutura tripartida do *habitus* relacionada à noção de reconhecimento social. Em sua visão, à noção de *habitus* precário correspondem padrões indignos de existência vivenciados por um vasto contingente de indivíduos situados nos níveis inferiores da estrutura social, associados à ausência de reconhecimento social. Aos *habitus* primário e secundário vinculam-se respectivamente, as noções de dignidade e autenticidade, destacando-se a cumulatividade das duas fontes de reconhecimento no segundo caso. Para Souza (2012a), somente ao *habitus* secundário se poderia vincular a competência estética, elemento distintivo por excelência para Bourdieu. De posse de um corpo teórico robusto, cabe ao autor proceder ao desenvolvimento empírico de sua tese, buscando para tanto apoio na proposta metodológica do sociólogo francês Bernard Lahire detalhada, sobretudo, em *Retratos sociológicos* (2004).

A construção teórica empreendida por Souza revela uma capacidade de síntese notável. A apropriação das contribuições dos múltiplos autores revela uma estratégia intelectual que combina aproximação e afastamento, assimilação e inovação, memória e criatividade. Atuando com e contra cada um deles e articulando-os reciprocamente, o autor alcança um resultado compreensivo capaz de superar, em grande parte, suas limitações.

Potencialmente em decorrência do intuito de desvelar o pano de fundo da persistente desigualdade social no contexto brasileiro, o autor tende a privilegiar, marcadamente em *Ralé brasileira* (2009) e de forma menos acentuada em *Batalhadores brasileiros* (2012b), a interiorização pré-reflexiva dos esquemas de percepção e apreciação dos agentes, incorporados no decurso de sua socialização primária, não se detendo na análise do potencial reflexivo dos agentes.

A estratificação do *habitus* proposta pelo autor é de suma importância nesta pesquisa, haja vista que oferece suporte em bases robustas à potencial influência

das disposições psicossociais nos horizontes individuais, inclusive no que diz respeito à inserção no mercado competitivo e ao desenvolvimento profissional subsequente. Ainda que assemelhadas do ponto de vista objetivo, tais trajetórias podem diferir em seu aspecto subjetivo, traduzindo-se em uma diversidade de significações que os indivíduos podem conferir ao conceito de carreira, bem como a temas correlatos como sucesso profissional. O reconhecimento dos potenciais impactos dos múltiplos contextos sobre o patrimônio disposicional individual não representa, todavia, o descarte antecipado da noção de *habitus*.

Cabe observar que se partilha, nesta pesquisa, do entendimento proposto por Pontes (2015), que, ao conjugar as propostas de Bourdieu (2013) e Lahire (2002), aproveita-se tanto da forma sistemática com que o primeiro aborda a multiplicidade das classes sociais – criticando, todavia, a homogeneização que imputa à condição popular – quanto da pluralidade disposicional dos atores sociais defendida no segundo caso. Reconhecendo as injunções sociais, culturais e econômicas recentes, Pontes (2015), ao estudar as trajetórias ascensionais de indivíduos das classes populares, rejeita a tese pós-moderna de diluição de toda uma configuração histórico-institucional, propondo alternativamente a emergência de “novas relações e horizontes, constitutivos de uma condição de classe [e] de sua dinâmica subjacente”, desvelando, assim tanto “a diversidade estruturante da condição popular” quanto a “tensão de suas fronteiras, igualmente estruturantes” (PONTES, 2015, p. 14).

Longe de diluir as fronteiras interpostas às trajetórias individuais, o autor atesta em sua análise de trajetórias ascendentes de indivíduos das classes populares o constrito espaço de mobilidade típico das economias capitalistas periféricas, revelando, assim, a prevalência de oportunidades ascensionais restritas, resultante, em suas palavras,

da complexificação de uma economia de serviços marcada por uma massa de (sub)empregos com seus vínculos precários, alta rotatividade, baixa relação salário/produktividade, e um crescente agonismo concorrencial que torna a *capitalização cultural um imperativo incontornável para este “funil estrutural”*. (PONTES, 2015, p. 26, grifo nosso).

Bebe-se, portanto, da fonte da abordagem *micro* proposta por Lahire, assentada sobre a multideterminação contextual constitutiva dos agentes sociais, sem abrir mão, contudo, das condicionantes de ordem macroestrutural que,

consubstanciadas no conceito de *habitus*, ancoram o horizonte de possíveis disponível aos indivíduos diferencialmente dispostos no espaço social.

2.5.2

Modernidade ocidental, moralidade e poder

Similarmente a Bourdieu (1990) e Taylor (2013), Souza (2012a) rejeita a concepção racionalista dominante tanto nas ciências quanto no senso comum, baseada na valorização da consciência reflexiva, da intencionalidade, da subjetividade, do dado imediato e da experiência cotidiana. Afirma, em seu lugar, a relevância da dimensão prática do conhecimento, da história e dos múltiplos contextos – social, econômico, cultural e moral. A apropriação crítica e seletiva de ambos os autores pode ser compreendida como uma tentativa de conjugação da topografia social nos termos propostos por Bourdieu (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) com a topografia moral avançada por Taylor (2013), com o intuito de acessar uma camada mais profunda da realidade social na qual poder e moralidade atuam, de forma opaca e inter-relacionada, na definição de hierarquias associadas à persistente desigualdade social.

Em virtude do detalhamento prévio dos pontos julgados relevantes à compreensão do esquema teórico proposto por Bourdieu (BOURDIEU, 1990, 2006, 2010; BOURDIEU; WACQUANT, 1992), destacam-se em seguida elementos da filosofia moral proposta por Taylor (2013).

2.5.2.1

Para além de Bourdieu: integrando moralidade e poder

A radical contextualização e a onipresença da dimensão estratégica constituem-se nos aspectos centrais da crítica que Souza (2012a) dirige a Bourdieu. Em relação ao primeiro ponto, o autor destaca que a adoção da sociedade francesa como padrão para uma teorização que se pretende universal esbarra na assimetria dos padrões de dignidade experimentados pelos cidadãos das nações desenvolvidas e periféricas. Decorre desse diagnóstico a proposta de tripartição do *habitus*, com a consequente reconstrução do *habitus* da classe trabalhadora para além de uma mera “categoria residual”, incluindo-a assim na “luta que instaura a *illusio* do jogo social” (SOUZA, 2012a, p. 61).

Com o intuito de pensar o mundo social para além das relações de poder orientadas estrategicamente, o autor busca na filosofia moral de Charles Taylor (2013) o substrato normativo a ser articulado ao quadro teórico de Bourdieu (BOURDIEU, 1990; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Introduz, assim, a dimensão intersubjetiva de análise e a linguagem como aspectos estruturantes do ordenamento social.

Um ponto em comum entre Taylor e Bourdieu reside na estratégia de pensar o mundo social em termos espaciais. Ao passo que Bourdieu (1990) propõe o conceito de campo nos termos de uma topografia social, cujas posições são determinadas segundo o volume e a distribuição dos diferentes tipos de capital, Taylor (2013, p. 54) compreende o mundo social como uma “geografia das posições e funções sociais” e, sobretudo, enquanto um “espaço de orientação moral”. Privilegiando os temas identidade e moralidade, a antropologia filosófica de Taylor busca reconstruir a genealogia das fontes morais subjacentes à história do Ocidente, objetivando desvelar os acordos intersubjetivos e pré-reflexivos que constituem o pano de fundo ideacional que norteia os agentes em suas ações, escolhas e preferências.

A vinculação da agência humana à capacidade individual de orientação para o bem ou, em outros termos, da identidade à moralidade é um pressuposto central assumido por Taylor (2007, 2013). A tipologia dos desejos proposta por Harry Frankfurt (1971) assume papel primordial no arcabouço teórico proposto pelo autor. Ao passo que os desejos de primeira ordem privilegiariam a máxima satisfação e o desejo imediato, os de segunda ordem atuariam como balizadores normativos dos primeiros, associando-se à capacidade humana de autorreflexão (MATTOS, 2007; TAYLOR, 2007).

Os conceitos de avaliação fraca e de avaliação forte são propostos por Taylor alternativamente aos desejos de primeira e segunda ordem. Assumindo o papel destes últimos, as avaliações fortes representam, na visão do autor, a configuração moral segundo a qual os agentes se dispõem no espaço moral. Tal configuração plasma o horizonte de significação e representação a partir do qual os indivíduos refletem acerca da vida que querem viver e das pessoas que desejam ser (TAYLOR, 2007). Para Taylor (2013, p. 35), “pensar, sentir e julgar no âmbito de tal configuração é funcionar com a sensação de que alguma ação ou modo de vida ou modo de sentir é incomparavelmente superior aos outros”.

Diversamente das avaliações fracas, orientadas instrumental e pragmaticamente, as avaliações fortes privilegiam a dimensão qualitativa dos desejos individuais. Enquanto avaliador forte pode-se atuar para além de simples medidor ou calculador, possibilitando-se, assim, maior profundidade na análise comparativa dos diferentes desejos. Cabe observar o notório paralelo entre as noções de identidade e configuração moral avançadas por Taylor e as de *habitus* e campo propostas por Bourdieu.

O processo de articulação das motivações subjacentes aos desejos individuais possibilitaria aos indivíduos, na visão de Taylor (2013), acessar a localização que ocupam no espaço moral, revelando assim a existência de visões de mundo alternativas e a possibilidade de enriquecimento de sua gramática moral. Emerge, portanto, ao menos enquanto potencialidade, a problematização da hierarquia de distinções qualitativas que conformam as escolhas e os modos de vida individuais, alargando-se, por conseguinte, o horizonte de possibilidades associado à mudança individual reflexivamente orientada.

Na visão de Taylor, avaliação forte, articulação, reflexão, responsabilidade e agência são noções reciprocamente relacionadas. Nesse sentido, assumir responsabilidade pela própria vida corresponde à faculdade de tomar para si a orientação da própria vida segundo alguma noção de *bem*. É a partir desse sistema de referentes que se concebe o “*self* como agente responsável” (TAYLOR, 2007, p. 9). Conforme argumentado pelo autor, (2013, p. 62), “transcender o *self* [...] é fugir à identificação com uma voz particular na conversação, deixar de ser aquele que está situado em determinada perspectiva no espaço moral” (TAYLOR, 2013, p. 62).

A valorização que Taylor (2013) atribui à intersubjetividade em sua proposta teórica, corresponde à primazia exercida pela linguagem no processo de estruturação do mundo social. Para o autor, só há que se falar em identidade ou *self* caso se leve em consideração o horizonte moral, mediado intersubjetivamente, a partir do qual os indivíduos orientam as suas ações e os seus desejos. Defende, consequentemente, que é somente a partir da inserção em uma comunidade linguística que se viabiliza o início do processo de construção e reconstrução identitária. Na ausência da linguagem, os indivíduos se veem, segundo o autor, incapacitados de acessar critérios de distinções qualitativas a partir dos quais

possam interpretar e discernir, no sentido forte do termo, aspectos relativos às questões circundantes.

O princípio da anterioridade da linguagem remete, segundo Taylor (2013), à sua apreensão pré-reflexiva. Todavia, o condicionamento social decorrente da inserção prematura numa interlocução em andamento não deve, em sua visão, ser confundido com um processo de determinação irrestrita que assume as condições de origem como destino. Reconhece-se, assim, tanto o potencial habilitador quanto o constritor dos contextos e, portanto, das relações neles incrustadas.

Só posso aprender o que são a raiva, o amor, a ansiedade, a aspiração a plenitude etc. por meio da experiência, minha e dos outros, deles como objetos para nós em algum espaço comum [...]. Depois disso posso inovar. Posso desenvolver uma maneira original de entender a mim mesmo e à vida humana, ao menos uma maneira que esteja em aguda oposição à da minha família e do meio que vim. Mas a inovação só pode ocorrer a partir de nossa linguagem comum. (TAYLOR, 2013, p. 54).

A disposição da construção identitária ao longo de dois eixos – biográfico e relacional (DUBAR, 2005) – implicaria, assim, a delimitação do domínio potencial de mudança às redes de interlocução atravessadas pelos indivíduos ao longo de sua história de vida. Ao defender que a construção do *self* só se torna possível no convívio com os outros, o autor destaca a relevância das relações intersubjetivas no processo de formação da identidade.

2.5.2.2

A gênese do ideal moderno do *self* pontual

A estratégia adotada por Taylor (2013) para levar a cabo a empreitada de reconstrução da genealogia das fontes morais apoia-se no ancoramento identidade-moralidade, assim como na premissa de que as configurações morais predominantes em uma dada época esquematizam, ou condicionam, as configurações subsequentes. Voltando as lentes de análise para a dimensão individual, Taylor (2013) associa os eixos da moderna configuração moral do Ocidente a dois princípios que concorreriam para a constituição do *self* moderno: interioridade e afirmação da vida cotidiana. Em relação ao primeiro, o exercício arqueológico vai buscar em Platão as origens das concepções que associam razão

e bem viver ao mesmo tempo em que desqualificam as emoções, relacionadas à corrupção dos instintos e à desagregação social.

A partir de Agostinho observa-se, segundo Taylor (2013), um gradual processo de valorização da interioridade, definida em um primeiro momento como morada da alma. A introspecção, o voltar-se para si, torna-se, segundo o autor, a postura privilegiada a partir da qual se abre o acesso reflexivo ao conhecimento exterior. A assunção da interioridade, da reflexão e do conhecimento subjetivo como preceitos universais corresponderia, assim, ao deslocamento da exterioridade enquanto fonte privilegiada de constituição dos saberes.

Com Descartes, a noção de interioridade se liberta, por fim, das amarras da religião, secularizando-se (SOUZA, 2000a; TAYLOR, 2013). Locke atuará em larga medida como sistematizador dessa configuração que elegerá disciplina, determinação, resolução e autodomínio como traços característicos do *self* pontual ou desprendido, representação do agente racional por excelência (TAYLOR, 2013). Portanto, nesse percurso histórico, a ética da honra dá lugar a uma configuração moral que assume a ação racional como valor superior.

A introjeção consciente dessas capacidades permitiria, segundo tal visão, dotar a estrutura social do ordenamento necessário, desencorajando, portanto, a eclosão de conflitos (SOUZA, 2012a). Nesse cenário, autoconsciência e intencionalidade assumem o centro do palco, conformando escolhas e preferências de um sujeito pretensamente neutro e livre de condicionamentos externos. Esteio de uma concepção naturalista da ciência, tal visão se revela incapaz de reconhecer a natureza estratificada da realidade social e, portanto, a configuração moral a partir da qual dirige seu olhar ao mundo.

Tal processo de mudança corresponde, segundo Taylor (2013), à substituição gradual do espaço público pelo privado enquanto *locus* privilegiado do bem viver, amplificado com o advento da Reforma Protestante, quando a afirmação da vida cotidiana teria alcançado o senso comum e estruturado sentidos compartilhados. A partir de então, o reconhecimento que os indivíduos têm de si e de terceiros passou a sofrer influência significativa do exercício dos papéis sociais assumidos tanto no ambiente produtivo quanto no reprodutivo. É nesse contexto, segundo o autor, que as esferas da família e do trabalho surgem como suportes identitários privilegiados.

Aos olhos de Taylor, a saga que remete à valorização crescente do individualismo resultou na construção de um referencial moral que tem por base o “respeito à vida, à integridade, ao bem-estar e mesmo à prosperidade dos outros”, assumido como representação de uma ontologia universal (TAYLOR, 2013, p. 17). Daí o seu posicionamento segundo o qual uma configuração moral que contemple tão somente o princípio da dignidade – por meio do qual “o termo respeito assume o sentido de merecer respeito” (TAYLOR, 2013, p. 29) – revela-se incapaz de dar conta da configuração moral moderna, contemplando-a apenas parcialmente. Em sua opinião, a expressividade se constitui no traço singular da modernidade tardia, relacionando a sua emergência ao “‘desencanto’ em desenvolvimento na cultura moderna, [...] que solapou muitas configurações tradicionais” (TAYLOR, 2013, p. 43). Diversamente das sociedades pré-modernas, nas quais configurações como religião, família nuclear, tradição e cosmologias atuavam como fonte de confiança ontológica (GIDDENS, 2009), na modernidade teria lugar a crescente dissolução dessas ordens morais, resultando na abertura a múltiplas possibilidades de construção e reconstrução identitária, ainda que assimetricamente distribuídas.

Para Taylor (2013), viver contemporaneamente é experimentar a tensão permanente entre os princípios ordenadores das configurações morais – dignidade e autenticidade. Ao passo que esta última orientaria o horizonte a partir do qual os sujeitos demandam o reconhecimento das diferenças identitárias, aquela estabeleceria os critérios que pautariam o respeito aos direitos alheios. Abarcando ambos os princípios, a noção de reconhecimento social assume centralidade em seu quadro teórico, ligando-se às formas de atribuição de respeito e autoestima, e de modo consequente “às questões da formação da identidade” (SOUZA, 2012a, p. 35).

Percebe-se na proposta do autor a sobrevalorização do princípio da autenticidade em detrimento do da dignidade que, no entendimento de Souza (2000b, 2003), decorreria da generalização indevida das condições socioeconômicas verificadas nas nações avançadas do Ocidente, pensadas a partir de um quadro de conquistas no âmbito do *Welfare State*. Dirige, portanto, à Taylor, crítica semelhante endereçada anteriormente a Bourdieu, mais especificamente em relação à generalização do conceito de *habitus*, fruto segundo

alguns de uma visão etnocêntrica que o teria levado a universalizar as condições do sistema social ou de *status* francês (DOBBIN, 2008).

Quase três décadas após a primeira edição de *As fontes do self* (TAYLOR, 2013), revela-se, segundo o autor, um cenário que, sob os auspícios de um neoliberalismo sem peias, demanda que se pense a realidade social a partir de ambos os princípios, devendo a ênfase atribuída a cada um deles ser definida a partir dos desafios localmente situados. A desconsideração do princípio da dignidade, mesmo no âmbito das economias desenvolvidas, é alvo de críticas por corresponder à desconsideração das relações de força estruturantes do espaço social, revelando a “ausência de vinculação da teoria do reconhecimento social a uma teoria das distinções sociais” (SOUZA, 2012a, p. 77).

Tomando por base as críticas direcionadas a Bourdieu e a Taylor, Souza (2012a) ancora sua proposta teórica na articulação dos conceitos de *habitus*, reconstruído em novas bases, e de reconhecimento social, conforme apresentado a seguir.

2.5.2.3

***Habitus* trifásico e fontes morais**

Assumindo como cerne de sua análise a persistência da desigualdade em países periféricos da América Latina, em especial o Brasil, e as fontes morais a ela subjacentes, Souza (2012a) articula um quadro teórico que, a partir de críticas endereçadas ao *habitus* monolítico proposto por Bourdieu, visa a contextualizá-lo, sugerindo em seu lugar uma estrutura multifacetada. Enquanto realidade histórica objetiva introjetada pelos agentes de dada posição do campo social, o *habitus* é assumido pelo autor como indissociável das condições contextuais e históricas de sua produção. Nesse sentido, a eleição da competência estética como critério distintivo por excelência, nos termos propostos por Bourdieu (1990, 2006), não reconheceria a especificidade da ordem moral subjacente à realidade francesa da segunda metade do século XX, cuja implicação primordial é o compartilhamento por amplas camadas da população da organização psicossocial que traz como pano de fundo a configuração do *self* pontual (SOUZA, 2012a).

Diversamente do caso francês, no Brasil não se teria verificado a existência de um consenso normativo prévio ao processo de modernização (SOUZA, 2012a). A ausência de um pano de fundo amplamente compartilhado pelo imaginário

social é julgada imprescindível para a compreensão do processo de modernização brasileiro, cujo desenrolar vem se dando em um cenário no qual a “condição de comum humanidade não é garantida por princípio” (VÉRAN; VANDENBERGHE, 2016, p. 17). Desprovidos da organização psicossocial demandada para competir em condições favoráveis no mercado de trabalho – disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo –, vastos contingentes de indivíduos, especialmente nas sociedades periféricas, acabam relegados às franjas do sistema (SOUZA, 2009), situação traduzida em um modo de privação existencial que abrange, entre outras coisas, uma inserção precária no mercado de trabalho (SOUZA, 2012b).

Segundo a tipologia tripartite proposta, o patrimônio de disposições mentais, corpóreas e comportamentais que dotam os agentes “das condições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, ‘digno’ e cidadão, no sentido tayloriano de reconhecido intersubjetivamente como tal”, é definido como *habitus* primário (SOUZA, 2012a, p. 167). Em contraposição, o *habitus* precário remete ao conjunto de disposições internalizadas que impossibilita o atendimento “às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social” (SOUZA, 2012a, p. 167). Corresponde, portanto, ao “limite para baixo do *habitus* primário” (SOUZA, 2012a, p. 63).

Enquadram-se nesse último caso, na visão do autor, não apenas aqueles contingentes de negros e mulatos, alvo de análise de Fernandes (2008), como também outros grupos que historicamente não tiveram a oportunidade de desenvolver o padrão de personalidade e sociabilidade associada ao *self* pontual, subjacente ao *habitus* primário. Em sua maioria, os membros desses grupos estariam dispostos em posições subordinadas da estrutura social, correspondentes a atividades produtivas desvalorizadas, mal remuneradas e desqualificadas. A dificuldade de adaptação estrutural desses contingentes remete, na visão de Souza (2012a, p. 56) à disjunção entre *habitus* de classe e campo, relacionada, sobretudo, a “padrões familiares disruptivos” que, conjugados com situações de pobreza, ensejam “uma situação de sobrevivência tão agreste que mina, por dentro, qualquer vínculo de solidariedade, desde o mais básico na família até o comunitário e associativo mais geral” (SOUZA, 2012a, p. 56).

Diversamente dos *habitus* primário e precário, intimamente associados à noção de dignidade, o *habitus* secundário, ou “limite para cima do *habitus* primário” (SOUZA, 2012a, p. 64), é relacionado ao conceito de autenticidade. Nessa categoria, a competência estética, ou gosto, emerge como critério de distinção. Tal situação particular pressupõe o compartilhamento de condições dignas de vida por amplas camadas da população, vinculadas, por sua vez, à incorporação do *habitus* primário. Corresponde, em larga medida, aos postos de trabalho qualificados, fonte de níveis superiores de reconhecimento social.

A convicção da relevância do impacto dos múltiplos contextos na trajetória profissional individual foi determinante na opção de se recorrer, nesta pesquisa, à obra de Lahire (2002, 2016), cuja sociologia disposicional na escala individual realça a influência tanto do passado incorporado (patrimônio de disposições) quanto da situação presente (contexto de ativação) nas práticas individuais. Avança-se, assim, em relação ao arcabouço proposto por Bourdieu, cuja ênfase irrestrita à socialização primária acaba por resultar na desconsideração, em larga medida, do impacto de experiências subsequentes na formação dos hábitos individuais.

2.5.3

Múltiplas lógicas de ação: as limitações do *habitus* monolítico

No prefácio do livro *Dans les plis singuliers du social: individus, institutions, socializations* (2013)⁴, Bernard Lahire esclarece que seu programa científico – intitulado sociologia psicológica e renomeado sociologia na escala individual – busca sublinhar a heterogeneidade das formas de agir, pensar, sentir e julgar do ator individual, ao largo das dimensões sincrônica e diacrônica, enfocando respectivamente as variações atitudinais, comportamentais e avaliativas intraindividuais verificáveis nos distintos domínios de práticas na primeira e a biografia individual na segunda (LAHIRE, 2004). A mudança da escala de análise do geral para o singular, proposta por Lahire, visa a apreender condicionantes sociais de ordem dupla – disposicional e contextual – e, assim, “enxergar a complexidade do patrimônio de disposições incorporadas que faz o indivíduo

⁴ O primeiro capítulo desse livro foi publicado em um artigo em português intitulado “O singular plural” (LAHIRE, 2014).

pensar, agir e sentir de um modo determinado” (VÉRAN; VANDENBERGHE, 2016, p. 13).

A teoria do ator plural espelha o reconhecimento de uma realidade complexa na qual os atores, por meio de múltiplos pertencimentos, expõem-se a esquemas e lógicas de ação plurais, enriquecendo assim o seu patrimônio de disposições (LAHIRE, 2002, 2004, 2008). As sucessivas socializações dos indivíduos em múltiplos grupos – familiares, profissionais, de amigos, religiosos, tribais etc. – e em diferentes contextos corresponderiam, em última análise, à aquisição e ativação de diferentes estruturas mentais e corpóreas, nem sempre congruentes entre si.

Na visão do autor, sua proposta emerge como uma alternativa teórica às duas correntes principais da teoria da ação: “os modelos que descrevem e analisam momentos de uma ação ou de uma interação [...] sem se preocupar com o passado dos atores (teoria da escolha racional, individualismo metodológico, interacionismo simbólico, etnometodologia)” (LAHIRE, 2002, p. 46) e as correntes que priorizam, sobremaneira, as experiências primeiras dos indivíduos, a exemplo da sociologia praticada por Bourdieu (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Uma questão de fundamental importância subjacente ao arcabouço teórico-empírico proposto por Lahire (2002, 2014) diz respeito às condições sócio-históricas particulares subjacentes à emergência de sociedades pautadas por modos de vida associados a atores singulares ou plurais. Estes últimos são relacionados pelo autor a sociedades marcadas por altos níveis de diferenciação social, divisão do trabalho e diversidade cultural. Em tais contextos, os atores sociais se encontrariam sujeitos a diversas ações socializadoras, sendo em última instância multideterminados. Portanto, ainda que compartilhe da visão proposta por autores como Giddens (1997, 2002) e Dubar (2005, 2010), segundo a qual o mundo atual se mostra crescentemente influenciado por uma diversidade contextual inexistente em períodos anteriores, deles diverge ao enfatizar o modo habitual de ação em lugar da reflexividade subjetivamente orientada.

A coerência do conjunto de esquemas mentais, corpóreos e comportamentais incorporado pelos agentes é associada por Lahire (2002) à congruência contextual inerente às sociedades tradicionais ou pré-modernas. Nesse sentido, concepções que pressupõem, na atualidade, a prevalência de uma

“identidade pessoal invariável” e, portanto, da “unicidade do ator” (LAHIRE, 2002, p. 17-21) revelam-se falaciosas, em sua visão, por desconsiderarem os conflitos e as crises enfrentados pelos “atores ao se inscreverem precoce e duravelmente em grupos e universos sociais múltiplos, heterogêneos e contraditórios” (LAHIRE, 2002, p. 23).

O autor partilha com Bourdieu a “ideia da sociologia como ciência empírica” (VANDENBERGHE, 2016), prezando a necessidade de se ir além da camada superficial de análise com o intuito de construção e conquista do objeto científico (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBERON, 2007). Procede, todavia, de forma diversa deste autor, orientando-se para o nível individual de análise e privilegiando uma abordagem qualitativa de pesquisa. Com vistas a desvelar os impactos da diversidade contextual nas práticas dos agentes, assume suas biografias como unidade de análise.

Se em *Homem plural* (LAHIRE, 2002) delineiam-se as linhas teórico-metodológicas gerais de uma teoria do ator plural, em *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004) e *Sucessos nos meios escolares: as razões do improvável* (LAHIRE, 1997) o autor se volta à intensa experimentação desse esquema. Com o propósito de compreender o desempenho escolar de jovens estudantes, empreende nesse último caso uma minuciosa análise de práticas cotidianas, acessadas por intermédio de entrevistas realizadas com estudantes e com membros encarregados de sua educação nos âmbitos familiar e escolar. Tal procedimento se justifica em virtude do pressuposto da múltipla determinação do sucesso escolar por fatores como a práticas de escrita e leitura, a qualidade da educação formal, o nível de integração familiar, a dedicação das famílias ao estudo dos filhos e o valor atribuído à educação no âmbito familiar.

Em *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004), a estratégia metodológica apresentada consiste na realização de múltiplas entrevistas, realizadas com vistas à assimilação das influências dos diversos contextos de ação, abarcando temas relacionados aos domínios da(os): (i) família, (ii) escola, (iii) trabalho, (iv) sociabilidade, (v) práticas culturais e de lazer, e (vi) estética, envolvendo, nesse caso, preferências e julgamentos relacionados, entre outros, aos modos de se vestir, alimentar, cuidar da saúde. Evidências empíricas são apontadas pelo autor como base para a contestação da transposição desses sistemas para além do contexto de aquisição como regra geral. Em linhas gerais, sua proposta teórica

pode ser condensada nos seguintes termos: “disposições ou competências + contextos = práticas” (NOGUEIRA, 2016, p. 49).

O esforço empreendido por Lahire (2004) dá-se na tentativa de fugir das amarras impostas por uma abordagem epistemológica que, ao privilegiar o nível macrosocial de análise, se revela incapaz de acompanhar a trajetória dos atores e, sobretudo, de revelar a gênese do processo formativo de seu patrimônio de disposições. Busca, em última instância, escapar ao cenário de reprodução social e transferibilidade disposicional proposta por Bourdieu (1990).

Cabe observar, por fim, que a análise segmentada proposta por Lahire (2004) aproxima-se daquela utilizada por MacDonald e Marsh (2005) para pensar os desafios enfrentados por indivíduos pertencentes ao precariado inglês ao longo de suas trajetórias, especialmente em seu processo de transição da escola para o trabalho. Estes autores, à semelhança de Lahire (2004), subdividem sua investigação em múltiplas carreiras ou trajetórias.

2.5.3.1

Habitus reflexivo

A multiplicidade contextual característica da alta modernidade permite, no entendimento de Lahire (2004, p. 38), que se faça referência à “diversidade dos si mesmos”, vinculada à “pluralidade sincrônica e diacrônica do ator”. Não há que se confundir, contudo, a referida diversidade com alegações favoráveis à possibilidade de um acesso ativo, por parte dos atores sociais, à interioridade, resultantes em sua visão da desconsideração do fato último de os indivíduos serem fabricados socialmente (LAHIRE, 2002). A rejeição do autor a termos como singularidade individual ou foro íntimo, corrobora o entendimento subjacente ao arcabouço bourdieusiano de que o real é relacional, cuja expressão remete à equiparação da estrutura do *habitus* à interiorização do campo e deste à exteriorização do *habitus* (VANDENBERGUE, 1999). Para Lahire (2002, 2014), tanto os desejos quanto as competências decorrem de condicionamentos sistêmicos. Associam-se, assim, eventuais disjunções entre as condições de apropriação disposicional e o contexto presente da ação a contradições inter e/ou intracontextuais.

A resolução dessas e de outras situações contraditórias dá-se, segundo o autor, a partir de um ajustamento irrefletido dos indivíduos às condições da

situação presente. A ativação dos distintos esquemas mentais e corpóreos não decorreria, por assim dizer, da escolha individual “de deixar em estado de vigília ou de ativação os hábitos ou esquemas da experiência”, haja vista que, “na grande maioria dos casos, é a situação que ‘decide’ sobre essas inibições e esses desencadeamentos” (LAHIRE, 2002, p. 53). Portanto, tal *escolha* é tida como estruturalmente determinada, decorrendo da “microsituação social”, do “domínio de práticas”, do “universo social”, do “grupo social” ou do “momento do ciclo de vida” (LAHIRE, 2002, p. 60).

Com Bourdieu, Lahire (2014) reconhece a relevância da socialização primária e da trajetória individual dos atores sociais enquanto condicionantes de seu patrimônio disposicional, rejeitando interpretações apressadas de seu trabalho que o alinham àquelas teses em favor da dissolução das classes sociais no contexto da alta modernidade. Contra Bourdieu, afirma a relevância primordial dos processos de socialização secundária, relativizando – em vez de negar – a influência das condições sociais de origem no delineamento do horizonte de possibilidades dos atores.

Não se pode fugir, contudo, da analogia entre o pensamento dos dois autores, para quem as realidades interior e exterior aos atores sociais representam duas faces da mesma moeda. Defendem, em uníssono, a complementaridade entre os pontos de vista micro e macro, até mesmo em virtude de não existir “nada mais geral que o singular” (LAHIRE, 2008, p. 385). Em outros termos, “o desdobrado e o dobrado, o decomposto e o recomposto, o coletivo e o singular não se opõem de modo algum”, refletindo, tão somente, variações de escala ou, ainda, “pontos de vista diferentes e complementares acerca de uma mesma e única realidade social” (LAHIRE, 2014, p. 21).

A metáfora do social dobrado e desdobrado proposta por Lahire (2002), segundo a qual os atores são pensados nos termos de uma folha de papel amassada que traz nas suas dobras os diversos domínios de experiências prévias que informam suas práticas e seus sentidos compartilhados, ilustra bem sua decisão de pensar realidade social como a reprodução no presente de esquemas incorporados no passado.

2.5.3.2

Críticas à abordagem disposicionalista de Lahire

Uma das principais críticas endereçadas à proposta teórica apresentada por Lahire (2002, 2014) reside em uma alegada ausência de elementos capazes de delimitar de forma clara e precisa o modo pelo qual os atores decidem, ainda que a partir de escolhas estruturalmente condicionadas, ativar ou inibir tal ou qual disposição. Segundo alguns críticos, o autor recorre, por vezes, a critérios *ad hoc* para explicar o processo decisório subjacente às ações individuais (NOGUEIRA, 2016; VANDENBERGHE, 2016). Desconsidera-se, assim, a inexistência de mecanismos psíquicos capazes de dar suporte à adoção de um posicionamento ativo dos atores nas situações em que emergem dúvidas decorrentes da incongruência entre as disposições adquiridas e o contexto presente, impossibilitando a compreensão das razões ou motivações pelas quais eles cedem ou resistem às coerções estruturais (VANDENBERGHE, 2010, 2016; CAETANO, 2013; NOGUEIRA, 2016).

Ambas as críticas decorrem do fato de que, em linha com a tradição disposicional bourdieusiana, as escolhas teóricas efetuadas por Lahire resultam na equiparação do ator a um epifenômeno estrutural, sendo toda reação individual “sempre explicada pelo contexto externo passado [...] e pelo contexto atual de ação” (NOGUEIRA, 2016, p. 51). Consequentemente, o condicionamento social pleno e irrestrito das ações individuais acaba por dissolver quaisquer vestígios de subjetividade relacionados à capacidade reflexiva dos indivíduos, descartando-se, portanto, todo e qualquer poder de agência no delineamento das trajetórias individuais e no processo de construção identitária. Apesar de Lahire (2002, 2014) fazer referência às possibilidades de ação reflexiva dos agentes, as limita ao âmbito da lógica da prática, em consonância com Bourdieu (1990).

Longe de dotar os agentes de maior liberdade, Lahire os aprisiona em um condicionamento estrutural múltiplo e multifacetado (VANDENBERGHE, 2016). Retira-lhes, portanto, a capacidade reflexiva residual pensada por Bourdieu (BOURDIEU; WACQUANT, 1992), ainda que em termos potenciais e de forma restrita, naquelas hipóteses em que se verifica um processo de disjunção significativa, ou disrupção, entre campo e *habitus*, consubstanciada no conceito de histerese.

Defende-se, nesta pesquisa, que o condicionamento estrutural e contextual do portfólio de ações e preferências dos agentes não implica necessariamente a restrição da análise de suas trajetórias à repercussão interna de influências exteriores, podendo-se considerar, igualmente, eventuais mecanismos internos de decisão, manifestados sob a forma de uma ação reflexiva ativa. Foi a partir desse pressuposto que se recorreu ao conceito de conversações internas – processo meditativo interior que, ao lado da aprendizagem habitual ou prática, funciona como mediador entre o mundo exterior e as decisões dos agentes.

2.5.4

Para além das cercanias do *habitus*: conversações internas, reflexividade e intersubjetividade

A obra da socióloga britânica Margareth Archer, junto aos trabalhos de Roy Bhaskar, constitui-se em um dos pilares do realismo crítico (VANDENBERGHE, 2016), representando uma tentativa de propor um arcabouço teórico alternativo às diversas correntes do pensamento social. Acusando-as de reducionismo, quer por limitar a análise do complexo social a uma de suas dimensões – individual (interacionismo simbólico, etnometodologia e individualismo metodológico) ou estrutural (vertentes estruturalistas e culturalistas – funcionalismo e pós-estruturalismo) –, quer por relacioná-las recursivamente (teoria da estruturação, teoria da prática e construcionismo social), Archer propõe uma abordagem inovadora que assume como pressupostos centrais a anterioridade estrutural e o dualismo analítico.

Segundo Vandenberghe (2010, p. 5), tal empreitada resultou na proposta de uma teoria social pós-estruturacionista, levada a cabo ao longo de três décadas, concentrando-se sobretudo no período de 1988 a 2003, quando Archer publicou as obras *Culture and agency* (1988), *Realist social theory* (1995), *Being human* (2000) e *Structure, agency and the internal conversation* (2003). A aplicação do conceito de ciclo morfogenético, tomado de empréstimo da sociologia sistêmica de Walter Buckley para pensar o processo relacional entre estrutura, cultura e agência (VANDENBERGHE, 2010, 2016), traduz-se principalmente no reconhecimento de que condicionamentos estruturais e culturais em um momento antecedente (T1) conformam, sistemicamente, interações socioculturais no

momento subsequente (T2), cujo resultado é a elaboração/mudança estrutural (morfogênese) ou a reprodução estrutural (morfostase) em T3.

A autonomia das estruturas sociais e dos sistemas culturais é pensada pela autora em termos relativos, dado que sua influência dependeria causalmente de sua ativação pelos agentes. Para Archer (2007, 2011), o impacto dos condicionamentos e das capacitações sistêmicas pressupõe a ocorrência de três condições básicas: (i) a existência de projetos pessoais, (ii) o nível de coerência entre as condicionantes e os projetos, e (iii) a reação dos agentes às influências externas.

Em linha com Lahire, Archer opera no nível “microsocio-biográfico”, promovendo algo como uma “sociologia do ator”, assumindo as biografias individuais como unidade de análise privilegiada (VÉRAN; VANDENBERGHE, 2016, p.11). Divergentemente de Lahire, contudo, rejeita toda e qualquer variante de sociologia disposicional. Alegando a emergência de uma ordem pós-tradicional na qual a incongruidade contextual emergiria como regra (ARCHER, 2011), a autora defende o afloramento de um alegado imperativo reflexivo em detrimento do modo habitual de ação (ARCHER, 2007, 2016).

No lugar das diretrizes básicas, os sujeitos tornam-se [no contexto pós-tradicional] cada vez mais dependentes das preocupações pessoais, as únicas guias da ação. A deliberação reflexiva é cada vez mais inescapável para se adotar um curso de ação capaz de realização: autointerrogação, automonitoramento e autorrevisão passam a ser necessários tendo em vista que cada um é alçado à condição de seu próprio guia. (ARCHER, 2011, p. 177).

Segundo Archer, o desenvolvimento sócio-histórico é mais bem compreendido enquanto um *continuum* morfostático-morfogenético, associando a ação habitual às formações sociais tradicionais, nas quais os sistemas culturais e sociais são marcados pela estabilidade (morfostase) devido à homogeneidade dos sistemas de crenças e valores. Nas sociedades modernas, fortemente diferenciadas e com referenciais culturais plurais, a elaboração estrutural (morfogênese) predominaria, demandando-se dos agentes uma postura reflexiva capaz de orientar suas escolhas e decisões.

A noção de conversação interna, mobilizada por Archer (2003, 2007, 2011), tem suas origens no pragmatismo norte-americano clássico de William James, Charles Pierce e George Mead, cujas formulações assumem contornos

diferenciados. Relacionadas a posturas reflexivas individuais demandadas em situações complexas ou inéditas para as quais a ação habitual não oferece respostas (ARCHER, 2003, 2011), as conversações internas foram pensadas por James (2007) como diálogos interiores que o *self* mantém consigo quando em foro íntimo fala com seus botões. Segundo tal entendimento, seriam mais bem classificadas como monólogos (VANDENBERGHE, 2016).

Alternativamente ao posicionamento assumido por James (2007), Peirce (1960) destaca a importância do horizonte temporal no qual se desenrola o processo de constituição do *self*. Influenciada pela semiótica de Peirce (1960), Archer (2003, 2007, 2011) compreende as conversações internas como um “processo trifásico básico em que o *self* pré-existente condiciona as atividades dialógicas do Eu conversacional, o qual molda e elabora, por sua vez, o Você do futuro” (VANDENBERGHE, 2010, p. 265).

A adesão à abordagem pierciana representa uma rejeição da autora à proposta de Mead (1962), cuja relevância atribuída à intersubjetividade nos processos de socialização e, portanto, na constituição do *self*, foi traduzida nos termos de um relacionamento dialógico estabelecido entre o Mim (*Me*) e o Eu (*I*). Para Archer, a compreensão do autor sufocaria a subjetividade em favor de um processo de hiperssocialização dos atores sociais. Em sua visão,

cada vez mais, os agentes navegam de acordo com o compasso de suas próprias preocupações pessoais. Essa crescente dependência de poderes pessoais, sejam eles empregados individual ou coletivamente, tem como contrapartida o declínio do outro generalizado e da socialização como um processo quase unilateral. (ARCHER, 2011, p. 176).

Para Mead (1962), em contrapartida, o processo de formação da consciência é exterior aos indivíduos, tendo início a partir do momento em que estes se dissociam da figura materna e reconhecem a sua individualidade. A partir de então passariam, segundo ele, a estabelecer interações simbolicamente mediadas com os outros significativos, cuja evolução se desenrola rumo à apreensão de normas, valores e outros aspectos do mundo exterior que, em seu conjunto, constituem a ordem social, ou o “outro generalizado”.

A possibilidade de auto-objetivação decorre na visão de Mead (1962) da capacidade de os indivíduos se perceberem nas atitudes daqueles com quem se relacionam. Da confrontação do ego e do *alter ego*, concretizada nas vivências e

experiências intersubjetivas, emerge a noção de *self* (VANDENBERGHE, 2010). A interiorização do mundo exterior pelos agentes é compreendida nesse caso como um processo que combina o estabelecimento de conversações externas com outros indivíduos e sua subsequente interiorização sob a forma de conversações internas nas quais refletem ativamente (MEAD, 1962).

Noção similar à de conversações internas foi mobilizada, ainda que tacitamente, nas proposições de Taylor (2013, p. 70, grifos do autor), para quem a “posição própria com relação ao bem [...] é sempre desafiada pelos novos eventos de nossa vida e vivem constantemente sob revisão potencial [...]. Assim, para nós a pergunta tem de ser não só onde *estamos* como também para onde *vamos*”. Diversamente de Archer (2003, 2007), contudo, Taylor (2013) frisa que os indivíduos, não obstante serem dotados da capacidade de refletir ativamente sobre os fundamentos subjacentes às suas ações e preferências, são incapazes de atuar na definição de tais bases. Seu potencial de escolha seria limitado, portanto, pelas concepções potencialmente disponíveis em decorrência de suas trajetórias biográfica e relacional, associadas, por sua vez, ao seu posicionamento social. Ao abordar a dimensão reflexiva, o autor privilegia a dimensão interpessoal, ao mesmo tempo em que reforça a importância dos constrangimentos impostos pelas estruturas sociais e pelos sistemas culturais, destacando, sobretudo, as capacitações oriundas da multiplicidade contextual moderna e dos poderes expressivos da linguagem.

Entre as críticas dirigidas à proposta da autora, destaca-se a assunção da reflexividade como “único mecanismo de mediação entre estrutura e agência” (CAETANO, 2011, p. 158), implicando o descarte da noção de disposições (MOUZELIS, 2008; CAETANO, 2011; VANDENBERGHE, 2010, 2016). As críticas contrapõem-se, portanto, à sobrevalorização da dimensão mental ou psíquica, e à correspondente subvalorização das condições materiais e simbólicas de existência, rejeitando-se, assim, a possibilidade de os indivíduos neutralizarem os condicionamentos exteriores oriundos do seu enquadramento sociocultural.

Segundo Vandenberghe (2016), a proposta de Lahire (2002, 2014) apresenta-se como possibilidade de inserir a ação habitual no quadro teórico de Archer (2003), reintroduzindo o agente no enquadramento social mais amplo. Em contrapartida, a noção de conversações internas representa uma resposta às críticas endereçadas à sociologia psicológica de Lahire (2002, 2014), referentes à

desconsideração da ação subjetivamente orientada. Conjugando-se ambas as visões, acredita-se ser possível contemplar de forma mais equilibrada os efeitos das dimensões estrutural, contextual e pessoal sobre as práticas individuais.

Considera-se, nesta pesquisa, que a articulação do referencial proposto por Souza (2012a) articulado às propostas de Lahire (2002) e Archer (2003), seja capaz de embasar, de forma contextual e historicamente situada, pesquisas relacionadas às trajetórias profissionais. A consideração das condicionantes estruturais e contextuais, aliada ao poder de agência, ainda que condicionado socioculturalmente, vai ao encontro das demandas do campo de estudos de carreira. O arcabouço resultante seria, a nosso ver, uma alternativa aos modelos propostos na literatura sobre carreira, ultrapassando, de forma articulada e consistente, os dualismos sujeito-objeto e agência-estrutura.

2.5.5

Reconhecimento social e trabalho

A demanda por reconhecimento social em decorrência, sobretudo, da valorização das diferenças individuais, é um dos traços fundamentais da mudança estrutural na passagem das sociedades tradicionais para a modernidade (SOUZA, 2000b; SAAVEDRA, 2007). Reconhecendo a relevância das lutas orientadas à autenticidade, compartilha-se aqui da posição assumida por Souza (2012a), segundo a qual o princípio da dignidade continua sendo de fundamental importância no contexto atual, sobretudo em contextos periféricos, nos quais não são asseguradas a um contingente significativo de indivíduos as condições de comum humanidade (VANDENBERGHE, 2016).

Pressupõe-se que a regressão verificada atualmente do conjunto de direitos sociais e trabalhistas de natureza objetiva, combinada com a restrição crescente do potencial de realização na esfera do trabalho das capacidades, habilidades e desejos individuais, comprometem as potencialidades de autorrealização dos indivíduos. Violam-se, conseqüentemente, não só os princípios universais relacionados à busca da igualdade e justiça social, vinculados, sobretudo, à esfera legal, mas também o sentimento de solidariedade idealmente demandado dos membros de uma comunidade, associado nesse caso à esfera metajurídica (SOUZA, 2000b).

Optou-se por adotar a Teoria Crítica do Reconhecimento proposta por Honneth (2003, 2007) não só pelo fato de ela abranger, simultaneamente, os princípios da dignidade e da autenticidade, mas também por assumir a dimensão do trabalho como categoria central, associando-a com aquela de reconhecimento social. Em linha com Taylor (2013), Honneth busca em Hegel (1997) as bases para avançar a tese segundo a qual o reconhecimento intersubjetivo se constitui no pressuposto central da vida em sociedade. Segundo este autor, o progresso social corresponderia à progressão moral em dada sociedade. Tal “evolução” traria, em seu bojo, a expansão da cidadania em três níveis: individual, político e social.

Ainda que tome por base as três esferas de reconhecimento delineadas por Hegel (1997) – amor, direito e solidariedade, correspondentes aos domínios da família, do Estado e da sociedade civil –, Honneth (1993) afasta-se da concepção de reconhecimento social proposta pelo filósofo alemão, definida “como o desenvolvimento de uma subjetividade metafísica que se diferencia e retorna a si mesma segundo um processo evolutivo monológico” (SOUZA, 2000b, p. 151). Fundado nos arcabouços teóricos propostos por Mead (1962) e Habermas (1973), Honneth (1993) adota uma perspectiva que destaca o papel da intersubjetividade na construção de si, em que a categoria reconhecimento social emerge como pedra angular cuja ausência na convivência social é associada à emergência de identidades fragmentadas.

Recorrendo a uma abordagem dialógica em lugar de metafísica, propõe uma gramática do reconhecimento composta pelas esferas do amor, do direito e da solidariedade, correspondentes em sua visão às capacidades humanas de autoconfiança, autorrespeito e autoestima (HONNETH, 2003). À falta de reconhecimento corresponde, em sua visão, a emergência de identidades fragmentadas, associadas ao sofrimento individual de diferentes formas de desrespeito, por sua vez relacionadas à noção de patologias sociais. Distintas formas de desrespeito afrontariam as distintas formas de autorrelação, envolvendo situações como: (1) violações corporais, a exemplo de maus tratos e estupro, que ao atingirem a integridade psíquica dos indivíduos minam a autoconfiança individual – a ausência de reconhecimento, nesse caso, alcançaria diretamente a esfera familiar e, assim, as relações afetivas primárias; (2) a privação de direitos em condições equânimes, afetando negativamente o autorrespeito; (3) a injúria e a

degradação moral de toda sorte, atingindo frontalmente a autoestima ou autovalorização individual (HONNETH, 2003).

Apresenta-se no Quadro 1, a seguir, em base esquemática, a inter-relação entre aqueles aspectos da Teoria Crítica do Reconhecimento (HONNETH, 2003) julgados mais relevantes para os fins desta pesquisa.

Quadro 1 – Teoria crítica do reconhecimento: quadro sumário

Domínio social	Esferas de reconhecimento	Cidadania	Modalidade de autorelacionamento	Formas de desrespeito
Família	Amor	Individual	Autoconfiança	Maus tratos (ex: violência corporal)
Estado	Direito	Política	Autorrespeito	Desigualdade de direitos
Sociedade civil	Solidariedade	Social	Autoestima	Injúria e degradação moral

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Em linha com as gerações anteriores da tradição da Teoria Crítica, nomeadas, por vezes, primeira e segunda geração da Escola de Frankfurt, uma preocupação central de Honneth (2003) é com o potencial de emancipação inscrito em uma dada sociedade. Em sua visão, ainda que atos localizados de resistência possam ocorrer em resposta às distintas modalidades de desrespeito, efetivos potenciais de mudança estariam condicionados à organização coletiva de sujeitos atomizados, unidos por um propósito comum.

Defende-se, nesta tese, que a função político-ideológica intrínseca ao processo de reificação de conceitos como mérito, desempenho individual e agência, subjacente a uma boa parte das novas modalidades de carreiras, com destaque para as sem fronteiras e proteana, é inviabilizar a reunião de indivíduos em busca do seu reconhecimento social. Em linha com Boltanski e Chiappello (2009), não se quer com o referido argumento afirmar a existência de um processo manipulatório consciente cujo intuito declarado é prejudicar segmentos específicos da sociedade; tampouco eximir de responsabilidade os indivíduos que contribuem com suas ações e inações, em maior ou menor grau, para o reforço do referido processo de reificação.

Intenciona-se, tão somente, ilustrar os efeitos deletérios, sobretudo em termos psíquicos e morais, que a autoculpabilização exerce sobre aqueles indivíduos desprovidos das disposições psicossociais para se inserir e se desenvolver no mercado competitivo. Ademais, ao se autoresponsabilizarem pelo seu próprio destino, estes sujeitos distanciam-se daquele sentimento de injustiça

social que nutrido primeiramente em foro íntimo e depois com outros que vivenciam situações assemelhadas, pode representar a faísca capaz de acender a luta por reconhecimento social, seja em busca de autenticidade, seja em busca de dignidade. A estruturação do movimento sindical em resposta às reiteradas práticas de desrespeito verificadas no mundo do trabalho, sobretudo, no século XIX na Europa, pode ser compreendida, nesse sentido, como uma manifestação exemplar de um processo emancipatório socialmente organizado, traduzido nos termos de uma luta por melhores condições de vida no trabalho e fora dele.

Uma vez finalizado o percurso teórico a partir do qual foram derivadas as categorias iniciais de análise utilizadas nesta pesquisa, apresentam-se, em seguida, considerações relativas ao aspecto metodológico.

3 METODOLOGIA

3.1 Introdução

A postura metodológica adotada por um pesquisador relaciona-se tanto com o objeto alvo de análise quanto com o seu interesse particular, de sorte que a adoção de uma abordagem narrativa nesta pesquisa deu-se pelo entendimento de que as experiências subjetivas constituem-se não apenas em via de acesso privilegiado aos sistemas de percepções e significações individuais (DENZIN; LINCOLN, 2010), mas também às estruturas e aos processos objetivos que condicionam “formas particulares de vida material, produção e reprodução, trabalho e consumo” (BERTAUX, 1999, p. 6).

Mais do que reflexo fiel das experiências vividas pelo narrador (biografia em si), as histórias de vida refletem um recorte particular, ou uma versão representada, de uma trajetória individual, sendo particularmente fecundas para suportar a análise de processos de mudança, mobilidade e exclusão social, de sociabilidades e de trajetórias profissionais (BARROS; LOPES, 2014). “História subjetivada” ou “subjetivação histórica” (PONTES, 2015, p. 90), as narrativas são pensadas nesta pesquisa como via de acesso indireto e não linear às múltiplas determinações contextuais e individuais que, inter-relacionadas, condicionam a construção das carreiras profissionais.

Assume-se como pressuposto que as histórias de vida extrapolam o conjunto de condições de existência comuns – materiais e simbólicas –, abarcando experiências particulares que, ao conferirem unicidade à trajetória individual, refletem a diversidade de horizontes de possibilidades associadas a dada condição social de origem. Admitindo que as trajetórias de vida não se igualam em virtude da similitude dos seus pontos de largada e chegada, acredita-se ser necessária uma microanálise do percurso trilhado pelas entrevistadas com vistas a compreender, entre outras coisas, a natureza dos pontos de inflexão (HUGHES, 2005) ou *turning points* (HODKINSON, 2008; HODKINSON; SPARKES, 1997) presentes em suas trajetórias.

Outro aspecto que motivou a presente escolha foi a função de historicidade das histórias de vida (FERRAROTTI, 2007), intimamente associada à relevância

da dimensão temporal ou sincrônica de análise para os estudos de carreira (HUGHES, 1937; MOORE; GUNZ; HALL, 2007). Mais do que refletir a realidade social como um conjunto de fatos objetivos e transparentes narrados cronologicamente pelo sujeito, as histórias de vida retratam o sentido singular que este atribui à sua trajetória, incorporando, assim, a mediação da objetividade pela subjetividade (DIOGO; MAHEIRIE, 2008). A função de historicidade implica que o relato de vida, incompleto na dimensão factual, seja dotado de unicidade no plano simbólico, haja vista a busca dos sujeitos por representar de forma crível suas trajetórias, dotando-as, conseqüentemente, de coerência e significação (RICOEUR, 1980).

A presentificação da experiência vivida faculta, ao “sujeito da narrativa, ‘trabalhar’ sua vida, reconstruir o que foi vivido, ressignificá-lo e mudar a sua relação com sua história”, permitindo, em última instância, a “[...] ‘liberação’ de alternativas que tinham sido mascaradas pela ordem das coisas” (BARROS; SILVA, 2014, p. 138). Dotado de um excedente de significação, o ato de narrar tem, portanto, o condão de revelar condicionamentos simbólicos e estruturais que, histórica e contextualmente situados, influenciam causalmente as trajetórias individuais. A apropriação da história pelos indivíduos constitui-se, potencialmente, em um ato de refazimento (CHAUÍ, 1987), possibilitando-lhes, por intermédio da apropriação consciente de sua história, compreender e (re)negociar as condições de existência que lhes são próprias.

os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora: é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”. (CHAUÍ, 1987, p. xx).

Por meio de um processo de (re)elaboração de sua história, assentado sobre o alargamento da linguagem, acredita-se que os indivíduos possam efetuar distinções qualitativas sobre o seu modo de ser no mundo, avaliando, criticamente, a visão que têm de si e da realidade social circundante. Agindo dessa forma, constituem-se em avaliadores fortes (TAYLOR, 2007), passíveis de exercitar suas ações, seus sentimentos e suas escolhas para além dos limites da ação habitual, ou rotineira, dando vazão à dimensão identitária, por vezes tão esquecida. Abrem-se, conseqüentemente, possibilidades de transmutação do ator em autor, do indivíduo em sujeito.

A adoção das histórias de vida no processo de investigação científica associa-se, por vezes, ao interesse do pesquisador em dar voz àqueles sujeitos silenciados em decorrência da sua posição subordinada na hierarquia social, decorrendo daí sua função emancipatória (BARROS; LOPES, 2014). Ao abrir caminhos para a elaboração de projetos alternativos de futuro, as histórias de vida acabam por representar, ao menos enquanto potencialidade, o embrião de um processo de mudança.

Considerou-se, para fins de operacionalização do processo de coleta e análise de informações desta pesquisa, a adoção de pressupostos e procedimentos sugeridos por Lahire (2004). O recorte do objeto de pesquisa, em linha com a proposta do autor, resultou na adoção de múltiplas entrevistas com cada interlocutor, com vistas a “isolar” determinadas classes de contextos e assim facilitar a (re)construção da gênese do seu patrimônio de disposições.

Adota-se, do ponto de vista ontológico, o realismo crítico, assumindo-se que tanto as disposições quanto o poder de agência dos atores sociais podem ser interpretados como mecanismos gerativos que condicionam as trajetórias sociais dos atores, inclusive em sua dimensão profissional. O recurso às histórias de vida constitui-se, nesta pesquisa, em um modo de acesso a essas microestruturas, bem como a processos e estruturas nos níveis meso e macro, capazes de auxiliar na compreensão de uma realidade social multifacetada como as carreiras. Nos termos propostos por Smith e Elger (2014, p. 119):

Para os realistas [...] as entrevistas provêm uma rota para acessar não apenas atitudes e emoções dos informantes, mas crucialmente um conjunto rico de eventos, experiências, e condições ou processos subjacentes, que representam diferentes facetas de uma realidade social complexa e estratificada.

Este capítulo foi estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. A seguir, são retratados alguns aspectos julgados centrais à compreensão do realismo crítico, perspectiva ontológica adotada neste projeto. Apresentam-se, posteriormente, considerações gerais sobre o método histórias de vida, descrevendo alguns de seus pressupostos centrais, um breve detalhamento do seu desenvolvimento ao longo do tempo, bem como exemplos de seu uso no cenário nacional e internacional, com destaque para os estudos organizacionais. Em seguida, são descritos os critérios de seleção dos informantes, para então adentrar a seção que abordará os aspectos relativos à operacionalização do processo de

coleta e análise das informações. Por fim, destacam-se algumas das limitações do percurso metodológico pretendido.

3.2

Realismo crítico: considerações iniciais

O realismo crítico é uma filosofia da ciência cuja origem remonta aos trabalhos do filósofo indiano Roy Bhaskar, em especial aos seus escritos seminais *A realist theory of science* (1975) e *The possibility of naturalism* (1979). Sua emergência pode ser situada no bojo de um “movimento de síntese” (DOMINGUES, 2004, p. 57) ou, ainda, de um “novo movimento teórico” (ALEXANDER, 1987), surgido nas décadas de 1970 e 1980, cujo intuito central era a superação das oposições micro-macro, sujeito-objeto e agência-estrutura, vigentes nas ciências sociais. Podem ser destacadas, no âmbito desse movimento, outras perspectivas teóricas como a teoria prática de Pierre Bourdieu (1990), o estruturacionismo de Anthony Giddens (2009) e a teoria da ação comunicativa de Habermas (2012). Diversamente do caminho trilhado por abordagens voluntaristas e deterministas que privilegiam, respectivamente, as primeiras e as segundas componentes das referidas oposições, o realismo crítico busca articulá-las, reconhecendo sua mútua influência na constituição da realidade social. As dimensões subjetiva e objetiva passam a ser tratadas, portanto, não mais como posições opostas em um dualismo, mas como partes constitutivas de uma dualidade.

Apoiando-se na caracterização proposta por Collier (1994), Hamlin (2000) destaca quatro traços essenciais à tipificação das diferentes vertentes realistas. Ressalta, em primeiro lugar, a objetividade, ou seja, a existência de um objeto independentemente do seu conhecimento. A falibilidade expressa, por seu turno, o caráter temporário do conhecimento, sujeito a refutação em virtude de novas evidências. Tomadas conjuntamente, essas duas características são centrais ao positivismo. Os traços restantes julgados pela autora como necessários à caracterização do realismo crítico são a transfenomenalidade e a contrafenomenalidade. Ao passo que aquela aponta para uma realidade estratificada, esta postula que, ao mergulhar nos elementos dos estratos mais profundos da realidade, o pesquisador defronta-se com mecanismos, disposições e estruturas subjacentes que, expressos na forma de tendências e contratendências,

auxiliam no reconhecimento e desvelamento do caráter multifacetado da realidade social (HAMLIM, 2000). Por fim, ressalta-se que o realismo crítico, ao considerar as dimensões intransitiva (teórica) e transitiva (prática) do conhecimento, o faz segundo um processo recursivo, privilegiando uma lógica abdutiva de pesquisa.

3.2.1

Realismo crítico: estratificação, emergência e causalidade

Os realistas críticos, à semelhança de Giddens, defendem a necessidade de se considerarem, nas ciências sociais, questões de natureza “mais ontológicas” (GIDDENS, 2009, p. xx), voltadas à compreensão dos mecanismos e estruturas gerativas que, subjacentes à estrutura social, (re)produzem-na. A descoberta dos poderes causais de tais mecanismos e estruturas, em vez da regularidade de sua incidência, consiste no interesse central da pesquisa realista crítica, objetivando-se, alternativamente à proposição de leis universais, a elucidação progressiva e contínua da situação ou do objeto alvo de análise, cujo resultado final permite alcançar o *status* de generalizações teóricas.

A primazia da dimensão ontológica sobre a epistemológica está no cerne do realismo crítico (SAYER, 2004; ACKROYD; KARLSSON, 2014). Ao passo que o alinhamento a uma ontologia realista associa-se ao reconhecimento da existência de uma realidade estratificada, o “relativismo epistemológico” aponta para um posicionamento favorável ao pluralismo de formas de aceder ao conhecimento acerca do mundo social. Consequentemente, os pesquisadores realistas críticos utilizam distintas metodologias qualitativas, quantitativas e multimétodo no processo de investigação social (ACKROYD; KARLSSON, 2014).

Quanto ao aspecto epistemológico, Sayer (2004) ressalta a impossibilidade de se adotarem métodos prototípicos das ciências naturais para acessar a dimensão hermenêutica da realidade social. Considerando que a significação dos fenômenos sociais atua decisivamente na sua constituição, assume-se nesta pesquisa que o pesquisador deve buscar interpretá-los, não meramente descrevê-los, com vistas a uma melhor compreensão do caráter multifacetado e complexo da realidade social. Ressalta-se, todavia, a necessidade imperiosa de se reconhecer a influência da dimensão material na dinâmica dessa mesma realidade.

O realismo crítico assume que a realidade é composta por três domínios distintos: o empírico, o factual e o real (BHASKAR, 1979, 2014; HAMLIM, 2000, SAYER, 2004, O'MAHONEY; VINCENT, 2014). A dimensão empírica refere-se à realidade percebida pelas “experiências sensoriais e percepções” (O'MAHONEY; VINCENT, 2014) ou “observações diretas” (HAMLIM, 2000), correspondendo, nesta pesquisa, aos fatos e sentidos narrados pelas informantes, bem como aqueles observados na situação da entrevista. Já o domínio real compreende os mecanismos e estruturas subjacentes – micro, meso e macro – cujos poderes causais, quando ativados, podem resultar na emergência de eventos ou fenômenos – domínio factual –, cuja ocorrência pode ou não corresponder à percepção ou observação imediata. Nesse sentido, as carreiras podem ser vistas como “um fenômeno” cujos mecanismos e estruturas gerativas estão dissociados, em maior ou menor grau, das razões apresentadas tanto pelos narradores quanto pelo discurso dominante, uma vez que em ambos os casos tende-se a supervalorizar o poder de determinação individual.

Apesar de propor “que um mundo objetivo existe independentemente das percepções, da linguagem e da imaginação das pessoas”, o realismo crítico o faz sem desconsiderar “que parte deste mundo consiste de interpretações subjetivas que influenciam a forma como este é percebido e experimentado” (O'MAHONEY; VINCENT, 2014, p. 2-3). Ao levar em conta a agência humana e as restrições estruturais impostas aos agentes, o realismo crítico rejeita o entendimento segundo o qual os sujeitos se limitam a epifenômenos das estruturas sociais. Nas palavras de Bhaskar (1979, p. 109), “o agente deve ser entendido como um [ente] particular que é o centro ou a origem de determinados poderes, como qualquer coisa que seja capaz de operar uma mudança em algo (inclusive em si próprio)”.

O realismo crítico reconhece, ainda, a relação dialética entre aspectos discursivos e não discursivos, responsáveis, em última instância, pelos processos de produção, reprodução e mudança social. Apesar de partilhar da noção de *descentramento* do sujeito, os realistas críticos o fazem defendendo a existência de uma realidade externa à dimensão discursiva, negando, assim, teses que asseveram a dissolução do sujeito em uma existência pautada unicamente pela dimensão semiótica. Nas palavras de Fairclough, Jessop e Sayer (2002, p. 13):

o aspecto crítico [da linguagem] (p. ex. “análise crítica de discurso”) concerne à verdade, veracidade e propriedade dos textos, sua produção e sua interpretação. Isto é, está preocupado com o relacionamento entre a semiótica e os aspectos materiais e sociais do mundo social; as pessoas e as suas intenções, crenças, desejos, etc.; e as relações sociais.

A influência do *habitus* como elemento de mediação social que condiciona as práticas dos atores sociais também é reconhecida pelos realistas críticos como mecanismos e estruturas gerativas que operam na dinâmica constitutiva dos fenômenos sociais (SAYER, 2005), constituindo-se em mais um fator de alinhamento com o delineamento desta pesquisa.

3.3

História de vida: considerações gerais

Um dos pressupostos assumidos nesta pesquisa é a influência e a inter-relação das dimensões biográfica, intersubjetiva, organizacional e estrutural na escolha e no desenvolvimento das carreiras profissionais. *Acompanhar* sujeitos de carne e osso por meio da narração de suas histórias de vida exprime a opção pessoal de acessar a realidade social investigada por intermédio de uma abordagem micro-sócio-biográfica de pesquisa (VANDENBERGHE, 2016a). Por trás dessa escolha está a crença de ser falaciosa a oposição reinante entre indivíduo e sociedade, compartilhando-se do entendimento avançado por Lahire (2008, p. 385) segundo o qual não haveria “nada mais geral do que o singular”.

A escolha reflete ainda a intenção de se adotar um processo sociológico que combina observação e reflexão, refletindo, nos termos de Bertaux (1999), um enfoque biográfico. Mais do que coletar dados ou capturar histórias pessoais, o que se procura é “dar conta das influências socioculturais naquilo que o indivíduo é e faz” (BRANDÃO, 2007, p. 1). As narrativas emergem como uma ponte que insere a história individual no âmbito de uma história coletiva mais ampla, possibilitando ao pesquisador compreender as determinações históricas que, invisíveis aos agentes, condicionam as suas trajetórias. Nos termos propostos por Barros e Silva (2014, p. 140),

as histórias individuais mostram-nos [...] uma cultura, um meio social, um esquema de valores e ideologia, já que, enquanto membro de uma coletividade – família, organização, classe social –, o sujeito se encontra constantemente em interação com essas coletividades. Ele faz parte de uma história coletiva.

A centralidade atribuída à subjetividade daquele que narra não implica, no entanto, a adesão irrestrita a pressupostos construcionistas, mas sim a relação dialética entre as realidades material e simbólica. A valorização desta última dimensão é sinal do reconhecimento de que, em maior ou menor grau, “se um homem define uma situação como real, ela se torna real em suas consequências” (THOMAS apud BECKER, 1996, p. 179).

A opção pelo enfoque biográfico tampouco significa a adesão cega às razões mobilizadas pelos agentes que, mediadas pela experiência vivida e/ou representada, e perpassadas pelo senso comum, dão conta da visão que têm de si e do mundo. A despeito de ser fonte de conhecimento inestimável, esse manancial de informações e representações não se confunde com conhecimento científico, cuja construção depende, em última instância, da atuação do pesquisador, que, de posse das narrativas, deve analisá-las à luz dos feixes de relações sociais que, ao perpassar os indivíduos, condicionam suas trajetórias.

O reconhecimento das condições subjetivas e objetivas envolvidas na situação da entrevista traz consigo implicações importantes. Correspondendo a uma microrrelação social, tal ocasião é atravessada pela assimetria inerente à relação entrevistador-entrevistado, demandando daquele uma postura ativa com vistas ao estabelecimento de uma convivência entre as partes pautada em uma relação de confiança. Espera-se, dessa forma, que a criação de uma “corrente empática” possa suspender, ainda que momentaneamente, as “assimetrias culturais” (FERRAROTTI, 2007, p. 27), ensejando um ambiente de reciprocidade pautado pela confiança mútua. Ainda segundo este autor, “entre os investigadores e os ‘objetos’ da investigação deve instaurar-se uma relação significativa, uma autêntica interação”, a ponto de se poder falar que “as histórias de vida ajudam a compreender que em uma investigação social todo investigador é também um investigado” (FERRAROTTI, 2007, p. 17).

Ao ultrapassar o registro objetivo da narrativa, a história de vida envolve todo um conjunto de interesses, sentimentos e significações que falam diretamente à subjetividade do narrador. O papel do pesquisador, enquanto partícipe do processo de coconstrução da história de vida narrada, é outro elemento característico do enfoque biográfico de pesquisa. A necessidade de auto-objetivação de sua parte reflete a demanda por vigilância epistêmica no processo

de pesquisa (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBERON, 2007), implicando o reconhecimento do lugar de onde fala e, conseqüentemente, das disposições, dos conceitos e dos preconceitos que carrega para o processo de investigação social (BERTAUX, 1999), com vistas a minimizar o seu impacto.

Importante ressaltar, por fim, que o trabalho realizado a quatro mãos reflete uma dupla hermenêutica, de forma que as interpretações do entrevistado emergentes no processo de pesquisa servem de base à hermenêutica de segunda ordem empreendida pelo pesquisador (BERTAUX; THOMPSON, 2003).

3.3.1

Condições históricas de emergência

O emprego das histórias de vida como ferramenta de investigação sociológica data das primeiras décadas do século XX, com destaque especial para os trabalhos desenvolvidos pelos sociólogos da primeira geração da Escola de Chicago. Se anteriormente o recurso biográfico e o autobiográfico faziam-se presentes, sobretudo, no meio literário, foi com a publicação de *The Polish peasant* (THOMAS; ZANIECKI, 1918-1920) que as histórias de vida “passaram a ter status sociológico” (BARROS; SILVA, 2014, p. 133).

Após uma vintena de trabalhos, essa tradição de pesquisa sofreu um duplo revés. Em primeiro lugar, o surgimento da segunda geração de acadêmicos da Escola de Chicago, sob a liderança de Hughes, correspondeu à descontinuidade da utilização das histórias de vida como meio de acesso à realidade social, substituída por uma abordagem de cunho etnográfico que privilegiava a observação participante e a entrevista situacional. Igualmente relevante foi a eclosão da hegemonia positivista após o final da Segunda Guerra Mundial, coincidente com o deslocamento do centro de conhecimento sociológico da Europa para os Estados Unidos.

Dinâmica e composta por ciclos e viradas, as ciências sociais assistiram nos idos da década de 1970 à retomada do interesse em pesquisas interpretativas, merecendo destaque o surgimento da História Nova – que, ao opor à história dos grandes feitos a problematização da história a partir do ponto de vista dos vencidos, conferiu à historicidade um valor central –, bem como do conceito semiótico de cultura avançado, entre outros, pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1989). Nessa esteira, verificou-se a retomada do recurso às

histórias de vida como “matéria-prima do trabalho sociológico” (BRANDÃO, 2007), especialmente a partir da publicação, na década de 1970, dos trabalhos de Daniel Bertaux (1979) e de Franco Ferrarotti (1975). Rejuvenescida pelo tempo, essa abordagem ressurgiu marcada pela dissociação da tradição do interacionismo simbólico, representada pelos trabalhos produzidos pela Escola de Chicago nas décadas de 1920 a 1940.

3.3.2

Fronteiras disciplinares e múltiplas perspectivas

O IX Congresso Mundial de Sociologia, ocorrido em Upsalla no ano de 1978, constituiu-se em um símbolo do vigor com que ressurgiu o enfoque biográfico nas ciências sociais. A diversidade que permeou o conjunto de pesquisas apresentadas, consoante o Quadro 2, manifestou-se não só na multiplicidade de linhas de pensamento que se fizeram presentes, mas também na pluralidade de disciplinas representadas e de meios sociais e objetos teóricos estudados.

Quadro 2 – História de vida: múltiplas possibilidades

Aspecto	Variantes
Escolas de pensamento	Marxismo sartriano (Ferrarotti), neomaterialismo (Wallerstein), estruturalismo (Bertaux e Bertaux Wiame), empiricismo (Kemeny, Lefebvre-Girouard, Karpatis, Léomant), teoria dos papéis (Luchterhand), hermenêutica (Kohli), interacionismo simbólico (Denzin) e correntes outras inspiradas em Max Weber (Camargo), Louis Dumont (Catani) e Fernand Dumont (Gagnon).
Disciplinas	Antropologia (Elegoët), história social (Thompson, Syngé, Bertaux-Wiame), psicologia social (Hankiss) e psico-história (Elder), além da sociologia.
Meios sociais	Camponeses, trabalhadores sazonais, trabalhadores, artesãos, industriais, elites, delinquentes jovens, viciados em heroína, além da evocação a um campo de concentração.
Objetos estudados	Cotidiano, imagem de si, valores, conflitos de papéis, história psicológica, trajetórias de vida (maior incidência), estilos de vida e estruturas de produção.

Fonte: Bertaux (1999)

Nota-se, portanto, um contraste significativo em relação ao cenário anterior, “singularmente monocromático” e “polarizado”, refletindo, respectivamente, a dominância da corrente interacionista simbólica e o foco de pesquisa orientado majoritariamente às realidades sociais julgadas anômalas ou desviantes (BERTAUX, 1999, p. 5).

No cenário brasileiro, destaca-se, em virtude da contribuição para a difusão da utilização das histórias de vida nas ciências sociais, a obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (BOSI, 1987). A centralidade atribuída à dimensão do trabalho aparece como elemento primordial nessa e em muitas outras pesquisas, especialmente nos campos da psicologia social e da sociologia, revelando o recurso às histórias de vida como meio de produção de conhecimento acerca do mundo real do trabalho, provendo acesso às condições objetivas vivenciadas pelos sujeitos e à significação que atribuem a si e ao trabalho que realizam (BARROS; SILVA, 2014).

Muitos desses trabalhos dirigem o olhar para contextos laborais precários, destacando-se, entre outras, pesquisas cujo foco de análise recaiu na atividade produtiva de trabalhadores em canaviais (SILVA; BARROS, 2014), de inspetores ferroviários (RABELO; BARROS; CUNHA, 2014) e de serventes da construção civil (SANTOS; BARROS, 2011), além da investigação de trajetórias de egressos do sistema prisional (BARBALHO; BARROS, 2014) e de traficantes de drogas (FARIA; BARROS, 2011).

Nos estudos de carreira, em particular, o enfoque biográfico vem sendo alvo de utilização sistemática, sobretudo por teóricos nos campos da psicologia e da educação, sendo ainda residual a sua utilização no campo da administração (CLOSS; OLIVEIRA, 2015; DELUCA; OLIVEIRA, 2016). No tópico seguinte, aborda-se a utilização do enfoque biográfico nesse campo, privilegiando-se não apenas os trabalhos que tratam diretamente da temática carreira, mas também aqueles que, ao tratar de temas como identidade e subjetividade, o fazem tangenciando trajetórias profissionais.

3.3.3

História de vida e os estudos organizacionais

A crescente utilização, no âmbito dos estudos organizacionais, de abordagens narrativas, em geral, e de histórias de vida, em particular, fala diretamente com o crescente interesse pela dimensão subjetiva de análise, com destaque para os temas identidade e subjetividade. No contexto internacional, particularmente nos estudos associados à vertente construtivista fraca⁵, as

⁵ Incluem-se, nesse registro, aquelas vertentes teóricas cujo reconhecimento das condicionantes sociais nos destinos individuais não implica a dissolução do sujeito, como por exemplo o

narrativas emergiram, sobretudo, como métodos de coleta de dados analisados sob uma ótica interpretativa (CZARNIAWSKA, 1994; BROWN, 2006). He e Brown (2013), por sua vez, destacam o uso de narrativas com especial ênfase nos estudos sobre identidade nas organizações, seja como fonte de informação, seja como método de análise de dados ou como inspiração teórica.

No contexto nacional, a adoção das histórias de vida mostra-se ainda tímida, apesar de crescente a partir da segunda metade dos anos 2000 (CLOSS; ANTONELLO, 2011). A exemplo do ocorrido no cenário internacional, nota-se na literatura brasileira a presença de uma multiplicidade de vertentes teóricas e de disciplinas que vem adotando as histórias de vida em suas pesquisas, bem como de objetos/temas e sujeitos estudados.

Um levantamento sistemático dos artigos publicados no período de 2010 a 2017 na base de dados Spell classificados com conceito superior a B2 (CAPES, 2014) revelou a utilização das histórias de vida em pesquisas alinhadas as mais variadas orientações teórico-epistemológicas: do interacionismo simbólico (CLOS; OLIVEIRA, 2015; DELUCA; OLIVEIRA, 2016) à teoria crítica (CLOSS; ANTONELLO, 2011, 2014; MARGOTO; BEHR; PAULA, 2010; SANTOS; OLIVEIRA, 2015), passando pela abordagem interpretativa (BONILHA; SACHUK, 2011; FISCHER et al., 2006; TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015) e por vertentes construcionistas fracas, alinhadas a tradições como o pragmatismo (FERREIRA; GODOY, 2015), o pós-modernismo (BISPO; DOURADO; AMORIM, 2013) ou que combinam múltiplas tradições. Destaca-se, nesse último caso, a pesquisa elaborada por Mendes e Ichikawa (2010), cuja abordagem teórica conjugou o estruturacionismo de Giddens, a hermenêutica de Heidegger, a dialética de Hegel e a abordagem reticular de Castells. Por fim, abordagens construcionistas fortes, pautadas pela inter-relação entre processos de subjetivação e descentramento do sujeito, aparecem representadas por pesquisas que adotam um viés pós-estruturalista (LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013; SOUZA; PEREIRA, 2013) e abordagens mistas, a exemplo do estudo

estruturacionismo (GIDDENS, 2009), o construcionismo social (BERGER; LUCKMAN, 2014), o pragmatismo norte-americano (JAMES, 2007; MEAD, 1962; PEIRCE, 1960), a sociologia da crítica (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009), a teoria da prática (BOURDIEU, 1990) e a teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 2012). Foram também enquadrados sob esse rótulo alguns trabalhos que se autodenominam pós-modernos, mas que não compartilham do pressuposto de determinação irrestrita dos atores sociais, à semelhança de muitas das pesquisas alinhadas à vertente pós-estruturalista.

desenvolvido por Tonon e Grisci (2015), que conjugou influências marxistas e pós-estruturalistas.

Quanto às influências disciplinares, nota-se, além da presença recorrente da sociologia, da psicologia social e dos estudos organizacionais, o recurso à filosofia (LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013; MENDES; ICHIKAWA, 2010; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013; TONON; GRISCI, 2015), à antropologia (CASSANDRE; AMARAL; SILVA, 2016; TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015), à geografia (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015), à psicanálise lacaniana em conjunto com a teoria disposicionalista bourdieusiana (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013), à história (VERGARA; SILVA; GOMES, 2004) e à educação (CLOSS; ANTONELLO, 2011, 2014).

No rol de sujeitos estudados, além do foco tradicional dirigido a executivos e dirigentes (CLOSS; ANTONELLO, 2011, 2014; CLOSS; OLIVEIRA, 2015; FISCHER et al., 2006; LOPES; CARRIERI; SARAIVA, 2013; TONON; GRISCI, 2015; VERGARA; SILVA; GOMES, 2004) e a docentes e discentes (SANTOS; OLIVEIRA, 2015), incluem-se outros públicos representados por minorias raciais (CASSANDRE; AMARAL; SILVA, 2016) e de gênero (SOUZA; PEREIRA, 2013), artesãs (BONILHA; SACHUK, 2011), pequenos produtores rurais (MENDES; ICHIKAWA, 2010; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2013), empregadas domésticas (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015) e lideranças do movimento *hip-hop* (BISPO; DOURADO; AMORIM, 2013). Outras pesquisas enfocaram, ainda, trabalhadores em restaurantes (FERREIRA; GODOY, 2015), em estúdios de tatuagem (DELUCA; OLIVEIRA, 2017) e, ainda, indivíduos que efetuaram a transição de organizações pautadas por uma lógica instrumental para atividades “fora do domínio burocrático” (MARGOTO; BEHR; PAULA, 2010, p. 115).

Os objetos pesquisados também apresentaram grande diversidade, abarcando os temas identidade (MENDES; ICHIKAWA, 2010; BONILHA; SACHUK, 2011; TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015; CASSANDRE; AMARAL; SILVA, 2016), aprendizagem organizacional (FERREIRA; GODOY, 2015), carreira (CLOSS; OLIVEIRA, 2015; DELUCA; OLIVEIRA, 2016) e, ainda, uma análise da ontologia do campo da administração em tempos de capitalismo flexível, com vistas a identificar as concepções de administração e

administrador por parte de alunos, professores e executivos (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

Interessante notar que a referida multiplicidade se esvai quando se limita o escopo de análise àquelas pesquisas que focam a carreira como objeto central de estudo. Cabe observar que ambos os artigos que optaram pelo uso da história de vida enquanto percurso metodológico alinham-se à perspectiva interacionista simbólica. Se, em um dos casos, o que se buscou compreender foram as influências contextuais e individuais, bem como sua inter-relação, na construção da carreira de tatuador em um contexto regional (DELUCA; OLIVEIRA, 2016), no segundo buscou-se identificar as influências exercidas pelos múltiplos contextos – sociais, econômicas, culturais, familiares e organizacionais – e pela agência sobre as trajetórias profissionais de executivos brasileiros (CLOSS; OLIVEIRA, 2015).

Nota-se, portanto, um *gap* nos estudos de carreira no contexto nacional, referente à adoção de perspectivas alternativas ao *mainstream*, sejam essas funcionalistas, sejam interpretativas, que assumam como interesse primordial de pesquisa objetos/sujeitos de pesquisa que extrapolem tanto aquelas carreiras desviantes – alvo tradicional da perspectiva interacionista simbólica – quanto as gerenciais, profissionais e hierárquicas, estudadas à exaustão. Outro ponto relevante diz respeito à necessidade de se combinarem as dimensões sociossimbólica e socioestrutural de análise, com vistas à identificação dos processos e estruturas que contribuem para a produção, reprodução e transformação da estrutura ocupacional.

Neste capítulo, até a presente seção, tratou-se de aspectos de natureza substantiva, referentes ao percurso metodológico proposto. Do próximo tópico em diante, abordam-se aspectos operacionais da pesquisa, contemplando pressupostos e procedimentos associados aos critérios norteadores do processo de seleção dos informantes, ao racional proposto para o processo de coleta e análise da realidade social retratada pelas histórias de vida recolhidas, e aos limites da abordagem biográfica adotada.

3.4

Seleção dos informantes

O recorte adotado nesta pesquisa no que diz respeito à categoria classe social decorreu do objetivo de reconstrução, a partir de um registro teórico-crítico localmente situado, de carreiras profissionais de membros das classes trabalhadoras. A seleção da categoria de faxineiros terceirizados deu-se em virtude de alguns aspectos entre os quais se destacam: (i) a relevância da atividade no tocante à geração de postos de trabalho nas últimas décadas, sobretudo a partir da guinada neoliberal na década de 1990, (ii) o interesse particular do pesquisador pela temática da terceirização, (iii) o desejo de enfocar uma atividade ocupacional que fosse ao mesmo tempo formal e realizada por indivíduos pertencentes à fração dominada das classes populares (ralé brasileira), e (iv) a potencial contribuição desta pesquisa aos estudos embrionários recentemente empreendidos nos estudos organizacionais associados a distintas modalidades de prestação de serviços de limpeza, praticados seja em domicílios, seja no setor público ou em empresas privadas.

No que se refere ao número de informantes, optou-se inicialmente pela seleção de dez sujeitos, reconhecendo-se as dificuldades inerentes ao atendimento de um aspecto de ordem prática referente à carga de trabalho envolvida tanto na realização das entrevistas, fruto da decisão inicial de realizar de duas a três entrevistas com cada entrevistado(a), quanto no processo analítico envolvido, cuja complexidade esteve diretamente relacionada com a abrangência pretendida e cujo escopo só se ampliou ao longo do processo de pesquisa. Por fim, a amostra foi reduzida para oito interlocutores; a descrição deles encontra-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição das entrevistadas

Nome	Nível educacional		Profissão			Outras Informações		
	Idade (anos)	Pessoal	Inserção profissional - idade (anos)	Pessoal	Cônjuge ¹	1ª Gravidez	Filhos	Religião
Alessandra	29	Ensino médio incompleto	16	Auxiliar de serviços gerais e doméstica	Auxiliar de serviços gerais (portaria)	19	2	Evangélica
Monique	33	Fundamental completo	13	Auxiliar de serviços gerais e doméstica	Auxiliar de serviços gerais (cônjuges do primeiro e segundo casamentos)	17	2	Não praticante
Maria de Nazaré	56	Fundamental completo	14	Auxiliar de serviços gerais, doméstica, babá e artesã (bordadeira)	Auxiliar de serviços gerais	29	2	Católica
Bruna	29	Fundamental incompleto	14	Auxiliar de serviços gerais e doceira	DJ	13	2	Evangélica
Georgette	59	Fundamental completo	18	Auxiliar de serviços gerais, doméstica e balconista	Porteiro	16	2	Evangélica
Regina	52	Ensino médio completo (1)	40	Auxiliar de serviços gerais e doméstica	Auxiliar de serviços gerais	21	3	Evangélica
Andrea	40	Fundamental incompleto	12	Auxiliar de serviços gerais, doméstica e babá	Mecânico de automóvel	17	3	Evangélica
Adriana	37	Fundamental incompleto	19	Auxiliar de serviços gerais	Instalador de linha telefônica	17	3	Evangélica

Fonte: Elaboração do autor (2018).

Ainda que a seleção tenha se dado de formas distintas em dois momentos no tempo, primeiramente a partir da indicação de uma pessoa do círculo social do pesquisador que forneceu o contato de um empresário do setor e, depois, a partir de uma seleção efetuada por uma empresa contratada para tal fim, as pessoas indicadas nos dois casos foram do sexo feminino, sinalizando um traço do setor que, a despeito de contratar funcionários de ambos os sexos, tende a priorizar a mão de obra feminina para a realização das atividades de faxina. Importante destacar que a decisão de se alterar o processo de seleção dos candidatos deu-se em decorrência da percepção pessoal do pesquisador da dificuldade de as entrevistadas distinguirem, na primeira oportunidade, a figura do entrevistador de alguém indicado pelo dono da empresa, o que significaria um potencial viés nas informações prestadas. Nesse sentido, não se pode negar, após a realização de todas as entrevistas, que as quatro últimas, que tiveram a seleção mediada por uma empresa especializada, realizadas em sua maior parte no domicílio das entrevistadas, desenrolaram-se de forma menos impessoal e mais empática, propiciando inclusive que fossem narradas experiências íntimas, revestidas de um grau superior de emotividade. A inexistência, portanto, de vínculos com a gestão das organizações para as quais prestavam serviço, direta ou indiretamente, conjugada ao distanciamento do local de trabalho, refletiu positivamente no resultado do processo narrativo.

Procurou-se, ainda, contemplar os argumentos, por vezes contraditórios, propostos por autores relevantes no tocante à metodologia em tela. Cabe observar, nesse sentido, que, ao passo que Ferrarotti (2007) rejeita quaisquer alegações favoráveis à associação da validade da pesquisa com o número de narrativas estudadas, sob a alegação de que as histórias de vida compreendem uma totalidade em si, Bertaux (1999) condiciona a quantidade de informantes à saturação da pesquisa. Na visão deste último, esse processo propiciaria uma representação objetiva e consistente de cada relato, evitando, assim, a tentação dos pesquisadores de se “orientarem por uma análise hermenêutica da autobiografia, pelo deciframento dos significados ocultos que contêm o que pode desembocar, no melhor dos casos, em hipóteses relativas ao âmbito sócio simbólico” (BERTAUX, 1999, p. 7). Todavia, esse autor refuta a existência de um número ótimo de informantes, aplicável universalmente, devendo tal decisão ser tomada à luz do caso concreto.

As visões diametralmente opostas apresentadas por ambos os autores justificam-se pelo fato de Ferrarotti privilegiar aspectos sociossimbólicos ou representacionais da realidade social, ao passo que Bertaux atribui relevância destacada à dimensão socioestrutural de análise. Considerando que na pesquisa em tela se pretende abranger ambas as dimensões, optou-se por privilegiar a posição defendida por Bertaux (1999), buscando conciliá-la, conforme destacado, com restrições de ordem prática. Buscou-se suprir eventuais limitações analíticas por intermédio da triangulação dos casos analisados com resultados empíricos apontados por pesquisas similares e, ainda, pela adoção de um aparato teórico robusto.

Não foi definido um recorte específico quanto ao local de trabalho dos entrevistados. Assim, a prestação do serviço de limpeza poderia ser exercida em ambiente empresarial (escritórios, fábricas etc.), de lazer (*shopping centers*, clubes etc.), escolar ou residencial (condomínios, especialmente). Demandou-se, tão somente, que os trabalhadores exercessem a atividade na condição de funcionários terceirizados, sendo o serviço prestado a pessoas jurídicas. No tocante à delimitação geográfica, optou-se por restringir o escopo à cidade do Rio de Janeiro, por questões de conveniência.

No caso em tela, julga-se que os dados colhidos refletem bem a realidade que se pretendeu capturar, seja pela similitude dos múltiplos aspectos alvo de análise nas narrativas das informantes, seja pelo refinamento do roteiro de entrevista ao longo do processo de pesquisa, ou ainda pela restrição do escopo analítico a uma única ocupação, cujos trabalhadores, por pertencerem à fração dominada das classes populares, revelaram uma limitada apropriação das múltiplas e potenciais aberturas existenciais oportunizadas na atualidade.

3.5

Coleta e análise de informações

Nesta seção, são apresentados alguns pressupostos apontados por Bertaux (1999) com vistas a responder a questões referentes à operacionalização do método de histórias de vida. Apontam-se, igualmente, algumas contribuições de Lahire (2004) julgadas relevantes, relativas à adoção dos retratos sociológicos como aparato metodológico.

Destaca-se, inicialmente, a notória ausência na literatura revisitada de propostas que sintetizem procedimentos sistemáticos capazes de orientar a operacionalização dos processos de coleta e análise de informações constitutivas das histórias de vida, verificando-se a inexistência de um *modus operandi* pré-concebido para tal (BARROS; SILVA, 2014, p. 141), reflexo potencial da multiplicidade de tradições teóricas que adotam tal abordagem. Portanto, as diretrizes sugeridas por Bertaux (1999) emergem como exceção à regra geral. Para o autor, adicionalmente ao processo de seleção dos entrevistados, incluindo-se neste a decisão quanto ao número de informantes, deve-se atentar para outras preocupações de ordem metodológica: (i) Ser ou não diretivo no processo de entrevista? (ii) Coletar relatos integrais ou parciais? (iii) Que cronologia adotar no processo de transcrição e análise dos dados?

Importante pontuar que tais questões dependem, em larga medida, do objeto alvo de estudo. A decisão de se privilegiarem representações, valores, crenças, ideologias e sentidos que os indivíduos atribuem a si, a outrem ou aos mais variados aspectos da realidade social circundante corresponde usualmente à rejeição de uma postura diretiva por parte do pesquisador. A proposição, nesse caso, de um caráter não estruturado a reger a interação entre pesquisador e narrador remete à crítica manifesta dirigida ao esquema pergunta-resposta, presente, em maior ou menor escala, nas diferentes modalidades de entrevista, que impõem ao narrador a perspectiva e os interesses do pesquisador, por intermédio seja dos temas e tópicos selecionados, seja de sua ordenação ou, ainda, da linguagem empregada (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

A adoção de um processo narrativo contínuo com mínima influência do investigador justifica-se, portanto, em virtude da valorização do quadro de relevância do narrador. Há, contudo, quem questione a excessiva autonomia da narrativa, por acarretar, por vezes, a desconsideração total ou parcial do mundo objetivo (FAIRCLOUGH; JESSOP; SAYER, 2002; JOVCHLOVITECH; BAUER, 2002), restringindo-o à sua dimensão representacional ou semiótica. Nunca é demais lembrar que o processo narrativo não é povoado apenas por evocações acerca da realidade social, mas também por informações associadas à materialidade e objetividade constitutiva dessa mesma realidade. Assim sendo, quando o interesse de pesquisa volta-se para a análise das relações socioestruturais que impactam as histórias individual e/ou coletiva, “convém uma

combinação de escuta atenta e questionamento”, que pode acarretar, inclusive, a necessidade de o pesquisador “bombardear com perguntas os seus primeiros informantes” (BERTAUX, 1999, p. 10).

No que se refere ao escopo do relato de vida, a dúvida usual é se este deve necessariamente refletir a integralidade da vida dos sujeitos ou se pode focar segmentos específicos, delimitados espacial e temporalmente; Bertaux (1999) sugere o ancoramento dessa decisão ao tipo de objeto pesquisado. A restrição do escopo de análise é sugerida nos casos em que o interesse de pesquisa se volta à descrição e/ou interpretação de determinadas relações estruturais, como, por exemplo, aspectos relacionados ao processo de trabalho (normas, divisão, sistemas de controle etc.). Quando o foco de análise são as significações que os atores conferem, por exemplo, à sua trajetória, o autor propõe a expansão do alcance de análise para as experiências vividas e/ou representadas em sua inteireza. Dados os objetivos desta pesquisa, o escopo de análise compreendeu a totalidade das trajetórias das entrevistadas, ainda que se tenham privilegiado algumas esferas de atividade.

A decisão tomada *a priori* de privilegiar determinados contextos de análise influenciou a opção pela adoção, ainda que parcial, do procedimento operacional sugerido em *Retratos sociológicos* (LAHIRE, 2004). Na visão de Lahire (2004, p. 20-21), a complexidade contextual verificada contemporaneamente demandaria um novo aparato metodológico, capaz de acessar novos conhecimentos, tanto por intermédio da “variação das escalas de observação” quanto dos “modos de divisão dos objetos”. A proposição da realização de múltiplas entrevistas com cada informante relaciona-se, em sua visão, à tentativa de identificação das variações intraindividuais e intracontextuais do complexo disposicional, ou seja, de “estudar a variação intraindividual dos comportamentos, atitudes, gostos, etc., segundo os contextos sociais” (LAHIRE, 2004, p. 26). Busca, também, reconstruir a gênese das formas de agir, pensar e sentir dos atores sociais, a partir da identificação de marcos biográficos ou *turning points* julgados potencialmente relevantes ao processo de (re)construção das trajetórias individuais.

Ao passo que Lahire (2004) sugere a realização de seis entrevistas com cada um dos entrevistados com o intuito de cobrir distintas esferas de atividade ou classes de contextos – escola, família, trabalho, sociabilidade (amizades), lazer e atividades culturais, e corpo (alimentação, saúde e vestimenta/estética) –, optou-

se, nesta pesquisa, por privilegiar os contextos escolar, familiar e profissional, ainda que tenham sido tangenciadas as demais esferas e tenham sido considerados os aspectos moral e religioso. Tal escolha reflete o reconhecimento da influência das principais matrizes socializadoras nas trajetórias profissionais dos entrevistados. A segmentação não implica, no entanto, a desconsideração da inter-relação dos múltiplos contextos, reconhecendo-se que, por mais que se tente “dissociar esferas de atividade [...] os pesquisados muitas vezes se encarregam de vincular esses universos em suas respostas” (LAHIRE, 2004, p. 38).

Adotou-se nesta pesquisa um roteiro semiestruturado, disponibilizado em anexo, haja vista a pretensão de se identificarem, ao longo da trajetória biográfica e das experiências de socialização narradas pelos entrevistados, processos e estruturas de natureza material e simbólica correspondentes aos múltiplos constrangimentos e a capacitações que exercem potencial influência sobre a escolha e o desenvolvimento de suas carreiras. As principais fontes na elaboração do roteiro em tela foram o guia utilizado por Pontes (2015) em sua pesquisa sobre as micromobilidades ascendentes de indivíduos da fração dominante da classe dominada, em conjunto com as diretrizes propostas por Lahire (2004). Igualmente relevante, nesse sentido, foi o trabalho efetuado por MacDonald e Marsh (2005), cuja segmentação analítica guarda forte relação com a proposta de Lahire (2004).

O roteiro adotado levou em consideração o caráter biográfico dos múltiplos contextos, de sorte que o contexto familiar compreende desde a infância até o momento atual vivido e o universo escolar abrange integralmente a trajetória educacional dos entrevistados. De forma similar, o contexto profissional engloba a carreira profissional como um todo, inclusive eventuais experiências precoces, internas ou externas ao âmbito familiar, formais ou informais.

Parte do roteiro foi destinada à identificação de disposições específicas, buscando-se, entre outras coisas, detectar: (i) modos específicos de aprendizagem (práticos *versus* escolares); (ii) tendências de comportamento ascético *versus* hedônico; (iii) modalidades de relacionamento pessoal com aspectos normativos (hipercorreção, hipocorreção ou rejeição das normas); (iv) a presença de disposições estéticas *versus* utilitárias e (v) a disposição ao coletivismo *versus* ao individualismo (LAHIRE, 2004).

Contemplaram-se, igualmente, pontos relacionados à evidenciação de momentos específicos das histórias de vida dos entrevistados, relativos a períodos

de transição, de crise e de tensão. Em virtude de sua criticidade, entende-se que tais momentos têm o potencial de impactar decisivamente o patrimônio de disposições individual, ativando aqueles esquemas em estado de vigília ou, até mesmo, implicando o desenvolvimento de novas disposições. Igualmente importante é o fato de se focar não apenas a dimensão histórica presente nos relatos de vida, mas também o seu entrelaçamento com os projetos elaborados pelos sujeitos. Assim sendo, o roteiro contempla vias de acesso aos projetos avançados pelos informantes – profissionais, educacionais e familiares, entre outros.

Outra escolha a ser efetuada pelo pesquisador refere-se à cronologia das etapas de coleta, transcrição e análise das histórias de vida. Segundo Bertaux (1999), o melhor caminho corresponde à imediata transcrição para fins de análise, antes do prosseguimento das demais entrevistas. Tal procedimento se justifica em virtude do reconhecimento do roteiro enquanto suporte dinâmico do processo de construção de conhecimento e, portanto, mutável no decurso do processo de pesquisa. Essa escolha permitiria, ainda, “a pronta aparição da saturação” (BERTAUX, 1999, p. 11). Em linha com a proposta do autor, efetuou-se nesta pesquisa a imediata transcrição e análise preliminar das informações ao final de cada entrevista.

Uma vez finalizada a pesquisa, acredita-se que a adoção de um enfoque biográfico com base nas ponderações propostas por Bertaux (1999), em conjunto com a abordagem avançada por Lahire (2004), se revelou adequada ao endereçamento dos elementos julgados relevantes nesta pesquisa. Possibilitou-se a análise das dimensões social, simbólica e moral, sem descuidar da consideração da influência disposicional na trajetória profissional das entrevistadas, ao mesmo tempo em que se evitou a adoção de um esquema engessado de pergunta-resposta, cuja implicação potencial seria o fechamento da narrativa ao esquema de relevância do pesquisador, impossibilitando, assim, o acesso a um universo de fatos e sentidos *a priori* desconsiderado na elaboração do instrumento de pesquisa.

Com vistas ao ordenamento do processo de análise, ao seu acompanhamento e a sua evolução ao longo da pesquisa, optou-se por uma análise temática, em linha com a proposta de King (2004). O *template* foi desenvolvido a partir da conjugação de categorias definidas *a priori* com outras, emergentes no decurso da

investigação. Os códigos de primeira ordem adotados corresponderam às diferentes trajetórias, relacionadas via de regra a distintas esferas de atividade: familiar, social, habitacional, educacional, profissional, moral e religiosa; foram consideradas adicionalmente nesse mesmo nível hierárquico as categorias projetos de vida e (não) reconhecimento social. Com vistas à estruturação da análise, foram criados códigos de ordem inferior, conforme o nível de especificidade desejado. O Quadro 4, a seguir, apresenta a codificação resultante do processo de construção levado a cabo ao longo da pesquisa. Revela-se uma verdadeira estrutura estruturante desta investigação, sendo, ao mesmo tempo, por ele estruturada.

Quadro 4 – Análise das narrativas: processo de codificação

1. TRAJETÓRIA FAMILIAR	2. TRAJETÓRIA SOCIAL	4. TRAJETÓRIA EDUCACIONAL	5. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	6. TRAJETÓRIA MORAL	8. PROJETOS
1.1. CONDIÇÃO SOCIAL DE ORIGEM	2.1. REDES DE RELACIONAMENTO	4.1. TENDÊNCIAS	5.1. TENDÊNCIAS	6.1. IDEOLOGIA DO DESEMPENHO	8.1. PESSOAS
1.1.1. Imobilidade social	2.1.1. Incrustação local	4.1.1. Expansão da oferta de ensino	5.1.1. Nova morfologia do trabalho	6.1.1. Operadores simbólicos	8.1.1. 'Crescer na vida'
1.1.1.1 <i>Nível educacional (próprio e dos pais)</i>	2.1.3. Prevalência de laços fortes	4.1.2. Defasagem estruturas objetivas: escola-trabalho	5.1.1.1. Emergência de modalidades atípicas de contratação	6.1.1.1. Sentimento de culpa X satisfação	8.1.2. O 'sonho da casa própria'
1.1.2. Experiências subjetivas de privação	2.2. TRAJETÓRIA DE LAZER	4.1.2.1. <i>Desvalorização dos diplomas escolares</i>	5.1.2.1. Novas ocupações.	6.1.1.2. Sentimento de vergonha	8.1.3. Educar os filhos
1.2. CAPITAL FAMILIAR	2.2.1. Circunscrição ao universo doméstico	4.1.2.2. Novas estratégias de reconversão	5.2. NARRATIVAS	7. (NÃO) RECONHECIMENTO SOCIAL	8.2. FILHOS
1.2.1. (Des)estruturação familiar	2.2.2. Dissociação do modo escolar de aprendizagem	4.2. NARRATIVAS	5.2.1. Inserção precoce no trabalho	7.1. ESFERA DO AMOR	8.2.1. Tradicionalismo
1.2.2. Ética do trabalho	2.2.3. Reforço da ideologia do patriarcado	4.2.1. Trajetórias não lineares	5.2.2. Busca de emprego: suporte relacional local / capital de gênero	7.1.1. Maus tratos	9. TRAJETÓRIA RELIGIOSA
1.3. TURNING-POINT	3. TRAJETÓRIA HABITACIONAL	4.2.2. Barreiras educacionais	5.2.3. Necessidade feita virtude	7.1.2. Assédio sexual	
1.3.1. Gravidez e conjugalidade precoces	3.1. TRANSIÇÃO PRECOCE	4.2.2.1. <i>Baixa qualidade da educação</i>	5.2.4. Condições de trabalho:	7.1.3. Infância roubada	9.1. TENDÊNCIAS
	3.2. TIPOLOGIA: trajetórias não-planejadas e restritas	4.2.2.2. Suporte relacional e material restrito	5.2.4.1. <i>Objetivas: instabilidade, intensificação, redução das oportunidades de treinamento, redução de salários e benefício</i>	7.2. ESFERA DA SOLIDARIEDADE	9.1.1. Crescimento do pentecostalismo
	3.2.1. Nomadismo local e carreiras yoyo.	4.2.2.3. <i>Habitus</i> precário e modo de aprendizagem não-escolar	5.2.4.2. <i>Subjetivas: relacionamentos intersubjetivos (ambivalência e contingência contextual)</i>	7.2.1. Humilhação social	9.2. NARRATIVAS
	3.2.2. Dialética inclusão X exclusão social	4.2.2.4. Orientação instrumental	5.2.5. Significado no trabalho	7.2.2. Patologização das classes populares	9.2.1. Centralidade da religião
		4.2.2.5. Inserção precoce no trabalho	5.2.5.1. <i>Centralidade da dimensão material</i>	7.3. ESFERA DO DIREITO	9.2.2. Outros significativos transcendentais e <i>habitus</i> precário
			5.2.5.2. <i>Estruturação do dia/rotina</i>	7.3.1. Supressão de direitos	
			5.2.5.3. <i>Fonte de relacionamento</i>		
			5.2.6. Sucesso no trabalho		
			5.2.6.1. Iniciativa: 'encantar o cliente'		

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

3.6

Limitações do método

Entre as principais dificuldades associadas com o método de história de vida está o tempo demandado para a realização das entrevistas (ATKINSON, 2002), bem como para o processo de análise das informações coletadas. Os desafios relacionam-se, entre outras coisas, à prática usual de mais de uma entrevista com cada sujeito pesquisado, demandando mais tempo dos entrevistados e do pesquisador.

A dimensão da confiança, elemento central nesse método (BOSSI, 1979), acaba por se relacionar intimamente com eventuais limitações quanto à escolha dos indivíduos, haja vista que a dinâmica em si, a qual envolve um longo processo de escuta, tenderia a excluir da lista de candidatos as pessoas com relações muito próximas do pesquisador, bem como aquelas totalmente desconhecidas (LAHIRE, 2004). Todavia, o desconhecimento dos entrevistados não se revelou nesta pesquisa um fator impeditivo ou que tenha gerado maiores dificuldades ao longo do processo de pesquisa, dado que a realização de mais de uma entrevista acabou por facilitar a conquista de confiança mútua entre as partes.

Outro ponto que merece destaque diz menos respeito a uma dificuldade em si que a um aspecto intrínseco ao método. Diversamente de abordagens positivistas, não se busca, a partir do uso de histórias de vida, alcançar a proposição de leis universais, mas de generalizações teóricas (BARROS; SILVA, 2014).

Finalizadas as considerações acerca do percurso metodológico, enfoca-se, a seguir, o processo de análise dos resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Introdução

Entre as razões subjacentes ao recorte proposto para esta pesquisa, estão as recorrentes demandas oriundas do campo dos estudos de carreiras, inclusive sob a perspectiva organizacional, de se ampliar o escopo de pesquisa para além das carreiras gerenciais, profissionais e hierárquicas. Todavia, a existência pura e simples dessas demandas não parece ser capaz de explicar a presente decisão de pesquisar trajetórias profissionais cujas condições objetivas e subjetivas de trabalho se revelam essencialmente precárias, caracterizadas por baixos salários e reduzidos benefícios, alto *turnover*, possibilidades restritas de ascensão na carreira e vínculos empregatícios impermanentes, haja vista que o referido *gap* se faz presente há algumas décadas. Contribuiu para o processo de “escolha” um conjunto de influências biográficas e relacionais, sobretudo o fato de as condições de existência da maior parte dos membros da família do pesquisador, especialmente por parte de pai, serem assemelhadas às retratadas pelas entrevistadas. Um olhar retrospectivo sobre a trajetória do pesquisador e a de seus familiares foi um elemento fundamental nesta pesquisa, para que se permitisse perceber, de forma muito pessoal e próxima, a influência exercida por aspectos contingenciais e, sobretudo, pelas condicionantes estruturais sobre o curso das histórias de vida.

Contribuiu ainda para esta opção o alinhamento pessoal do pesquisador às críticas que defendem a possibilidade de se interpretar o construto “carreiras sem fronteiras” (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996) como mecanismo ideológico atrelado à retórica neoliberal (ROPER; GANESH; INKSON, 2012). Entende-se que a valorização desmesurada da agência individual subjacente a esse construto, bem como uma plethora de novas modalidades de trajetórias ocupacionais presentes na literatura especializada – proteana, pós-corporativa, caleidoscópica, inteligente e sustentável –, constitui-se em um entre muitos discursos que tendem a naturalizar as condições de possibilidades partilhadas pelos membros dos estratos sociais privilegiados – classes média e alta – para todo o conjunto da população.

A retórica subjacente às novas carreiras atua adicionalmente como um reforço às teses que preconizam o desmoronamento do “sistema intrassocial de coordenadas da sociedade industrial” (BECK, 2010, p. 107). Tal pressuposto encontra-se intimamente relacionado à alegação da emergência, nas últimas décadas, de uma “sociedade *sem classes*”, ainda que em um contexto marcado por acentuados problemas de desigualdade na distribuição não só de riquezas, mas, sobretudo, dos “riscos e inseguranças sociais, biográficas e culturais” (BECK, 2010, p. 107-109, grifo do autor).

Tal configuração societária estaria vinculada, na visão de alguns autores, à ocorrência de um enfraquecimento acentuado e crescente das instituições tradicionais e estruturantes da sociedade industrial, a exemplo da família nuclear burguesa e dos sindicatos, processo assentado sobre uma eventual melhoria nas condições de vida da população, sobretudo nos países desenvolvidos. A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho e os níveis crescentes de mobilidade social, de acesso educacional e de alcance das políticas sociais e previdenciárias foram associados, via de regra, ao processo de modernização do Estado de bem-estar social (BECK, 1997, 2010; GIDDENS, 1991, 2002), premissa pouco defensável nos dias atuais, à luz do enfraquecimento de tal modelo em razão do recrudescimento de um conjunto de políticas de cunho liberalizante.

Tal conjunto de mudanças ganhou destaque nas últimas décadas a partir da popularização do conceito de modernidade reflexiva, cuja premissa central recai sobre a pluralização dos modos de vida associada a níveis crescentes de individualização (BECK, 1997, 2010; GIDDENS, 1997, 2002) e de (des)tradicionalização (DUBAR, 2010; GIDDENS, 1991). Ainda que os proponentes dessas teses reconheçam que o acesso à pluralidade de estilos de vida propiciado pelo crescente processo de diferenciação social seja mediado, em maior ou menor grau, pelas condições de possibilidade abertas aos indivíduos, em função direta de sua classe social, há uma reiterada insistência em que o planejamento reflexivo da vida é uma

influência mais ou menos universal, independente de quão objetivamente limitadoras possam ser as situações sociais de indivíduos ou grupos particulares [...]. Até os menos privilegiados vivem hoje em situações permeadas pelos componentes institucionais da modernidade. (GIDDENS, 2002, p. 84).

Defende-se, nesta pesquisa, que o não reconhecimento do alcance diferencial do conjunto de mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e individuais verificadas nas últimas décadas em desfavor de contingentes significativos das classes populares correlaciona-se com a generalização indevida do acesso individual a um potencial reflexivo crescente, relacionado à noção de agência, por sua vez associada com a ampliação do leque de escolhas disponíveis aos indivíduos na alta modernidade. A redefinição da rotina cotidiana como um processo decisório permanente remete à inescapável necessidade de os indivíduos planejarem e monitorarem suas vidas de forma ativa e contínua.

Não parece plausível, no entanto, a possibilidade de se traduzir toda e qualquer trajetória pessoal como uma construção ativa de uma “biografia reflexiva” (GIDDENS, 1997) ou do tipo “faça você mesmo” (BECK, 1997). Segundo tal entendimento, a emergência de novos modos societários de vida resultaria no deslocamento dos modos eminentemente comunitários, cuja eficácia enquanto mecanismo de socialização seria irresistivelmente diluída. Em outros termos, modos de identificação biográficos deslocariam os atribuídos ou herdados (DUBAR, 2010); o balanço criatividade-memória penderia em favor do primeiro termo, proposto como elemento central de estruturação do mundo social nos tempos atuais.

Não se pretende negar o fato de estarem em andamento, nas últimas décadas, processos de mudança significativos que implicaram a desestabilização de formas ou configurações identitárias modernas nas dimensões do trabalho, da religião, da política e de outras relações institucionais (DUBAR, 2010), sem falar no processo de complexificação da estrutura familiar e das relações interpessoais de intimidade (MATTOS, 2006). Discorda-se, contudo, do diagnóstico que privilegia a emergência de “formas [de vida] cada vez mais ‘societárias’” (DUBAR, 2010, p. 23) em detrimento de todo e qualquer pertencimento coletivo tradicional, sem a devida tematização do alcance assimétrico de tal mudança.

Em frontal oposição a tais teses, a análise empírica empreendida por Mattos (2006) revelou a apropriação diferencial por mulheres das distintas classes sociais das representações em torno do conceito de “nova mulher”, associado, entre outras coisas, à emergência de novas estruturas familiares e relações de conjugalidade e de intimidade. Segundo a autora, as mudanças usualmente associadas à emergência de uma “nova mulher”

são vivenciadas, antes de tudo, pelas mulheres de uma classe social específica – as mulheres de classe média, atingindo as mulheres de classe baixa só de forma residual. Além do mais, creio que esse processo de declínio dos valores tradicionais ou patriarcais constitua muito mais uma mudança aparente ou de superfície do que uma mudança real, capaz de ser a expressão do questionamento dos pilares da dominação, estando, portanto, ligada à constituição autônoma do feminino. (MATTOS, 2006, p. 158).

Ao que parece, portanto, o processo de mudança que vem ocorrendo em períodos recentes pode ser tudo, menos linear. A ambivalência da mutação em andamento conjuga modos de vida individualizados, tipificados pela crescente relevância da construção narrativa da autoidentidade ou, alternativamente, de um “projeto reflexivo do eu”, (GIDDENS, 2002, p. 13), com uma “apaixonada busca da tradição” (BAUMAN, 1998, p. 101). Tomando por base esta última tendência, o sociólogo Peter Berger (2001) questiona o vínculo entre modernidade e secularização; observa que este último fenômeno associa-se, do ponto de vista cultural, a um reduzido estrato de pessoas altamente intelectualizadas e, em termos geográficos, às nações situadas na Europa central e ocidental.

Mais correto, em sua visão, seria reconhecer a crescente pluralidade de denominações religiosas, com destaque para o aumento expressivo do protestantismo evangélico. Ainda segundo Berger (2001), permanece em aberto o questionamento acerca dos impactos das distintas práticas religiosas dispostas sob o guarda-chuva do protestantismo evangélico. Resta inconclusa, em sua visão, a possibilidade de associá-las ao desenvolvimento de disposições comportamentais, mentais e morais que remetam à valorização de uma “ética do trabalho duro, da disciplina, da frugalidade, dos laços familiares fortes e do respeito acentuado pela educação – em resumo, de uma ética ‘ascética interiorizada’” (BERGER, 2001, p. 451).

No caso específico do cenário brasileiro, a manifestação fenomênica do crescimento explosivo do protestantismo evangélico vem-se manifestando por intermédio da crescente participação do número de evangélicos no total da população brasileira; essa participação saltou de 14% no exercício de 1994 para 29% em 2016, correspondendo a uma significativa redução do número de católicos (DATAFOLHA, 2016). Cabe observar que parcela considerável das denominações neopentecostais alinhadas a tal tendência professa uma nova linguagem religiosa, cuja ênfase recai sobre os poderes de distribuição de

benesses materiais e espirituais pelo Espírito Santo. Igualmente relevante é a associação que essas denominações propõem entre o processo de reconfiguração temporal e a disseminação do neopentecostalismo, sobretudo a partir da década de 1990, que resultou em um deslocamento da ênfase outrora atribuída às graças recebidas em outra vida para um quadro atual caracterizado pela valorização das recompensas de curto prazo.

A substituição, em boa parte das denominações neopentecostais, da religião enquanto um sistema associado à racionalização da conduta individual por uma fé pautada em um modo mágico de cognição pode ser justificada, ao menos em parte, pelo papel atribuído aos “deuses e demônios” como “outros concretos” (ARENARI; JUNIOR, 2006, p. 226). Se, por um lado, as benesses prometidas mostram-se capazes de atuar na remediação do sentimento de insegurança ontológica que arrebatava de forma privilegiada contingentes maciços das classes populares, especialmente a fração de classe correspondente à ralé brasileira (SOUZA, 2009), por outro revelam-se incapazes de propiciar processos de aprendizagem moral, política e social (ARENARI; JUNIOR, 2006). Não se efetuaram distinções entre as denominações religiosas seguidas. Verifica-se, portanto, a impossibilidade de se referir, ao menos nesses casos, à prática religiosa enquanto atividade privilegiada de consciência de si mesmo (DUBAR, 2010).

As breves considerações tecidas nesta introdução sugerem a impropriedade de se caracterizar o cenário atual a partir da emergência de uma ordem pós-tradicional, cujo elemento primordial recairia sobre a escolha de estilos de vida (GIDDENS, 2002) em suas múltiplas dimensões, inclusive na esfera profissional. Não parece razoável supor, à luz da acentuada segmentação da força de trabalho, bem como dos múltiplos argumentos teórico-empíricos relacionados com a precarização crescente das condições subjetivas e objetivas vivenciadas pela força de trabalho, que se possa traduzir em termos universais o processo de inserção ocupacional como sendo fruto de um processo de escolha individual. Rejeitam-se, assim, generalizações de toda espécie, a exemplo do argumento proposto por Giddens (2002, p. 80), segundo o qual

o trabalho não está de nenhuma maneira completamente separado da arena das escolhas plurais, e a escolha de trabalho e do ambiente de trabalho constitui elemento básico das orientações de estilos de vida na extremamente complexa divisão moderna do trabalho.

Uma das consequências, intencionais ou não, da universalização do poder de agência e da dimensão estética diz respeito à supervalorização não só da autoidentidade, mas também de modalidades de reconhecimento intersubjetivo que privilegiam a autenticidade em detrimento da igualdade (SOUZA, 2012a). O enfoque quase exclusivo nas descontinuidades, nas rupturas e nas diferenças associa-se, por seu turno, ao interesse crescente acerca das identidades nacionais, de gênero, de etnia e de “raça”, com o consequente deslocamento das lutas por igualdade, vinculadas historicamente à identidade de classe (FRASER, 2003). Todavia, segundo Fraser (2003, p. 9),

claro está que esta não é toda a história. Lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer; e também, mais cruamente, de ingestão calórica e exposição à contaminação ambiental; portanto, de expectativa de vida e de taxas de mortalidade.

Acredita-se que a análise das narrativas constantes neste capítulo, ao jogar luz sobre toda sorte de privações vivenciadas pelos sujeitos das frações subordinadas da classe dominada, seja capaz de contribuir para a explicitação não só das profundas desigualdades materiais e simbólicas constitutivas da realidade atual, mas também das múltiplas fronteiras – materiais, psicológicas e morais – que limitam seu horizonte de possibilidades e, portanto, suas chances de vida.

Defende-se a necessidade de se distinguir indeterminação de ausência de condicionamento, de sorte que à valorização da reflexividade não corresponda o descarte da ação habitual enquanto fundamento central na constituição identitária (ARCHER, 2011; DUBAR, 2005). Rejeitam-se, portanto, os pressupostos que postulam a generalização “da primazia do sujeito individual sobre os pertencimentos coletivos”, bem como “das identificações ‘para si’ sobre as identificações ‘para outrem’” (DUBAR, 2010, p. 15).

A defesa da emergência de um imperativo reflexivo (ARCHER, 2016), no qual os indivíduos constroem suas biografias – “*do it yourself biography*” (BECK, 2010) – e esculpem suas carreiras (BERG; WRZENIEWSKI; DUTTON, 2003), parece desconsiderar as fronteiras nem sempre permeáveis que se fazem presentes ao longo das trajetórias individuais. Nesse sentido, as histórias de vida narradas pelas interlocutoras desta pesquisa corroboram, antes de tudo, a centralidade que instituições tradicionais como família, igreja e escola exercem em seu

delineamento (ABRANTES, 2013; SOUZA, 2009, 2012b). À luz da análise das narrativas, não há como refutar o argumento proposto por Bertaux e Thompson (1993, p. 1) segundo o qual a família continua a ser um importante, senão o mais relevante,

canal para a transmissão da linguagem, nomes, terrenos e habitação, posição social local e religião; e além disso de valores e aspirações sociais, medos, visões de mundo, habilidades domésticas, formas de comportamento, atitudes corporais, modelos de família e casamento. (BERTAUX; THOMPSON, 1993, p. 1).

Longe de estarem desenraizadas dos contextos tradicionais da modernidade, as histórias de vida das informantes sublinham a centralidade que as esferas tradicionais exercem nos processos de socialização e de (re)produção da desigualdade. Ao menos nos casos analisados, a limitação do acesso a muitas das oportunidades surgidas a partir da pluralização dos mundos da vida ou esferas de atividade, condicionada pelas precárias condições materiais e simbólicas de existência, não se coaduna com aqueles pressupostos que universalizam o alcance transformador e reflexivo desencadeado pelos processos de destradicionalização e individualização.

Com vistas a evitar uma abordagem descontextualizada na análise do processo de construção das trajetórias profissionais, optou-se pela extensão da análise das carreiras das entrevistadas a outras trajetórias, evidenciando assim a relevância atribuída aos contextos enquanto mecanismos gerativos dialeticamente relacionados à dimensão profissional. Igualmente, considerou-se a inter-relação entre contexto e agência, utilizando-se o conceito de capital como elemento central de ligação.

A relação dialética entre as distintas esferas de atividade engendrou a segmentação das histórias de vida em múltiplas trajetórias: familiar, educacional, social, habitacional, profissional (carreira), moral e religiosa. A análise buscou ainda abarcar aspectos de natureza social, simbólica e moral, com o intuito de identificar fronteiras as mais variadas, inclusive ideológicas.

4.2

Trajetória familiar: desestruturação, privação e imobilidade

Ainda que se tenha buscado estruturar as distintas trajetórias respeitando ao máximo a ordem cronológica de ocorrência dos fatos nas histórias de vida das entrevistadas, nem sempre esse procedimento se mostrou possível, haja vista a tentativa de se evitar, antes de tudo, o seccionamento dessas trajetórias. Buscou-se, em última instância, não incorrer em uma segmentação ainda maior do que aquela decorrente da opção metodológica. Assim, embora inicialmente se tenha pensado em dividir a trajetória familiar ou domiciliar das entrevistadas em blocos associados a diferentes períodos do seu ciclo de vida, optou-se ao final pela sua indivisão; conseqüentemente, a referida trajetória compreende, integralmente, o período que se inicia no nascimento e se estende até a vida adulta.

Dedicou-se atenção não só às condições sociais de origem em seu aspecto objetivo, abordadas a partir de uma lente macroanalítica, mas também a aspectos que remetem tanto a um fundo existencial comum subjacente às narrativas quanto aos seus aspectos singulares, enfocados a partir do redimensionamento da lente para um foco de análise micro. Como ilustrado a seguir, alguns eventos críticos ou *turning points* se revelaram presentes em boa parte das narrativas no tocante à dimensão familiar, especialmente no que diz respeito a maternidade e conjugalidade precoces. Conseqüentemente, emergiu como momento especialmente relevante a transição do domicílio dos pais para uma moradia própria, muitas vezes em virtude da estruturação de uma nova família. Na maior parte dos casos, a trajetória habitacional subsequente mostrou-se pouco planejada e marcada por múltiplos movimentos circunscritos a uma mesma vizinhança. Uma das implicações frequentes da saída do lar dos parentes foi a interrupção de suas trajetórias educacionais. As entrevistadas viram-se, como um todo, “arrancadas” do convívio escolar para o âmbito doméstico ou rumo à inserção precária no mercado de trabalho.

Em comum, esses eventos contribuíram, conforme registrado na literatura, para a restrição do horizonte de oportunidades das entrevistadas (SCHOON; PETERS; ROSS, 2007), evidenciando a influência, por vezes negativa, dos múltiplos contextos no delineamento das chances de vida (MAYRHOFER; MEYER; STEYRER, 2007; BLUSTEIN, 2011). Pôde-se verificar, ainda, a relação estreita entre os constrangimentos contextuais e estruturais, e a agência (HODKINSON; SPARKES, 1997; MACDONALD; MARSH, 2005), sobretudo

no que diz respeito aos níveis e modos de reflexividade passíveis de mobilização (HODKINSON, 2008; MACLEAN; HARVEY; CHIA, 2012).

Ainda que não se restrinja, nesta pesquisa, a condição de classe à posição ocupada por um indivíduo na estrutura ocupacional, reconhece-se o condicionamento das trajetórias dos filhos pelo *status* ocupacional e educacional dos pais. Admite-se, portanto, a centralidade da posse de habilidades e certificações, tanto profissionais quanto acadêmicas, enquanto fatores constitutivos da herança material e imaterial passível de transferência ao longo do processo de socialização.

Contemplam-se, a seguir, informações relacionadas à atividade profissional e à formação educacional dos pais das entrevistadas, bem como dados referentes aos domicílios que habitaram durante a maior parte de sua infância, a partir dos quais se pretende ilustrar o nível de adensamento populacional que vivenciaram nesse período. Talvez o exemplo mais crítico seja o de Bruna, cujo imóvel que compartilhou na infância com seus pais e seis irmãos não excede os quinze metros quadrados. Tive a oportunidade de conhecer o imóvel de reduzidas dimensões, por se tratar do mesmo em que ela vive ainda hoje com seus filhos e sua mãe, e que segundo ela é de propriedade de sua família desde os tempos de seus avós. O fato de sua mãe morar nesse conjugado há mais de 50 anos é algo que impressiona, haja vista as precárias condições estruturais do imóvel, que não possui as paredes emboçadas, tampouco pintadas.

Ao adentrar a casa de Bruna pela primeira vez, o pesquisador ficou preocupado ao antecipar que o ambiente não seria propício para a realização da entrevista. Afinal, ao passar pelo banheiro, logo na entrada da casa, que se separava do corredor apenas por uma cortina e continha em seu interior uma máquina de lavar, quase esbarrou na mãe da entrevistada, que cozinhava. Dada a ausência de paredes internas no imóvel, pôde-se verificar rapidamente a ausência de uma mesa que pudesse ser utilizada ao longo da entrevista; ao mesmo tempo, notou-se que o único móvel além do armário com portas bambas e descascadas situado ao fundo e da cômoda que servia de aparador para a TV, que se encontrava ligada e sintonizada na novela das 18 horas, era uma cama de casal ladeada por uma cadeira, onde se encontrava deitado, em diagonal, o filho de Bruna, de quinze anos. Contudo, diversamente do previsto, a entrevista correu superbem, em um ambiente acolhedor, embora extremamente precário, ainda que

o pesquisador e Bruna tenham tido que dividir o espaço da cama com o filho dela, que acordou somente ao final da entrevista.

As informações dispostas na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** revelam alguns fatos julgados relevantes para os fins desta pesquisa. Em primeiro lugar, atestam, em linha com argumentos defendidos por Bourdieu (2013), a correspondência objetiva entre as condições de origem e de destino representadas, respectivamente, pela situação educacional e ocupacional de pais e filhos. Refletem, assim, os achados de pesquisas que revelam ser a reprodução social, ainda hoje, o resultado mais provável (ATKINSON, 2012), evidenciando o forte condicionamento das chances de vida pela estrutura de oportunidades (ROBERTS, 1975). Pesquisas atestam, especificamente, a relação existente entre origem social e nível de aspiração e de motivação educacional e ocupacional (ESHELMAN; ROTTINGHAUS, 2015; FOUAD et al., 2012; SCHOON; PETER; ROSS, 2007).

No tocante à reprodução da atividade ocupacional, salta aos olhos o fato de as mães das entrevistadas terem percorrido trajetórias ocupacionais que refletem distintas combinações das seguintes atividades: auxiliar de serviços gerais, doméstica e dona de casa. Corroboram-se assim os achados da pesquisa de Lara, Marra e Fernandes (2015) que buscou investigar o processo de formação das identidades profissionais de faxineiras terceirizadas alocadas em uma universidade pública.

Não há como negar que a inserção desde cedo de mães e de filhas na rotina do trabalho doméstico configura-se, em maior ou menor grau, em um mecanismo de aprendizagem desses sujeitos, imbricado por seu turno a uma ideologia que associa o feminino à esfera privada (DIOGO; MAHEIRIE, 2007). No caso dos pais, notou-se uma maior variabilidade de suas ocupações, destacando-se, no entanto, a natureza manual de suas atividades e sua desvinculação de qualquer credenciamento profissional formal. No tocante à formação educacional, verificou-se que os pais e as mães das entrevistadas possuem, em sua maioria, o ensino fundamental incompleto. O alto adensamento domiciliar foi outro ponto de destaque, conforme sugerido anteriormente.

Cabe observar, todavia, que essa não é toda a história vivida pelas mulheres que participaram desta pesquisa; ressalta-se que, entre o ponto que marca o início de suas trajetórias e o momento presente, descortinaram-se vidas ao mesmo tempo

singulares e coletivas. Se, por um lado, essas vidas expressam combinações únicas das múltiplas linhas de experiência percorridas individualmente, por outro se encontram inseridas em um horizonte de possíveis que remete ao seu volume e a sua estrutura de capital. Um mergulho em suas narrativas revelou que, em grande parte, tais caminhos foram descontínuos, não planejados, incertos e povoados de experiências vividas e/ou representadas que trazem consigo a marca da privação, do desrespeito e da humilhação, mas também sinais de garra, disposição para o trabalho, solidariedade e amor.

Tabela 8 – Condições sociais de origem

Entrevistadas	Nível educacional		Ocupação		Moradia	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Dormitórios	Moradores (#)
Alessandra	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Falecido (trabalhou na contravenção)	Auxiliar de serviços gerais, gari e carteira na comunidade e entregadora de jornal	Dois quartos e sala	16
Monique	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Desempregado (trabalhou como gesseiro)	Auxiliar de serviços gerais e cozinheira	Quarto e sala	7
Maria de Nazaré	Fundamental incompleto	Analfabeta	Falecido (trabalhou como agricultor)	Agricultora e dona de casa	Quarto e sala (taipa), depois dois quartos e sala (alvenaria)	6
Bruna	Fundamental completo	Fundamental completo	Auxiliar de transporte / Gari na comunidade	Auxiliar de serviços gerais	Conjugado	9
Georgette	Analfabeto	Analfabeta	Mestre de obra	Dona de casa	Dois quartos e sala	4
Regina	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Mecânico de automóvel	Dona de casa	Conjugado	12
Andrea	N.D	N.D	N.D.	Doméstica	Conjugado	8
Adriana	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Mecânico de automóvel	Dona de casa	Conjugado	12

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Interessante notar que o quadro de precariedade retratado pelas entrevistadas que, ao que parece, toma de assalto todas as dimensões de suas vidas evidencia a distinta significação atribuída a tal realidade por quem a vive no corpo e por um espectador dessa realidade, como o autor desta tese, cuja distância da necessidade em nada se assemelha à condição dessas mulheres. Revela-se, portanto, o impacto diferencial que os distintos territórios que se ocupa na topografia social – reflexo da materialização, no tempo e no espaço, dos efeitos de distintas redes de relações sociossimbólicas – exercem sobre as subjetividades (TEIXEIRA; MARRA; CARRIERI, 2015). Ao serem questionadas sobre as dificuldades vividas em sua infância, essas mulheres ofereceram respostas que tendiam a equiparar dificuldade com privação irrestrita, traduzida como fome ou ausência de moradia. Foi a partir desse quadro interpretativo que se buscou compreender as narrativas de Monique e Adriana.

Não sei se cheguei a passar dificuldade, porque meu pai dizia que eu era muito gordinha [...]. Quando não tinha um pão [...] minha mãe sempre dava um jeito para não ficar sem o café da manhã. (MONIQUE).

Não [lembro de ter passado dificuldade]. Papai nunca deixou faltar nada. Eram dez filhos e a gente nunca comeu feijão com arroz e ovo. (ADRIANA).

No entanto, as situações descritas por Nazaré, Andrea e Bruna, apresentadas a seguir, espelham uma realidade na qual a necessidade extrema já se fazia presente ou se revelava iminente. Cabe observar, igualmente, que a situação vivenciada pela primeira se diferencia muito das demais, dada a restrição que passou em sua infância, decorrente da indisponibilidade de uma estrutura mínima de serviços públicos de saúde e de educação, entre outros. Ela relata que em sua cidade natal, na zona rural do interior do Ceará, a luz elétrica só chegou quando completou 16 anos, nos idos dos anos 1980.

A gente brincava, mas tínhamos muita dificuldade. Eu chegava na casa da minha tia, não tinha almoço. Aí eu lembro que a minha tia botava um monte de banana [...] para assar no fogo [...] e dava banana pra gente comer, assada. (NAZARÉ).

Meu pai, quando foi embora, deixou minha mãe sem nada, até morando na rua; não deixou casa, não deixou nada. (ANDREA).

O que eu lembro de dificuldade assim, mesmo, que a gente passamos, foi quando meu pai sumiu. [...] Ele tava meio doido

[...] ficou já até internado uma vez. [...] Falou que os outros queria matar ele [...] pegou o caminhão e foi embora [...] E minha mãe tava desempregada. (BRUNA).

A representação que fazem do que seria passar dificuldades mostra-se, portanto, bastante específica. Todavia, a crueza dos seus relatos, traduzida não só na aridez dos fatos descritos, mas também nos sentimentos expressos ao longo de suas narrativas, revela a vida dura que tiveram, ainda que não a traduzam necessariamente como uma “vida de dificuldades”. Talvez o caso mais ilustrativo seja o de Monique, cuja descrição oferecida anteriormente para retratar o conjunto do que foi a sua vida contrasta com a descrição de sua trajetória familiar. Buscou-se, a partir do retrato traçado a seguir, descrever algumas experiências marcantes de sua infância e adolescência; optou-se, contudo, por estender a narrativa para além desse período, com vistas a alcançar o momento marcado pela sua gravidez precoce e pela saída da casa dos pais.

Quadro 5 – A trajetória familiar de Monique: *habitus* precário em (re)produção

Monique é uma jovem mulher de pele, olhos e longos cabelos negros. Com 33 anos, casada e mãe de dois filhos, reside em uma casa humilde e de fundos no bairro Ricardo de Albuquerque, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, quando comparada com as demais residências que visitei ao longo da pesquisa, sua casa se diferencia por não estar situada em uma região de favela, bem como por possuir três quartos e dispor de um padrão mínimo de conforto. Conforme ressaltado por ela, esse pequeno luxo tem um preço que se traduz em um valor de aluguel que deve alcançar R\$ 700,00 nos próximos meses, consumindo boa parte dos seus ganhos e dos do marido, que também trabalha como faxineiro.

Nasceu e viveu seus primeiros anos com a mãe biológica e uma irmã, mas logo veio a morar com o pai e a madrasta. A mudança foi fruto de um apelo que ela e a irmã mais velha fizeram ao pai. Relata que deixou a casa da mãe aos 3 anos de idade em virtude dos maus tratos sofridos. Em seus próprios termos, declara: “conforme eu fazia xixi na cama, ela tirou a gente do quarto dela e botou a gente para dormir na cozinha, [onde] tinha um vão na porta de madeira, mais ou menos, sei lá, uma tábua, do tamanho de uma tábua. Por causa que tem quintal, passava rato pra cozinha [e] a gente dormia no meio daquele ambiente”. Lembra-se ainda que morava mais alguém na casa de sua mãe, mas não sabe precisar de quem se tratava; recorda que havia uma arma escondida em casa.

O ressentimento que nutre por sua mãe não se restringe, contudo, ao descaso e aos maus tratos dos quais diz ter sido vítima nos primeiros anos de vida. Segundo Monique, quando já era adolescente chegou aos seus ouvidos que sua mãe teria afirmado que “nunca pariu mulheres”. Afirma que “desse dia pra cá... pra mim morreu, entendeu? [...] pra mim partiu, quebrou, entendeu?”.

Após a mudança de domicílio, Monique descreve um cenário de muita dificuldade nos anos vividos com o pai, a madrasta e as cinco irmãs, com quem dividiu inicialmente um apartamento de quarto e sala. Ainda que tenham se mudado diversas vezes até parar por um bom tempo em uma *kitnet*, duas coisas mantiveram-se constantes: a condição de inquilinos e o fato de ela e as irmãs não terem uma cama para se deitar. Mas o nível de conforto já era superior ao de outrora, pois não dormiam mais em cima de uma coberta. “Lá tinha colchonete pra gente, aquelas coisas toda direitinho. Coberta direitinho, travesseiro, tudo direitinho”.

O descaso com que diz ter sido tratada pela mãe biológica gerou consequências não só psicológicas, mas também físicas. Lembra-se de a sua madrasta ter tido que raspar a sua cabeça logo após sua chegada em casa. Se o apelido que ganhou na escola de Joãozinho não passou em branco, tampouco se esqueceu de que na sua cabeça “tinha muita, muita ferida devido a piolho, essas coisas todas”.

Demonstrou nutrir um profundo sentimento de gratidão pela madrasta, que considera como sua verdadeira mãe, pelo cuidado e pela atenção que lhe dedicou. Tal sentimento traduziu-se, todavia, entre outras coisas, em uma inserção precoce no mercado de trabalho, na condição de doméstica, aos 13 anos. Isso porque ela não se permitia ver o esforço empreendido pelos pais sem contribuir de alguma forma, tendo prometido para si mesma, desde nova, que ajudaria tão logo fosse possível. Contudo, não tardou para que deixasse esse primeiro emprego, vítima de assédio sexual. “Saí mais também por causa que o genro da mulher tava começando a se engraçar pro meu lado, porque assim... eu tinha 13 anos, mas tinha corpinho de mulherão”.

O retorno ao mercado de trabalho, novamente na condição de doméstica e sem carteira assinada, traduziu-se não só na mudança física para o local em que prestava serviço, retornando para a casa dos pais apenas nos fins de semana, mas também no abandono da escola. Faz questão de destacar, ainda, que no âmbito doméstico se lembra de ter ajudado sua mãe com os afazeres diários desde os sete anos.

Ao fazer referência ao pai, relembra que, já na sua adolescência, ele demonstrava ter problemas com a bebida. Segundo ela: “meu pai chegou a cair em vala e tudo, bêbado. A gente dava banho nele no quintal, porque tava sujo de lama. [...] [Atualmente] não trabalha mais. Está bebendo muito, vive jogado pela rua”.

Cabe observar, por fim, que a infância e a adolescência difíceis vividas por Monique tiveram um desenlace não planejado. Com 17 anos, já namorando há algum tempo, Monique engravida. Segundo ela, “[a gravidez] veio numa troca de remédio. Quando eu era novinha, eu sempre me preveni, tomava injeção; da injeção eu troquei pro anticoncepcional, pro comprimido. Então, foi nessa troca que a [minha filha] veio”. Demonstra arrependimento, creditando à maternidade precoce a perda de sua juventude.

Durante quase dez anos, dedicou-se integralmente às atividades domésticas, em virtude da desaprovação do primeiro marido da possibilidade de ela trabalhar. Contudo, o alto custo de vida, conjugado com o reduzido ordenado de seu marido, resultou em um modo de vida acentuadamente precário. Segundo Monique, “nesses dez anos eu não tinha um guarda-roupa; minha roupa vivia dentro de um saco de lixo, entendeu?”.

A dificuldade crescente de custeio das despesas mínimas da casa ensejou o seu retorno ao trabalho, cabendo observar que foi na empresa em que começou a trabalhar que Monique conheceu o seu segundo marido. Diz se sentir feliz atualmente, por ter encontrado uma pessoa que, segundo ela, tem garra, disposição para trabalhar e não deixa tudo para depois. Agora, ela e o marido formam um time que projeta, por um lado, sair do aluguel e, por outro, criar os filhos para que tenham um bom trabalho no futuro, “mas, assim, não na limpeza!”, frisa ela.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A narrativa proposta para representar a trajetória familiar de Monique apresenta vários aspectos em comum com a das demais entrevistadas. Em primeiro lugar, reflete a presença de um núcleo familiar desestruturado, uma constante em quase todos os relatos. As experiências de maus tratos sofridas pelas entrevistadas, em maior ou menor grau, na infância, exceto no caso de Nazaré, cujo relato apontou para uma infância muito pobre, mas em um ambiente de muito respeito, influenciaram negativamente, em conformidade com a Teoria do

Reconhecimento Social (HONNETH, 2003), a construção de sua capacidade de autoconfiança.

Vale lembrar que usualmente as famílias de baixa renda apresentam níveis superiores de disrupção familiar (HARDY, 2016), apresentando maior incidência de divórcios, conflitos parentais e distância emocional entre pais e filhos; ademais, contam usualmente com menor volume de recursos relacionais para lidar de forma satisfatória com essas situações (BLUSTEIN et al., 2002). A dificuldade de os indivíduos estabelecerem relacionamentos seguros e confiáveis com outros significativos, capazes de proporcionar as fundações necessárias para o estabelecimento não só de uma autorrelação saudável, mas também de um relacionamento confiante com terceiros e com o mundo de forma mais ampla, é um fator que dificulta o potencial de exploração, decisão e adaptação a novos contextos, inclusive o educacional e o profissional (BLUSTEIN et al., 2011). Portanto, em linha com o argumento proposto por Souza (2012a), às limitações derivadas da posição ocupada no espaço social mais amplo soma-se a decorrente de um quadro de desorganização vivenciado no ambiente familiar, impactando negativamente o sentimento de autoconfiança e a capacidade de planejamento. Portanto, a disfuncionalidade vivenciada no ambiente familiar, onde são construídos, conjuntamente com os outros significativos, os significados primeiros do mundo social, teria a potencialidade de “contaminar” experiências subsequentes, ilustrando uma vez mais o relacionamento existente entre os múltiplos contextos.

Na amostra desta pesquisa, apenas em dois dos oito casos o núcleo familiar se revelou constituído pelo pai e pela mãe biológicos, sendo que em um desses casos a violência doméstica se mostrou presente desde cedo, associada a um quadro de uso abusivo de álcool por parte do patriarca. Vítima desse núcleo familiar, Regina destacou não só as consequências danosas do alcoolismo de seu pai, mas também os impactos da desestruturação familiar sobre a sua trajetória como filha mais velha.

O meu pai era uma pessoa que só vivia... era um alcólatra, né? Que quebrava tudo dentro de casa [...]. Eu vou logo falar a verdade: eu não tive infância, minha mãe teve muito filho; eu tive que cuidar das minhas irmãs, dos meus irmãos caçulas, cuidar da casa. Eu aprendi muito, né? [...] Com 15 anos, eu conheci o meu primeiro marido, né? [...] Entrei numa outra pensando que eu ia me livrar do sofrimento que eu passei com o meu pai. Ele batia

na gente, dava telefone. É! Nesse ouvido, eu vou ter que botar um aparelho auditivo devido a muita pancada que ele dava na gente. Nós vivemos uma vida difícil, né? Aí eu casei pensando que eu ia ter uma vida boa. (REGINA).

Igualmente digna de nota, nesse sentido, é a situação de Georgette, que morou até os 11 anos de idade em uma casa que não possuía água encanada, localizada em uma comunidade na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ela relatou que, desde muito cedo, em conjunto com os irmãos, teve que buscar em uma localidade próxima água, cujo transporte era feito em latas de tinta, em um trajeto percorrido a pé. Justificou essa rotina em virtude da saúde precária de sua mãe e do fato de seu pai morar com outra família, e visitá-los esporadicamente apenas para deixar comida. Ademais, à semelhança de muitas das outras entrevistadas, viu-se envolvida desde muito cedo com as atividades domésticas, especialmente em decorrência da situação de saúde da sua mãe.

Ela tinha problema de bronquite, então eu pequena com 6... 5, 6 anos, já comecei a trabalhar; já trabalhava dentro de casa. Então, quem tem bronquite não pode com poeira, né? Então, muita coisa eu fazia, entendeu? Ela tinha aquele problema, aí de noite ela me acordava pra eu poder limpar o que acontecia. Era bronquite asmática, né? Então, eu entendo [...] que já trabalhava desde esse momento. (GEORGETTE).

O envolvimento precoce com as atividades domésticas e o suporte à educação dos irmãos, notados nas narrativas de ambas, se fizeram presentes, ainda que em intensidades distintas, em muitas das demais narrativas. Interpretou-se esse fato como um sinal de antecipação da vida adulta, reportado por alguns autores como uma potencial influência negativa nos processos de transição, sobretudo da escola para o trabalho (KENDIG; MATTINGLY; BIANCHI, 2014). É possível relacionar, igualmente, origem social desprivilegiada com um sem-número de transições precoces – parentalidade, conjugalidade, escola-trabalho – (SCHOON; PETER; ROSS, 2007), associadas por sua vez a processos de exclusão social (MACDONALD et al., 2005). A esse quadro contrapõe-se outro, bem mais festejado e muitas vezes alçado ao padrão representativo dos novos tempos, que consiste na extensão do período educacional dos jovens, tempo em que investiriam na aquisição de credenciais e habilidades capazes de garantir-lhes níveis superiores de empregabilidade em um mercado altamente competitivo (BYNNER; PARSONS, 2002; MCDONALD et al., 2011). A contraposição desses dois padrões revela a existência de realidades díspares às quais subjazem

diferentes volumes e estruturas de capital, traduzida, entre outras coisas, em níveis diversos de suporte material e relacional.

Ao nível de desestruturação familiar vivenciado pela maioria das entrevistadas conjuga-se o baixo nível de formação educacional e profissional dos seus pais e a precariedade excessiva vivenciada em domínios como alimentação, saúde e moradia, destacando-se, neste último caso, o excessivo adensamento habitacional vivenciado, sobretudo na infância. Para Blustein (2002), é importante ressaltar a potencial fragmentação emocional decorrente da exposição a uma configuração estrutural que combina limitado acesso a recursos financeiros, e precárias condições de moradia e de atendimento de saúde. A conjunção de tais fatores implica igualmente a restrição da esfera do lazer, elemento distintivo das classes privilegiadas e populares (SOUZA, 2009).

É justamente essa a configuração familiar associada por Souza (2009) à posse de um reduzido nível de capital familiar. Defende-se, em linha com esse autor, que, ao incorporar sob a forma de disposições mentais e corporais a estrutura social circundante, precária, caótica e imprevisível, as entrevistadas teriam desenvolvido, por intermédio de um processo sociossimbólico de aprendizagem, um *habitus* precário (SOUZA, 2012a), caracterizado pela carência de disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo.

A gravidez precoce retratada por Monique revelou-se comum a todas as narrativas, com exceção da de Nazaré, correspondendo a um evento não planejado em seis dos oito casos. Destaca-se, ainda, o fato de que em cinco ocasiões a gravidez ocorreu em idade igual ou inferior aos 17 anos, sendo que, no caso de Bruna, a gravidez deu-se quando ela tinha apenas 12 anos. Conforme orientação normativa dominante, observou-se a assunção integral pelas narradoras da responsabilidade pelo cuidado dos filhos, contando com pouca ajuda dos pais das crianças. Questionadas acerca do envolvimento dos companheiros na rotina doméstica, declaram:

Nada menino! Ele não fazia nada, muito mal lavava uma louça. [...] Só levava minha filha na escola e pegava, porque ele trabalhava só final de semana, que ele é DJ. (BRUNA).

É ruim hein! ((risos)). Claro que não. Assim, trabalho de casa, tarefa, não. Isso aí era no começo, depois acabou ((risos)). (ANDREA).

A rotina de Nazaré é um retrato paradigmático do cotidiano destas mulheres, marcado por uma jornada tripla, resultado de uma divisão sexual do trabalho muito desigual entre homens e mulheres, suportada ideologicamente.

Acho que a mulher sofre muito. Porque tem que trabalhar em casa, tem que trabalhar fora, é uma luta muito grande pra mim. Eu já acho que a mulher trabalha o dobro do homem

[...]

Depois que tive minhas filhas pequena, aí eu tinha que levar pra creche [da igreja], da creche ia trabalhar [de sete às quatro da tarde]. E o pai delas pegava elas. [...] Acordava cedo, cinco horas, já ia arrumando elas pra mim levar pra creche, e da creche eu ia trabalhar.

[...]

[Meu marido] só ajudava um pouco com as crianças, mas a comida, janta, tudo era eu. Eu achei que eu me saí muito bem [...] com trabalho, criança e casa. (NAZARÉ).

Para além das complicações associadas à gravidez na adolescência, as evidências extraídas das narrativas revelam “o caráter indissociável entre classe social e gênero na compreensão [desse] fenômeno” (HEILBORN et al., 2002, p. 13). Muitas são as consequências negativas frequentemente associadas a uma gravidez não planejada, entre as quais estão os prejuízos decorrentes da eventual descontinuidade do progresso acadêmico e até mesmo a evasão escolar definitiva, com potencial repercussão no desenvolvimento profissional futuro. O fenômeno da gravidez não planejada é um bom exemplo para se tematizar a relação entre *turning point* e rotina, haja vista a tendência de as pesquisas acadêmicas atribuírem relevância, via de regra, ao primeiro elemento, enfatizando, consequentemente, o potencial de mudança. Hodkinson e Sparkes (1997), a partir de um estudo que investigou o processo de escolha de carreira de jovens inseridos em um programa de treinamento patrocinado pelo governo inglês, destacam o fato de existirem diferenças significativas entre o padrão de trajetórias profissionais entre os membros das distintas classes sociais. Evitando adotar uma perspectiva determinista, analisam o processo decisório subjacente à (re)produção destes padrões. O ponto relevante para o estudo das trajetórias familiares são as diferentes implicações de uma gravidez precoce, variável conforme o gênero e a classe social. A conjunção de padrões normativos dominantes com distintos *habitus* condiciona os efeitos resultantes da gravidez não planejada sobre as trajetórias educacional e profissional.

Segundo a tipologia proposta pelos autores, ainda que a gestação imprevista configure-se habitualmente em um *turning point* forçado, ao invés de iniciado voluntariamente, as rotinas precedentes e posteriores à gravidez, relacionadas ao *habitus*, condicionam diversamente os horizontes de ação das jovens mães. Portanto, ainda que as trajetórias individuais sejam indeterminadas, isso não se confunde com desvinculação contextual ou abertura irrestrita. Em linhas gerais, julga-se, à luz do quadro teórico proposto, que a maior probabilidade de ocorrência tanto de casos de gravidez precoce quanto de sua reincidência no curto prazo em jovens das classes menos privilegiadas está associada com um quadro mais amplo de falta de planejamento das atividades, cotidianas ou não (MACDONALD; MARSH, 2005). Expressa uma configuração existencial específica, na qual a relação com a dimensão temporal está assentada na valorização do momento presente, reflexo de um contexto familiar caracterizado por uma necessidade material acentuada e premente. Ao falarem de suas vidas, as entrevistadas, majoritariamente, fazem referência a um ambiente doméstico incapaz de lhes oferecer “uma vida familiar organizada e um mínimo de conhecimento incorporado, além de uma percepção temporal ordenada em função de um plano de vida racional, dentro da lógica do cálculo e da previsão” (FREITAS, 2006, p. 282). Consequentemente, suas formas de agir, pensar e sentir em nada se assemelham às disposições socioeconômicas usualmente vinculadas à noção abstrata de “ator racional” (SOUZA, 2012b).

É difícil imaginar como, em um ambiente marcado pela ausência de privacidade, pela exposição das crianças desde cedo à intimidade dos pais e por um quadro de miséria acentuada seria possível para essas mulheres escreverem suas biografias de forma reflexiva e planejada, assumindo as rédeas de seus destinos. Não parece razoável ignorar a existência de múltiplas fronteiras que, ao demarcarem seus horizontes de ação e de possibilidade, restringem o seu conjunto de escolhas e de estilos de vida disponíveis. A simples aproximação fenomenológica de tal realidade se mostrou suficiente para evidenciar, de forma nua e crua, não só a existência de toda sorte de barreiras, como também o seu baixo nível de permeabilidade em muitos dos casos, desafiando o entendimento dos que propõem que as carreiras (trajetórias) são “abertas, exploratórias, hipotéticas, problemáticas, desviantes, variáveis e apenas parcialmente unificadas” (STRAUSS, 1962, apud HODKINSON; SPARKES, 1997, p. 39).

Enfatiza-se, em contrapartida, haver uma tendência à “perpetuação de clivagens existenciais” (PONTES, 2015), traduzida ora nos termos de processos de imobilidade/reprodução social, conforme evidenciado neste trabalho, ora sob a forma de mobilidades ascendentes de escopo restrito que evidenciam “que as probabilidades de destino possuem eixos diferenciais muito definidos e, com efeito, esta circulação não ocorre ao caso: em sua maioria, estas mobilidades são de ‘curta distância’” (PONTES, 2015, p. 40). Casos que fogem à regra são, portanto, uma feliz exceção, nada mais do que isso. Todavia, conforme os demais casos, tais trajetórias estão inscritas na estrutura social, podendo ser compreendidas a partir de uma abordagem genealógica.

Como nos lembra Blustein (2011), abordagens relacionais oferecem um discurso alternativo às perspectivas que, à semelhança das carreiras sem fronteiras (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996) e proteana (HALL, 1996), articulam uma visão de mundo calcada sobre a generalização de uma natureza humana muito particular, correspondente a indivíduos autônomos que perseguem conscientemente seus objetivos, e que se orientam por valores substantivos que sinalizam, acima de tudo, uma lealdade para consigo. Rememoram o fato simples de o mundo real ser constituído por uma maioria de sujeitos desprovidos das condições sociais e simbólicas que lhes permitam atravessar as fronteiras físicas e psicológicas que limitam suas trajetórias. Tais indivíduos tampouco tendem a se orientar segundo uma configuração moral que privilegie o sucesso psicológico à dimensão material ao longo de suas trajetórias.

4.3

Trajetória social: redes concêntricas e imobilidade

O conceito de trajetória social adotado neste tópico reflete o reconhecimento do impacto exercido pelas múltiplas esferas de sociabilidade nos processos de socialização e de (re)produção das iniquidades sociais. Tomando-se por base as narrativas das informantes, privilegiaram-se os laços familiares e comunitários, destacando-se, inclusive, suas trajetórias de lazer, definidas como “os modos de tempo livre, atividades de lazer e de socialização nos quais uma pessoa se engaja e o modo como estes mudam ou persistem ao longo do tempo” (SHILDRICK; MACDONALD, 2007, p. 341). No tocante a este último aspecto, buscou-se

compreender, em primeiro lugar, a configuração das atividades recreativas exercidas ao longo da infância e da adolescência das entrevistadas, para então adentrar aspectos relacionados à sua vida adulta. No primeiro caso, verificou-se, como regra geral, uma restrição parental consciente dos espaços de lazer ao universo doméstico. Observou-se igualmente a relevância do universo escolar na suplementação das atividades recreativas, o que permitiu evidenciar, uma vez mais, a interdependência contextual.

A mamãe não deixava a gente ir pra rua. [...] Papai não deixava a gente se misturar com ninguém. Pra não dar fofoca, não dar briga, senão ele batia na gente. (ADRIANA).

Meus avós não deixava eu ficar na rua. Eu ficava, assim, no quintal com as meninas da minha idade [...]. Tinha mais lazer, assim, na escola. (ALESSANDRA).

Uma explicação para a referida restrição das atividades de lazer ao domínio privado remete à eventual preocupação dos pais e/ou responsáveis com potenciais influências negativas exercidas pelas redes de relacionamentos vicinais estabelecidas entre jovens que residem em localidades com altos índices de criminalidade e violência. Consistentes com tais preocupações, algumas pesquisas indicaram a relação existente entre o desenvolvimento de carreiras de lazer em espaços públicos nas comunidades carentes, o estabelecimento de redes de relacionamento locais e a iniciação de carreiras criminais e relacionadas a drogas (CORR, 2014; MACDONALD; MARSH, 2005). A externalização das rotinas de lazer foi correlacionada, igualmente, com o incremento do risco de ocorrência de eventos de gravidez e parentalidade precoces (MACDONALD; MARSH, 2005). A materialização de tais riscos encontra-se retratada, de forma cristalina, nas palavras de Alessandra:

[Nos] meus avós eu era mais presa, meus avós botava limite em certas coisas. Tinha hora pra dormir, hora pra tomar banho, hora pra comer, hora pra tudo. Já quando eu vim pra minha mãe, já era meio solta; eu que fazia meus horários. Não tinha tanta pressão como eu tinha com os meus avós [...] Era uma bagunça. Então, não tinha regra, cada um fazia o que queria, ficava na rua até a hora que quisesse. [...] Eu não me perdi por conta de eu ter uma bagagem familiar antes, então, eu levei aquilo pra mim. [...] Mas se eu tivesse, talvez, nascido dentro dessa família sem regra, talvez eu tivesse a bagagem dessa família. Então, me perderia bem mais cedo, porque minhas primas, a maioria tiveram envolvimento com o tráfico, com traficantes, engravidaram cedo. A maioria tem um filho, mas o filho é de bandido. Todo mundo da minha família, um filho é bandido.

Engravidaram cedo, não construíram família. Eu, não; eu tenho a minha casa, o meu esposo, os meus filhos, e foi o que eu quis pra mim.

Não se deve descartar, contudo, que a aventada limitação pode decorrer ainda de uma educação familiar patriarcal, que associa o gênero feminino com a esfera privada e o masculino, com o domínio público (MATTOS, 2006; MCDONALD et al., 2011).

Se o domicílio e a escola emergem como ambientes privilegiados de entretenimento em contextos marcados por “experiências de lazer empobrecidas associadas não apenas à desvantagem estrutural nos níveis familiar e individual, mas também às limitadas amenidades de lazer disponíveis na vizinhança” (CORR, 2014, p. 127), não há como desconsiderar o fato de que a família ampliada complementa, em boa parte dos casos, o universo de possíveis em termos de recreação e divertimento.

Minha mãe, por ter muito filho, não levava a gente pra lugar nenhum [...]. Conheci *shopping*, praia, essas coisas assim [...] através da família do meu pai. Entendeu? Minha tia Luciana não mora aqui, ela mora na Ilha. Ia muito pra casa dela. (BRUNA).

Lazer com os meus avós era na casa dos parentes; minha vó ia muito. A gente ia muito pra casa do meu tio em Bonsucesso. Lazer, assim, de lugares diferentes, com a minha vó, eu só me lembro de ter ido na praça. (ALESSANDRA).

Quando eu era criança foi muito difícil minha vida. Muito difícil porque meus pais eram pobres [...] Todo dia eu ia pra casa da minha tia [...], ficava lá brincando do dia todo. A gente foi criada muito presa, sabe? Não podia sair, não. (NAZARÉ).

Cabe observar, igualmente, que as atividades de lazer relatadas têm o potencial de operar como mecanismos que reforçam e condicionam, desde a mais tenra infância, o desenvolvimento de disposições manuais, alternativamente a disposições intelectuais ou reflexivas, mais compatíveis com os modos escolares de aprendizagem (LAHIRE, 1997). Quando questionadas acerca da prática de jogos de tabuleiro, da leitura ou da escrita na infância e na adolescência, as interlocutoras responderam com um uníssono “não”. Mostraram-se incapazes de fazer referência a alguma literatura de sua preferência ou, em termos mais gerais, a algum livro que tenham porventura lido.

As temáticas relacionadas às brincadeiras narradas tendem, conforme se pode depreender das narrativas a seguir, a cancelar “a divisão de universos de domínio – os homens no domínio público, e as mulheres, no domínio privado” (MATTOS, 2006, p. 170).

A gente brincava muito de casinha, de panelinha. Meus primos [...] que faziam a casinha de folha de bananeira pra gente brincar debaixo. [...] Também brincava assim nos pés da mangueira, subindo, descendo, pegando. (NAZARÉ).

[Antigamente] aqui atrás era tudo lama. Tinha uma lixeira e tinha muita árvore, sabe assim? [...] Não era um matagal, não, mas assim, era muita árvore assim, tudinho. A gente brincava de fazer compra no lixo, compra as coisas ((risos)), pegava as coisas e fazia casinha. [...] Aqui tinha muito chiqueiro, muito chiqueiro vazio e muito chiqueiro que tinha porcos ainda. Então, no chiqueiro vazio, a gente entrava e fazia casinha, brincava de casinha. “Ah, vamos fazer compra na lixeira e pegava coisas”. E a gente brincava de aventura, meio doideira ((risos)). Aí era tudo lama, lama. A gente ia, fingia que era aventura, porque a gente via muito desenho. (BRUNA).

Conforme enfatizado à exaustão, assume-se nesta tese que as disposições comportamentais, avaliativas, emocionais e morais guardam relação direta com a posição social ocupada pelos indivíduos, inter-relacionada à configuração de suas relações interpessoais (SAYER, 2005; SOUZA, 2012a) e, portanto, a uma figuração específica (ELIAS, 2014). Tal pressuposto assume especial relevância quando combinado com o diagnóstico segundo o qual, em se tratando de contextos de vida material e simbolicamente precários, as redes de relacionamento localmente incrustadas, materializadas em redes familiares e vicinais de reciprocidade e solidariedade, constituem-se em mecanismo gerativo intransparente de reprodução de desigualdades sociais de toda sorte (MACDONALD; MARSH, 2005). A dialética entre redes de relacionamento e exclusão social alinha-se com o diagnóstico proposto por Granovetter (1973), segundo o qual os laços fracos, ou seja, aqueles mantidos com terceiros mais distantes (p. ex. antigos colegas de escola e conhecidos), são mais valiosos enquanto mecanismo de geração de oportunidades sociais, inclusive profissionais, se comparados com os laços fortes, relacionados, sobretudo, às redes familiar e vicinal. Assume relevância aqui o conceito de capital social (BOURDIEU, 1990; SOUZA, 2012a), pensado nos termos de redes interpessoais de relacionamento

passíveis de mobilização pelos indivíduos e cujo valor está em função direta do volume de capital econômico e cultural rentabilizado por seu intermédio.

Cabe aqui uma breve alusão ao debate presente na literatura de carreiras, no qual o conceito de capital social não é usualmente definido em termos relacionais – ao menos da forma proposta nesta pesquisa. Segundo Raider e Burt (1996), as redes de relacionamentos individuais exercem destacada influência nas *performances* de carreira, haja vista sua relação não só com a geração de oportunidades profissionais, mas também com a potencialidade de sua realização em termos concretos. Sua relevância nos tempos atuais, segundo os autores, decorre do enfraquecimento dos mercados internos de trabalho e da maior mobilidade interorganizacional, os quais demandam dos indivíduos uma gestão ativa do seu portfólio de contatos. O foco desses autores, influenciados por Granovetter (1973), é dirigido à configuração das redes de contatos, cuja vantagem competitiva seria diretamente proporcional à existência de desconexões entre contatos, correspondentes à noção de buracos estruturais. Considerando-se sua proposta, a configuração da rede de relacionamentos das entrevistadas é crítica, conjugando um restrito número de contatos, uma alta representação de laços fortes e uma baixa representatividade de descontinuidades em seu interior, e expressando, conseqüentemente, um pequeno horizonte de oportunidades, sobretudo no campo profissional. A situação complica-se ainda mais quando consideramos a abordagem bourdieusiana que, ao reinscrever a rede no espaço social, atribui relevância ao retorno potencial, principalmente em termos de capital cultural e econômico, dos investimentos que os indivíduos devotam à manutenção e alavancagem de seu capital social (BOURDIEU, 1998b, 2013).

Portanto, em linha com os resultados das análises empreendidas por Perri 6 (1997), os relatos narrados pelas entrevistadas refletem uma configuração de interdependência concêntrica caracterizada por uma pobreza de laços sociais, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, estabelecidos em sua maioria no âmbito dos domínios comunitários próximos. Inexiste, como regra geral, a conversão gradual dos laços fortes estabelecidos na infância, centrais para a saúde física e emocional nos estágios iniciais do desenvolvimento, em laços fracos, fundamentais enquanto mecanismos de geração de oportunidades de trabalho e de ascensão profissional (MACDONALD; MARSH, 2005). As histórias de vida narradas pelas interlocutoras desta pesquisa coadunam-se com o diagnóstico

traçado por Perri 6 (1997) a partir de sua análise acerca do fenômeno da exclusão social na Inglaterra.

Em alguns dos lugares mais desfavorecidos, o tecido das redes sociais foi abandonado de tal forma que os esforços individuais não são suficientes para permitir que as pessoas saiam da pobreza em momento algum de seu ciclo de vida. (PERRI 6, 1997, p. 1-2).

À semelhança dos resultados das pesquisas de Perri 6 (1997) e MacDonald e Marsh (2005), o capital social detido pelas informantes revelou-se uma fronteira pouco permeável, dificultando a possibilidade de mobilidade inter e intrageracional. Como mostra, logo abaixo, o processo de busca por posições de trabalho esteve associado via de regra a estratégias informais pautadas em indicações de familiares e vizinhos, constituindo-se, em uma fronteira adicional interposta ao longo de suas trajetórias profissionais.

“Na Taurus foi a Adriana [irmã e aqui na Impacto também foi ela” (REGINA).

“Um amigo da igreja, ele é dono da empresa, o Marcelo. Ele falou que estava precisando de uma pessoa pra trabalhar, de confiança, aí a minha amiga falou, ‘pô, tem a Adriana’ [...] ele me chamou [e disse] ‘você traz sua carteira amanhã no culto?’. Eu falei ‘trago’” (ADRIANA).

“[O primeiro de casa de família] foi minha cunhada, [...] o segundo foi um vizinho meu, que eu estava desempregada [...] hoje ele é meu esposo ((risos)). Ele passava pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. [...] Chegamos eu e minha irmã, e minha irmã, ‘não, eu vou pedir’, era casa de família” (GEORGETTE).

“Na casa de família, foi colega da minha mãe [...] que mora perto e falou pra minha mãe. [...] A minha prima me levou pra pegar apartamento. [...] Primeiro de carteira assinada foi meu ex-marido [...] No hospital foi a sobrinha dele, que [era] chefe lá do hospital e que me encaixou” (MONIQUE).

“[O primeiro emprego] era porque era conhecido da minha mãe. Eu só ajudava a tomar conta da garotinha, das crianças, entendeu? Tava errado porque eu só tinha 12 anos, mas era o que ajudava minha mãe. [...] Ai depois eu saí de lá, eu fui trabalhar na casa de uma senhora. Aí fiquei lá cinco anos. [...] Depois saí e fiquei na casa dessa senhora, que fiquei 10 anos. [...] Nenhum deles com carteira assinada [...] Como eu precisava e [o meu marido] tinha ido embora, eu não podia ficar desempregada, então mesmo sem carteira assinada, eu fiquei trabalhando” (ANDREA).

Acredita-se que a noção de trajetória habitacional descrita a seguir possa auxiliar na relativização dos diagnósticos que generalizam para o conjunto da população situações tipificadas por um alto grau de desenraizamento. Como se pôde observar nesta pesquisa, o desencaixe de contextos locais não se revela universal, tampouco os modos contemporâneos e reflexivos de reencaixe temporal e espacial (GIDDENS, 1997, 2002), cuja expressão máxima é a figura do expatriado. Associado às modalidades emergentes de trajetória ocupacional, esse tipo ideal incorpora noções como construção ativa de capital de carreira e dinâmica cíclica de aprendizagem profissional, cujo eterno retorno à fase de exploração a distinguiria da usualmente associada às carreiras tradicionais, tendentes, via de regra, à estabilização em sua etapa de manutenção (SHEN; HALL, 2009).

Deve-se evitar, portanto, a generalização retórica da figura do expatriado como modelo normativo, uma vez que ela ignora toda sorte de fronteiras, representadas, antes de tudo, pela existência de múltiplas barreiras culturais (WALTON; MALLON, 2004; ITUMA; SIMPSON, 2004; DE CALWÉ; VAN DOOREN; JANVIER, 2014), inclusive linguísticas. Ao largo da reificação simbólica representada pela glamourização de trajetórias globais catapultadas por capitais de carreira robustos, desenvolve-se uma multiplicidade de trajetórias de carreira precárias, condicionadas por inúmeros fatores, a começar pelo enraizamento local típico de muitos dos membros da ralé brasileira (SOUZA, 2009), ilustrado no tópico a seguir.

4.4

Trajetoórias habitacionais: nomadismo local e agência

Modalidade particular de trajetória individual, a noção de trajetória habitacional também vem sendo impactada pelas teses da modernidade reflexiva (BECK, 1997; GIDDENS, 1997, 2002), calcadas em um deslocamento da eficácia causal das condicionantes estruturais exercidas sobre as trajetórias ou biografias individuais em favor dos efeitos decorrentes da ação reflexiva individual. Segundo essa visão, a influência conjunta da tradição familiar e dos outros domínios associados à socialização primária dilui-se quase por completo sob a ação dos múltiplos mecanismos de desencaixe inerentes à alta modernidade

(GIDDENS, 1991). Consequentemente, “a renovação [reprodução de práticas das gerações anteriores] perde muito de seu significado nas situações de alta modernidade, onde as práticas são repetidas apenas se forem reflexivamente justificáveis” (GIDDENS, 2002, p. 137).

Decisões envolvendo aspectos variados, entre as quais a de onde viver, ver-se-iam libertadas, portanto, do efeito condicionante exercido por múltiplas externalidades operantes anteriormente, remetendo à emergência na atualidade de um novo padrão de processo decisório, interna e reflexivamente referenciado.

O lugar torna-se assim muito menos significativo do que costumava ser como referente externo da vida do indivíduo. A atividade espacialmente localizada fica cada vez mais envolvida com o projeto reflexivo do eu. Onde a pessoa vive, pelo menos a partir do início da vida adulta, é uma questão de escolha organizada principalmente em termos do planejamento da vida da pessoa. (GIDDENS, 2002, p. 138).

Segundo tais perspectivas, pautadas pela generalização de uma abordagem voluntarista da realidade social, um dos efeitos primordiais do alegado aumento dos graus de reflexividade individual seria a crescente representatividade de trajetórias não lineares, marcadas, sobretudo, pelo prolongamento da permanência dos jovens adultos na casa dos pais. Tal tendência seria o resultado de múltiplas influências como: a extensão programada da trajetória educacional com vistas a adquirir maior empregabilidade (BYNNER; PARSONS, 2002), o adiamento do casamento e da maternidade, e a crescente relevância atribuída às esferas do lazer e do consumo (MCDONALD et al., 2011).

Contudo, representantes de perspectivas estruturalmente orientadas rejeitam a generalização de tais argumentos, defendendo a existência, à luz dos resultados de pesquisas desenvolvidas em múltiplos contextos nacionais, de uma significativa polarização na forma com que distintos grupos, diferenciados em termos de classe social, gênero e etnia, vivenciam as mudanças recentes, que podem ter natureza social, econômica, cultural, política ou individual (MACDONALD; MARSH, 2005).

A partir da análise quantitativa de estatísticas oficiais norte-americanas, Kendig, Mattingly e Bianchi (2014) verificaram que jovens das classes pobres tendiam a estabelecer muito cedo a sua independência financeira, usualmente associada à saída da casa dos pais, com impactos negativos sobre o potencial de investimentos em suas trajetórias educacional e profissional. Em contrapartida,

jovens adultos das classes privilegiadas apresentaram tendencialmente um padrão de transição mais lento, permanecendo por mais tempo na residência dos pais, cujo suporte financeiro e emocional se revelou significativo. Resultados similares foram apontados por pesquisa realizada por Abrantes (2014), que, a partir de um enfoque biográfico de análise, corroborou a transição precoce de indivíduos da classe trabalhadora em Portugal, seja da escola para o trabalho, seja do domicílio de parentes para moradia própria. Portanto, mais do que uma sociedade pautada por riscos vivenciados individualmente (BECK, 2010), essas e outras pesquisas sugerem a emergência de ameaças que, coletivamente sentidas, evidenciam a existência de “trajetórias de classe” (ABRANTES, 2014).

De especial relevância para os fins aqui propostos é a tipologia proposta por Ford, Rugg e Borrowes (2001), resultante de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa que investigou a existência de padrões específicos de trajetória habitacional em cinco regiões no Reino Unido. Diversamente da homogeneidade usualmente propugnada pelos teóricos da modernização reflexiva, foram mapeadas cinco modalidades de trajetória – caótica, não planejada, restrita, planejada (não estudantil) e planejada (estudantil) –, cujas características principais são apresentadas no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Tipologia das carreiras habitacionais

Trajatória	Características
Caótica	Transição devido a conflitos familiares com os parentes (mudança involuntária associada à impossibilidade de retorno para a casa dos pais); ausência de planejamento; restrições significativas (econômica e disponibilidade de moradia); ausência de suporte familiar; alcance espacial da mudança limitado local ou nacionalmente; mudanças frequentes e eventual transição para o <i>status</i> de sem teto.
Não-planejada	Transição motivada usualmente por gravidez não planejada e formação de um novo núcleo familiar (voluntária); ausência de planejamento; restrições substanciais (sobretudo econômica); presença de suporte familiar e oficial (habitação social); frequentes mudanças de domicílio no âmbito local, sendo comum o retorno para a casa dos pais.
Restrita	Transição planejada em função de questões profissionais ou busca de independência; restrições significativas; suporte familiar; mudança voluntária; alcance espacial local ou regional.
Planejada (não-estudantil)	Transição planejada associada à formação de um novo núcleo familiar ou a níveis superiores de independência econômica; nível gerenciável de restrições; suporte familiar; alcance espacial local, regional ou nacional; aluguel como situação transitória rumo à aquisição da casa própria.
Planejada (estudantil)	Transição planejada relacionada à entrada no ensino superior; nível gerenciável de restrições; suporte familiar superior aos demais casos; retorno a casa dos parentes; trajetória carrega consigo expectativas culturais de moradia compartilhada ou comunal associada a um estilo de vida específico; aluguel ou acomodação estudantil tendendo à aquisição da casa própria no futuro, sendo comum o retorno para a casa dos pais.

Fonte: Ford, Rugg, Borrowes (2001)

As trajetórias habitacionais verificadas a partir da análise das histórias de vida acessadas nesta pesquisa corresponderam, em sua maioria, ao padrão “não planejado”, ainda que se tenham verificado ocorrências alinhadas às modalidades caótica e restrita. A despeito de divergirem em alguns pontos, os itinerários

trilhados pelas entrevistadas compartilham algumas características comuns, tais como ausência de planejamento, presença de fortes restrições financeiras e presença de suporte familiar, ainda que em graus diferenciados, com exceção de um único caso, no qual a transição se deu em virtude de um conflito familiar. Corroborando os achados de MacDonald e Marsh (2005), as trajetórias descritas caracterizaram-se por um número elevado de deslocamentos em uma mesma localidade, incluindo eventuais retornos para a casa de parentes, remetendo à ocorrência de fenômenos específicos descritos pelos autores – “nomadismo local” e “carreiras ioiô”. São apresentadas, a seguir, duas narrativas que ilustram trajetórias singulares, ilustrativas dos padrões “não planejado” e “restrito”.

Quadro 7 – Do sertão nordestino para a zona sul carioca: a saga de Nazaré

Nascida e criada em um município localizado na zona rural no interior do estado do Ceará, sob condições de existência marcadas por acentuada precariedade, Nazaré, aos 20 anos de idade, muda-se para a casa de uma tia em Fortaleza, em busca de oportunidades de conclusão do ensino fundamental e de emprego, inexistentes em sua terra natal. Passados dez anos de sua chegada à capital cearense, consegue finalmente realizar o sonho que nutriu ao longo de muito tempo; migra para a cidade do Rio de Janeiro para morar com outra tia, que havia tentado a sorte grande décadas antes. Após três dias de viagem, aporta na zona sul da cidade, ainda que em uma zona conflagrada. Chega finalmente à região do Boiadeiro, na favela da Rocinha, local de seu novo domicílio. Vê-se inserida, a partir de então, em uma paisagem que remete de um lado a algumas das construções com o metro quadrado mais valorizado da cidade, vizinhas a um campo de golfe e a hotéis de luxo, e de outro a uma zona de exclusão social desprovida de esgoto sanitário e do provimento de outros serviços públicos essenciais.

Dois anos mais tarde, muda-se para uma moradia situada na mesma vizinhança, quando passa a dividir as despesas domiciliares com uma colega. Pouco tempo depois, se casa e vai morar na casa da sogra, igualmente situada na Rocinha, onde permanece por alguns anos. Uma vez conquistada uma situação de mínima independência financeira, muda-se com o marido para outro imóvel na mesma comunidade, um domicílio que deixaria para trás em dezembro de 2017, após a deflagração da mais recente guerra do tráfico local. A mudança realizada às pressas e em condições financeiras desfavoráveis traduziu-se em um deslocamento adicional nos limites da Rocinha.

Após a nossa entrevista, em uma terça-feira pela manhã do mês de janeiro de 2018, quando tive o infortúnio de cruzar com uma batida policial do Batalhão de Operações Policiais da Polícia Militar (BOPE) em um ponto de ônibus localizado justamente na entrada da Rua 2 – antigo endereço de Nazaré e área mais afetada pela violência –, ela me confidenciou que não via a hora de se aposentar e retornar para a sua terra. “Eu acho que pra mim já deu. Eu quero voltar pra ficar perto da minha família [...] Sinto falta, assim, de ter um colo da minha mãe, de irmã pra conversar”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Diversamente do caso de Nazaré, a trajetória habitacional percorrida por Alessandra não revelou deslocamentos inter-regionais, tampouco contou com algum grau de planejamento no período inicial de transição. Comum a ambos os casos foi o caráter local das mudanças domiciliares, revelando a existência de

fronteiras que expressam tanto a influência da estrutura de oportunidades subjacente ao processo de “escolha” domiciliar quanto o enraizamento local das entrevistadas, potencialmente vinculado à rede familiar e vicinal circundante, fundamental para que essas mulheres possam conciliar suas trajetórias familiar e profissional com a educação de seus filhos.

Quadro 8 – Subindo e descendo a ladeira: a trajetória de Alessandra

Nascida e criada até os 9 anos de idade pelos avós paternos na favela do Turano no bairro da Tijuca, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, Alessandra mudou-se, após o falecimento de sua avó, para a casa da mãe, localizada em uma comunidade no bairro de Santa Teresa, bairro situado nos limites da zona sul com a região central da cidade. Conforme retratado por ela, a tão sonhada mudança resultou em profunda frustração, dada a significativa disjunção entre sonho e realidade.

Distante, desde o seu nascimento, da mãe, com quem se encontrava apenas nas férias escolares de fim de ano, Alessandra, órfã de pai – assassinado tragicamente pelo tráfico de drogas com que esteve envolvido desde cedo – aportou na casa da genitora, moradia que passou a dividir com mais quinze moradoras, entre tias, primas e irmãs; era uma casa com dois dormitórios. Alguns anos mais tarde, muda-se com a mãe para uma área situada em um ponto mais abaixo na favela – “que era própria, não, era alugada. Mas aí já morava só eu, minha mãe e minha outra irmã”.

Aos 19 anos, após o nascimento do seu primeiro filho, vai morar na casa da sogra, um pouco mais acima na comunidade, com o seu companheiro, com quem havia iniciado um relacionamento três anos antes. Pouco tempo depois, muda-se com marido e filho para morar “dentro de um cubiquinho”. A precariedade vivenciada no período de transição fica clara em seu relato narrado aqui em primeira pessoa: “eu não tinha guarda-roupa, não tinha cama, minhas roupas eram num saco. Eu dormia em um colchão, mas vivia bem, até melhor do que quando eu morava com a minha sogra. Aí depois eu consegui emprego, que aí eu comprei o guarda-roupa. Depois eu fiquei grávida da minha filha e comprei a cama”.

Com a ampliação da família, aluga uma casa de dois quartos, localizada na parte mais alta da comunidade, local em que ocorreu uma das entrevistas para os fins desta pesquisa. Ao elogiar sua casa por estar bem cuidada, ouço como resposta que todo aquele esmero se devia à influência que sofreu dos avós na primeira infância, cuja disciplina viria a contrastar com a desordem vigente na casa da mãe, onde, segundo a entrevistada, tudo “era uma bagunça”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Tomadas em seu conjunto, as trajetórias analisadas até aqui retratam uma realidade particular que reflete um cenário de fechamento de oportunidades, no qual os laços intersubjetivos em boa parte se limitam à família e ao contexto vicinal, reproduzido desde a infância. Mesmo as parcas atividades de lazer, nas quais se inclui a frequência à igreja, tendem a ser praticadas em locais próximos às suas casas e/ou com parentes e vizinhos. O nível acentuado de precariedade objetiva implica ainda um acesso limitado à tecnologia e, portanto, à eventual variabilidade informacional e contextual a ela associada, conforme retratado por Abrantes (2014).

O reconhecimento da interdependência entre as múltiplas trajetórias consideradas nesta pesquisa é um alerta no sentido de evitar a supervalorização da dimensão organizacional no delineamento das carreiras individuais, de modo que não se perca de vista a inter-relação entre as múltiplas dimensões da realidade social. Coloca-se ênfase justamente sobre a relação dialética entre o lugar tanto social quanto geográfico ocupado pelos indivíduos e todo um conjunto de relações materiais, sociais, morais e simbólicas que condiciona seus horizontes de vida e as perspectivas de mobilidade social (ALLEN; HOLLINGWORTH, 2013, p. 513).

Em linha com os resultados de pesquisas quantitativas (ABRANTES, 2012; BERTONCELO, 2013; SAVAGE et al., 2013) e qualitativas (MACDONALD; MARSH, 2005), defende-se nesta tese que a combinação de reduzidos volumes de capital econômico, cultural e social – este último caracterizado pelo estabelecimento de redes de relacionamentos tipificadas por um reduzido número de laços fortes e escassez de laços fracos –, incapazes de rentabilizar os investimentos neles aplicados, guarda relação direta com o fechamento, ainda que parcial, de suas possibilidades de inserção e desenvolvimento profissional, como se pretende mostrar a seguir. A principal razão que parece estar associada a esse fato é a verificação, empiricamente constatada nesta pesquisa, de que usualmente as oportunidades de trabalho perseguidas pelas entrevistadas resultam ora de indicações feitas por familiares e vizinhos, ora de estratégias informais como a busca de porta em porta de qualquer oferta de trabalho. Ainda que não se pretenda encerrar as realidades das entrevistadas em um ciclo da pobreza, há de se reconhecer que a conjunção dos referidos fatores implica a imobilidade social como resultado mais provável.

Quaisquer discussões contextualizadas acerca da noção de agência no delineamento das trajetórias individuais, inclusive profissionais, devem considerar a existência de múltiplas fronteiras que apreendem os membros das frações dominadas das classes populares em uma realidade caracterizada por horizontes restritos de ação e de oportunidades. Ao menos no caso das entrevistadas desta pesquisa, sua rede de relacionamentos revelou-se mais um mecanismo de reprodução de uma existência aprisionada a privações de toda sorte do que de libertação ou, ao menos, de alívio desse quadro. Não parece razoável, à luz das considerações aventadas até o momento, representar tais indivíduos como agentes

livres (ARTHUR, 1994) tampouco como capitalistas de carreira ou empresários de si mesmo (INKSON; ARTHUR, 2001).

4.5

Trajetória educacional: fronteiras sociais, simbólicas e morais

Em linha com as demais trajetórias tratadas até aqui, a dimensão educacional não escapou ao alcance das teses que apregoam a universalização da oferta crescente das possibilidades de escolha e das oportunidades disponíveis aos atores, associada aos crescentes níveis de reflexividade individual e institucional. Uma das interpretações mais comuns dessa tendência remete a um alongamento da trajetória educacional, não necessariamente linear (BYNNER; PARSONS, 2002; MCDONALD et al. 2011), estratégia utilizada pelos indivíduos para assegurar-lhes níveis superiores de empregabilidade para concorrer em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996).

É fato a expansão da oferta educacional nas últimas décadas, sobretudo no ensino superior (CARDOSO, 2008a; CROZIER et al., 2008) que proporcionaria às classes populares, ao menos de acordo com os discursos governamentais, a tão sonhada oportunidade de mobilidade social (LOVEDAY, 2014). Talvez o maior dos erros subjacentes a tal diagnóstico esteja na assunção da educação enquanto variável exógena, à semelhança das categorias sexo e idade, desconsiderando-se, entre outras coisas, a relação direta existente entre as chances de os indivíduos ingressarem em escolas de elite e sua classe social (MACLEAN; HARVEY; KLING, 2014).

Não menos importante foi a dissociação verificada entre o processo de expansão educacional e a oferta quantitativa e qualitativa de postos de trabalho, o que resultou na inflação dos diplomas escolares e em níveis superiores de incerteza quanto ao potencial de retorno dos investimentos educacionais (ATKINSON, 2010; HANSEN, 1997). Assim, a “democratização” do acesso educacional correspondeu, paradoxalmente, à emergência de um processo significativo de hierarquização das instituições de ensino (CROZIER et al., 2008). Para Bourdieu (2013), o que se verificou a partir da expansão do acesso ao ensino foi uma verdadeira translação das taxas de escolarização ou, em outros termos, o

deslocamento para cima de toda a estrutura de distribuição de possibilidades objetivas, cuja implicação foi a manutenção das distâncias relativas entre as distintas classes e frações de classe.

Outro aspecto que contribuiu para o persistente cenário de reprodução social, ainda que com uma nova roupagem, foi a adoção de novas estratégias pelos grupos dominantes, inclusive sob a forma do emprego de taxas superiores de conversão do capital econômico em capital cultural institucionalizado. Como resultado, os esforços empreendidos por aqueles nas posições inferiores tenderam a ser compensados “pelos esforços despendidos pelos grupos mais bem posicionados para conservar a raridade e a distinção de seus bens e diplomas” (BOURDIEU, 2013, p. 155).

As fronteiras que se fazem presentes ao longo dos percursos educacionais não são de natureza apenas objetiva, mas também subjetiva, emocional ou psicológica. Nesse sentido, cabe observar que, em muitos dos casos em que os jovens das classes populares são bem-sucedidos em suas trajetórias escolares, o custo psicológico se revela acentuado, refletindo a introjeção, mental e corporal, do conflito entre duas lógicas de atuação distintas e contraditórias – a da escola, espaço por excelência do modo de aprendizagem escolar, e o da família popular, ambiente regido, usualmente, por um *modus operandi* prático (LAHIRE, 2004). A contradição explícita, passível de ser vista a olhos nus, “engendra um senso de contradição e ambivalência em termos do *habitus*” (INGRAM, 2011, p. 300). É comum nesses casos que se faça referência à clivagem do *habitus* – *habitus clivé* – para dar conta da existência de uma disjunção disposicional interiorizada pelos agentes em decorrência da sua inserção em contextos regidos por lógicas dissonantes (FRIEDMAN, 2016; REAY, 2015).

Via de regra, a relação das crianças e dos adolescentes das classes populares com a educação tem-se revelado difícil e custosa em termos emocionais, sendo o fracasso acadêmico o resultado mais provável (REAY, 2001, p. 335). Isso porque, diversamente das crianças de classe média, não se encontram sujeitos, em grande medida, a um “trabalho pedagógico primário” desenvolvido no seio familiar (ATKINSON, 2010, p. 736). Não se encontram inseridos, portanto, em uma rede de interações cotidianas capaz de fornecer-lhes, previamente ao ingresso no

universo escolar, as bases do aprendizado do domínio da linguagem formal e informal, das relações lógicas abstratas e dos códigos culturais.

Em sua grande maioria despossuídos de um patrimônio disposicional coerente com o modo de aprendizagem escolar, as crianças das classes populares estão propensas a sofrer pressões associadas com o sistema normativo dominante, que, ao privilegiar aqueles comportamentos congruentes com o *habitus* primário – disciplina e autocontrole, sobretudo –, tende a patologizar modos de existência dissonantes (REAY, 2001). Um caso especialmente sensível é o das escolas situadas nas periferias – situação em que se enquadra boa parte das instituições frequentadas pelas entrevistadas. A representação desses espaços no imaginário social, enquanto lugares marginalizados e patologizados, reflete uma geografia da exclusão social (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015) que traduz, em termos espaciais, o sistema de clivagens sociossimbólicas dominante (REAY, 2004).

As implicações em contextos periféricos como o Brasil revelam-se ainda mais dramáticas, em função do *gap* qualitativo inicial entre as escolas públicas e as de elite. Nesse sentido verificou-se, no cenário nacional, nas últimas décadas, o aprofundamento do fosso que separa ambos os grupos (ALGEBAVILE, 2009; SENA; SOUZA, 2011); a polarização atinge o seu máximo quando se tomam como referência as escolas públicas localizadas nas margens do sistema social, sobretudo nas favelas. Portanto, não se trata de um processo de hierarquização meramente simbólico, mas também objetivo, materializado na segregação espacial dessas escolas. Configuram-se, portanto, fronteiras de natureza tanto psicológica quanto física (REAY, 2004).

O pior dos cenários na atualidade recai sobre os grupos de indivíduos nos quais à posição subordinada que ocupam no sistema de posições sociais soma-se uma situação educacional que, ao corresponder a um volume de capital cultural dissociado do deslocamento da estrutura de oportunidades escolares, representa um entrave adicional para a sua inserção no mercado de trabalho competitivo. É comum na literatura norte-americana de carreira, sobretudo sob a perspectiva vocacional, o destaque atribuído aos riscos incorridos por um grupo de jovens adultos que, a despeito de terem concluído o ensino médio, enfrentam desafios

significativos para se inserir e se desenvolver de forma satisfatória no mercado de trabalho – *non-college bound* – (WORTHINGTON; JUNTUNEN, 1997). Desfavorecidos em virtude de discriminação, das restritas oportunidades de trabalho ou, ainda, de um ambiente familiar turbulento (KOEN et al., 2016), esses indivíduos veem incrementadas as suas chances de exclusão simultânea dos sistemas de educação, treinamento profissional e ocupacional, engrossando as estatísticas daquele contingente classificado como NEET – *not in education, employment or training* (BYNNER; PARSONS, 2002).

O caso específico das entrevistadas desta pesquisa possui um agravante nada desprezível: em boa parte dos casos, elas não possuem sequer o ensino fundamental completo, o que as impossibilita de concorrer à grande maioria dos postos de trabalho, inclusive para posições similares, porém mais bem remuneradas, com nível superior de benefícios e vínculo estável de emprego, como as de gari da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB). Destaca-se, a esta altura, a impossibilidade de se confundir o conceito relacional de capital cultural assumido nesta pesquisa com noções mais substancialistas como a de competências de carreira, relacionadas às habilidades técnicas e/ou formativas – *know-what* (ARTHUR; DeFILLIPPI, 1994) – que, não reinscritas no espaço social mais amplo, veem-se dissociadas das condições sociossimbólicas demandadas para sua apropriação ou seu desenvolvimento.

As histórias de vida das entrevistadas retratam bem essa hipótese, ainda que pareça mais adequado enquadrá-las, coletivamente, sob a rubrica *non-high school bound*. Contudo, considerá-las um grupo uniforme foge à realidade representada por meio de suas narrativas; nota-se, contrariamente, uma significativa heterogeneidade em suas trajetórias educacionais, conforme os dados dispostos no quadro a seguir.

Quadro 9 – Evasão escolar: dinâmicas heterogêneas

Nome	Idade (anos)	Evasão escolar		Retomada	
		Formação escolar	Motivo	Idade (anos)	Formação escolar
Alessandra	19	2º ano do ensino médio (incompleto)	Gravidez não planejada	Não	NA
Monique	15	7º ano	Inserção precoce no trabalho	NA	Cursou 8º e 9º ano (Pro-Jovem)
Maria de Nazaré	12	4º ano	Indisponibilidade local	20	8º ano
Bruna	13	5º ano (incompleto)	Gravidez não planejada	17	Cursou 6º e 7º ano (Pro-Jovem)
Georgette	13	8º ano (incompleto)	Gravidez não planejada	> 50 anos	Cursou 8º
Regina	17	7º ano (incompleto)	Casamento (oposição do marido)	> 30 anos	Concluiu o ensino médio
Andrea	13	NA	Inserção precoce no trabalho	Não	NA
Adriana	16	7º ano	Casamento (oposição do marido)	Não	NA

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A despeito de serem singulares em muitos aspectos, as trajetórias alvo de análise apresentaram alguns pontos em comum, a começar pela sua não linearidade; destacam-se ainda a incidência significativa de casos de não retomada dos estudos e o prolongado interregno entre os momentos de abandono e de retomada dos estudos. Não menos relevante foi o fato de a evasão escolar corresponder a eventos que sinalizam a antecipação de transições nos ciclos de vida das entrevistadas, seja em termos de parentalidade e conjugalidade precoces, seja em relação à inserção prematura e precária no mercado de trabalho. A criticidade desse quadro está associada às evidências que correlacionam transições precoces com restrição das possibilidades de investimento nas carreiras, relacionada, por seu turno, a um reduzido nível de suporte relacional e financeiro (KENDIG; MATTINGLY; BIANCHI, 2008).

Um dos aspectos que mais chamou a atenção ao longo da análise foi o número representativo de casos de gravidez precoce, planejada ou não, dada sua íntima relação, conforme literatura específica sobre o tema, com as trajetórias educacional e profissional das futuras mães. Estudos apontam a relação entre a probabilidade de continuidade dos estudos durante a gravidez precoce e a origem

social (TABORDA et al., 2014). A análise efetuada pelos autores, a partir de uma amostra de 20 adolescentes, procedentes em igual número de quatro classes sociais distintas, revelou que, no caso da classe A, apenas uma das cinco jovens interrompeu os estudos durante a gravidez, tendo retornado logo após o nascimento do bebê. Já no caso da classe D, a totalidade das jovens deixou a escola durante a gravidez e nenhuma retornou aos estudos em seguida ao nascimento da criança. A ocorrência desse padrão decorre, entre outras coisas, do menor nível de suporte relacional e material com que contam as jovens das classes menos privilegiadas, associado, em alguns dos casos, à necessidade de uma imediata inserção no mercado de trabalho (HEILBORN et al., 2002).

Outro ponto que chamou a atenção foi a duração e a intensidade do trabalho praticado prematuramente por algumas das entrevistadas, com destaque para as situações de Monique e Andrea, cuja iniciação no mercado de trabalho deu-se, respectivamente, aos 13 e aos 12 anos de idade. Segundo Staff e Mortimer (2008), em uma pesquisa com estudantes norte-americanos do 9º ano, uma das distinções entre os membros das classes privilegiadas e os das classes populares refere-se aos níveis de intensidade do trabalho e ao seu prazo de duração, superiores no segundo caso, com impactos negativos sobre a rotina de estudos e, consequentemente, sobre o desempenho e a trajetória acadêmica.

Um dos traços característicos percebidos nas narrativas foi o envolvimento precoce com o trabalho, sobretudo no âmbito doméstico. Segundo Souza (2009), essa é uma das particularidades notáveis quando se comparam crianças e jovens das classes hierarquicamente superiores e inferiores; a conjugação de trabalho e escola desde a mais tenra idade, neste último caso, tende a subtrair o tempo disponível não só das atividades de lazer, como também das práticas educativas.

Eu entendo que eu comecei a trabalhar desde que eu era pequena, na verdade. [...] Eu pequenas com seis anos, cinco, seis anos, eu já comecei a trabalhar, já trabalhava dentro de casa, [porque minha mãe tinha] bronquite. Então, quem tem bronquite não pode com poeira, né? (GEORGETTE).

Eu não tive infância, minha mãe teve muito filho, eu tive que cuidar das minhas irmãs, dos meus irmãos caçulas, cuidar da casa, limpar a casa. (REGINA).

Com vistas a sinalizar alguns dos aspectos relacionados com as dificuldades enfrentadas pelos membros das classes populares em geral e pelas entrevistadas desta pesquisa em particular, apresenta-se no quadro a seguir um breve histórico

do percurso escolar de Regina, a única das participantes da pesquisa a completar o ensino médio.

Quadro 10 – A precariedade como razão do improvável: escola e “miséria” familiar

Simpática, falante e com olhar cansado, Regina, uma senhora de 52 anos, cabelos curtos e mãe de três filhos, um deles falecido, foi a primeira entrevistada com quem tive o prazer de conversar. Toda a sua história de vida se mostrou entrecortada por dramas familiares, do pai alcóolatra e violento ao filho portador de distrofia muscular, uma doença fatal e genética que havia acometido um de seus irmãos anteriormente. Se esses fatos mostraram-se críticos em seu percurso escolar, o mesmo se deu com a sua frágil saúde na infância.

Tendo ingressado aos sete anos de idade na escola, Regina lembra-se tanto de ser muito bagunceira e “de não prestar atenção em nada” quanto de ter tido muita dificuldade nos estudos. Confidencia que só aprendeu a ler com quase 10 anos porque, segundo ela, “só vivia internada. Porque a minha mãe deixava a gente brincar no quintal, a gente pegava muito verme”. De acordo com seu relato, tudo caminhava bem até que, ao ingressar na 7ª série, já na adolescência, época em que não aguentava mais ficar presa, deu uma guinada na sua rotina escolar.

Ah, jovem quer farra né? Que a minha mãe não deixava nem ficar no portão e aí eu fui estudar à noite [pra] poder namorar. [...] Minha mãe falou, “você não vai estudar” e dito e feito, eu não estudei.

Nessa mesma época, já com seus 17 anos, Regina deixou a casa dos pais para se casar, como ela mesma diz, “na igreja, de vestido de noiva”. O casamento de Regina significou, entre outras coisas, uma tentativa de fugir dos maus tratos impostos por seu pai, resultando, ao fim e ao cabo, em uma subordinação de novo tipo. Ainda que não tenha tido filhos nos primeiros anos do matrimônio, o evento significou a interrupção dos estudos, os quais só viriam a ser retomados quase 20 anos mais tarde, com o agravamento da doença do seu filho, na época com 14 anos de idade.

Não suportando as demandas do contexto familiar, seu marido rompeu o casamento logo após a internação do filho, deixando-a sozinha com três adolescentes para criar e, segundo ela, vociferando “agora tu vai pra casa de família”. Não tardou para que respondesse: “Eu vou porque eu tenho a força, Jesus tem me dado saúde. Deus nos dá saúde e força pra gente trabalhar”. A opressão e a violência vivenciada no relacionamento com o marido, que teria até mesmo tentado estuprar sua filha mais velha, levaram Regina a atentar contra a própria vida.

E nesse decorrer desses anos eu tentei até suicídio, porque eu queria um casamento feliz, então a gente não tem, a gente fica vulnerável, né? Aí no dia em que eu fui tentar suicídio, uma colega minha que é do espiritismo tomou [de mim] o veneno de rato. [...] E ela falou assim: “existe alguém que pode te dar a solução desse problema; vai pra igreja”.

Fato é que Regina, ao longo dos primeiros anos sem o marido, começou a trabalhar como diarista, retornou aos estudos e acompanhou o seu filho na internação que durou sete longos anos. O imponderável, no entanto, é a relação que ela estabelece entre a internação do filho e o seu retorno para os estudos; estar matriculada em uma escola pública lhe permitiu algo de que ela tanto precisava: acessar gratuitamente o transporte público. Assim, Regina conseguiu conciliar o acompanhamento do filho e o trabalho, intercalando-os ao longo da semana com o estudo na parte da noite. As dificuldades, no entanto, para retomar os estudos foram grandes, muito em virtude do tempo que havia se passado desde quando deixou a escola. A primeira etapa vencida foi a conclusão do ensino fundamental. Segundo ela: “eu terminei o ginásio, chorava que eu não conseguia, porque eu tinha já uma certa idade, a mente já não tá como era antes, né?”.

O segundo grau foi ainda mais desafiador, a ponto de ela, vez por outra, rogar a ajuda

de uma força superior: “Ah, Jesus, não tô conseguindo, Jesus”. A ênfase foi tamanha que o seu apelido na escola acabou sendo “Jesus”. Somem-se às dificuldades individuais as de ordem estrutural, sobretudo a baixa qualidade do ensino em grande parte das escolas públicas, traduzida, entre outras coisas, na falta de recursos materiais e humanos.

O Brizolão à noite é uma bagunça [...] você já chega no colégio, um professor que tinha que dar aula de química não sabia dar aula de química. A gente passamo assim, ó, lá no Brizolão. Você me desculpa eu falar, a moda “vamo simhora”, tendeu? A gente nem fizemos prova para química.

Perto de concluir o ensino médio, Regina perdeu o seu filho, o que não lhe impediu de cumprir a promessa empenhada; não só finalizou os estudos como também retomou a sua vida. Ingressou em um novo emprego, o primeiro com carteira assinada, e casou-se novamente. Foi nesse trabalho, inclusive, que ela conheceu o novo marido e ensinou-lhe o ofício que, informalmente, vinha exercendo desde criança.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A história de Regina traz em seu bojo, implícita ou explicitamente, múltiplos desafios enfrentados ao longo de sua trajetória educacional, desde problemas de saúde ocorridos em sua infância até aspectos disposicionais dissonantes do sistema normativo prevalente. Relativamente a este último ponto, foram identificados em sua narrativa indícios que refletem eventuais dificuldades comportamentais, associados com indisciplina, reduzido controle dos impulsos e desinteresse pelo mundo escolar.

A orientação que Regina mantém com os estudos, à semelhança das demais entrevistadas, é essencialmente instrumental, corroborando os argumentos de Crozier et al. (2008) de que “para a maior parte dos estudantes da classe trabalhadora [...] o diploma é um meio para um dado fim”. Elas não se veem, portanto, comprometidas moralmente com a aprendizagem escolar; consequentemente, a educação não constitui para elas uma avaliação forte, um valor moral que serve como princípio orientador de suas ações e projetos (TAYLOR, 2007).

Assim, sem uma identificação afetiva com o mundo escolar que gere ao menos uma noção de dever e responsabilidade moral para com os estudos, sem disciplina, concentração e autocontrole suficientes para vencer as tentações dos processos imediatos em nome de uma recompensa futura, é muito compreensível que essas crianças prefiram se entregar aos prazeres imediatos. (FREITAS, 2006, p. 289).

Para MacDonald e Marsh (2005, p. 66), a “desafeição escolar [...] é um efeito da exclusão social”, revelando, entre outros fatores, a percepção que alguns estudantes têm de não serem uma prioridade em suas instituições de ensino. O que se pode notar, em algumas ocasiões, é que os estudos acabam por não se constituir

em uma fonte de reconhecimento social para esses jovens, nem no ambiente familiar, nem no escolar. A má-fé institucional subjacente ao processo educacional no Brasil, sobretudo à educação pública, não se restringe à ausência de planejamento e de coordenação de políticas governamentais no nível macro, cujo resultado são “graves problemas que afetam drasticamente o seu funcionamento, comprometendo seriamente sua função de promover a cidadania por meio da educação” (FREITAS, 2006, p. 281). Segundo a autora, a má-fé estende-se às relações intersubjetivas entre membros dos corpos docente e discente, sob a forma de práticas disciplinares que Lahire (2004, p. 58) nomeia de “pedagogia da punição humilhante”. A narrativa de Monique, a seguir, ilustra um caso exemplar deste tipo de prática:

Assim, a dificuldade que eu tinha era mais na matemática [...] aquela professora dava vontade de matar. Ela era muito chata e parece que ela sabia que eu tinha dificuldade. Em vez de me ajudar, não, ela complicava mais ainda. Quando me mandava ir pro quadro, meu Deus do céu, dava vontade de falar “professora, sai da sala, senão vou te dar”. Porque eu tinha, tinha não, até hoje eu tenho bastante dificuldade na matemática, bastante, bastante mesmo. Eu não sei, assim, fazer conta eu sei, mas tem certos tipos de coisa que não consigo fazer de jeito nenhum. Você pode botar ali, tô vendo a resposta, sei que é fácil, mas não consigo fazer, porque tipo trava.

Encontra-se ausente nesse tipo de convivência a estruturação de relacionamentos interpessoais pautados em relações de afeto e respeito mútuo, da mesma forma que o diálogo amistoso e construtivo tão necessário à dupla função de educar e de cuidar. Ao passo que, na esfera familiar, a ausência de reconhecimento social tem o potencial de influenciar negativamente a estruturação do senso de autoconfiança, as dificuldades emocionais eventualmente enfrentadas em outras esferas de atividade, a exemplo da escola, ao refletirem um esgarçamento dos laços de solidariedade, representam um golpe adicional na construção das subjetividades, impactando danosamente a autoestima.

Ainda que o evento associado diretamente com o abandono escolar de Regina seja o seu casamento precoce, com a subsequente saída da casa dos pais, foi possível verificar em sua narrativa a influência decisiva exercida pela atitude conservadora de seu primeiro marido, que, ao proibi-la de continuar os estudos e de trabalhar fora, confina-a ao ambiente doméstico. Corrobora-se, em última

análise, o argumento tradicional e machista que relaciona gênero feminino com domínio privado (MATTOS, 2006).

Um ponto retratado, implicitamente, na trajetória educacional de Regina é o nível de suporte relacional recebido dos pais em sua infância, bem como do marido já na vida adulta. De forma semelhante à grande maioria das entrevistadas, ela recebeu dos pais palavras de incentivo e de encorajamento, e algum nível de acompanhamento na elaboração das atividades da escola, cujos mecanismos de checagem e de cobrança nem sempre se mostraram amistosos. A fala de Adriana, irmã de Regina, ilustra, por um lado, a dedicação de sua mãe à educação dos filhos, retratando uma verdadeira ginástica desta mulher para combinar múltiplas tarefas domésticas e, por outro, a violência à qual seu pai recorria para punir eventuais insucessos escolares.

Mamãe lavando roupa, porque antigamente não tinha máquina de lavar [...]. Ela botava o caderno, ela fazia as perguntas e a gente respondia. E assim a gente ia. Mamãe passando roupa e a gente sentado no chão; assim, ela falando, explicando, assim, assim.

[...]

Nunca repeti. Até porque se eu repetisse meu pai dava uma coça na gente. Meu pai pegava a gente firme. (ADRIANA).

Não há como negar, no caso em tela, as restrições de natureza econômica, cultural, temporal e espacial enfrentadas pela mãe de Regina. Mãe de dez filhos e residente em um conjugado, faltaram-lhe as condições econômicas e culturais propícias para oferecer aos filhos um suporte educacional de qualidade, alinhado às demandas escolares. Previamente à menção em sua narrativa acerca da ajuda prestada pela mãe, Adriana havia informado que nem seu pai nem sua mãe tinham um nível de estudo significativo, não sabendo dizer se haviam terminado o primário. Assim, por mais que tenha se esforçado para auxiliar os filhos nas tarefas escolares, é bem possível que em suas práticas cotidianas a mãe de Regina e Adriana exibisse um comportamento que revelava “o contraste entre o que os pais querem ensinar para os filhos e o que, sem se darem conta, eles efetivamente ensinam” (FREITAS, 2006, p. 288).

Em linha com os argumentos propostos por Blustein (2002), não se verificou por parte dos parentes das entrevistadas, um substantivo apoio, circunscrito usualmente a ações de incentivo ou encorajamento, incapaz de suscitar o desenvolvimento de disposições associadas à exploração e ao

planejamento das trajetórias educacional e profissional. Ao passo que a exploração se encontra associada à experimentação em contextos vocacionais distintos com vistas a um melhor embasamento do processo decisório, o planejamento visa ao balanceamento das distintas possibilidades levando-se em conta os horizontes de curto e longo prazo. Além do mais, níveis restritos de suporte relacional e material, sobretudo parental, encontram-se quase sempre relacionados a um desempenho acadêmico insatisfatório dos filhos e a um impacto negativo sobre sua aspiração e motivação educacional e profissional (SCHOON; PETER; ROSS, 2007).

Em uma pesquisa em que relatam suas próprias experiências profissionais e acadêmicas, Fouad e Fitzpatrick (2009) relacionam suas trajetórias e o capital identitário de seus pais, cujo elemento comum foi a valorização da educação. As autoras corroboram achados que enfatizam a desvantagem subjacente a níveis inferiores de suporte material e relacional, via de regra recebidos pelos filhos da classe trabalhadora.

Adentra-se, a seguir, a análise das carreiras propriamente ditas. Como se poderá notar, as narrativas das entrevistadas ilustram a vivência de trajetórias ocupacionais cíclicas, descontínuas e precárias. Iniciadas muitas vezes na mais tenra idade, concorrem, em conjunto com as demais trajetórias, para o delineamento de múltiplas fronteiras, cujo baixo nível de permeabilidade contribui para um quadro específico de reprodução social caracterizado não só pela transferência intergeracional da ocupação profissional, mas também pela extensão, no caso em tela, da atividade de faxina do âmbito privado para o público.

4.6

Trajetória profissional: “escolha” individual?

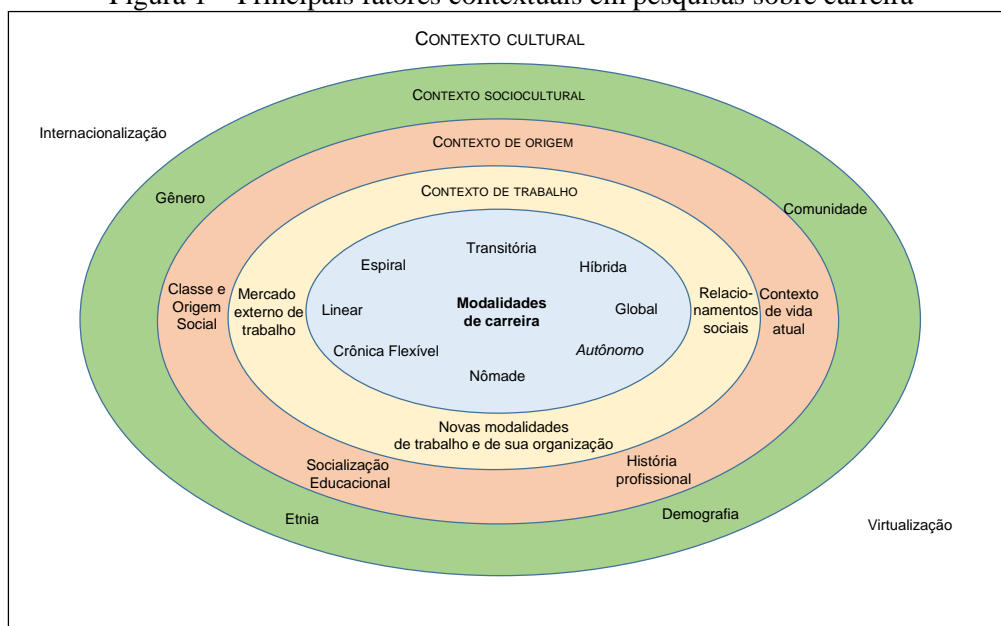
O conceito de “estrutura de oportunidades”, usualmente associado a uma abordagem eminentemente estruturalista (ROBERTS, 1975), foi utilizado, nesta pesquisa, em linha com uma abordagem epistemológica relacional (BOURDIEU, 1990; LATSKE et al., 2015), cujo traço primordial é a indissociabilidade das esferas individual, contextual e estrutural de análise. Desse alinhamento,

emergiram, no curso desta pesquisa, múltiplas evidências que corroboraram a existência de uma relação significativa entre a posição ocupada pelas entrevistadas no espaço social e as suas trajetórias ao longo de diferentes contextos ou esferas de atividade, condicionando, entre outros fatores, seus padrões de inserção e de desenvolvimento profissional.

Cabe observar, ainda, que o compartilhamento, pelo autor deste estudo, da existência de potenciais vantagens advindas da ampliação do escopo analítico para além de determinações de cunho econômico, sobretudo, a ampliação do potencial tanto descritivo quanto explicativo do processo de investigação científica, não implica, em hipótese alguma, a minimização dos impactos exercidos pela dimensão material sobre os destinos individuais. Defende-se, em contrapartida, a existência de uma relação de interdependência entre as dimensões material, simbólica, ideológica e moral de análise (SOUZA, 2012a).

Com vistas a estreitar o diálogo com os desenvolvimentos recentes no campo de carreiras que privilegiam uma abordagem contextual, buscaram-se, no artigo seminal de Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007), elementos que pudessem auxiliar no processo de definição do escopo analítico desta pesquisa. Em acordo com a proposta dos autores, adotou-se uma estratégia de investigação que buscou capturar a influência, sobre as carreiras das entrevistadas, de fatores associados aos contextos de trabalho, de origem e sociocultural, conforme se pode depreender da Figura 1 a seguir. Buscou-se abordar, adicionalmente, aspectos referentes às dimensões político-ideológica (GUNZ; MAYRHOFER; TOLBERT, 2011; ROPER et al., 2012) e moral (SAYER, 2005; SOUZA, 2012a).

Figura 1 – Principais fatores contextuais em pesquisas sobre carreira



Fonte: Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007, p. 217).

Destaca-se, de antemão, que muitos dos elementos contextuais apontados no arcabouço proposto pelos autores foram abordados previamente neste estudo, tendo sido relacionados, por exemplo, à socialização educacional, alvo de análise no tópico 4.5; à origem social e ao contexto de vida atual, abordados, especialmente, no item 4.2; e ao contexto sociocultural, que abrange, neste caso, aspectos associados aos temas “gênero” e “comunidade”, tratados, principalmente, no âmbito das trajetórias familiar (tópico 4.2) e social (tópicos 4.3 e 4.4). Ressalta-se que um dos aspectos destacados por Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007) no âmbito do fator “comunidade”, atinente ao impacto da interdependência entre religiosidade e carreira, será tratado separadamente no item 4.8. As dimensões moral e político-ideológica de análise serão abordadas no tópico 4.7, dedicado exclusivamente a esse domínio.

Portanto, não faz parte do escopo deste tópico analisar, detidamente, a influência dos mais variados contextos sobre as carreiras das entrevistadas, tarefa empreendida ao longo do processo de pesquisa e retomada na última seção deste capítulo. Busca-se, aqui, abordar outros fatores, como (i) a permanência, na atualidade, de um mercado dual de trabalho que tem se revelado crescentemente precário, sobretudo a partir da introdução de um conjunto de mudanças legais nas últimas décadas; (ii) os relacionamentos mantidos entre as entrevistadas e

múltiplos grupos (pares, superiores hierárquicos e clientes); e (iii) o significado que essas mulheres atribuem ao seu trabalho, irrestrito à ocupação atual.

A lógica operacional proposta para a análise das carreiras das entrevistadas foi similar àquela empregada no caso das trajetórias educacionais, apresentando-se, em um primeiro momento, uma história de vida particular, para depois associá-la, conforme o desenrolar da investigação, a trechos específicos das narrativas das demais interlocutoras desta pesquisa. Com vistas a cumprir tal estratégia, desenvolve-se, a seguir, um breve retrato da carreira de Alessandra, cuja fidelidade representacional foi buscada, propositalmente, a partir da ancoragem de sua trajetória profissional em fatos (vividos ou representados) narrados em primeira pessoa.

Quadro 11 – Insegura, precária, não linear e caótica, sim; sem fronteiras, jamais!

Casada há quinze anos e mãe de dois filhos, Alessandra é uma jovem mulher negra de 33 anos, um pouco acima do peso, risonha e assertiva. Ao falar de suas experiências profissionais, deixa escapar, de antemão, o fato de ter começado a ajudar no trabalho doméstico ainda criança, a partir do momento em que foi morar com sua mãe. Criada pelos avós até os nove anos de idade, recorda-se que um dos traços distintivos daquela época, quando comparada com períodos subsequentes de sua trajetória, foi justamente o fato de ter podido se dedicar integralmente aos estudos e ao lazer, mesmo que restrito, porque, segundo ela, “era o xodó da avó”. Sua inserção no mercado de trabalho foi aos dezesseis anos, momento a partir do qual teve a oportunidade de percorrer uma carreira marcada por um sem número de modalidades atípicas e precárias de trabalho, intercaladas por um curto período de desemprego.

Eu trabalhava de promotora de vendas. Fazia cartão na rua. Era só um contrato de três meses. Depois eu saí de lá e consegui emprego no Suqueiro, [onde] fiquei trabalhando um ano e oito meses de atendente e de copeira. Eu trabalhava atrás do balcão, aí fazia entrega, mas só até quatro horas. Depois eu não podia sair mais porque aí fazia a limpeza da loja. Saí porque [meu filho] precisou se internar. Aí quando eu voltei, eu trabalhei só uma semana e meu patrão me chamou e falou que era essencial que a mãe fique com o filho no hospital, mas que eu poderia arrumar uma outra pessoa para ficar com ele. Me mandou embora. Fiquei desempregada três meses, arrumando biscate. Nada de carteira. [Aos vinte anos de idade] fiquei trabalhando em uma pousada aqui em Santa Teresa mesmo. Depois trabalhei em casa de família, onde eu era diarista, ganhava só sessenta reais. Depois eu trabalhei na PUC, [onde] fiquei um ano e pouquinho. Aí fiquei lá trabalhando e, depois, tive a minha segunda filha, e aí eu precisei de sair. Na época eu conversei com ele [meu patrão], pedi para que ele me mandasse embora, [mas] ele me mandou assinar uma carta de demissão no próprio punho e eu saí sem nada ((risos)). Agora que eu pude pegar o inativo! Eu consegui pegar esse dinheiro que ficou retido lá do fundo de garantia, mas as outras coisas eu não consegui nada. Aí voltei

de novo, trabalhando de diarista aqui em Santa Teresa, onde eu ganhava um pouquinho mais, até mais do que trabalhando o mês inteiro de carteira assinada. Aí consegui [um emprego] na escola. Eu fui, entreguei o currículo em Irajá e, um belo dia, me chamaram pra trabalhar de serviços gerais, onde estou há três anos. Mas na escola, [a cada] dois anos e meio trocam a firma. Aí trocou a Taurus pela Laquis.

Algumas mudanças importantes ocorreram a partir da inserção precoce de Alessandra no mercado de trabalho, especialmente, a mudança da sua rotina escolar, dado que passou a estudar no turno da noite. À mesma época, iniciou o namoro que viria a resultar, três anos mais tarde, tanto no nascimento de seu filho mais velho, quanto em uma união duradoura, que está para completar quinze anos. Outro fato relevante e que tangencia seu percurso profissional foi o seu ingresso, com mais ou menos dezesseis anos de idade, em um curso no Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA), do Hospital Municipal Pedro Ernesto. Combinando suporte material (bolsa de R\$ 150,00 mensais), aprendizagem e oportunidade profissional, esse curso representou um evento crítico em sua vida. O escopo do programa abrangia, entre outras coisas, a frequência a hospitais, para, entre outras atividades, assistir a palestras que versavam, mormente, sobre “saúde reprodutiva”, mas que também abordavam temas como gênero e raça. Foi no período em que frequentou esse curso que Alessandra diz ter superado um trauma de infância, associado ao racismo de seu pai, negro, e de sua avó, branca.

Meu pai era metido, preconceituoso, não aceitava a cor negra e botava na minha cabeça que eu não era preta. Eu fui me identificar como negra já tinha quinze, dezesseis anos, quando eu comecei esse curso, porque aí eu tive todo o acompanhamento, vi as pessoas... Eu vi o que que era negro, o que que era o branco.

O curso também se voltava para o desenvolvimento de uma veia empreendedora nos participantes. Para tanto, provia suporte material, relacional e intelectual com vistas a propiciar que os alunos desenvolvessem projetos passíveis de serem implantados em suas comunidades. Segundo Alessandra, “tinha que fazer tipo uma microempresa”. Sua escolha recaiu sobre a atividade de *silk screen*. Todavia, o projeto não decolou, pois os primeiros itens – como computadores, mesas, etc. – foram extraviados logo após serem entregues na associação da favela em que mora.

Muito difícil as coisas acontecerem lá na comunidade. E é chato, né? Porque todas as outras comunidades têm tantos projetos sociais, tantas coisas pra fazer, e lá na nossa não tem. Quando tem, dura um mês, dois, e acaba de uma hora pra outra. Mas acredito eu que há um desvio de alguma coisa lá. Aí as crianças, pra fazer alguma coisa, têm que ir pra fora da comunidade e, às vezes, a comunidade que tem essas coisas é rival. A gente fica receoso de ir, e é muito longe.

Pouco tempo depois, aos dezenove anos de idade, já tendo deixado o sonho do negócio próprio para trás e iniciado sua trajetória de inserções rápidas e precárias no mercado de trabalho, seja em casa de família, seja em pequenos negócios, Alessandra engravidou. Tal evento correspondeu, segundo ela, ao abandono da escola no momento em que cursava o segundo ano do ensino médio, dado que, após o nascimento de seu filho, não se viu apta a conciliar os múltiplos papéis. “Aí dificultou, né? Porque aí eu não sabia conciliar as coisas: trabalho, estudo e dona de casa. Era muita coisa!”. Há

poucos anos, empreendeu uma tentativa de retomar os estudos. Contudo, já com dois filhos, não obteve êxito na árdua missão de dar conta de uma tripla jornada.

A partir do momento em que se mudou com o marido para uma moradia própria, Alessandra passou a contar com o suporte de sua sogra, responsável por ficar com as crianças em sua ausência. O habitual recurso ao suporte da família de seu marido foi explicado tanto por razões de ordem material, já que o valor que ela pagava voluntariamente à sogra era significativamente inferior ao valor cobrado por pessoas e instituições locais, quanto pela impossibilidade de poder contar com o auxílio dos membros de sua família – mãe, tias e irmãs. A situação ganhou contornos inesperados, envolvendo, inclusive, a polícia: sua filha, de três anos de idade, foi vítima de violência sexual na semana anterior à realização de nossa entrevista. A autoria foi imputada ao companheiro de sua sogra. Chorosa por conta do ocorrido e pedindo desculpas, ela se mostrava preocupada, pois ainda não sabia direito como conseguiria se programar para cumprir suas obrigações no trabalho sem contar com a usual ajuda da sogra, que teria ficado ao lado do marido.

Ao detalhar suas experiências profissionais, Alessandra contou que, ainda que o seu primeiro emprego na área de limpeza tivesse sido aos vinte anos em uma pousada em Santa Teresa, considerava que sua primeira experiência como auxiliar de serviços gerais foi justamente como empregada terceirizada da empresa Sodexo, vaga que conquistou a partir da indicação de uma colega da igreja. Ao que parece, Alessandra associa a referida função com um trabalho prestado formalmente durante toda a semana, haja vista que o trabalho prestado na pousada, anteriormente, era somente uma vez por semana e sem carteira assinada. O trabalho no Suqueiro, lanchonete localizada no centro da cidade, também resultou, segundo ela, da indicação de uma amiga da comunidade, ao passo que o trabalho de promotora de vendas e o atual, de auxiliar de serviços gerais, foram por intermédio do envio de currículo para empresas de recrutamento, diretamente no primeiro caso e mediado pela associação de moradores no segundo.

Alessandra associou o seu trabalho como faxineira ao seu baixo nível de escolaridade, à semelhança do ocorrido com sua mãe, que, entre as muitas ocupações manuais e precárias ocupadas, encontrou no serviço de limpeza o seu destino mais provável. Talvez por experiência própria, tudo o que a mãe de Alessandra não queria era que sua filha trilhasse o mesmo caminho.

Olha, auxiliar de serviços gerais... Minha mãe nunca quis que eu trabalhasse nessa área. Ela queria que eu fizesse alguma coisa, estudasse, fosse pra qualquer emprego, mas auxiliar de serviços gerais é bom como qualquer outro. [...] Aconteceu porque eu não terminei meus estudos. Se tivesse terminado, talvez eu não teria essa profissão. Mas é uma profissão que eu me orgulho, eu não tenho vergonha não.

Ainda que não tenha motivos para se envergonhar de sua profissão, ao ser questionada sobre seus projetos, Alessandra não titubeou: “Pros meus filhos eu quero sempre o melhor, né? Que eles cresçam sabendo o valor das coisas, que tudo é suado; que eles tenham um bom emprego, uma boa casa, não passem pelo que eu e o pai deles passamos”.

Ao tratar de sua rotina profissional, contou que, quando prestava serviços para a empresa Sodexo e encontrava-se “lotada” na PUC, tinha de acordar às quatro horas da manhã, pois o trajeto de ida para o trabalho lhe tomava mais de uma hora e meia do seu dia.

Pegava o primeiro ônibus, que era o 410, que passava às 5:00, 5:15, no máximo. Eu descia o morro, né? Aí ficava lá esperando. Mas eu não esperava muito tempo, porque lá para baixo é muito perigoso. [...] Aí eu saía [do trabalho às]16:48[...] Mas era um trabalho supertranquilo. Eu trabalhava de diarista lá dentro. Cada dia eu tava em um setor: no Pelotis... Aí depois eu consegui um setor fixo [...], que era o Artes e Design. [...] Eu gostava mais quando eu tinha o meu setor, porque aí eu fazia o meu trabalho e tinha o meu momento vago. Eu poderia fazer o que fosse lá. [Já] no Pelotis, eu tinha que trabalhar o tempo inteiro, né? Porque ali eu ficava limpando, tirando o lixo... Então era o tempo inteiro. Da hora que eu chegava até a hora que eu saía, tirando a hora de almoço, era só trabalho. [...] Aqui na escola, eu vou a pé.

No tocante ao aspecto relacional, é possível ressaltar que, em sua ocupação como auxiliar de serviços gerais, prestando serviço na PUC, o reduzido nível de contato com os alunos não a privou da condição de vítima de atos preconceituosos, sobretudo naquelas ocasiões em que, para cumprir com suas obrigações profissionais, tinha que utilizar o elevador. Em sua visão, era um tal de “aluno se esquivar de perto de mim, de não quererem encostar por causa do uniforme [...]”. Era só uma roupa, mas a gente trabalhava e ganhava o nosso”.

A diferença de classe, estampada em aspectos corporais e simbólicos, ainda que não percebida nesses termos pelas entrevistadas, foi outro ponto destacado por Alessandra: “À princípio, eu trabalhava meio com vergonha, né? Porque eu sempre achei o pessoal da PUC uma lindeza fora do comum, né? Então, eu sentia um pouco de vergonha, depois eu me acostumei”.

Em relação aos funcionários e professores, ela foi só elogios, lembrando que, na ocasião do nascimento de sua filha, pôde contar com a solidariedade e o suporte material de todos do setor em que trabalhava.

Eles me deram fralda pra caramba, fizeram chá de bebê pra mim. Eles deram tudo, as coisas de comer, tudo. Então lá era um... um Deus de trabalho. Só que é muito longe, né? Eu tinha que sair muito cedo de casa e chegava tarde, porque o engarrafamento de lá [até] aqui é muito duro. E eu pegava duas conduções pra chegar aqui, né?

Nesse sentido, a conquista do seu emprego atual foi algo muito positivo, uma vez que, nesse caso, pode ir a pé ao trabalho. Alessandra contou que um dos aspectos mais satisfatórios desse trabalho foi a possibilidade de lidar com as crianças, e destacou que, durante alguns anos, o seu filho estudou na mesma escola, razão pela qual ela é, ainda hoje, um membro do conselho de pais e professores. Contudo, foi, justamente, o comportamento das crianças na escola o aspecto que elegeram como um dos principais focos de insatisfação e humilhação em seu trabalho. Segundo a entrevistada, “na escola, onde é mais criança, eles não respeitam. Faz necessidade e passa na tampa do vaso, faz uma cagada só. [...] Me oprimia muito, eu sentia vergonha de banheiro. Mas agora está tranquilo”. Sobre a primeira ocasião em que passou por essa experiência desagradável, ela disse:

Senti vontade de ir embora, né? Procurar uma escola rápido e crescer na vida. Mas aí, é a oportunidade que Deus me deu.

Eu encarei de boa. [...] A gente se sente meio constrangido, né? Meio fraca por não ter conseguido. Porque eu parei de estudar porque eu engravidei. Parei em setembro, daria pra mim continuar, [não] tava nem tanto elevada assim a gestação.

À semelhança de sua experiência laboral na universidade, Alessandra elogiou demais os professores da escola. Para ela, agora “é supertranquilo; lá, a diretora e os professores são como uma mãe. Me ajudam em tudo”. Cabe frisar que o suporte relacional que vem recebendo dos professores, no emprego atual, tem excedido aquela típica ajuda instrumental relatada por quase todas as entrevistadas. A ajuda que lhe tem sido oferecida para terminar os estudos extrapola, segundo ela, o mero encorajamento, alcançando também auxílio pedagógico e apoio na exploração das possibilidades de continuidade de sua trajetória acadêmica. Como resultado, ela matriculou-se para prestar a prova do sistema Educação de Jovens e Adultos (EJA) no final do ano.

Um provão tipo do ENEM. [...] Aí eles me inscreveram... Alguns professores estudam comigo sobre essa prova que vai ter. Porque é bom. Eu acho [que] pra eles eu sou uma funcionária boa, mas se eu puder crescer, ter uma visão ampla daqui pra frente, até mesmo pra dar uma condição melhor pro meu filho... Aí seria bom, porque aqui é alugado. Então já não aguento mais pagar aluguel ((risos)).

Caso tenha sucesso nessa empreitada, Alessandra pretende cursar Enfermagem logo em seguida, seguindo, assim, os passos dados por uma conhecida sua e antiga merendeira da escola. Uma vez mais, evidenciou-se que as decisões e escolhas pessoais não se dão no vácuo, sendo impactadas por toda sorte de condicionamento contextual e estrutural, e que incluem, mas não se restringem a um processo de *sensemaking* (WEICK, 1996).

Fonte: Elaborado pelo autor, (2018).

Uma vez narrada a história profissional de Alessandra, retomam-se, a seguir, alguns aspectos de natureza macroestrutural e suas implicações legais, explicitando-se a existência de múltiplas fronteiras de natureza político-econômica erigidas recentemente no mundo do trabalho, fronteiras estas que, entre outros resultados, aprofundaram o fosso que separa aqueles que têm mais direitos daqueles que têm menos.

4.6.1

Estrutura de oportunidades, reestruturação macroeconômica e carreira

O simples fato de Alessandra e as demais entrevistadas desta pesquisa estarem inseridas em um mercado de trabalho secundário específico – serviço terceirizado não qualificado, cuja massificação se deu no Brasil a partir da década de 1990 – constitui-se em um indício de que o processo de reestruturação econômica e organizacional ocorrido nas últimas décadas atingiu diferentemente os desiguais. Antes de tudo, é importante ressaltar que a própria atividade

terceirizada de limpeza, no cenário nacional, ao menos nos moldes atuais, é algo recente, tendo se difundido a partir da publicação do Enunciado 331/ TST no ano de 1993. Isso parece explicar o fato de algumas das entrevistadas mais jovens, quando questionadas acerca das vantagens e desvantagens do trabalho terceirizado, em comparação com o efetivo, responderem, por exemplo: “Eu não sei, eu nunca trabalhei efetiva. [Na empresa de doce] não era de carteira assinada” (Bruna, informação verbal).

Quase trinta anos mais velha do que Bruna, Nazaré apresentou um ponto de vista diverso, ancorado em um contexto histórico no qual as relações de trabalho se encontravam sob a égide de outro ordenamento jurídico: “Trabalhei mais por conta da empresa. [Trabalhar] diretamente é melhor, porque a terceirizada tem várias coisas que, quando a empresa paga [...], eles não pagam o que recebem, né? Da empresa, pra gente. A gente já ganha muito diferente” (Nazaré, informação verbal).

Para a grande maioria das entrevistadas, uma das principais vantagens do trabalho corporativo, desde que formal, recai sobre a evidência de que, nesse caso, os trabalhadores tendem a ser titulares de mais direitos, em comparação com a condição, por exemplo, das empregadas domésticas, via de regra, sujeitas a vínculos informais de trabalho e a níveis de exploração, por vezes, superiores.

Eu prefiro mais empresa, né? Eu gosto de [...] trabalhar em casa de família, mas eu prefiro mais empresa, porque eu tenho mais direitos. (NAZARÉ).

[Na empresa] me tratam muito bem [...] mil vezes trabalhar aqui na firma do que trabalhar em casa de família, eu prefiro, eu me sinto bem melhor, fora os direitos, né? (ANDREA).

Contudo, nossas entrevistadas podem estar adentrando uma nova etapa no contexto do trabalho contemporâneo no cenário nacional, caracterizada pela supressão de um sem número de direitos trabalhistas e previdenciários. Um dos elementos julgados mais importantes para o futuro não só das entrevistadas, mas também do conjunto da mão de obra não qualificada e mal remunerada no País, é a recente aprovação da Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017 – que, ao introduzir a modalidade de trabalho intermitente, o fez de forma peculiar e, presumivelmente, desconhecida pelo público leigo. Uma das implicações centrais desse dispositivo legal, quando tomado em conjunto com a previsão

constitucional consubstanciada no artigo 201, § 2º da Carta Magna, segundo o qual “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho segurado terá valor mensal inferior ao mínimo”, é o não cômputo, para fins de aposentadoria, daqueles meses trabalhados em que a remuneração percebida for inferior a esse valor. Traduzindo em poucas palavras: aqueles indivíduos sujeitos à modalidade de trabalho intermitente e que receberem valores inferiores ao salário mínimo, muito provavelmente, não farão jus à aposentadoria.

A denegação, ainda que tácita, desse direito básico de cidadania a uma dada parcela da população constitui-se em um aspecto especialmente crítico naqueles casos em que a demanda física intrínseca à dinâmica laboral se faz presente, caso da atividade ocupacional investigada nesta pesquisa. Não foi à toa que, nos casos em que as entrevistadas são mais idosas, o tema foi trazido à tona explicitamente, como relatado por Georgette e Regina.

Eu sei que vai ter que chegar uma hora que eu tenho que parar, porque eu já estou chegando na terceira idade, então uma hora eu vou ter que parar né? Eu voltei a trabalhar porque eu tô com um projeto pra fazer uma obrinha lá na minha casa, então eu vou trabalhar um pouquinho mais, mas eu sei que eu tenho que parar porque não tô [...] na idade de ficar mais enfrentando, né? Daqui a pouco eu tô com sessenta [anos de idade], então eu tenho que parar. (GEORGETTE).

Eu queria poder ter um emprego em que eu não trabalhasse tanto braçal, queria um serviço mais leve por causa da minha idade, né? [...] Eu sinto muitas dores nas costas pra trabalhar nesse serviço braçal. [...] Eu trabalho porque eu preciso. (REGINA).

Todavia, se, no caso de Georgette, pelo fato desta já estar aposentada, a interrupção da atividade profissional parece ser uma questão de tempo, no caso de Regina, mais próximo da realidade das demais entrevistadas, os longos anos de trabalho não corresponderam aos devidos apontamentos na carteira de trabalho e, portanto, às garantias previdenciárias determinadas por lei. Tem lugar, conseqüentemente, uma disjunção entre o desejo e/ou a esperança manifestados e a realidade objetiva. Distintamente das demais entrevistadas, a carreira de Georgette, à semelhança da de Nazaré, caracteriza-se por uma sequência de oportunidades formais de trabalho, sendo que, no caso da primeira, o período de tempo trabalhado como balconista em uma farmácia excedeu os vinte anos e foi

interrompido pela conjunção de dois fatores: a falência da companhia em que trabalhava e o advento de uma fronteira de natureza tecnológica.

Eu me vi desempregada, já não era mais nova e eu precisava trabalhar. Aí apareceu a faxina: eu fiz faxina; aí apareceu serviços gerais: e eu gostei de serviços gerais, entendeu? [...] Aí eu nem tentei mais. E era a época do computador também, [e eu] não tinha informática. Então eu não sabia mexer direito. Aí veio a dificuldade pra mim poder voltar pra Farmácia. (GEORGETTE).

Frisa-se, uma vez mais, que, vistas a partir de um olhar retrospectivo e em termos hipotéticos, as carreiras de Nazaré e Georgette, bem como de muitos outros trabalhadores que percorreram trajetórias profissionais em ocupações precárias, e cujo resultado foi a garantia do direito, real ou iminente, à aposentadoria, poderiam ter sido muito diferentes caso as regras trabalhistas atuais estivessem em vigor há algumas décadas.

Interpreta-se, nesta pesquisa, que tais regras, com destaque para a previsão legal do trabalho intermitente, representaram *uma inovação legal* que pesará sobre os ombros de muitos daqueles que já não contam com o devido suporte institucional em termos de educação, saúde, segurança e muitas outras necessidades públicas. Tal *inovação* pode ser traduzida, ainda, como uma forma, até então inédita, de distanciamento institucional (LOTT, 2002), implicando uma forma de desrespeito adicional imposta a contingentes expressivos das classes populares. Os indivíduos desse grupo, segundo Honneth (2003, p. 216), são “estruturalmente excluídos da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” e, portanto, expropriados da condição de “membro de igual valor em uma coletividade, [que] participa em pé de igualdade de sua ordem institucional”.

Ilustra-se, em seguida, que o distanciamento institucional é apenas uma das modalidades possíveis de exclusão social. A ele, somam-se outras formas, por vezes mais, por vezes menos sutis.

4.6.2

Relacionamento intersubjetivo ou distanciamento interpessoal?

Talvez o elemento mais presente nas falas das entrevistadas, no que se refere às condições de trabalho vivenciadas ao longo de suas carreiras, diga

respeito aos relacionamentos estabelecidos no ambiente laboral, aos quais se somam aspectos objetivos múltiplos, como a insegurança crescente do vínculo empregatício do servidor terceirizado e o processo de intensificação do trabalho, explicitamente presentes nos depoimentos seguintes.

Sabe quem vai ser o primeiro a ir pra rua? Os terceirizado. O povo da limpeza estão sendo os primeiros a ser mandado embora, que é o que está acontecendo [nas universidades]. (REGINA).

Eu gostava de trabalhar lá. [...] Pena a loja ter fechado, sabia? Ralava muito porque a loja é muito grande, os salões lá é muito grande. São vários carros, três salões. Limpava os três salões, quatro banheiros... Tinha sete salas. Quer dizer, era meio grande. (ANDREA).

A empresa muda muito né? Era só vassoura, agora é Mop molhado, Mop seco. Várias coisas tá aparecendo nas empresas. [...] Fica mais trabalho, mais trabalho. Porque assim: o Mop é até melhor, eu gosto muito do Mop, do que negócio de pano. (NAZARÉ).

Para fins desta investigação, os relacionamentos intersubjetivos mantidos pelas entrevistadas no contexto de trabalho foram subdivididos conforme fossem estabelecidos com os pares, com os superiores hierárquicos ou com os clientes. Cabe destacar, de antemão, que o que se pôde notar, no primeiro caso, foi uma miríade de experiências variáveis de entrevistada para entrevistada. Com Bruna e Andrea, por exemplo, verificou-se que, em algumas ocasiões, o convívio social com os (as) colegas de trabalho revelou-se elemento central, quiçá positivo, no processo de construção do significado do trabalho. Interessante notar que a conversa com Andrea deu-se na base da empresa de serviços terceirizados, em uma época em que ela não estava alocada em nenhum cliente, envolta em uma rotina de trabalho menos intensa e com reduzido nível de interação interpessoal.

[O que eu mais gostava eram] as amizades. [...] Sair, conhecer outros lugares. De lá a gente marcava de sair. Aí quando marcava de sair eu já ficava até mais tarde lá. (BRUNA).

Gostava de ficar lá [no cliente] [...] quando a gente ia tomar café. Ficava todos conversando. (ANDREA).

Já em outros casos essa relação se mostrou mais ambígua, oscilando entre aspectos positivos e negativos, com forte predominância dos últimos, sobretudo em virtude da presença de intrigas e fofocas no ambiente de trabalho, conforme se

pode depreender dos excertos das narrativas de Georgette, Monique e Regina, dispostos abaixo.

Eu tento [...] evitar falar muito, não gosto muito de ficar de coisa, porque você fala uma coisa e aquilo acontece. Você fala uma coisa com um, aquilo é passado pra outra pessoa e dá uma fofoca, e eu não gosto, eu não gosto de muita fofoca. [...] Eu trabalho calada. Eu não gosto muito de trabalhar falando o tempo todo não, evito o máximo, doida que a hora passe pra mim ir embora pra minha casa ((risos)). (GEORGETTE).

Assim, algumas amizades, fofocaiada. [...] A gente tinha que dar conta da faculdade inteira, aí o pessoal da manhã, a outra equipe, falava que a gente não fazia direito, criticava. [...] Mas, [mesmo] com tudo isso, a equipe era boa. (MONIQUE).

Os funcionários não são amigo, entendeu? Você tá lidando com uma pessoa e depois ela tá te apunhalando por trás, vai lá pro seu chefe e fica queimando a sua imagem. É uma cobrança muito forte, é fofoca, e, inclusive, quando eu conheci o meu esposo, a encarregada ficou com muita raiva. [...] Começou a me jogar pra lugares terríveis. Eu limpava subsolo, esgoto, que isso é serviço pra homem! Isso foi ruim, mas quando eu trabalhava lá no hospital foi bom. O trabalho foi tranquilo e os encarregado também foi muito bom, entendeu? (REGINA).

A ambivalência percebida ecoa achados de pesquisas efetuadas no cenário nacional com trabalhadores do setor, revelando a presença de um sentimento, ainda que ambíguo, de pertencimento a um determinado grupo de trabalhadores (LARA; MARRA; FERNADES, 2015); se, por um lado, as mediações interpessoais são fonte de prazer, por outro, podem ensejar vivências perpassadas por intrigas e fofocas e, conseqüentemente, sofrimento psíquico (DIOGO; MAHEIRIE, 2007). Assim, a ambiguidade e a plasticidade que perpassam a construção da identidade das entrevistadas enquanto trabalhadoras de um setor de atividade estigmatizado e subalterno reflete-se na alternância da significação, tácita ou expressa, que empregam ao seu contexto de trabalho, ora como “lugar”, ora como “não lugar”; por vezes, fonte de pertencimento simbólico, por vezes, mero ambiente físico (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015).

A mesma ambivalência se fez presente no relacionamento com os superiores hierárquicos, privilegiando-se, em alguns casos, as relações de amizade e de camaradagem. Nas palavras de Bruna, por exemplo: “Em todos os trabalhos eu sempre me dei bem com o chefe e com o pessoal de trabalho. Até hoje, eu tenho amizade” (BRUNA). Contudo, na grande maioria dos casos, o que se viu nos relatos foram sinais de um distanciamento interpessoal não apenas físico, mas

também simbólico, representativo de uma clara segregação das funções operacionais hierarquicamente superiores – supervisor e encarregado – daquelas subordinadas – líderes e auxiliares de serviços gerais. A representação que Adriana fez do treinamento que recebeu para executar funções de chefia em um emprego anterior mostrou-se, no mínimo, inusitada. Segundo ela, tratava-se de “um treinamento pra maltratar”.

A diferença é porque o líder é quase auxiliar de serviços gerais, também participa do mesmo treinamento. Já o encarregado, ele faz o treinamento junto com o supervisor. É um treinamento separado, diferenciado. [...] O treinamento ensina como a gente vai falar com o funcionário, postura... Você não pode discriminar eles, mas também não pode rir, você não pode tomar café com eles, você não pode comer com eles. É uma discriminação entre aspas, entendeu? [Com] a qual eu não concordei. Depois que eu fui promovida, fiquei dois anos e, logo após, me mandaram embora, porque eu não estava fazendo o jogo deles e nem vou fazer. Era um treinamento pra maltratar. Como é que você vai chamar um funcionário gritando com ele? Você não pode rir, você não pode ficar de papo... Como é que é isso? (ADRIANA).

O grau de ambiguidade atinge níveis ainda maiores quando se redireciona o foco da investigação para as relações interpessoais que as entrevistadas mantiveram, no decurso de suas trajetórias profissionais, com os clientes, ainda que, em alguns casos, estes exercessem uma função de chefia direta, vedada por lei. Às experiências que denotam algum nível de reconhecimento interpessoal, misturaram-se outras que corporificam, de forma exemplar, episódios recorrentes de humilhação social, definido como aquele tipo de “sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres [...] que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesado sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados” (GONÇALVES-FILHO, 2004, p. 22). Ao apontar para o instituto da escravidão, o referido conceito emerge como representação abstrata de um conjunto de práticas passível de ser interpretado como resquício de um passado escravocrata que, segundo alguns autores, persiste não só no imaginário social, mas também na realidade sociossimbólica de muitos indivíduos vítimas de um processo de assujeitamento inerente a variantes de sociabilidade que conjugam despotismo e proximidade (CARDOSO, 2008a; SOUZA, 2009, 2012a).

A noção de distanciamento interpessoal, definida como “resposta dominante para as pessoas pobres por parte daqueles que não são pobres” (LOTT, 2002, p. 100), parece apropriada, em maior ou menor grau, para lidar com o cenário retratado pelas entrevistadas ao se referirem às relações interpessoais mantidas com os clientes. Mais uma vez, as experiências vivenciadas e/ou representadas variaram caso a caso, refletindo não só a diversidade dos contextos de trabalho percorridos por essas mulheres, mas, principalmente, a intrínseca relação de tais contextos com a natureza dos relacionamentos interpessoais. Duas tendências claras foram identificadas, destacando-se, em primeiro lugar, o sentimento de gratidão explicitado por parte das entrevistadas ao serem tratadas com um mínimo grau de atenção e respeito, ainda que, em muitos dos casos, as práticas relatadas não tenham revelado, ao menos aos olhos do pesquisador, nada mais do que o exercício de boas práticas de convívio social, educação e civilidade. Notam-se, assim, indícios de um sentimento de baixa autoestima (DIOGO; MAHEIRIE, 2007; LARA; MARRA; FERNANDES, 2015), ainda que isso não implique, necessariamente, uma submissão passiva frente a um convívio social caracterizado pela ausência de respeito mútuo e de reconhecimento social (COSTA, 2008).

Ah, tudo gente boa. A minha filha mais velha ganhou um monte de coisa. Ganhou roupa, [...], eu ganhei roupa. [Na faculdade de moda eles] davam pano, porque era confecção, né? [...] Eu ganhei bolsas dos alunos, dos professores [...]. (MONIQUE).

Muito educados. Não tinha o que reclamar dos clientes não. De nenhum deles. É que nem quando eu trabalhava na Locamérica, lá na Penha [...]: esses liberavam o banheiro que era só pros clientes. (ANDREA).

O seu Marcos fazia festa só pra gente, tudo ele fazia pra gente. Às vezes, dia de semana, ele fazia lanche, tudo do dinheiro dele, do bolso dele, pra gente da limpeza. Tipo assim: tudo lá ele focava muito na gente (BRUNA).

Em segundo lugar, observou-se a dominância de experiências que revelaram variedades daquilo que se conceituou como distanciamento interpessoal, combinado, em alguns casos, com práticas de automonitoramento reflexivo, evidenciando-se, ao menos no plano tentativo, a introjeção dos mecanismos de controle (GIDDENS, 1997, 2002). Os relatos a seguir foram ordenados de sorte a

retratar níveis crescentes de afastamento intersubjetivo percebido pelas entrevistadas.

[Com os clientes] é tranquilo, porque, na verdade, nós somos prestadoras de serviço, então a gente tem que ter o cuidado no setor onde a gente vai, né? A gente não pode ter muita intimidade com eles. Nós temos que evitar ao máximo [...] porque eles estão observando a gente. (GEORGETTE).

Uns acolhia, outros não. A gente entrava no elevador junto com eles, mas os patente alta virava de costas quando entrava no elevador junto com eles. [...] Até ator da Globo foi lá, cumprimentou a gente. (MONIQUE).

[Os clientes] normalmente não dão muita confiança não. [...] Tem gente que fala direitinho com a gente: “Oi, e aí? Tudo bom? Bom dia!”. [...] Mas tem gente que passa e nem fala com você, não olha nem pra sua cara. Então, às vezes, tu dá bom dia e a pessoa nem responde. [...] Eu falo a primeira vez. Se eu vejo que a pessoa respondeu, eu falo a segunda. Quando a pessoa não responde eu não falo mais.

[...]

Eu acho que esse pessoal acha que a limpeza é muito inferior, né? Eu escutei a moça dizendo assim: “Vocês não vão querer mais esse bolo não? Então dá pros meninos lá da limpeza”. Então, porque, tipo assim, não chamou pra ir comer junto? Porque não querem mais, vai dar pra gente? Eu falei: “Eu não quero”. (BRUNA).

Há uma discriminação, uma cobrança muito grande. Chega ao ponto da pessoa dizer assim: “Eu te pago e você tem que limpar. [...] Imagina você ter que ouvir isso todo dia. [...] Eu sei que eu tenho que limpar, mas não precisa jogar na minha cara. [...] Tem pessoa que não dá valor, ela não vê o funcionário terceirizado [...] com muitos bons olhos. (REGINA).

Com a chefona, a gente não podia falar oi. [...] Ela discrimina preto, ela discrimina todo mundo. [...] A mulher chega, parece que chega o demônio. É uma coisa horrível, não gosto nem de falar. Ela me chamou de burra... Falou assim: “Ah! você é uma burra”. Não respondi não. Peguei minhas coisas e vim pra cá [base da empresa terceirizada]. Aí contei aqui, eles ficaram indignados com o que ela fez. Só que é o contrato, é o melhor contrato da empresa. Paga bem. [...] Só não saí da empresa porque eu preciso do meu trabalho, mas se aparecesse outro eu sairia. (ADRIANA).

Alguns desses depoimentos evidenciam que a condição de terceirizado pode implicar uma eventual redução no senso de solidariedade vertical, porventura, existente entre funcionários dos distintos níveis hierárquicos. Aquele que elas nomeiam cliente, no cenário atual, em um quadro organizacional diverso, poderia

corresponder a um funcionário da mesma organização, ainda que em posição e função diversa.

Ao que parece, essa separação resultou, em alguns casos, no soerguimento de fronteiras nada permeáveis, representadas, em um episódio específico, pelas paredes de uma sala na qual os faxineiros terceirizados seriam confinados com vistas a não cruzarem com os clientes ao longo de sua rotina de trabalho. A segregação espacial vivenciada por Adriana foi interpretada, aqui, como um limite superior em termos de distanciamento interpessoal, no qual a relação se manifesta pela interdição da presença.

A gente entrava pela manhã. A escola abre às sete horas. A gente chegava às seis horas, limpava as salas, organizava as salas. Quando era hora das crianças entrar, a gente saía pra dentro do quatinho. Uma sala onde ficava a gente da limpeza. [...] Tinha uma pasta e essa pasta dizia os horários das turmas que iam sair, pra gente poder limpar a sala pro pessoal da tarde entrar. [...] Os banheiros? A gente não entrava. Só na hora da merenda das crianças. [...] Quando as crianças descia pra merenda, as crianças fazia mó sujeira. Quando eles subiam pra sala, aí a gente ia atuar no pátio e nos banheiros. (ADRIANA).

Ao tratarem da atividade de limpeza propriamente dita, as entrevistadas deixaram clara a notável influência exercida pelo contexto físico do trabalho tanto sobre sua saúde física e emocional, quanto sobre o seu senso de dignidade. A alocação em pequenas lojas comerciais, em departamentos universitários e em concessionárias esteve, usualmente, associada a uma sensação mais positiva do trabalho, em virtude, acima de tudo, de um escopo funcional dissociado da indesejada tarefa da limpeza de banheiros em contextos de intensa circulação, como shopping centers, escolas e supermercados. As narrativas a seguir atestam um tipo muito específico de rebaixamento, que remete ao valor social negativo atribuído a indivíduos ou grupos (HONNETH, 2003) que, alvos de práticas recorrentes de humilhação social (COSTA, 2008; LARA; MARRA; FERNANDES, 2015), veem-se afrontados em sua honra. Trata-se de uma forma indireta de invisibilidade social (GONÇALVES-FILHO, 2004) operada pela desconsideração total e irrestrita das consequências de determinadas práticas pessoais sobre o bem-estar de outro ser humano. À semelhança dos homens invisíveis retratados por Costa (2004), em pesquisa que realizou com garis em um ambiente universitário, as entrevistadas do trabalho que aqui se apresenta se

revelaram, em algumas circunstâncias, *mulheres invisibilizadas*, vítimas de um modo perverso de sociabilidade.

Porque tem gente que caga o banheiro todo. [Mas eu] não tenho [enjoo] não. [...] Tinha esses garrafão de cinco litros: joga o produto, esfrega tudo com a vassoura. O teu trabalho é de luva, tem máscara, tem óculos, tem tudo isso pra se trabalhar. (BRUNA).

O que me mata mesmo do coração é: tem a placa “Por favor, ao utilizar o banheiro, dê a descarga. Não jogue papel no vaso”, e as pessoas estão vendo aquela placa e faz aquilo ali que não é pra fazer e depois chega pra você: “Ó, o banheiro está entupido, tem Kinder Ovo lá, tem surpresinha”. [...] Isso aí que me irrita. Mas eu já aprendi que aquilo ali é o meu trabalho. Eu estou ali pra fazer. Às vezes eu reclamo, confesso que às vezes eu reclamo. Pego, falo “poxa, a pessoa está vendo que não pode, depois reclama que está entupido”. Meu chefe já até me chamou a atenção por causa disso: “Você tem que ficar quieta!”. (MONIQUE).

A natureza objetiva do trabalho de faxina envolve, em maior ou menor grau, a higienização de múltiplos espaços, variáveis em relação aos tipos e volumes de lixo e sujeira a serem removidos. Essa discussão envolve, por conseguinte, o conceito de sociomaterialidade, haja vista que, segundo Padilha (2014, p. 332),

os trabalhadores de limpeza sentem nojo e humilhação ao se depararem com substâncias repugnantes e sujas deixadas pelos clientes, ou seja, há uma materialização do sentimento: o nojo nasce do contato com sangue, urina, fezes, vômitos, restos de comida e lixos diversos.

Emerge, assim, o traço da sociomaterialidade inerente à atividade de limpeza, que, segundo alguns, implica o alargamento do conceito de “trabalho emocional” (HOCHSCHILD, 1983), relacionado, por sua vez, ao esforço despendido pelo trabalhador na criação, tal qual um ator no palco (GOFFMAN, 2014), de uma representação pública voltada a atender às expectativas de terceiros – clientes, na maioria dos casos. Adicionalmente ao contato direto com o público, à produção, pelo trabalhador, de um estado emocional em um terceiro e ao controle externo da atividade do empregado, soma-se, no caso em tela, a atuação mediadora exercida por substâncias repugnantes no relacionamento entre clientes e trabalhadores (PADILHA, 2014; MCMURRAY; WARD, 2014). A fala de Regina, a seguir, ilustra de forma cristalina não só esses quatro aspectos, mas também a manifestação de um ato de resistência mobilizado como forma de

salvaguardar um mínimo de autoestima em meio a uma rotina de trabalho em que a visibilidade da matéria corresponde à inviabilidade dos sujeitos.

Desde arriar a tábua do vaso, evacuar em cima da tábua do vaso, [passar] cocô na parede [...]. Há mulheres que deixam [...] as parte íntima, coisa íntima de menstruação no chão, entendeu? São esse tipo de coisa. E ainda fala assim: “Você tem obrigação de limpar”. [...] [E] tu não pode falar [nada] pro cliente [...], você tem que olhar pra ele e, às vezes, tem que rir. Mas eu não ria não, porque eu sou o que sou. Eu amarrava a cara. (REGINA).

Segundo um processo de (re)tradução simbólica, as entrevistadas interpretam o distanciamento objetivo que vivenciam no dia a dia como símbolo de um sentimento de repulsa do qual são vítimas, pautado na confusão do aspecto objetivo da atividade de limpeza com a representação depreciativa, subjacente ao imaginário social, acerca daquele que exerce tal função. A percepção dessas trabalhadoras está em linha com as proposições de Goffman (2014) sobre o fenômeno da estigmatização, cuja face mais cruel residiria em sua capacidade de contaminação irrestrita, capaz de estender, à completude do sujeito discriminado, um aspecto depreciativo pontual. O sofrimento emerge, portanto, como a “dor mediada pelas injustiças sociais” (SAWAIA, 2001 apud DIOGO; MAHEIRIE, 2007, p. 575).

As pessoas têm nojo da gente, tu sabia disso? Eu encostei num rapaz, ele fez assim, ó ((Regina faz cara de nojo)). Falei pra ele: “Olha, eu não tô suja não”. [...] Eles têm nojo das pessoas que trabalham na limpeza. Há discriminação sim, tá? [Tem lugar] que você não pode entrar, você não pode entrar... Terceirizado, pessoa da limpeza, não pode entrar, porque a gente trabalha com lixo. Não é porque a gente trabalha com lixo que a gente... O senhor tá sentido algum cheiro ruim de mim? Ó, eu limpei, limpei tudo aqui, não tô com cheiro ruim. Mas acontece muito, tá? (REGINA).

Verificou-se, igualmente, outra modalidade de “contaminação” de ordem moral, fruto da imputação, aos membros dos estratos inferiores da escala social, de responsabilidade por práticas desabonadoras específicas. Segundo Lott (2002, p. 100), os estereótipos – “grupo de crenças acerca de um grupo que são aprendidos desde cedo, compartilhados amplamente e validados socialmente” –, tomados em conjunto com múltiplos preconceitos, materializados em “atitudes negativas”, definem o classismo e, sobretudo, representam uma forma adicional de fronteira – o distanciamento cognitivo. Os relatos a seguir retratam não só o

elemento material ou objetivo dessa modalidade de afastamento intersubjetivo, mas, principalmente, os impactos psicológicos, quiçá físicos impingidos àqueles sujeitos privados de toda sorte de reconhecimento social.

Um dia eu briguei com ela [patroa]. Tive que falar sério com ela [por causa da desconfiança]. Eu falei assim: “Eu sou honesta, eu trabalho honestamente. Ela desconfiou, porque eles pegavam a notinha [depois] que eu ia ao mercado, olhavam tudo e depois perguntava: “Porque isso aqui?”. Aí eu briguei com ela. Eu falei: “Não, eu não vou tirar o dinheiro da senhora, eu quero trabalhar”. (GEORGETTE).

[Uma vez a cliente teria dito que sumiu] um biscoito caríssimo. [...] “Ninguém mais sai daqui [até aparecer] quem comeu”. Eu falei: “Olha, se eu comesse, eu ia falar, mas eu não comi, eu não vou falar uma coisa que eu não fiz”. “Só vai sair daqui depois que falar”. “Não vou sair? Eu vou sair sim, porque eu não comi nada e esse biscoito não custa nada”. Ela humilhou a gente, disse... Vou falar o que ela falou: que eu tinha cara de merda. “Vocês têm... não faz essas caras de merda pra mim não”. Isso me acarretou muita coisa [...], até eu parar no hospital. Eu fui parar no Lourenço Jorge. [...] Todo dia eu me aborrecia e ficava calada, porque a gente não pode falar, né? Eu ficava calada. Então aquilo me abafou muito. [...] Dava vontade é de chorar. Poxa, eu fazia tudo direitinho, eu lavava a sala dela, eu dava o meu melhor. Eu chegava lá, eu pegava oito horas, [mas] chegava sete e meia, fazia o café, limpava a copa toda, e ela dizia que eu não fazia nada! E isso muito me magoou, me feriu muito. Porque tem dinheiro, vai pisar nos outros? [...] Mas em tudo, vou dizer pra você uma coisa: eu dou graças a Deus, porque Deus me deu força pra passar por isso e hoje eu tô aqui conversando contigo, né? (REGINA).

Alega-se, nesta tese, que, tomadas em conjunto, as formas de distanciamento institucional, interpessoal e cognitivo têm o poder de minar o senso de autorrespeito e de autoestima individual. Defende-se, aqui, que o quadro de precariedade existencial retratado pela grande maioria das entrevistadas se mostrou especialmente sensível, haja vista que uma das potenciais consequências dos níveis acentuados de desestruturação familiar que vivenciaram desde cedo é a redução significativa da autoconfiança, fruto de um conjunto de relações afetivas primárias pouco propícias ao fomento da autoafirmação. Portanto, seu autoconceito vem sendo alvo de reveses sucessivos desde a mais tenra infância, o que dificulta a mobilização de certos *traços de personalidade* cultuados pelas novas teorias de carreira (BRISCOE; FINKELSTEIN, 2009), como a sem fronteiras (ARTHUR, 2014; ARTHUR; ROUSSEAU, 1996) e a proteana (HALL, 1976; HALL; MOSS, 1998) que, ao privilegiarem a agência, usualmente, pecam

ao não reinscrevê-la na ordem sociossimbólica e moral mais ampla. Perde-se de vista, por exemplo, que as trajetórias individuais são perpassadas, em maior ou menor grau, por experiências de denegação de reconhecimento (HONNETH, 2003), variáveis de acordo com aspectos de ordem estrutural, contextual, interpessoal e intrapessoal

A premissa segundo a qual até mesmo aqueles traços de personalidade mais íntimos decorrem de um processo de construção social, levado a cabo ao longo de múltiplas instâncias de socialização, ou contextos de atividade, permite reconhecer, em linha com a Teoria Crítica do Reconhecimento (HONNETH, 2003), a complexidade implicada no conceito de “autonomia”, por vezes, banalizado como atributo universal ou, ao menos, a cargo de construção voluntária pelos sujeitos (ARHTUR, 1994; MIRVIS; HALL, 1996). Não se deve perder de vista, portanto, a intrínseca relação entre a identidade social dos indivíduos e suas trajetórias profissionais (IBARRA; DESHPANDE, 2007), passível de ser traduzida, a partir de uma abordagem disposicional, na interpretação do conceito de “*habitus*” como uma das principais barreiras interpostas ao processo de inserção e desenvolvimento de carreira (SCHNEIDOFER, 2013). Reconhece-se, em última instância, a impossibilidade de se considerarem as carreiras como frutos de processos racionais e voluntaristas que combinam planejamento e decisões individuais (HODKINSON, 2008; MAYRHOFER; MEYER; STEYER, 2007; MCDONALD; MARSH, 2005).

A associação da noção de autonomia com as distintas formas de relacionamento recíproco – relações primárias (amor e amizade), relações jurídicas (direitos) e comunidade de valores (solidariedade) – decorre do fato de as recorrentes experiências de desrespeito sofridas pelos indivíduos corresponderem a fronteiras, mais ou menos permeáveis, interpostas ao longo de suas trajetórias. Os sucessivos ataques à integridade física, emocional, social ou moral de uma pessoa têm o condão, portanto, de prejudicar o processo de construção de uma autorrelação prática, capaz de ser traduzida em níveis significativos de autoconfiança, autorrespeito e autoestima (HONNETH, 2003).

Cabe, por fim, questionar acerca do lugar de onde essas mulheres extraem forças para suportar uma trajetória profissional que conjuga trabalho fisicamente desgastante com toda sorte de distanciamento: cognitivo, interpessoal e institucional, o que se reflete em um processo histórico de estigmatização,

humilhação e invisibilização social, bem como em reduzidos níveis de salário e benefícios e níveis decrescentes de direitos trabalhistas e previdenciários. Talvez um dos autores que mais tenha pensado nessa questão tenha sido Bourdieu (1990, 2013), que propôs, como resposta, o *habitus* incorporado ao longo de toda uma vida; exterior feito interior, necessidade feita virtude.

A noção de *habitus*, mediada pela reflexividade, conforme proposto nesta tese, implica que a identidade dessas mulheres pode ser interpretada como “espaço de confirmação de estruturas sociais” (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015, p. 166) mediado pela subjetividade. Acostumadas, ao longo de suas histórias de vida, a exercitar a sobrevivência como modo de existência, essas mulheres foram construindo, no decorrer de suas trajetórias, patrimônios disposicionais – ou *habitus* – que lhes permitiram desenvolver formas de pensar, agir, sentir e apreciar coerentes com as demandas que lhes são impostas socialmente. Em relação ao trabalho, quando perguntadas acerca do que mais gostam, responderam, quase em uníssono: “Eu gosto de limpar”, conforme as falas a seguir.

Eu não gosto de serviço que fica parado. [...] Eu gosto de limpar. [...] Eu gosto da limpeza. (GEORGETTE).

Eu gosto mais de lavação, porque todo dia é a mesma coisa. [...] Quando é lavação, não, tu já joga água, já faz tudo. (BRUNA).

Eu gostava mesmo é de limpar, eu gosto de limpar. Porque eu gosto de ser dona de casa, eu tenho prazer... Tu viu? Eu limpei essa sala aqui com prazer, porque eu senti, poxa, eu vou limpar. Eu nem sabia que você ia estar aqui, que você ia usar essa sala. Eu limpei com todo o amor, entendeu? [...] Eu gosto né? Jogar água na parede é comigo mesmo, água lá, puxar, isso aí é fácil (REGINA).

Fazia parte de lavação [...]. Gostava, adorava bater [máquina]. Até hoje adoro. (MONIQUE).

Minha colega [...] já não tem estômago pra poder desentupir um vaso. Ela me chama. Porque eu aprendi a adquirir essa parte de limpar vômito, limpar merda, essas coisas assim. [...] Minha mãe sempre criou bicho, e bicho dá bicho. Eu tirava bicho dos bichos, entendeu? Minha mãe criava galinha, criava porco. Até minha falecida vô. Então já vem de trás, já acostumava. É que tem gente que não teve essa experiência. De repente a pessoa cresceu [...] num apartamento, não está acostumada, né? Quando vê, fica desesperada, né? [...] [Eu] já estava acostumada. Assim, claro, às vezes se eu ver a pessoa vomitando na hora que eu estou limpando, dá ânsia de vômito, claro, todo mundo. Mas eu vi, a pessoa continua e não estou

vendo mais. Depois eu vou lá só pra limpar, tranquilo.
(MONIQUE).

Trazem inscrito em seus corpos, portanto, um modo prático de viver a vida, em contraposição àquele modo escolar de aprendizagem, como nos lembra Bruna:

Nunca fui muito de ler não, só lia na escola. Tipo assim, a professora que sempre foi muito de ler os livros pra gente, mas eu nunca fui de pegar livro pra ler não. [...] A única coisa, assim, de banca de jornal [que] eu comprei muito [foi] ponto cruz. [...] Eu aprendi a fazer, então teve uma época que eu comecei a fazer ponto cruz aí eu não queria outra vida.
(BRUNA).

No tópico seguinte, aborda-se o último tema relativo às trajetórias profissionais das entrevistadas, referente ao significado do trabalho.

4.6.3

O significado do trabalho

Um dos elementos mais caros às novas teorias de carreira diz respeito ao conceito de “mobilidade psicológica”, definida como “a extensão em que as pessoas conseguem imaginar uma variedade de opções de carreiras para elas” (VANTEENKISTE; VERBRUGGEN; SELLS, 2013, p. 135), Diz respeito, também, à noção de “sucesso psicológico” (HALL; MOSS, 1998), associada a múltiplos aspectos: (i) autogestão de carreira; (ii) aprendizagem contínua; (iii) desenvolvimento de carreira pautado em redes interpessoais de relacionamentos, autodirigido e orientado por valores; e (iv) empregabilidade.

Segundo autores como Douglas Hall e Michael Arthur, criadores dos conceitos “carreira proteana” e “carreiras sem fronteiras”, respectivamente, a maioria das trajetórias profissionais na atualidade encontram-se alinhadas a essas tendências. Em análise que conjugou ambas as modalidades, resultando em dezesseis potenciais padrões de carreira, Briscoe e Hall (2006) defenderam o caráter residual daquelas avenidas de desenvolvimento dissociadas da noção de “sucesso psicológico”, orientadas, portanto, por marcadores externos de sucesso ou, em outros termos, pelas tradicionais recompensas objetivas, como ascensão na carreira e ganhos materiais. Contudo, pesquisa longitudinal realizada por Kalleberg e Marsden (2013) com uma amostra de mais de doze mil trabalhadores

nos EUA, no período de 1973 a 2006, evidenciou modificações nos valores do trabalho, ou seja, nas características da atividade laboral julgadas mais relevantes, em sentido contrário ao sugerido pelos estudiosos do campo de carreiras descritos anteriormente.

Segundo esta pesquisa, ainda que o senso de realização tenha se mantido superior ao longo de todo o período analisado, percebeu-se um significativo aumento da importância relativa de aspectos como renda e segurança do trabalho. Mesmo com os cortes que entraram mais recentemente no mercado de trabalho, a tendência verificada pareceu refletir, segundo os autores, uma mudança nos valores culturais tendente a atribuir maior relevância relativa às recompensas de natureza econômica. Verificou-se, igualmente, em linha com os achados destacados em estudos seminais (MILLS, 1951; MORSE; WEISS, 1955), a maior importância atribuída a aspectos materiais pelos grupos de trabalhadores mais vulneráveis, localizados nos estratos inferiores da hierarquia social. Portanto, é prudente manter certa distância de uma tendência subjacente à defesa entusiástica das novas modalidades de carreira, que consiste na generalização, para o universo social mais amplo, de aspectos particulares capturados a partir de pesquisas com públicos-alvo muito específicos, como trabalhadores de setores de alta tecnologia (GUBLER; ARNOLD; COOMBS, 2014; ITUMA; SIMPSON, 2009; SAXENIAN, 1996), da indústria criativa (BENDASSOLLI; WOOD. JR, 2010; JONES, 1996; MAINEMELIS; NOLAS; TSIROGIANNI, 2015; MUSIAL, 2015), bem como alunos universitários (FLEISHER; KHAPOVA; JENSEN, 2014; OKAY-SOMMERVILLE; SCHOLARIOS, 2014).

Acredita-se que as declarações das entrevistadas desta pesquisa consistam em um desafio adicional àquelas visões que defendem a crescente tendência de uma mentalidade empreendedora a orientar as carreiras individuais, pautada na valorização crescente do sucesso psicológico, ou seja, do sucesso interior, em vez do exterior. Conforme as declarações a seguir, observou-se que um dos aspectos mais presentes nas falas das entrevistadas no tocante ao significado que atribuem ao trabalho foi, justamente, a importância da dimensão material, muito provavelmente em virtude do estado de necessidade que vivenciam. Às voltas com demandas cotidianas prementes, essas mulheres tenderam a privilegiar, em suas falas acerca do significado do trabalho, o aspecto financeiro.

O trabalho significa você ter uma renda. [...] Como eu tava falando pra você: fazer uma obra na sua casa, [por exemplo]. Você, trabalhando, vai adquirir o dinheiro pra ajeitar a sua casa. [Para] você se vestir, você passear... O trabalho, ele... Como se diz? Ele proporciona tudo isso. Sem trabalho você não consegue nada, e com o trabalho você consegue o dinheiro pra você fazer as coisas que você quer fazer. O trabalho é duro mesmo. (REGINA).

Significa muita coisa, porque do trabalho que eu tiro, o meu dinheiro, pra mim viver, pagar aluguel, comida, tudo. (NAZARÉ).

Trabalhar pra mim é tudo. [...] Dentro de casa eu não fiquei bem quando eu parei. Eu parei, mas eu não me senti bem. Eu procurei atividade física, essas coisas, mas depois eu voltava pra dentro de casa, aí eu tinha que fazer o serviço dentro de casa, mas eu não tava ganhando dinheiro dentro de casa. Por isso eu gosto de trabalhar, entendeu? (GEORGETTE).

A dimensão material, contudo, não esgotou o conjunto de significados que as entrevistadas atribuíram ao trabalho. Entre outras coisas, este emergiu como um elemento estruturante não só da rotina diária de cada uma, mas, especialmente, do processo de (re)construção do autoconceito, ou *self*, resultante de uma relação dialética entre dois mecanismos identitários, um de natureza biográfica e o outro relacional (DUBAR, 2005). Como nos lembram Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), o conceito de “lugar” e, portanto, de “identidade”, implica a sua compreensão enquanto espaço interpessoal, evidenciando a relevância dos grupos sociais – inclusive, profissionais – no processo de constituição da identidade dos sujeitos.

Gosto muito de trabalhar. [...] Já curei uma depressão através do trabalho. Porque todo dia eu saía pra trabalhar e agradecia a Deus: “Eu tenho trabalho”. Eu ficava mal em casa, mas, quando eu chegava no trabalho, desaparecia tudo que eu sentia. [...] Não só por dinheiro, mas eu gosto do trabalho, de todo dia sair de casa. Pra mim, eu acho que é uma coisa muito boa. (NAZARÉ).

Prefiro mais empresa, né? [...] Eu tenho horário de chegada, de saída, hora de almoço, hora de jantar. Então, é tudo muito bem organizado. Isso, em casa de família, eu não vejo essa organização. (ANDREA).

Conforme destacado previamente, muito da positividade que as entrevistadas atribuem ao seu trabalho guarda relação direta com o retrato negativo que pintam do serviço de empregada doméstica. Todavia, o processo de

crescente flexibilização e desregulamentação do trabalho no cenário global, com repercussões no contexto nacional, pode resultar, muito em breve, na perda objetiva de muitas das vantagens percebidas pelas entrevistadas no estabelecimento de um vínculo empregatício, ainda que terceirizado, com uma organização, em vez de uma pessoa física.

Aqui é melhor, porque aqui é carteira assinada, tem um cartão pra fazer compra. Meu pagamento já é pra outras coisas [porque] eu trago marmita. [...] Aqui eu converso com as pessoas, já peguei amizade com um montão de gente. [...] Casa de família é bom, eu trabalhava, mas aqui é melhor. Se só sei explicar assim, melhor, eu gosto mais daqui. (ANDREA).

Todavia, por se tratar de uma atividade estigmatizada socialmente, muitas dessas mulheres sonham com um futuro melhor, muitas vezes, traduzido como a fuga de sua ocupação atual.

Agora eu quero terminar de estudar pra mim arrumar um trabalho bom. [...] Eu quero fazer qualquer coisa, menos trabalho de limpeza, entendeu? [...] Eu quero fazer uma casa pra mim. (BRUNA).

A ambiguidade presente na miríade de significados atribuídos pelas entrevistadas ao seu trabalho, irrestrito à ocupação atual, não se coaduna, portanto, com a positividade usualmente atribuída à noção de significado do trabalho na literatura acerca do tema, dominada por abordagens de cunho psicológico que enfatizam o poder de agência dos sujeitos (ROSSO; DEKAS; WRZENIEWSKI, 2010). Ainda que alguns autores proponham que todo e qualquer experiência laboral possa ser interpretada como um “chamado”, conceito associado a uma alegada dominância, na atualidade, de uma perseguição dos indivíduos por trabalhos significativos, calcada na valorização da satisfação psicológica, em particular, e de vida como um todo (WREZNIEWSKI, 2003). Os achados desta pesquisa alinham-se, no entanto, com os argumentos daqueles autores que percebem no cenário atual de crescente pressão no trabalho, não apenas fatores positivos, mas também negativos, como por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelos atores sociais para equilibrarem as esferas do trabalho e do não trabalho (DEMPSEY; SANDERS, 2010).

Cabe destacar, ao final da análise deste tópico que ainda que se tenha percebido nas narrativas das entrevistadas expressões concretas de indignação, resultantes, sobretudo, da ausência de reconhecimento social sentida nas suas mais

distintas formas, é digno de nota o senso de resignação individual a elas subjacente. Se, por um lado, as histórias das entrevistadas conferem materialidade à tese bourdieusiana de que a constituição do *habitus* implica a prática naturalizada de um sem-número de comportamentos, a ponto de fazer da necessidade virtude (BOURDIEU, 1990), por outro ilustram o compartilhamento de um imaginário social que reflete a valorização de uma moralidade específica que parece contribuir não só para a postura resignada verificada, mas também para a vivência pessoal de um profundo sentimento de culpa engendrado pela autorresponsabilização pelo destino trilhado (MACIEL, 2006).

Como ilustrado em seguida, o ideal identitário do *self* pontual (TAYLOR, 2013), associado à noção de ator racional e, portanto, à de desempenho individualmente orientado, perpassa a fala das entrevistadas, funcionando como elemento central no processo de legitimação de uma realidade social assimétrica. Deslocada temporalmente de sua gênese, a introjeção coletiva desse padrão normativo, mediada subjetivamente, contribui de forma intransparente, opaca e decisiva para conferir a tal realidade o seu caráter inercial.

4.7

Trajetória moral: posição social e ideologia do desempenho

Conforme observado até aqui, a incorporação pelos membros das classes desprivilegiadas dos efeitos relacionados às múltiplas diferenças de classe ou *status* espelha a presença de “identidades diferenciais relacionadas às dimensões psicológica, psicossocial de raça e classe social” (FOUAD; BROWN, 2000 apud BLUSTEIN et al., 2012), bem como de gênero (HUPPATZ, 2009; ROSS-SMITH; HUPPATZ, 2010), fruto de uma distribuição desigual de recursos à luz de uma estrutura assimétrica de oportunidades (HODKINSON, 2008). Contudo, a conjugação das teorias propostas por Bourdieu (1990) e Taylor (2013) permite a referência não só a uma geografia de classe ou social, mas também a uma topografia moral a ela associada.

A adoção nesta pesquisa de um processo de análise que combinou escalas de análise macro e micro, e ainda aspectos materiais, simbólicos e morais deu-se pela intenção de não restringir o processo analítico – descritivo e interpretativo – às experiências vividas e simbolizadas pelos indivíduos e, portanto, aos

constrangimentos de ordem material e simbólica decorrentes da disputa estratégica por recursos em que se encontram envolvidos. Buscou-se, igualmente, identificar os sentimentos morais de déficit, vergonha e orgulho associados a tais restrições (ABRANTES, 2014), buscando interpretá-los a partir de um quadro sociologicamente orientado. Tomando de empréstimo as palavras de Kuhn (1995 apud LAWLER, 1999, p. 5), a proximidade, ainda que por um tempo breve, da realidade nua e crua vivenciada pelas informantes reforçou aquele sentimento inicial de que “a classe é alguma coisa por debaixo de suas roupas, sob a sua pele, em sua psique, no mais íntimo do seu ser”.

Para além do reconhecimento das relações de força e ação estratégica inerentes ao quadro teórico proposto por Bourdieu (1990), importa reconhecer a significação moral da classe social e, portanto, a existência de um ideal valorativo compartilhado socialmente que se soma ao “caráter habitual do comportamento, à perseguição do autointeresse e do poder, e à influência dos discursos prevalentes” (SAYER, 2005, p. 2). Reconhece-se, assim, a influência do sistema de valores sociais caros aos indivíduos, ou avaliações fortes (TAYLOR, 2013), no delineamento do curso de suas ações, emoções e pensamentos.

A assunção de que os sentimentos morais guardam correspondência com as circunstâncias pessoais, distribuídas diferencialmente em virtude da posição ocupada pelos indivíduos no espaço social mais amplo (SAYER, 2005), é de fundamental importância em uma conjuntura na qual a ideologia do desempenho exerce papel de destaque (SOUZA, 2012a). O não reconhecimento dos efeitos objetivos e subjetivos de classe, vivenciados como questão de mérito ou demérito pessoal, implica, ainda que como consequência não intencional da ação (GIDDENS, 1991), profundos sofrimentos individuais, distribuídos assimetricamente em desfavor daqueles menos favorecidos. Por outro lado, a consideração de um potencial normativo interno ao *habitus* traz consigo possibilidades de resistência para além daquelas pensadas por Bourdieu (1990).

A associação proposta nesta tese entre as noções de reflexividade e conversação interna (VANDENBERGHE, 2010) está em linha com a proposta de Sayer (2005), segundo a qual o *habitus*, perpassado pela dimensão moral, tem o seu escopo alargado, passando a abranger práticas e percepções significativas mediadas pela oposição consciente ou não de ponderações normativas. Assim, seja de forma tácita, seja de forma reflexiva, o patrimônio disposicional dos

indivíduos passa a ter uma orientação estratégica, refletindo igualmente o condicionamento exercido por referenciais normativos (SAYER, 2005). Se, por um lado, tal construção aporta condicionantes adicionais, por outro alarga o campo de possibilidades de ação, haja vista o potencial acesso dos agentes a configurações morais distintas, passíveis de serem apreendidas ao longo de suas trajetórias por múltiplos contextos. Mais uma vez, não custa reforçar que tal abertura de possibilidades é tudo menos democrática, sob a pena de se recair na falácia implícita na representação da era atual como a do império da reflexividade (ARCHER, 2011).

Ainda que não se discuta a factibilidade do potencial reflexivo do *habitus*, assume-se, à luz das narrativas das entrevistadas, que o seu patrimônio disposicional não lhes permite tematizar de forma significativa a onipresente retórica associada às teses da individualização, com forte ênfase no potencial de escolha individual (GIDDENS, 1997, 2002; BECK, 1997, 2010). Em linha com os achados de Abrantes (2012) em pesquisa realizada com indivíduos da classe trabalhadora em Portugal, notou-se neste estudo a presença de um sentimento de culpa na fala das entrevistadas, resultado potencial das dificuldades que encontram em relativizar os pressupostos do sistema normativo dominante.

A dissociação da gênese do processo coletivo de internalização de valores, crenças, ações e emoções associadas com a ideologia do desempenho impossibilita que elas percebam, entre outras coisas, as “injunções e valores intransparentes que cultivam o nascimento, o crescimento e a reprodução objetiva e subjetiva do *habitus* precário” (MACIEL, 2006, p. 245). Consequentemente, sentimentos como orgulho, vergonha, culpa e gratidão representam a mediação simbólica de uma hierarquia objetiva de valores que, a despeito de social e coletivamente construída, é retraduzida (e sentida) nos termos de um processo de responsabilização individual. Legitima-se, assim, à luz da opacidade de tal sistema compartilhado de crenças, a persistente desigualdade social entre nós (SOUZA, 2012a).

A forma especialmente acentuada com que os indivíduos situados no extremo inferior da hierarquia social, a exemplo das entrevistadas desta pesquisa, vivenciam o sentimento de vergonha e culpa pode ser explicada a partir da noção de estigma, definida por Goffman (2014, p. 12) como uma “discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”. Dado que a

normatividade dominante alcança tanto o coletivo da sociedade quanto os indivíduos que a compõem, o efeito primordial da criação de expectativas associadas à autorresponsabilização, seja pela fortuna, seja pela má sorte pessoal, é um sentimento de diminuição ou incapacidade por parte daqueles objetivamente incapazes de atendê-las. Consequentemente, entra em curso um duplo processo de flagelação, imposto por terceiros e por si próprios.

O conceito de trajetória moral utilizado nesta seção diz respeito, nos termos propostos por Goffman (2014, p. 41), a um conjunto de “experiências semelhantes de aprendizagem [vivenciadas por pessoas que padecem de um estigma particular] relativas à sua condição”. É fundamental destacar, em linha com uma abordagem epistemológica relacional, que o estigma se refere “a uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2014, p. 13). Segundo o autor, um dos seus aspectos mais perversos relaciona-se com o fato de que, ainda que o estigma esteja relacionado a determinado aspecto depreciativo indissociável de um ou mais atributos específicos, usualmente seus efeitos alcançam negativamente a totalidade do indivíduo. Assim, o todo responde pela parte, revelando um potencial irrestrito de contaminação social.

O processo de análise das narrativas mostrou, em cores vivas, a dificuldade de as entrevistadas manterem um distanciamento de uma realidade pragmaticamente penetrante, calcada em um modo de consciência prática (GIDDENS, 1991) ou, alternativamente, de ação habitual (BOURDIEU, 1990). Envoltas em um modo de existência acentuadamente precário, mostraram-se impossibilitadas de estabelecer um grau mínimo de distanciamento requerido para que pudessem avaliar fortemente o seu sistema de crenças, ou seja, operar mediações reflexivas acerca dos valores que delineiam o curso de suas ações e emoções.

Como se pretende ilustrar, à situação desfavorável das entrevistadas em termos de volume e estrutura de capital, inter-relacionada à limitação de seu potencial de reflexividade, somam-se os efeitos decorrentes do estigma engendrado pelo distanciamento em que se encontram do padrão de personalidade alinhado ao conceito de agente racional ou *Homo economicus* (BOURDIEU, 2004; GARCIA-PARPET, 2006; PETERS, 2017). As palavras proferidas por Alessandra, descritas a seguir, constituem um exemplo da materialidade com que se manifesta, em termos emocionais, a atribuição individual de responsabilidade,

quando dissociada de sua gênese social. Ao longo da narrativa acerca da sua gravidez precoce, com impactos sob a sua carreira educacional, afirma:

A gente se sente meio constrangido, né? Meio fraca por não ter conseguido. Porque eu parei de estudar porque eu engravidei. Parei em setembro, daria para mim continuar, [porque] nem tava tão elevada assim a gestação poderia ter concluído pelo menos o segundo [ano].

[...]

Eu sempre tive a cabeça concentrada no que eu queria, só não levei [os estudos] adiante por descuido meu, mesmo. [...] Eu fiquei com preguiça, era uma ladeira que eu subia de olho fechado. Depois que eu tive a barriga eu achava que era muito cansativo pra mim.

[...]

Às vezes a gente planta o que colhe. (ALESSANDRA).

Tal qual Alessandra, as demais entrevistadas demonstraram sentir, em maior ou menor grau, o peso da frustração decorrente de retratarem sua vida como um quadro representacional no qual sua trajetória se manifesta como fruto de obrigações individuais não observadas ou descumpridas voluntariamente. Um exemplo ilustrativo foi o relato de Georgette:

Mas se eu fosse mais jovem, se eu tivesse a cabeça que tenho hoje, eu penso que eu teria tido força, teria estudado [...] pra ter o meu salário melhor hoje em dia, entendeu? Pra chegar à terceira idade com mais estabilidade, bem melhor, né?”

[...]

Eu nunca pensei que o estudo era bom [...] não sei se é porque eu não tive assim, pessoas, né, como pai e mãe que me ajudasse, né? Que quando os pais da gente, eles são também analfabetos, minha mãe era analfabeta, e não tem aquela coisa pra passar. Têm muitos que não têm, né? [...] Nós tivemos que sair em campo (GEORGETTE).

O reverso da moeda da culpa é o sentimento de orgulho pessoal presente, por exemplo, na fala de Monique. Nesse caso, nota-se, concomitantemente ao sentimento de orgulho, a culpabilização de si mesma em virtude de dificuldades escolares, e de sua irmã devido à sua gravidez precoce, revelando, uma vez mais, a reprodução de um padrão habitual.

É uma coisa que mexe muito comigo, tanto na parte da minha mãe quanto na parte do meu pai [...]. Acho que, devido a isso tudo que aconteceu na minha vida, eu fui bem cabeça, que eu não me envolvi com nada, não entrei no caminho das drogas, não entrei na prostituição, essas coisas todas. [...] Eu sinto pena da minha irmã que tá grávida agora, ela vai ter que ir pra casa do marido. Mas foi o que ela escolheu. Faltar conselho, faltar apoio, faltar conversa, não faltou. Foi o que ela escolheu.

[...]

Eu sempre fui burra assim, fui chatinha pra aprender, entendeu? Pra ler, então, até hoje eu não consigo ler em público, de jeito nenhum, me dá uma coceira, me dá um nervoso. (MONIQUE).

Interessante notar que a narrativa de Georgette, a seguir, tangencia pressupostos de uma tradição disposicionalista de pensamento, vinculando o capital cultural (ou sua ausência) de seus pais às suas oportunidades de vida (LAHIRE, 1997). Ilustra a presença de quadros justificativos alternativos a povoar o imaginário social, ainda que eventualmente percam força em meio ao discurso dominante.

O meu trabalho é esse, eu não estudei pra chegar, pra ter um trabalho que pudesse ganhar até mais; que o sonho de todo mundo é ganhar mais, né? Se eu tivesse a cabeça que tenho hoje, eu penso, eu teria tido força, teria estudado pra ter o meu salário melhor hoje em dia, entendeu? Pra chegar à terceira idade com mais estabilidade, bem melhor, né? [...] Na minha cabeça, eu nunca pensei que o estudo era bom. Não sei se é porque eu não tive, assim, pessoas, né, como pai e mãe que ajudasse, né? Que, quando os pais da gente são analfabetos [...], não tem aquela coisa pra passar também. (GEORGETTE).

Outro operador simbólico referenciado à dimensão moral de análise que se fez presente nas narrativas foi o sentimento de gratidão, que, à luz de uma análise mais superficial, poderia parecer fora de lugar. Um olhar mais cuidadoso, entretanto, permite capturar a presença de traduções efetuadas pelas entrevistadas de situações que vivenciaram ao longo de suas trajetórias. No agradável, embora triste, diálogo que mantive com Monique ficou claro o sentimento de gratidão que nutria em relação à madrastra, cuja dedicação foi, em suas palavras, fundamental para que pudesse superar emocionalmente vivências de maus tratos associadas ao período em que morou com sua mãe biológica. Em sua narrativa, a inserção precoce no mercado de trabalho informal aos 13 anos, na qualidade de doméstica, foi justificada em virtude de uma promessa voluntariamente assumida com seu pai e sua madrastra, reflexo de um profundo sentimento de gratidão. Projetando-se no seu passado, ensaia um diálogo imaginário com seus pais. Diz ela: “quando eu crescer, eu vou trabalhar pra ajudar vocês, eu vou ajudar vocês, vou ajudar”.

Porque eu via muito a dificuldade dos meus pais, entendeu? A dificuldade do meu pai saindo cedo pra trabalhar, minha mãe saindo cedo pra trabalhar. Então, foi assim, de colegagem da minha mãe. [...] Foi uma forma de amor que mostrei pra eles. Tudo quanto é dinheiro [que ganhava], não tirava [nada] pra comprar um alfinete. Eu dava tudo na mão da minha mãe. (MONIQUE).

A situação retratada remete ao argumento proposto por Maciel (2006) segundo o qual a usual representação do trabalho infantil doméstico, seja como boa ação por parte dos dominantes, seja como resultado da oferta de melhores oportunidades de vida na visão dos dominados, ilustra um processo de aprendizagem cultural e moral que, ao legitimar uma sociedade desigual, contribui para a reprodução de condições degradantes de vida. Pior do que isso, esse processo atribui àqueles que vivenciam tal experiência o fardo da responsabilidade pelo próprio destino.

É assim que os fatos reveladores de uma desigualdade social, de dominação e exploração são devidamente coreografados por dominantes e dominados, exploradores e explorados, como “variações de passos e ritmos”. Estes são tão “naturalizados” que a maioria já sabe como dançar. (MACIEL, 2006, p. 253).

A existência de um quadro normativo dominante subjacente a dado contexto de espaço e tempo não impossibilita, no entanto, que os sentimentos de culpa, vergonha, gratidão e orgulho sejam distribuídos de forma desigual. Ainda que todos possam vivenciar tais sentimentos, alguns certamente estarão mais propensos a celebrar com orgulho suas pretensas conquistas individuais, e outros a lamentar seus fracassos alegadamente pessoais.

Os efeitos condicionantes das estruturas sociossimbólicas não se limitam ao passado e ao presente das carreiras das entrevistadas, alcançando igualmente seu horizonte de possibilidades futuras. Projetos e sonhos acalentados ontem e hoje miram o amanhã e retroagem – condicionados diferencialmente segundo o *habitus* de classe – sob a forma de planos e ações mais ou menos realistas e consistentes.

Com a conjugação de expectativas, por vezes descabidas, com um cenário de privações múltiplas que limitam o horizonte de ação, não é incomum, conforme relatado por Lara, Marra e Fernandes (2015), que se busque abrigo na religião. Ainda que no conjunto das entrevistas haja casos em que não se verificou a ocorrência de uma prática religiosa rotineira, esses constituíram muito mais a exceção do que a regra. Na maior parte das entrevistas, como mostrado a seguir, a adesão à religião mostrou-se relevante não só como contexto em que se ancora a fé em um futuro melhor, mas também como ambiente prioritário de socialização.

4.8

Trajetória religiosa: precariedade e exercício da fé

Adicionalmente às instituições familiar e escolar, a igreja emergiu como entidade central no processo de socialização das entrevistadas, perpassando sua infância e adolescência até alcançar o momento presente. Revela-se, assim, à semelhança do estudo efetuado por Abrantes (2014), a persistência da relevância simbólica, em tempos atuais, de certas instituições tradicionais, com destaque para a igreja no caso das mulheres e para as forças armadas no caso dos homens.

A incrustação da religiosidade revelou-se um aspecto comum a quase todas as narrativas, representando, assim, uma vivência não só individual, mas também coletiva de classe. Contudo, não há como refutar a presença de uma pluralidade de modos de exercício da fé, manifestada tanto na filiação das interlocutoras a distintas denominações quanto em termos da intensidade da prática religiosa. Em sua vasta maioria, as entrevistadas declararam-se evangélicas, constituindo-se o caso de Nazaré em uma exceção à regra; a educação católica recebida por ela desde a infância parece exercer influência até os dias de hoje. Na terceira ocasião em que a entrevistei, contei onze templos religiosos do início da Estrada da Gávea, em que começa a subida da favela, até a sua casa, dos quais dez eram evangélicos e apenas um católico, sendo este último o local escolhido por Nazaré para a prática de sua fé cristã.

Minha mãe só levava a gente praquelas festas de novena e festa de igreja. Não levava pra outro lugar a não ser pra esses lugares [...]. Já nasci vendo meus pais [indo] na igreja [católica]. A gente ia direto pra igreja à noite pra rezar. Minha mãe e meu pai levava a gente. Atualmente, só saio pra igreja. Só isso e trabalhar. (NAZARÉ).

A minha avó e o meu avô, eles eram da Assembleia [de Deus]. E sempre me levaram pra igreja, vigília, tudo assim. Depois foi pra Universal. [...] Eu não sigo, mas eu vou pra Assembleia de Deus. Vou às quartas quando eu posso, e domingo. (ALESSANDRA).

A derradeira frase acima revela um traço característico da maior parte das histórias narradas: a persistência, ao longo de todo o ciclo de vida, de uma rotina social constricta, com predomínio das atividades religiosas. Assim nos relata Andrea: “Fazia nada, ficava dentro de casa. Quase não saía. [...] Era igreja, trabalho e casa [...]. Era a minha vida”. Coerentemente com o teor geral das

narrativas, quando questionadas sobre a importância relativa de distintas esferas de atividade – família, lazer, religião e trabalho – a religião emergiu como a mais relevante para a maioria das entrevistadas, seguida pela família, pelo trabalho e, por último, o lazer. Relativiza-se, portanto, mais uma daquelas universalizações arraigadas em estudos seinais que, ao abordar a centralidade do trabalho relativamente às demais esferas de atividade, apresentam como resultado frequente a subordinação dos demais domínios aos da família e do trabalho, respectivamente (MOW, 1987).

As histórias de vida relatadas por Regina e Adriana, irmãs biológicas e companheiras de trabalho, retratam de forma paradigmática a relevância atribuída à religiosidade, particularmente aos poderes mágicos ou carismáticos atribuídos à divindade.

Primeiramente Deus, porque Deus ele distribui, Deus ele usa, Deus ele tem a maneira de tratar um ser humano. Muitas das pessoas não acreditam [...] eu acredito. Porque Deus, [...] teve um dia que eu parei assim, “meu Deus, como é que eu vou fazer isso?”. Fui pra igreja, chegando lá, Deus foi, me deu um refrigera pra mim pensar. E ele só foi me dando a dica, e eu fui seguindo. (ADRIANA).

Eu era uma pessoa totalmente emburrada, com cara amarrada [...]. Mas hoje, não; depois que eu conheci Jesus, a minha vida mudou muito. Agora, eu tenho problema? Tenho problema, sim, problema de saúde, tenho problema na minha casa. Então, são umas coisas que Deus já te ensina a como você se desvencilhar daquele problema. Um irmão vem e ora por ti. “Ó Filipe, eu tava na minha casa lá. Jesus mandou eu orar por você”. Aí, um vai, ora por você e você tem vitória. (REGINA).

Deus é tudo pra mim. Deus, ele é sublime e a gente sem ele, a gente não somos nada. Se você botar Deus em tudo na sua vida, na frente de tudo, tudo vai dar certo. Deus, ele tem que estar em primeiro lugar. E quando eu entrei na Nova Rio, eu falei, “Senhor, é da tua vontade? Que assim seja; se não é, o senhor me descarta e me leva pra outro lado”. E eu permanecia ali. E eu sempre falava, “foi Deus quem me colocou, quem vai me tirar é Deus”. (ADRIANA).

Compareceram às narrativas, especialmente no caso da entrevistada Regina, elementos que indicam a associação da religiosidade a um conteúdo normativo expressivo, atrelado, entre outros aspectos, à valorização de laços de solidariedade, de um convívio familiar harmonioso e de uma ética do trabalho duro.

[Religião] é tudo, é tudo, ela é meu guia. [...] Eu sirvo um Deus verdadeiro que me guia, que me orienta, me ensina a amar o meu próximo [...] me ensina a eu dar valor à vida, eu dar valor ao meu trabalho, porque, se eu tenho um trabalho, eu tenho que dar o meu melhor, porque Jesus, ele se agrada; o preguiçoso não tem nada.

[...]

É assim que é a igreja. A igreja tem que ser assim. O povo tem que se unir. Quando o povo tá unido, poxa, a vitória vem pra sua vida, pra minha vida. [...] Não é só caridade, caridade a gente faz. É aquele amor de ajudar o próximo. [...] [Na igreja] eu aprendi como entender meu casamento, como entender o meu esposo, meus filhos. Como ser uma melhor esposa, sempre limpando minha casa, [porque] eu gosto de tudo bem limpo. (REGINA).

Alega-se, em linha com as proposições de Arenari e Junior (2006), que a incapacidade de as entrevistadas reconhecerem a natureza coletiva dos desafios materiais e psicológicos enfrentados, com a consequente responsabilização individual autoimpingida, pode explicar em maior ou menor grau, à luz de toda sorte de privações materiais e simbólicas interpostas ao longo de suas trajetórias, a canalização de suas esperanças últimas para a conquista de benesses oriundas de relacionamentos estabelecidos com outros significativos transcendentais. Explica, ainda, eventuais ganhos psicológicos decorrentes da possibilidade de transferir a responsabilidade de parcela de seus infortúnios para influências externas igualmente transcendentais.

A externalização da responsabilização para outra dimensão existencial permitiria, portanto, amenizar a carga oriunda da autocobrança pelas dificuldades e pelos fracassos pessoais experimentados cotidianamente, a exemplo das angústias relatadas por Regina que, em virtude de estar de aviso prévio no momento da realização da entrevista, sinalizava a somatização de sofrimentos de natureza psicológica. Demitida em virtude do enxugamento do contrato de prestação de serviços do cliente em que estava lotada, sente no corpo as dores decorrentes de seu sofrimento, reflexo da presentificação de uma realidade iminente desfavorável, amplificada potencialmente em razão dos elevados níveis de restrições materiais.

Você não imagina como é que eu tô aqui, minha cabeça tá a mil. Eu tomei calmante, tá vendo que eu tô calma aqui com você? [...] Eu tô preocupada. Por quê? Porque só vai ter o dinheiro dele, o meu [...] eu não sei da onde que eu vou arrumar outro emprego agora, mas eu tô confiando em Deus. Deus fecha

uma porta aqui, mas ele abre outra ali, a gente tem que ter fé. A fé é tudo nessa vida. (REGINA).

A crença em um poder transcendente configura-se por um lado, sob os efeitos de um *habitus* precário, em mecanismo gerativo de esperanças que buscam compensar, ainda que de forma irrealista, as limitações factuais de realização e de estruturação de projetos concretos de melhoria de vida. Por outro, ao representar por vezes um obstáculo à prática reflexiva, transmuta-se em mecanismo que reforça o potencial de uma existência alienada. Revela-se, portanto, em uma esperança imaginária cuja ancoragem na concretude da vida se revela frágil e, portanto, de difícil realização.

Não se pretendeu, nesta seção, efetuar uma análise dos potenciais constrangimentos e encorajamentos associados aos distintos modos de se praticar a religiosidade, ou de sua associação com eventuais barreiras ao desenvolvimento das disposições estranhas à noção de *habitus* precário, principalmente, disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo (SOUZA, 2012a). Não se buscaram, nesse sentido, informações detalhadas a respeito das trajetórias religiosas das entrevistadas. Optou-se, no entanto, por destacar a bifurcação por vezes proposta no tocante à fé das classes dominadas, até mesmo com vistas a sinalizar potenciais desenvolvimentos futuros.

Foi possível identificar, a partir de pesquisas que Arenari e Torres (2009) realizaram com indivíduos das classes populares de distintas denominações religiosas, a possível correspondência entre as distintas frações dessas classes e as diferentes vertentes do pentecostalismo. Ao passo que as vertentes pentecostais mais tradicionais, a exemplo da Assembleia de Deus, seriam mais frequentadas pelos batalhadores, as denominações neopentecostais, das quais a Universal do Reino de Deus é caso paradigmático, consistiriam no porto seguro mais usual para os membros da ralé.

Tal quadro resultaria em uma maior probabilidade de os membros da nova classe trabalhadora – batalhadores – encontrarem, na filiação a uma denominação pentecostal, um mecanismo que os auxilie no desenvolvimento/aprimoramento de disposições de disciplina moral e de autocontrole. A materialização desse processo de aprendizagem se daria, segundo os autores, por intermédio de um processo intersubjetivo que se estende para além das portas do templo, e que se revela potencialmente capaz de auxiliar os fiéis em distintos aspectos de suas

vidas, inclusive em seus projetos de micromobilidade. No caso dos membros da ralé, a vinculação a religiões neopentecostais estaria associada com uma prática religiosa de natureza mágica que se dá prioritariamente no interior dos templos e que não se encontra vinculada a um processo significativo de aprendizagem passível de auxiliá-los a enfrentar de forma mais eficaz as dificuldades enfrentadas cotidianamente (ARENARI; JUNIOR, 2006). Portanto, existe um longo caminho a ser explorado no que diz respeito à interdependência entre as trajetórias religiosa e profissional, mas que fugiu ao escopo desta pesquisa.

Apresenta-se a seguir uma breve análise referenciada às expectativas e esperanças reveladas nas histórias de vida das entrevistadas, ora em relação às suas próprias vidas, ora às de seus filhos.

4.9

Projetos e sonhos: objetividade e tradicionalismo

A disjunção entre sonhar ou fantasiar e planejar (PONTES, 2015) assumida neste tópico remete ao reconhecimento de que a capacidade de inter-relacionar passado, presente e futuro de forma produtiva e eficaz guarda relação direta com a posse da disposição de pensar prospectivamente, distribuída assimetricamente ao longo da hierarquia social, em prejuízo das classes populares (BOURDIEU, 2004; SOUZA, 2012a, b), sobretudo da ralé brasileira (SOUZA, 2009).

Conforme mencionado anteriormente, a naturalização de uma essência humana alinhada aos preceitos de uma racionalidade econômica cujo corolário é a distribuição, mais ou menos homogênea, da capacidade individual de traduzir reflexivamente, sob a forma de projetos individuais, as oportunidades conferidas pela multiplicidade contextual contemporânea corresponde a uma falácia nada desprezível (BOURDIEU, 2004). As pesquisas realizadas por Bourdieu na Argélia, principalmente na década de 1960, situadas em um cenário de transição de um sistema pré-capitalista para uma ordem capitalista, constituem prova viva do caráter contingente do *habitus* econômico.

Tal inferência remete à disjunção verificada pelo autor entre as demandas nascentes, especialmente o estabelecimento de disposições associadas às noções de planejamento e produtividade, e as disposições inferidas do comportamento demonstrado por indivíduos das frações de classe representadas pelo campesinato

e subproletariado argelinos. Desarmados das formas de agir, pensar e sentir subjacentes a um modo de vida lastreado em noções como previsibilidade e calculabilidade e, portanto, a um comportamento dito racional, esses agentes viram-se destinados a vivenciar no corpo o descompasso entre um novo conjunto de exigências objetivas e o rol de disposições subjetivas desenvolvidas em um ambiente tradicional.

Cabe lembrar que, entre as características distintivas do *habitus* precário em comparação com o *habitus* primário, estão as habilidades de planejamento e de pensamento prospectivo, baseadas na estruturação de projetos de vida, cujo desenvolvimento demanda um distanciamento razoável das necessidades mais prementes.

Em linha com os argumentos propostos por Souza (2012a), as narrativas das entrevistadas, no tocante aos seus projetos e sonhos, traduziram-se ora na presentificação das necessidades mais prementes, ora em representações oníricas, e ainda sob a forma de demandas normativas social e historicamente construídas. Consoantes à primeira forma, as falas de Andrea, Georgette e Regina atestam a colonização de suas expectativas por demandas materiais imediatas, revelando um modo precário de existência caracterizado por necessidades prementes.

Por vezes interdependentes de suas trajetórias habitacionais, as referidas expectativas visam ora à libertação do aluguel, despesa que consome parcela representativa do seu orçamento familiar, ora ao investimento em aspectos estruturais com vistas à melhoria qualitativa de suas moradias. Em alguns dos casos, ainda, tais projetos contribuem de forma decisiva à significação que atribuem à categoria “trabalho”.

O meu objetivo no meu trabalho é melhorar a minha casa, porque a minha cozinha está caindo e o meu banheiro, né? Isso não era nem pra falar, mas estou falando. Então, é o meu objetivo. Eu acho que, se eu conseguir fazer isso, pra mim já está de bom tamanho. (ANDREA).

Eu voltei a trabalhar que eu tô com um projeto pra fazer uma obrinha lá na minha casa, então eu vou trabalhar um pouquinho mais, mas eu sei que eu tenho que parar porque [...] daqui a pouco eu tô com 60. (GEORGETTE).

Agora o que mais quero é construir minha casa [...] em cima da casa da minha mãe. (BRUNA).

O sonho é ter minha casa, sair do aluguel. (MONIQUE).

Ainda na seara dos projetos pessoais, notaram-se tentativas pouco realistas de vinculação de expectativas passadas e presentes, desvinculadas de quaisquer referências a um plano de ação minimamente estruturado. Um bom exemplo de redimensionamento retrospectivo de projetos de ontem e de hoje encontra-se presente na narrativa de Alessandra a seguir, fruto do reconhecimento de suas limitações no tocante ao volume de capital cultural amealhado. Interessante notar a gênese que ela atribui às suas expectativas de ontem e de hoje, as primeiras atreladas à carreira de uma parente e, as segundas, à trajetória profissional de uma colega de trabalho.

Eu sempre quis fazer faculdade de Direito [...]. Me espelhei na madrinha da minha irmã [que] é advogada hoje em dia. Depois que vi aquela quantidade de livros, diminuí para Administração. Tinha de ter que fazer Matemática e eu não suporto matemática. Eu não gosto de jeito nenhum. Agora, eu queria fazer Enfermagem ou alguma coisa nessa área [...]. A merendeira daqui saiu esse ano. Ela [agora] é enfermeira. (ALESSANDRA).

No caso de Nazaré, em meio à frustração de desejos acalentados no passado, nota-se uma acomodação de suas expectativas de outrora à luz da situação presente, culminando com a perspectiva de retornar para sua terra natal em um futuro próximo. Ela demonstra nítido senso de realização, no entanto, ao ver materializadas nas trajetórias de suas filhas possibilidades reais de mobilidade intergeracional. Ao passo que sua filha mais velha, após concluir o ensino médio, logrou lecionar no ensino público primário, a mais velha cursa atualmente Farmácia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nazaré colhe, assim, os rendimentos de todo um investimento que fez na educação de suas filhas, seja na obtenção de bolsas de estudo que lhes possibilitaram cursar o ensino fundamental em uma escola privada na qual trabalhou por alguns anos, seja no esforço despendido na contratação de transporte escolar particular com vistas a garantir que suas filhas pudessem transitar em segurança da escola situada no bairro da Gávea para a casa de sua sogra na Rocinha, ou ainda no monitoramento e no auxílio na execução das tarefas escolares.

Mais nova, meu maior sonho era ser enfermeira.

[...]

Pra mim [o projeto] era isso mesmo, trabalhar e ter algum dia alguma coisa, né.

[...]

[Me aposento no próximo ano] e meu sonho é deixar [minhas filhas] aqui e com a minha aposentadoria ir passar um tempo lá

no Ceará. Eu acho que pra mim já deu. Eu quero voltar pra perto da minha família.

[...]

Eu tinha de sonho é isso; estudar, fazer faculdade. Meu sonho era esse, que eu também estou cumprindo agora, né?

As expectativas em relação ao futuro dos filhos também se fizeram presentes nas narrativas das demais entrevistadas, estando na maior parte dos casos associadas a um quadro normativo tradicional no tocante a papéis e configurações familiares. Em termos profissionais, notou-se em alguns dos casos uma indefinição no que diz respeito ao futuro dos filhos, ainda que em alguns casos se manifeste explicitamente o desejo de que estes não reproduzam suas trajetórias ocupacionais como auxiliares de serviços gerais. Vezes outras, elas narraram projetos inarticulados de inserção futura dos herdeiros aos quadros de instituições militares, conforme verificado por Abrantes (2014) em seu estudo com trabalhadores das classes populares em Portugal. Verifica-se igualmente o valor positivo que atribuem à educação dos filhos, ainda que nem sempre consigam, seja por falta de tempo, seja de recursos – materiais, culturais e relacionais –, traduzir tal apreciação em resultados concretos.

Ah, bom, trabalho, mas assim, não na limpeza. Uma coisa melhor pra elas, que elas estudem, que elas tenham um bom casamento, um bom relacionamento, não arrume uns pé-rapado aí que sabe bater em mulher. (MONIQUE)

Pros meus filhos eu quero sempre o melhor, né? Que eles cresçam sabendo o valor das coisas, que tudo é suado, que eles tenham um bom emprego, uma boa casa, não passe pelo que eu e o pai deles passaram. (ALESSANDRA).

Concluída a análise das histórias de vida, segmentada em múltiplas esferas de atividade, apresenta-se, na seção seguinte, uma breve esquematização dos resultados apresentados neste capítulo, com vistas a propiciar um retrato capaz de articulá-los, de forma esquemática, com pressupostos teóricos desta pesquisa.

4.10

Costurando retalhos e unindo pontos

Nesta seção se pretendeu unir as pontas que, porventura, possam ter ficado soltas ao longo do caminho percorrido até aqui. A estratégia de subdividir as histórias de vida em trajetórias associadas a distintos domínios buscou, a um só

tempo, facilitar a interlocução com distintas disciplinas cuja tendência é privilegiar contextos específicos, em virtude do processo de especialização do conhecimento; dialogar com os empreendimentos teórico-empíricos que mergulharam em múltiplos domínios, simultaneamente (MCDONALD; MARSH, 2005; LAHIRE, 2004; SOUZA, 2009, 2012b) e, ainda, manter uma ligação direta com o campo de carreiras, sob a perspectiva organizacional, ao adotar, como base, os fatores contextuais propostos por Mayrhofer, Meyer e Steyrer (2007). A estratégia adotada, no entanto, não implica no isolamento dos múltiplos contextos, haja vista que as entrevistadas teimam em interligá-los e, assim, conferir coerência às suas narrativas. Contadas a quatro mãos, em um processo que pode ser traduzido como uma dupla hermenêutica (GUIDENS, 2009), as histórias que ilustram esta tese não são a reunião de pedaços esparsos, mas uma colcha de retalhos cuja costura foi coletiva, na verdade, a dezoito mãos, haja vista a relação recursiva entre as histórias das entrevistadas e estas com a do pesquisador.

Desde o início da pesquisa, buscou-se identificar como os múltiplos fatores contextuais e o poder de agência contribuíram para o delineamento das carreiras das entrevistadas. O Quadro 10, a seguir, buscou reunir, de forma esquemática as principais influências verificadas ao longo do processo de análise. Antes de tudo cabe destacar, em linha com a proposta de Souza (2009, 2012a), o papel decisivo que parece ter sido exercido pelos acentuados níveis de desestruturação familiar nas trajetórias das entrevistadas na construção de um *habitus* precário e, portanto, nas suas chances de vida. Além da privação de ordem material, verificou-se a impossibilidade de os pais dessas mulheres transferirem uma herança imaterial capaz de lhes propiciar condições para competirem no mercado. Outro fator significativo foi o impacto negativo exercido, já no âmbito familiar, sobre a construção de sua autorrelação ou identidade, dado que o distanciamento interpessoal representado, muitas vezes, por uma série de abandonos e pela impossibilidade real de os pais dessas mulheres dispensarem o tempo necessário ao processo de educação familiar.

O potencial efeito deletério do cenário de desestruturação familiar implicou, mais especificamente, em prejuízos à construção do senso de autoconfiança pelas entrevistadas. Ao terem sua integridade psíquica e, às vezes, física atacadas, essas mulheres se viram, em maior ou menor grau, privadas da dedicação afetiva necessária à construção intersubjetiva desse componente da personalidade

(SAAVEDRA, 2007). Em maior ou menor grau, verificou-se um processo de socialização secundária confirmatório, no qual o *habitus* precário foi reforçado, em vez de mitigado, por novas experiências, sejam essas educacionais, familiares ou profissionais.

Quadro 12 – Sumário da snálise dos resultados

Contexto	Conceito-chave	Traço característico	Habitus	Implicações
Familiar	Capital familiar	Desestruturação familiar	Desenvolvimento de um <i>habitus</i> precário: (i) relação com o tempo calcada em uma presentificação do futuro (ausência de pensamento prospectivo/planejamento), e (ii) reduzida capacidade de autocontrole e de disciplina.	(i) Redução dos níveis de autoconfiança; (ii) antecipação da vida adulta: (a) maior probabilidade de eventos de parentalidade e de reincidência de casos de gravidez precoces; (b) saída antecipada da casa dos pais; (c) envolvimento desde criança com os afazeres domésticos; (d) níveis superiores de divórcios dos pais, conflitos parentais e distância emocional entre pais e filhos; (e) reduzidos níveis de suporte familiar e institucional para lidar com os níveis superiores de disrupção familiar; (f) ausência de privacidade; (g) influência negativa sobre a capacidade de exploração e adaptação aos contextos educacional e profissional
Social/habitacional	Capital social	(i) Redes de relacionamento localmente incrustadas, caracterizadas por um baixo número de contatos e uma reduzida capacidade de retorno em termos de capital social e cultural, (ii) processo incipiente de conversão de laços fortes em laços fracos, (iii) elevado número de deslocamentos circunscritos localmente (nomadismo local), e (iv) saída precoce da casa dos pais, marcada pela ausência de planejamento e pelo acentuado nível de restrições financeiras e restrito suporte familiar.	Reforço do <i>habitus</i> precário	(i) Privação material e restrito suporte institucional associado: à circunscrição do domínio das práticas de lazer ao ambiente doméstico e ao reforço de disposições manuais, e (ii) capacidade restrita de geração de oportunidades sociais, sobretudo, profissionais
Educacional	Capital cultural	(i) Acesso à formação educacional de baixa qualidade; (ii) trajetórias não lineares, marcadas pelo abandono precoce da escola e, em muitos casos, pela não retomada dos estudos; (iii) reduzido suporte familiar, e (iii) orientação instrumental dissociada de um envolvimento emocional positivo com a escola.	Reforço do <i>habitus</i> precário	(i) Provável fracasso acadêmico, (ii) sofrimento emocional associado não só à disjunção entre as disposições desenvolvidas no ambiente familiar e as demandadas pelas instituições de ensino, mas também à estigmatização implicada em tal processo, e (iii) impossibilidade de acesso a oportunidades, ainda que precárias, de trabalho pelo baixo nível de formação escolar.
Profissional	Capital de carreira	(i) Restrito, como resultado dos reduzidos níveis de capital familiar, econômico, cultural e social; (ii) trajetórias não lineares, inseguras e precárias; (iii) relacionamentos intersubjetivos ambíguos com: (a) os pares: prazer (convívio social) X sofrimento (focos e intrigas), (b) superiores hierárquicos: camaradagem X distanciamento interpessoal (físico e simbólico); clientes: gratidão X humilhação social	Reforço do <i>habitus</i> precário	(i) Distanciamento institucional: impactos deletérios sobre o autorrespeito, implicando, entre outras coisas, prejuízo potencial à "garantia factual" do direito de se aposentar; (ii) distanciamento cognitivo: reflexos negativos sobre a autoestima; (iii) distanciamento interpessoal: prejuízo sobre a autoestima; (iv) condições de trabalho: (a) objetivo (desgaste físico e mental, decorrente da atividade em si e de sua intensificação; parcas recompensas materiais), (b) subjetivo (desgaste emocional associado à especificidade do conceito de emotional labour (sociomaterialidade), bem como à ausência de reconhecimento social), (v) significado do trabalho: valorização da dimensão material e do nível superior de direitos, em comparação com o trabalho como empregada doméstica, (iv) reprodução social e carreira intergeracional.
Moral	Ideologia do desempenho	(i) Trajetória marcada pelos sentimentos de culpa e vergonha, associados ao ideal normativo de autorresponsabilização pelo destino individual, bem como de gratidão.	Reforço do <i>habitus</i> precário	(i) Duplo processo de flagelação, imposto por si próprio e por terceiros, (ii) subordinação de classe, e (ii) legitimação da desigualdade social.
Religioso	Disciplina moral e autocontrole	(i) Religião como esfera de atividade central, (ii) pluralidade das modalidades de exercício da fé, com predominância de denominações pentecostais, e (iii) destaque atribuído aos poderes mágicos e carismáticos da divindade.	Ambíguo, podendo reforçar ou não o <i>habitus</i> precário	(i) Relação ambígua com o desenvolvimento tanto de um pontecial reflexivo, podendo operar tanto como mecanismo de abertura como de fechamento à introspecção, quanto de um ascetismo religioso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Por certo, a influência dos fatores contextuais emerge de forma mais explícita e do poder de agência, menos. Nesse sentido, julga-se importante retomar, brevemente, o embasamento teórico subjacente ao conceito de reflexividade nesta tese, calcado na noção de conversações internas.

De forma metafórica, as conversas que os indivíduos mantêm consigo, em foro íntimo, foram interpretadas, nesta investigação, como a internalização de sua rede contatos. À luz desse entendimento, o processo reflexivo reflete, no âmbito intrapessoal, o rol de relações intersubjetivas mantidas pelos atores sociais ao longo de suas vidas, propiciando, assim o confronto entre o “eu” e o “mim” (MEAD, 1962) ou, em outros termos, entre as trajetórias biográfica e relacional (DUBAR, 2005). Trata-se de uma mecânica homóloga a que Bourdieu (1990) propôs para o *habitus* enquanto introjeção dos múltiplos campos, com uma diferença significativa: ao passo que a ação habitual é incorporada, segundo o autor, com mínima ou nenhuma mediação da subjetividade, no caso da ação reflexiva, tal interposição é o elemento que a define (VANDEBERGHE, 2010).

A partir de tal pressuposto, assume-se que o poder de agência das entrevistadas revelou-se restrito, em virtude do pequeno número de contatos de suas redes e da baixa capacidade de mobilização de capital social e cultural por seu intermédio (SAVAGE et al. 2013); em outras palavras, tais redes constituem-se basicamente de laços fortes, com efeitos negativos sobre as oportunidades sociais, inclusive, as profissionais (GRANOVETTER, 1973; MCDONALD, MARSH, 2005). Um fator agravante diz respeito à ideologia do desempenho que, ao disseminar a autorresponsabilização como fator determinante na construção das trajetórias individuais, não só desperta o sentimento de culpa, como também obsta a emergência de um sentimento de injustiça social.

Finalizada a análise dos resultados, apresenta-se a seguir, uma conclusão sucinta desta investigação.

CONCLUSÃO

Muito do debate no campo dos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional, sobretudo, nas últimas duas décadas, ancorou-se na oposição entre duas modalidades de carreira – organizacional (VAN MAANEN, 1977; VAN MAANEN; SCHEIN, 1977) e sem fronteiras (ARTHUR, 1994, 2008; ARTHUR; ROUSSEAU, 1996). Segundo alguns autores, o aprofundamento desmedido deste debate revelou-se improdutivo (ARTHUR, 2014), em maior ou menor grau, ameaçando, inclusive, o desenvolvimento e o avanço das pesquisas no campo (GUEST; RODRIGUES, 2014). Ainda que a presente pesquisa esteja inserida nesse debate, buscou-se um posicionamento para além de uma tomada de posição de um lado ou de outro; assumiu-se, antes de tudo, que estes tipos ideais representam duas entre muitas metáforas propostas no âmbito dos estudos de carreira (INKSON, 2006), que buscam capturar padrões percebidos em uma dada época. Cabe observar que o recorte adotado em ambos os casos tendeu a privilegiar, quase que exclusivamente, a análise de carreiras profissionais, gerenciais e hierárquicas (GUEST; STURGES, 2007; THOMAS, 1989).

Paradoxalmente, contudo, como bem lembrou Barley (1989), não mais do que 20% dos postos de trabalho nos EUA podiam ser associados às trajetórias profissionais, gerenciais e hierárquicas, associadas à noção de carreira organizacional, a despeito de sua dominância no domínio acadêmico. Na mesma linha, Hall e Moss (1998) pontuaram que menos que 5% dos postos de trabalho, ainda em meados da década de 1970, correspondiam ao antigo contrato de trabalho, caracterizado como um contrato psicológico relacional em vez de transicional (ROBINSON; KRAATZ; ROUSSEAU, 1994; ARTHUR; ROUSSEAU, 1996), pautado em benefícios mútuos entre empregador e empregado, e na estabilidade do vínculo empregatício. A alta representatividade das carreiras organizacionais no cenário corporativo corresponderia, portanto, a um mito, revelando-se privativa, em um dado contexto temporal, de um grupo seleto grupo de trabalhadores privilegiados que desenvolviam suas carreiras em empresas listadas na Fortune 50 (HALL; MOSS, 1998). Assim, caso levemos ao pé da letra a alegação de Arthur (2014) de serem as carreiras sem fronteiras a

antítese das carreiras organizacionais, toda a discussão acerca da prevalência desta ou daquela modalidade, acabaria por se revelar um esforço de pesquisa circunscrito a um grupo pouco significativo, ao menos em termos quantitativos, de setores de atividade econômica, de ocupações e de postos de trabalho. Defende-se, nesta tese, que ambos os conceitos representam distintas ideologias, referenciadas a diferentes momentos ou etapas do sistema capitalista, em linha com a proposição de Souza, Lemos e Silva (2017), para quem as carreiras organizacionais e sem fronteiras podem ser interpretadas, respectivamente, como representações do segundo e terceiro espíritos do capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 2009).

Um dos corolários da dominância de tais modalidades de carreira foi a exclusão, sobretudo, nos últimos tempos, da grande maioria dos trabalhadores do foco de análise dos pesquisadores do campo de estudos de carreiras (BLUSTEIN, 2011), sendo necessário reconhecer, antes de tudo, a necessidade de se incluir “no corrente discurso, a vasta maioria de pessoas ao redor do globo que não tiveram acesso aos recursos educacionais e organizacionais críticos para facilitar a vida profissional hierárquica, estruturada e geralmente gratificante dos indivíduos privilegiados” (BLUSTEIN et al., 2004, p. 425). Conforme se pretendeu ilustrar com esta pesquisa, talvez um dos maiores equívocos nos estudos de carreira sob a perspectiva organizacional consista na reificação das organizações como foco de análise, cuja consequência principal foi a circunscrição do foco de análise às dimensões intra e interorganizacional, privilegiando-se, nesse último caso, aspectos relativos à mobilidade física e psicológica (SULLIVAN; ARTHUR, 2006), ao sucesso psicológico (MIRVIS; HALL, 1996), e à exploração de carreira, com ênfase em valores substantivos (GREENHAUS; CALLANAN; DIRENZO, 2008). Perdeu-se de vista a necessidade de ampliar o foco de análise com vistas a alcançar a sociedade como um todo e, portanto, a interdependência entre as dimensões individual, organizacional e social, tão cara às gerações anteriores (HUGHES, 1937), e retomada, recentemente (MAYRHOFER, MEYER; STEYRER, 2007; LATSKE et al., 2015).

Igualmente relevante é o fato de as novas modalidades de carreiras enfatizarem, sobremaneira, a dimensão intrapessoal de análise e, quando muito, a interpessoal; como resultado, tendem a se distanciar de uma perspectiva relacional, cujo intuito central é abordar, de forma integrada, as dimensões

individual, intersubjetiva, contextual e estrutural de análise, reconhecendo, de forma adequada, a complexidade da vida social e a multiplicidade de modos de existência. Exemplos desta abordagem podem ser encontrados tanto em perspectivas psicológicas, a exemplo dos modelos contextual e relacional propostos, respectivamente, por Fouad e Kantamneni (2008) e por Blustein (2011), quanto sociológicas de carreira (BARLEY, 1989; HUGHES, 1937, 2005; SCHNEIDHOFER; LATZKE; MAYRHOFER, 2015). Em seu conjunto, tais abordagens reconhecem a existência de múltiplas modalidades e padrões de carreira, associados, entre outros aspectos, à posição social ocupada pelos atores individuais, ao conjunto de seus relacionamentos intersubjetivos e ao seu modo de reflexividade.

Importante ressaltar que o título desta tese não pretendeu propor uma nova modalidade de carreira ou coisa similar, mas tão somente reconhecer, enfaticamente, a recursividade constitutiva entre as noções de fronteira e de carreira, fato reconhecido desde os primórdios dos estudos no campo (FORM; MILLHER, 1949; HUGHES, 1937; VAN MAANEN; SCHEIN, 1977), com repercussões em desenvolvimentos teóricos recentes (GUNZ; EVANS; JALLAND, 2000; HODKINSON, 1998; SCHNEIDHOFER, MAYRHOFER; LATSKE; 2015). Não menos relevante, como se pretendeu mostrar, é o conceito de transição de carreira (CONNEL; BURGESS, 2006; NICHOLSON; WEISS, 1996), por vezes julgado *old-fashion*, à luz de trajetórias contemporâneas (ARTHUR, 1994) que desafiariam até mesmo os tradicionais ciclos da vida social (HUGHES, 2005).

Um dos aspectos centrais desta pesquisa diz respeito à verificação empírica, suportada pela triangulação dos resultados com pesquisas desenvolvidas no campo, da influência significativa exercida sobre as trajetórias profissionais não só pelo nível de suporte relacional e material disponível aos indivíduos, nos níveis familiar (HARDIE, 2016; KENDIG; MATTINGLY; BIANCHI, 2014), educacional (BLUSTEIN, 2011; BYNNER; PARSONS, 2002) e institucional (BLUSTEIN et al., 2013; SUTO, 2008), mas também por fatores como gênero (LARA; MARRA; FERNANDES, 2015; ROSS-SMITH; HUPPATZ, 2010), ideologia (ROPER et al., 2012) e reconhecimento social (COSTA, 2004; LARA; MARRA; FERNANDES, 2015). Verificou-se, em diálogo com pesquisas desenvolvidas no campo, o impacto decisivo e, por vezes deletério, exercido pelas

condições de existência sobre: o momento de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (MCDONALD et al., 2011), as estratégias que mobilizam para este fim (MACDONALD; MARSH, 2005), as oportunidades de emprego disponíveis (RAIDER; BURT, 1996) e o caráter voluntário ou involuntário do processo de mobilidade interorganizacional que experimentam (ZAITZ; BLAU; FERTIG, 2009).

Verificou-se, nesta pesquisa, que as entrevistadas enfrentaram múltiplas barreiras desde cedo, a iniciar pela construção de um *habitus* precário, via de regra confirmado ao longo de suas trajetórias. Ao distanciamento interpessoal presente, em maior ou menor grau, no domínio familiar, somaram-se experiências intersubjetivas, particularmente, nos ambientes escolar e profissional, que, ainda que ambíguas, revelaram-se, majoritariamente, deletérias para a construção da autoestima dessas mulheres. A essas duas formas de não reconhecimento social devem ser adicionados os ataques que sofreram em relação ao seu autorrespeito, vítimas que são de um sistema cuja tendência tem se mostrado a redução crescente dos direitos daqueles mais pobres. Os múltiplos golpes desferidos contra elas, ao longo do tempo, constituíram-se, assim, em verdadeiras barreiras à possibilidade de construção de uma personalidade sadia, tomada por boa parte dos estudos organizacionais e de carreiras *mainstream*.

No tocante à trajetória educacional são múltiplas as fronteiras interpostas ao longo das trajetórias das entrevistadas, entre as quais: a baixa qualidade do ensino recebido pelas entrevistadas; a necessidade de dedicar parte do tempo aos afazeres domésticos; a orientação instrumental, portanto, não afetiva com a escola; o conflito emocional e material da incompatibilidade, usualmente presente, entre as lógicas familiar e escolar, o reduzido nível de suporte parental, e o abandono precoce da escola. Nesse último caso, a evasão deu-se, em boa parte dos casos, em virtude de eventos de gravidez precoce e, adicionalmente, à saída precoce e não planejada da casa dos pais.

Já com relação às carreiras percorridas pelas entrevistadas, estas se mostraram precárias, não lineares e inseguras, alternando, na grande maioria dos casos, períodos de trabalho como faxineira e como empregada doméstica, com períodos eventuais de desemprego. O fato delas não terem, na maioria dos casos, concluído sequer o ensino fundamental emergiu como a principal fronteira a ser ultrapassada e a razão pela qual boa parte planeja retomar os estudos em algum

momento no futuro. Esse último ponto atesta, em conjunto com outros fatores com a gravidez precoce, a dificuldade de essas mulheres lidarem com o tempo de forma planejada, confirmando a visão de Souza (2009), segundo a qual os membros da ralé brasileira, em sua maior parte, não tende a pensar prospectivamente, disposição esta cujo pressuposto seria o distanciamento da necessidade extrema.

Ao passo que em relação à dimensão moral, o que se verificou foi a presença de sentimentos de culpa e de gratidão, o primeiro derivado da responsabilização autoimposta, tomando por base a ideologia do desempenho ou do mérito (SOUZA, 2012a), e o segundo decorrente, sobretudo, da baixa autoestima (LARA; MARRA; FERNANDES, 2015), no tocante à dimensão religiosa, esteve presente não só o recurso a instâncias transcendentais, pautado em uma religiosidade mágica ou carismática (ARENARI; JUNIOR, 2006), mas também indícios, em algumas das narrativas do desenvolvimento de uma ética do trabalho e de um senso de solidariedade.

O tradicionalismo não se restringiu nas narrativas à centralidade da dimensão religiosa; perpassou múltiplas trajetórias, alcançando, inclusive, os projetos das entrevistadas. Em relação a si mesmas, ora sonham em concluir os estudos e melhorar de vida, ora se prendem a questões mais prementes de ordem material, como efetuar uma reforma e, quem sabe, comprar a tão sonhada casa própria. No que se refere aos filhos, sonham que esses se casem, tenham uma vida melhor do que elas e, sobretudo, que trabalhem e, se possível, que não seja com faxina. Portanto, o próprio ato de pensar o futuro vê-se dialeticamente relacionado ao passado e presente e, portanto, limitado em seu alcance.

Ao longo desta pesquisa fortaleceu-se a convicção de que a separação entre agência e estrutura, e entre subjetivo e objetivo advém do não reconhecimento, entre outras coisas, de que a ação reflexiva espelha, em foro íntimo, as fronteiras objetivas e subjetivas existentes no mundo social exterior. Assim, não há que se falar em reflexividade como uma categoria abstrata dissociada dos condicionamentos estruturais e contextuais. Para finalizar, faço minhas as palavras do escritor moçambicano Mia Couto (2015, p. 219), e penso, com os meus botões que, ao final dessa trajetória, em que caminhei não só com as entrevistadas, mas na companhia dos que cruzaram o meu caminho ao longo da minha existência; acima de tudo, pude confirmar

o que havia muito suspeitado: não há nada neste mundo que não esteja sob minha pele. A rocha, a árvore, tudo vive por baixo da minha epiderme. Não há fora, não há longe: tudo é carne, nervo e osso. [...] Dentro do meu corpo se abrigava o mundo inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAM, K. G.; TAYLOR, S. K. Firm's use of outside contractors: theory and evidence. **Journal of Labour Economics**, v. 14, n. 3, p. 394-424, 1996
- ABRANTES, P. Socialization and inequality: a biographical approach to the working class in Portugal. **Current Sociology**, v. 61, n. 7, p. 984-1002, 2013.
- ACKROYD, S.; KARLSSON, J. Critical realism, research techniques and research designs. In: EDWARDS, P.; O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. (Eds.). **Studying organizations using critical realism: a practical guide**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2014. 21-45 p.
- ADAMSON, S. A., DOHERTY, N.; VINEY, C. The meanings of career revisited: implications for theory and practice. **British Journal of Management**, v. 9, p. 251-259, 1998.
- AGUIAR, L. L. M. Cleaners and pop culture representation. **Just Labour: a Canadian Journal of Work and Society**, v. 5, p. 65-79, 2005.
- AGUIAR, L. L. M. Janitors and sweatshop citizenship in Canada. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. 16-36 p.
- AHUJA, N. M. Three worlds of cleaning: women's experiences of precarious labor in the public sector, cleaning companies and private households of West Germany, 1973-1998. **Journal of Women's History**, v. 16, n. 2, 2004.
- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- ALLEN, K.; HOLLINGWORTH, S. 'Sticky subjects' or 'cosmopolitan creatives'? Social class, place and urban young people's aspirations for work in the knowledge economy. **Urban Studies**, v. 50, n.3, p. 499-517, 2013.
- ALPORT, G. W.; ODBERT, H. Trait-Names: A psycho-lexical study. **Psychological Review Publications**, v. 47, n. 1, 1936.
- ALVAREDO, F et al. Global inequality dynamics: new findings from WID.world. **American Economist Review Papers & Proceedings**, v. 107, n. 5, p. 404-409, 2017.
- ALVES, G. A disputa pelo intangível: estratégias gerenciais do capital na era da globalização. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 3. 55-72 p.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2. 13-28 p.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A epidemia da terceirização**. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. 3. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 3. 13-24 p.
- APPELBAUM, E. Reducing inequality and insecurity: rethinking labor and employment policy for the 21st century. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 311-320, 2012. ARCHER, L.; HOLLINGWORTH, S.; HALSALL, A. 'University's not for me – I'm a Nike person: urban, working-class young

- people's negotiations of 'style', identity and educational engagement. **Sociology**, v. 41, n. 2, p. 219-237, 2007. ARCHER, M. **Culture and agency: the place of culture in social theory**. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1988.
- ARCHER, M. **Realist social theory: the morphogenetic approach**. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1995.
- ARCHER, M. **Being human: the problem of agency**. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 2000.
- ARCHER, M. **Structure, agency and the internal conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ARCHER, M. **Making our way through the world: human reflexivity and social mobility**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ARCHER, M. Habitus, reflexividade e realismo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.
- ARCHER, M. Explicação e compreensão podem ser ligadas numa história única? In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. 73-94 p.
- ARENARI, B.; JÚNIOR, R. D. T. Intersubjetividade, socialização religiosa e aprendizado político: esboço de uma interpretação sociológica do pentecostalismo no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ARENARI, B.; TORRES, R. In: SOUZA, J. (Org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012b. 311-348 p.
- ARISS, A. A.; SYED, J. Capital mobilization of skilled migrants: a relational perspective. **British Journal of Management**, v. 22, p. 286-304, 2011.
- ARTHUR, M. B. The boundaryless career: a new perspective for organizational inquiry. **Journal of Organizational Behavior**, v. 15, p. 295-306, 1994.
- ARTHUR, M. B. Examining contemporary careers: a call for interdisciplinary inquiry. **Human Relations**, v. 61, n. 2, p. 163-186, 2008.
- ARTHUR, M. B., CLAMAN, P. H.; DeFILLIPPI, R. J. Intelligent enterprise, intelligent careers. **Academy of Management Executive**, v. 9, p. 7-20, 1995.
- ARTHUR, M. B., LAWRENCE, B. S. Perspectives on environment and career: an introduction. **Journal of Occupational Behavior**, v. 5, p. 1-8, 1984.
- ARTHUR, M. B., HALL, D. T., e LAWRENCE, B. S. Generating new directions in career theory: The case for a transdisciplinary approach. In M. B. ARTHUR, M.B; HALL, D. T.; LAWRENCE, B. S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 7-25 p.
- ARTHUR, M. B.; KHAPOVA, S. N.; WILDERON, C. P. M. Career success in a boundaryless career world. **Journal of Organizational Behavior**, v. 26, p. 177-202, 2005.
- ARTHUR, M. B., ROUSSEAU, D. The boundaryless career as a new employment principle. In: ARTHUR, M. B., ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 3-20 p.
- ARTHUR, N. Social justice and career guidance in the age of talent. **International Journal of Education and Vocational Guidance**, v. 14, n. 1, p. 47-60, 2014.
- ARTHUR, N.; COLLINS, S.; MCMAHON, M.; MARSHAL, C. Career practioners' views of social justice and barriers for practice. **Journal of Career Development**, v. 8, n. 1, p. 22-31, 2009.

- ASHKENAS, R.; ULRICH, D.; JICK, T.; KERR, S. The boundaryless organization: breaking the chains of organizational structure. San Francisco: Jossey-Bass Inc, 1995.
- ATKINSON, W. Rethinking the work-class nexus: theoretical foundations for recent trends. **Sociology**, v. 43, n. 5, p. 896-912, 2009.
- ATKINSON, W. The myth of the reflexive worker: class and work histories in neo-liberal times. **Work, employment and society**, v. 24, n. 3, p. 413-429, 2010.
- ATKINSON, W. Reproduction revisited: comprehending complex educational trajectories. **The Sociological Review**, v. 60, p. 735-753, 2012.
- BAKER, T.; ALDRICH, H. E. Prometheus stretches: building identity and cumulative knowledge in multiemployer careers. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. New York: Oxford University Press, 1996. 132-149 p.
- BARBALHO, L. A.; BARROS, V. A. Entre a cruz e a espada: experiência de reintegração de egressos do sistema prisional. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 3, p. 33-45, 2014.
- BARBOSA, S. C.; MELO, R. L. P.; MEDEIROS, M. U. F.; VASCONCELOS, T. M. Perfil de bem-estar psicológico em profissionais de limpeza urbana. **Revista Psicologia: Organização e Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 54-66, 2010.
- BARLEY, S. R. Careers, identities, and institutions: the legacy of the Chicago school of sociology. In: ARTHUR, M. B.; HALL, D. T.; LAWRENCE, B.S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, p. 41-65, 1989.
- BARROS, A. F. Desafios da psicologia vocacional: Modelos e intervenções na era da incerteza. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 2, p. 165-175, 2010.
- BARROS, V. A.; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas quantitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual**. Espírito Santo: EDUFES, 2014, 41-63 p.
- BARROS, V. A.; SILVA, L. R. A pesquisa em história de vida. In: GOULART, I. B. **Psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, 133-146 p.
- BARUCH, Y. Transforming careers: from linear to multidirectional careers paths. Organizational and individual perspectives. **Career Development International**, v. 9, n. (1), p. 58-73, 2004.
- BARUCH, Y.; REIS, C. How global are boundaryless careers and how boundaryless careers are global careers? Challenges and a theoretical perspective. **Thunderbird International Business Review**, v. 58, n. 1, 2016.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997, 11-71 p.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECKER, H. Becoming a marijuana user. **American Journal of Sociology**, v. 59, n. 3, p. 235-242, 1953.
- BECKER, H. S. Introduction. In: SHAW, C. R. **The Jack-Roller: a delinquent boy's own history**. Chicago & London: Oxford University Press, 1966.

- BECKER, H. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n.2, p. 177-188, 1996.
- BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, K. H.; HAUNSCHILD, A. The impact of boundaryless careers on organizational decision making: an analysis from the perspective of Luhmann's theory of systems. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 14, n. 5, p. 713-727, 2003.
- BELL, D. **The coming of post-industrial society**: a venture in social forecasting. New York: Basic Books, 1974.
- BELT, V. A female ghetto? Women's careers in call centres. **Human Resource Management Journal**, v. 12, n. 4, 2002.
- BENDASSOLLI, P. F.; WOOD JR., T.; O paradoxo de Mozart: carreiras nas indústrias criativas. **Organização & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 259-277, 2010.
- BERG, J. M.; DUTTON, J. E.; WRZENIEWSKI, A. Job crafting and meaningful work. In: DIK, B. J.; BYRNE, Z. S.; STEGER, M. F. (Eds.). **Purpose and meaning in the workplace**. Washington, DC: American Psychological Association, 2003. 81-104 p.
- BERGER, P. Reflections on the sociology of religion today. **Sociology of Religion**, v. 62, n. 4, p. 443-454, 2001.
- BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERNHARDT, A. The role of labor market regulation in rebuilding economic opportunity in the United States. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 354-375, 2012.
- BERTAUX, D. **Destinos pessoais e estrutura de classe**: para uma crítica da antropológia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BERTAUX, D. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. **Proposiciones**, v. 29, p. 1-23, 1999.
- BERTAUX, D.; THOMPSON, P. **Between generations**: family models, myths and memories. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- BERTAUX, D.; THOMPSON, P. **Pathways to social class**: a qualitative approach to social mobility. New York: Oxford University Press, 2003.
- BERTONCELO, E. R. E. Classes e práticas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, p. 185-258, 2013.
- BETZ, N. E.; FITZGERALD, L. F.; HILL, R. E. Trait-factor theories: traditional cornerstone of career theory. In: ARTHUR, M. B.; HALL, D. T.; LAWRENCE, B. S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, p. 26-40, 1989.
- BEZUIDENHOUT, A.; FAKIER, K. Maria's burden: Contract cleaning and the crisis of social reproduction in post-apartheid South Africa. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. 37-59 p.
- BHASKAR, R. **A realist theory of science**. London-New York: Verso, 1979.
- BHASKAR, R. Foreword. In: O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. (Eds.). **Studying organizations using critical realism**: a practical guide. United Kingdom: Oxford University Press, 2014. 5-15 p.
- BIAVASCHI, M. A dinâmica da Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho: a história da forma de compreender a terceirização. In: REIS, D.; MELLO, R.; COURA, S. (Org.). **Trabalho e justiça social**: um tributo a Mauricio Godinho Delgado. São Paulo: LTr, 2013. 173-182 p.

- BIEMANN, T.; FASANG, A. E.; GRUNOW, D. Do economic globalization and industry growth destabilize careers? An analysis of career complexity and career patterns over time. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, p. 1639-1663.
- BIRD, A. Careers as repositories of knowledge. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 150-168, 1996.
- BISON, I. Education, social origins and career (im)obility in contemporary Italy: a holistic and categorical approach. *European Societies*, v. 13, n. 3, p. 481-503, 2011.
- BISPO, D. A.; DOURADO, D. C. P.; AMORIM, M. F. C. L. Possibilidades de dar sentido ao trabalho além do difundido pela lógica do mainstream: um estudo com indivíduos que atuam no âmbito do movimento Hip Hop. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 717-731, 2013.
- BJERREGAARD, T.; KLITMOLLER, A. Conflictual practice sharing in the MCC: a theory of practice approach. **Organization Studies**, v. 37, n. 9, p. 1271-1295, 2016.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American occupational structure**. New York: John Wiley & Sons, 1967.
- BLUSTEIN, D. A relational theory of working. **Journal of Vocational Behavior**, v. 79, p. 1-17, 2011.
- BLUSTEIN, D. L.; CHAVES, A. P.; DIEMER, M. A.; GALLAGHER, L. A.; MARSHALL, K. G.; SIRIN, S. BHATI, K. S. Voices of the forgotten half: the role of social class in the school-to-work transition. **Journal of Counselling Psychology**, v. 48, n. 3, p. 311-323, 2002.
- BLUSTEIN, D. L.; KOZAN, S.; CONNORS-KELLGREN, A. Unemployment and underemployment: a narrative analysis about loss. **Journal of Vocational Behavior**, n. 82, p. 256-265, 2013.
- BLUSTEIN, D. L.; MCWHIRTER, E. H.; PERRY, J. C. An emancipatory communitarian approach to vocational development theory, research and practice. **The Counselling Psychologist**, v. 33, n. 2, p. 141-179, 2005.
- BLUSTEIN, D. L.; SCHULTHEISS, D. E. P.; FLUM, H. Toward a relational perspective of the psychology of careers and working: a social constructionist analysis. **Journal of Vocational Behaviour**, v. 64, p. 423-440, 2004.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONILHA, M. C.; SACHUK, M. I. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 2, art. 10, p. 412-437, 2011.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- BOTTERO, W. Class identities and the identity of class. **Sociology**, v. 38, n. 5, p. 985-1003, 2004.
- BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas mentais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, P. The social space and the genesis of groups. **Theory and Society**, v. 14, n. 6, p. 723-744, 1985.
- BOURDIEU, P. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 32, p. 1-18, 1987.
- BOURDIEU, P. Social space and symbolic power. **Sociological Theory**, v. 7, n. 1, p. 14-25, 1989.

- BOURDIEU, P. **The logic of practice**. California: Stanford University Press, 1990.
- BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 73-78 p, 1998a.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 79-88 p, 1998b.
- BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BOURDIEU, P. A formação do habitus econômico. **Sociologia**, v. 14, p. 9-34, 2004.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2013.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. London: The University of Chicago Press, 1992.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. From rulling class to the field of power. **Theory, Culture and Society**, v. 10, n. 3, p. 19-44, 1993.
- BRANDÃO, A. M. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. **Comunicações**, n. 3, p. 83-106, 2007.
- BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. 104. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 dez. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- BRASIL. Lei nº 6.109, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 04 jan. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6019.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- BRASIL. Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jun. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7102.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 4.302, de 19 de março de 1998. Dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros, e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, 23 mar. 1998. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20794>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>.

Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 256, de 30 de setembro de 1986. Dispõe sobre a legalidade do contrato de prestação de serviço. **Diário da Justiça**, Brasília, 30 de set. 1986. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-256>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula nº 331, de 21 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a legalidade do contrato de prestação de serviços. **Diário da Justiça**, Brasília, 22 de dez. 1993. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRISCOE, J. P.; HALL, D. T. The interplay of boundaryless and protean careers: Combinations and implications. **Journal of Vocational Behavior**, v. 69, p. 1–18, 2006.

BRITO, V. G. P.; MARRA, A. V.; CARRIERI, A. P. Práticas discursivas de trabalhadores terceirizados e construções sociais da identidade de exclusão. **Revista de Ciências da Administração**, v. 14, n. 32, p. 77-91, 2012.

BRODY, A. The cleaners you aren't meant to see: order, hygiene and everyday politics in a Bangkok shopping mal. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. 106-128 p.

BROWN, A. A narrative approach to collective identities. **Journal of Management Studies**, v. 43, n.4, 2006.

BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 11-30, 2002.

BUJOLD, C. Constructing career through narrative. **Journal of Vocational Behavior**, v. 64, p. 470-484, 2004.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of "sex". London: Routledge, 1993.

BYNNER, J.; PARSONS, S. Social exclusion and the transition from school to work: the case of young people not in education, employment, or training (NEET). **Journal of Vocational Behavior**, v. 60, p. 289-309, 2002.

CACCIAMALI DE SOUZA. Mercado de trabalho dual. **Revista de Administração de Empresas**, v. 18, n. 1, p. 59-69, 1978.

- CAETANO, A. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 66, p. 157-174, 2011.
- CAETANO, A. A exterioridade da reflexividade: contributos de Lahire para o estudo empírico do exercício de competências reflexivas < http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/12/3_Caetano.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- CARDOSO, A. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 3, p. 596-616, 2008a.
- CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre a inércia social. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 80, 2008b.
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013.
- CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. **The professions**. Londres: Oxford University Press, 1933.
- CASSANDRE, M. P.; AMARAL, W. R.; SILVA, A. Eu, Alex, da etnia Guarani: o testemunho de um estudante indígena de administração e seu duplo pertencimento. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 935-947, 2016.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.
- CHAPOULIE, J. M. Everett Hughes and the Chicago tradition. **Sociological Theory**, v. 14, n. 1, p. 3-29, 1996.
- CHAUÍ, M. Prefácio. In: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1987.
- CHUDZIKOWSKI, K.; DEMEL, B.; MAYRHOFER, W.; BRISCOE, J. P.; UNITE, J.; MILIKIC, B. B.; HALL, D. T.; LAS HERAS, M.; SHEN, Y.; ZIKIC, J. Career transitions and their causes: a country-comparative perspective. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 82, p. 8250849, 2009.
- CHUDZIKOWSKI, K., MAYRHOFER, W. In search of the blue flower? Grand social theories and career research: the case of Bourdieu's theory of practice. **Human Relations**, v. 64, n. 1, p. 19-36, 2011.
- CLARKE, M. The organizational career: not dead but in need of redefinition. **International Journal of Human Resource Management**, v. 24, n. 4, p. 684-703, 2013.
- CLOSS, L. Q.; ANTONELLO, C. S. O uso da história de vida para compreender processos de aprendizagem gerencial. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 4, art. 177, p. 44-74, 2011.
- CLOSS, L. Q.; ANTONELLO, C. S. Teoria da aprendizagem transformadora: contribuições para uma educação gerencial voltada para a sustentabilidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 3, p. 221-252, 2014.
- CLOSS, L. Q.; OLIVEIRA, S. R. História de vida e trajetórias profissionais: estudo com executivos brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 4, p. 525-543, 2015.
- COHEN, L.; MALLON, M. The transition from organisational employment to portfolio working: perceptions of "boundarylessness". **Work, Employment and Society**, v. 13, n. 2, p. 329-352, 1999.
- COLLIER, A. **Critical realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy**. London: Verso, 1994.

- COLLIN, A., YOUNG, R. A. Integrating neglected issues into the reconceptualization of careers. Paper presented at the 104th annual convention of the **American Psychological Association**, Toronto, Ontario, 1986.
- CORR, M. Young people's early offending: the context of trained leisure careers. **Young**, v. 22, n. 2, p. 113-133, 2014
- COSTA, F. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- COSTA, F. B. **Homens Invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.
- COUTO, M. **Mulheres de cinza**: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CROZIER, G.; DAVIES, G. Family matters: a discussion of the Bangladesh and Pakistani extended family and community in supporting children's education. **The Sociological Review**, v. 54, n. 4, p. 678-694, 2006.
- CROZIER, G.; REAY, D.; CLAYTON, J.; COLLIANDER, L.; GRINSTEAD, J. Different strokes for different folks: diverse students in diverse institutions – experiences of higher education. **Research Papers in Education**, v. 23, n. 2, p. 167-177, 2008.
- CURRIE, G.; TEMPEST, S.; STARKEY, K. New careers for old? Organizational and individual responses to changing boundaries. **International Journal of Human Resource Management**, v. 17, n. 4, p. 755-774, 2006.
- CZARNIAWSKA, B. Narratives of individual and organizational identities. In: DEETZ, S. (Org.). *Communication yearbook*. Newsbury Park, CA: Sage, 1994.
- DA MATTA, R. **Carnaval, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1997.
- DAL ROSSO, S. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013. 43-54 p.
- DALTON, G. W. Developmental views of careers in organizations. In: ARTHUR, M. B.; HALL, D. T.; LAWRENCE, B. S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1989. 89-109 p.
- DALTON, G. W.; THOMPSON, P. **Novations**: Strategies for career development. Glenview, IL: Scott Foresman, 1986.
- DANY, F. 'Free actors' and organizations: critical remarks about the new career literature, based on French insights. **International Journal of Human Resource Management**, v.14, n. 5, p.821–838, 2003.
- DE CALWÉ, C.; VAN DOOREN, W.; DELAFORTRY, A.; JANVIER, R. Mind-sets of boundaryless careers in public sector: the vanguard of a more mobile workforce. **Public Personnel Management**, v. 43, n. 4, p. 490-519, 2014.
- DE CLERCQ, D.; VORONOV, M. The role of domination in the newcomers' legitimation as entrepreneurs. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 799-827, 2009.
- DeFILLIPPI, R.; ARTHUR, M. The boundaryless career: a competency-based perspective. **Journal of Organizational Behavior**, v. 15, n. 4, p. 307-324, 1994.
- DELGADO, G.; AMORIM, H. **Os limites constitucionais da terceirização**. São Paulo: LTr, 2014.
- DELUCA, G.; OLIVEIRA, S. R. Inked careers: tattooing professional paths. **Brazilian Administration Review**, v. 13, n. 4, p. 1-18, 2016.
- DELUCA, G.; OLIVEIRA, S. R.; CHIESA, C. D. Projeto e metamorfose: contribuições de Gilberto Velho para os estudos sobre carreiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 20, n. 4, p. 458-476, 2016.

- DEMPSEY, S. E.; SANDERS, M. L. Meaningful work? Nonprofit marketization and work/life imbalance in popular autobiographies of social entrepreneurship. **Organization**, v. 17, n. 4, p. 437-459, 2010.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed, 2010.
- DICK, P. Resistance, gender, and Bourdieu's notion of field. **Management Communication Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 327-343, 2008.
- DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. De balde e vassoura na mão: os sentidos que mulheres serventes de limpeza atribuem aos seus trabalhos. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 7, n. 2, p. 557-579, 2007.
- DOBBIN, F. The poverty of organizational theory: comments on "Bourdieu and organizational analysis". **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 53-63, 2008.
- DOERINGER, P. B; PIORE, M. J. **Internal labor markets and manpower analysis**. Harvard University Press: Cambridge, 1970.
- DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DONNAY, D.A.C. E. K. Strong's legacy and beyond: 70 years of the strong interest inventory. **The Career Development Quarterly**, v. 46, n. 1, p. 2-22, 1997.
- DRUCK, G. A precarização do trabalho social no Brasil. In: ANTUNES, R. (Ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013. 55-74 p.
- DRUCK, G. Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers. **Cad. Saúde Pública**, v. 32, n. 6, p. 1-9, 2016.
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBAR, C. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edusp, 2009.
- DUNCAN, B.; DUNCAN, O. D. Minorities and the process of stratification. **American Journal of Sociology**, v. 33, n. 3, p. 356-364, 1968.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EATON, S.; BAILYN, L. Career as life path: tracing work and life strategies of biotech professionals. In: PEIPERL, M.; ARTHUR, M.; GOFEE, R.; MORRIS, T. (Eds.). **Career frontiers: new conceptions of working lives**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 177-198 p.
- EBY, L. T.; BUTTS, M.; LOCKWOOD, A. Predictors of success in the era of the boundaryless career. **Journal of Organizational Behavior**, v. 24, p. 689-708, 2003.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.
- EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 1-44, 2008.
- EMIRBAYER, M.; MISCHKE, A. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
- ESHELMAN, A. J.; ROTTINGHAUS, P. J. Viewing adolescents' career futures through the lenses of socioeconomic status and social class. **Career Development Quarterly**, v. 63, p. 320-332, 2015.

- EVERETT, J. Organizational research and the praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, v. 5, n. 1, p. 56-80, 2002.
- FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo crítico e semiose. Tradução de Gabriel Valdez Foscaches. **Revista Letra Capital**, v. 1, n. 1, p. 43-69, 2016.
- FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2011.
- FARIA, A. A.; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, p. 534-542, 2011.
- FARIA, J.; KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n. 5, p. 1-26, 2004.
- FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. **UAEM**, México, n. 44, p. 15-4, 2007.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1. 5a ed.
- FERRAZ, G.; ROCHA, F. Os serviços de limpeza e conservação no Brasil. Texto para discussão n. 601. **IPEA**, 1998. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3897>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- FERREIRA, J. F.; GODOY, A. S. Processos de aprendizagem: um estudo em três restaurantes de um clube étnico alemão de negócios, gastronomia e cultura. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 2, p. 15-44, 2015.
- FINDLAY, P.; KALLEBERG, A. L.; WARHURST, C. The challenge of job quality. **Human Relations**, v. 66, n. 4, p. 441-451, 2013.
- FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.
- FLEMMEN, M. Putting Bourdieu to work for class analysis: reflections on some recent contributions. **The British Journal of Sociology**, v. 64, n. 2, p. 325-343, 2013.
- FLETCHER, J. K.; BAILYN, L. Challenging the last boundary: reconnecting work and family. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career**: a new employment principle for a new organizational era. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 256-267p.
- FORD, J.; RUGG, J.; BURROWS, R. Conceptualizing the contemporary role of housing in the transition to adult life in England. **Urban Studies**, v. 39, n. 13, p. 2455-2467, 2002.
- FORM, W. H.; MILLER, D. C. Occupational career pattern as a sociological instrument. **American Journal of Sociology**, v. 54, n. 4, p. 317-329, 1949.
- FOUAD, N. A.; COTTER, E. W.; CARTER, L.; BERNFELD, S.; GRAY, I.; LIU, J. P. A qualitative study of the dislocated working class. **Journal of Career Development**, v. 39, n. 3, p. 287-310, 2012.
- FOUAD, N. A.; FITZPATRICK, M. E. Social class and work-related decisions: measurement, theory and social mobility. **Journal of Career Assessment**, v. 17, n. 3, p. 277-270, 2009.
- FOUAD, N.; KANTAMNENI, N. Contextual factors in vocational psychology: intersections of individual, group, and societal dimensions. In: BROWN, S. D.; LENT, R. W. (Eds.). **Handbook of counselling psychology**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2008. 408-425.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Editora: Forense Universitária, 2014.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Editora: Record, 2014.
- FOURNIER, G.; LACHANCE, L.; BUJOLD, C. Nonstandard career paths and profiles of commitment to life roles: a complex relation. **Journal of Vocational Behavior**, v. 74, p. 321-331, 2009.
- FRANKFURT, H. G. Freedom of the will and the concept of a person. **Journal of Philosophy**, v. 68, n.1, p. 5- 20, 1971.
- FRASER, N. Social justice in the age of identity: redistribution, recognition and participation: In: FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. London, UK: Verso, 2003. 7-109 p.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1996.
- FREITAS, L. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, J. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 281-304 p.
- FRENKEL, S. Towards a theory of dominant interests, globalization and work. In: KORCZYNSKI, M.; HODSON, R.; EDWARDS, P. (Eds.). **Social theory at work**. New York: Oxford University Press, 2009. 388-423 p.
- FRENKEL, S. Service workers in search of decent work. In: ACKROYD, S.; BATT, R.; THOMPSON, P.; TOLBERT, P. S. (Eds.). **The Oxford handbook of work & organization**. New York: Oxford University Press, 2010. 356-375 p.
- FRESNEDA, B. Transição da escola para o trabalho e estratificação social. **Segurança Urbana e Juventude**, v. 2, n. 1/2, 2009.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, G. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo: Global, 2011.
- FRIEDLAND, J. The endless fields of Pierre Bourdieu. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 887-917, 2009.
- FRIEDMAN, T. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.
- FRIEDMAN, S. Habitus clivé and the emotional imprint on social mobility. **The Sociological Review**, v. 62, n. 2, p. 259-290, 2016.
- FRIEDMAN, S.; O'BRIEN, D.; LAURISON, D. 'Like Studying without a parachute': how class origin shapes occupational trajectories in British acting. **Sociology**, v. 1, p. 1-19, 2016.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 32 ed.
- GARCIA-PARPET, M. F. A gênese social do homo-economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. **Mana**, v. 12, n. 2, p. 333-357, 2006.
- GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- GAY, P.; SALAMAN, G.; REES, B. The conduct of management and the management of conduct: contemporary managerial discourse and the constitution of the 'competent' manager. **Journal of Management Studies**, v. 33, n. 3, p. 263-282.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIDDENS, A. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. 73-133 p.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fonte, 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 4. ed.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 20. ed.
- GOLSHORKI, D.; LECA, B.; LOUNSBURY, M.; RAMIRES, C. Analysing, accounting for and unmasking domination: on our role as scholars of practice, practitioners of social science and public intellectuals. **Organization**, v. 16, n. 6, p. 779-797, 2009.
- GOMES, C. C; OLIVEIRA, R. S. Agentes de limpeza pública: um estudo sobre a relação prazer/ sofrimento no ambiente laboral. **Psicol. cienc. prof. [online]**, v. 33, p. 138-153, 2013.
- GOMES, M. L.; BOUTY, I. The emergence of an influential practice: food for thought. **Organization Studies**, v. 32, n. 7, p. 921-940, 2011.
- GONÇALVES FILHO. Prefácio: invisibilidade pública. In: Costa, F. B. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004. 1-27 p.
- GOURA, T.; SELTZER-KELLY, D. L. Decolonizing vocational educational in Togo: postcolonial, deweyan and education. **Education and Culture**, v. 29, n. 1, p. 49-63.
- GRANDJEAN, B. D. History and career in a bureaucratic labor market. **American Journal of Sociology**, v. 86, n. 5, p. 1057-1092, 1981.
- GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n.6, p. 1360-1380, 1973.
- GREEN, F. It's been a hard day's night: the concentration and intensification of work in late 20th century britain. **British Journal of Industrial Relations**, v. 39, n. 1, p. 53-80, 2001.
- GREEN, F. Work intensification, discretion, and the decline in well-being at work. **Eastern Economic Journal**, v. 30, n. 4, p. 615-625, 2004.
- GREENHAUS, J. H.; CALLANAN, G. A.; DIRENZO, M. A boundaryless perspective on careers. In: BARLING, J.; COOPER, C. L. (Org.). **The sage handbook of organizational behavior: Micro Approaches**. V. 1. London: Sage Publications, 2008.
- GUBLER, M.; ARNOLD, J.; COOMBS, S. C. Organizational boundaries and beyond: a new look at the componentes of a boundaryless career orientation. **Career Development International**, v. 19, n. 6, p. 641-667, 2014.
- GUEST, D. E.; STURGES, J. Living to work - working to live: conceptualizations of careers among contemporary workers. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 13-38 p.
- GUNZ, H. The two solitudes: the vocational psychological/organizational gap, as seen from the organisational perspective. In: COLLIN, A.; PATTON, W. (Eds.). **Vocational psychological and organisational perspectives on career: towards a multidisciplinary dialogue**. Rotterdam: Sense Publishers, 2009. 19-27 p.
- GUNZ, H., EVANS, M.; JALLAND, M. Career Boundaries in a "boundaryless" world. In: PEIPERL, M.; ARTHUR, M.B.; GOFFEE, R.; MORRIS, T. (Eds.).

- Career frontiers: new conceptions of working lives.** Oxford: Oxford University Press, 2000. 24-53 p.
- GUNZ, H.; MAYRHOFFER, W.; TOLBERT, P. S. Career as a social and political phenomenon in the globalized economy. **Organization Studies**, v. 32, n. 12, p. 1613-1620, 2011.
- GUNZ, H.; PEIPERL, M. Introduction. In GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007. 1-10 p.
- HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, D. T. **Careers in organizations**. Pacific Palisades, CA: Goodyear Publishing Company, Inc., 1976.
- HALL, D. T. Protean careers of the 21st century. **Academy of Management Executive**, v. 10, p. 8-16, 1996.
- HALL, D. T. The protean career: a quarter-century journey. **Journal of Vocational Behavior**, v. 65, p. 1-13, 2004.
- HALL, D. T.; MOSS, J. E. The new protean career contract: helping organizations and employees adapt. **Organizational Dynamics**, v. 26, n. 3, p. 22-37, 1998.
- HALL, D. T.; LAS HERAS, M. Reintegrating job design and career theory: creating not just good jobs but smart jobs. **Journal of Organizational Behavior**, v. 31, p. 448-462, 2010.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (Org.): **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. 103-132 p.
- HAMLIN, C. L. Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. **Dados**, v. 43, n. 2, 2000.
- HANCHEY, J. N.; BERKELAAR, B. L. Context matters: examining discourses of career success in Tanzania. **Management Communication Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 411-439, 2015.
- HARDIE, J. H. Daughters of the great recession: young women's school, work, and Family pathways in the transition to adulthood. Presented at the **Work and Family Researchers Network Meeting** and the **American Sociological Association Annual Meeting**, 2016.
- HARTMANN, M. Class-specific habitus and the social reproduction of the business elite in Germany and France. **The Editorial Board of The Sociological Review**, 2000.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2007.
- HE, H.; BROWN, A. Organizational identity and organizational identification: a review of the literature and suggestions for future research. **Group & Organizational Management**, v. 38, n. 1, 2013.
- HEGEL, G. W. F. **Os princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HEROD, A.; AGUIAR, L. L. M. Introduction: cleaners and the dirty work of neoliberalism. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006a. 1-10 p.
- HEROD, A.; AGUIAR, L. L. M. Geographies of Neoliberalism. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006b. 11-15 p.

- HEWLETT, S.; LUCE, C. Extreme jobs the dangerous allure of the 70-hour workweek. **Harvard Business Review**, v. 86, n. 12, p. 49-59, 2006.
- HIGGINS, M.; DOBROW, S. R.; ROLOFF, K. S. Optimism and the boundaryless career: the role of developmental relationships. **Journal of Organizational Behavior**, v. 31, p. 749-769, 2010.
- HIRSCH, P. M., DE SOUCEY, M. Organizational restructuring and its consequences: rhetorical and structural. **Annual Review of Sociology**, v. 32, p. 171-189, 2006. HIRSCH, P. M., SHANLEY, M. The rhetoric of boundaryless – or, how the newly empowered managerial class bought into its own marginalization. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 208-233 p.
- HIRSCHHORN, L.; GILMORE, T. The new boundaries of the “boundaryless” company. **Harvard Business Review**, may-june 1992.
- HODKINSON, P. Understanding career decision-making and progression: careership revisited. John Killeen Memorial Lecture Woburn House, London, 2008. Disponível em: <http://www.crac.org.uk/cms/files/upload/fifth_johnkilleenlecturenotes.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- HODINSON, P.; SPARKES, A. C. Careership: a sociological theory of career decision making. **British Journal of Sociology of Education**, v. 18, n. 1, p. 29-44, 1997.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HOLLAND, J. L. A theory of vocational choice. **Journal of Counselling Psychology**, v. 6, n. 1, 1959.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007. 79-93 p.
- HONNETH, A. **Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, pp. 46-67, 2008.
- HUGHES, E. C. Institutional office and the person. **American Journal of Sociology**, v. 43, n. 3, p. 404-413, 1937.
- HUGHES, E. C. Ciclos, pontos de inflexão e carreiras. **Teoria e Pesquisa**, n. 46, 2005.
- HUGHES, E. C. Careers. In: HARPER, D; LAWSON, H. M (Eds.). **The cultural study of work**. Blue Ridge Summit, PA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003. 130-138p.
- HUPPATZ, K. Reworking Bourdieu’s ‘capital’: feminine and female capitals in the field of paid caring work. **Sociology**, v. 43, n. 1, p. 45-66, 2009.
- IBARRA, H.; DESHPANDE, P. H. Network and identities: reciprocal influences on career process and outcomes. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 268-82 p.
- IELLATCHITCH, A.; MAYRHOFER, W.; MEYER, M. Career fields: a small step towards a grand career theory? **International Journal of Human Resource Management**, v. 14, n. 5, p. 728-750, 2003.
- INGRAM, N. Within school and beyond the gate: the complexities of being educationally successful and working class. **Sociology**, v. 45, n. 2, p. 287–302, 2011.

- INKSON, K.; ARTHUR, M. How to become a successful career capitalist. **Organizational Dynamics**, v. 31, n. 3, p. 48-61, 2002
- INKSON, K.; GUNZ, H.; GANESH, S.; ROPER, J. Boundaryless careers: bringing back boundaries. **Organization Studies**, v. 33, n. 3, p. 323-340, 2012.
- INKSON, K.; PARKER, P. Boundaryless career and the transfer of knowledge: a “middle earth” perspective. **Higher Education Policy**, v. 18, p. 313-325, 2005.
- ITUMA, A.; SIMPSON, R. The 'boundaryless' career and career boundaries: applying an institutional perspective to ICT workers in the context of Nigeria. **Human Relations**, v. 62, n. 5, p. 727-761, 2009.
- JACOBY, S. M. Are career jobs headed for extinction? **California Management Review**, v. 42, p. 123-145, 1999.
- JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W. (Eds.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo, SP: Cooperativa de Autores Associados, 1996. 41-47 p.
- JAMES, W. **The principles of psychology**. v. 2. NY: Cosimo Classics, 2007.
- JARNESS, V.; FRIEDMAN, S. 'I'm not a snob, but ...': class boundaries and the downplaying of difference. **Poetics**, v. 61, p. 14-25, 2017. JETTEN, J.; IYER, A.; TSIVRIKOS, D.; YOUNG, B. M. When is individual mobility costly? The role of economic and social identity factors. **European Journal of Social Psychology**, v. 38, p. 866-879. 2008.
- JOHN, O. P.; SRIVASTAVA, S. The big-five trait taxonomy: history, measurement, and theoretical perspectives. In: PERVIN, L. A.; JOHN, O. P. (Eds.). **Handbook of personality: theory and research**. v.2. New York: Guilford Press, 1999. 102-138 p.
- JONES, C. Careers in project networks: the case of the film industry. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 58-75 p.
- JONES, C.; DeFILLIPPI, R. J. Back to the future in film: combining industry and selfknowledge to meet the career challenges of the 21st century. **Academy of Management Executive**, v. 10, p. 89-104, 1996.
- JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- KALLEBERG, A. L. Flexible firms and labor market segmentation: effects of workplace restructuring on jobs and workers. **Work and Occupations**, v. 30, n. 2, p. 154-175, 2003.
- KALLEBERG, A. L. **Good jobs, bad jobs: the rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s**. New York: Russel Sage, 2011.
- KALLEBERG, A. L. Job quality and precarious work: clarifications, controversies and challenges. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 427-448, 2012.
- KALLEBERG, A. L.; MARSDEN, P. V. Changing working values in the United States, 1973-2006. **Social Science Research**, v. 42, p. 255-279, 2013
- KAMOCHE, K.; KANNAN, S.; SIEBERS, L. Q. Knowledge-sharing, control, compliance and symbolic violence. **Organization Studies**, v. 35, n. 7, p. 989-1012, 2014. [checar se vai ser mantido]

- KANTER, R. M. **When giants learn to dance**: mastering the challenge of strategy, management, and careers in the 1990s. New York: Simon & Schuster, 1989.
- KENDIG, S. M.; MATTINGLY, M. J.; BIANCHI, S. M. Childhood poverty and the transition to adulthood. **Family Relations**, v. 63, p. 271-286, 2014.
- KHAPOVA, S.; ARTHUR, M.B. Interdisciplinary approaches to contemporary career studies. **Human Relations**, v. 64, n. 1, p. 3-17, 2011.
- KHAPOVA, S. N.; ARTHUR, M. B.; WILDEROM, C. P. M. The subjective career in the knowledge economy. In GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 13-38 p.
- KING, N. Using templates in the thematic analysis of text. In: CASSELL, C.; SYMON, G. **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. Londo: Sage. 256-278 p.
- KING, Z. Career self-management: its nature, causes and consequences. **Journal of Vocational Behavior**, v. 65, p. 112-133, 2004.
- KOEN, J. et al. "A whole new future": identity construction among disadvantaged young adults. **Career Development International**, v. 21, n. 7, p. 658-689, 2016.
- KÖGLER, H. H. Alienation as epistemological source: reflexivity and social background after Manheim and Bourdieu. **Social Epistemology**, v. 11, n. 2, p. 141-164, 1997.
- KORCZYNSKI, M.; HODSON, R.; EDWARDS, P. Competing, collaborating and reinforcing theories. In: ACKROYD, S.; BATT, R.; THOMPSON, P.; TOLBERT, P. S. (Eds.). **The Oxford Handbook of Work & Organization**. New York: Oxford University Press, 2010. 1-25 p.
- KUDER, G. F. The occupational interest survey. **Personnel and Guidance Journal**, v. 45, p. 72-77, 1966.
- LA TAILLE, Y. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vigotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: SUMMUS, 1992, 11-22 p.
- LAHIRE, B. **Sucessos escolares nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LAHIRE, B. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- LAHIRE, B. Esboço do programa científico de uma sociologia psicológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 373-389, 2008.
- LAHIRE, B. O singular plural. **Cadernos do Sociofilo**, n. 4, 2014. Disponível em: <http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2013/12/2_Lahire.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- LAHIRE, B. O homem plural ou a sociologia em escala individual. In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus**: teoria social pós-bourdieuiana. Rio de janeiro: 7 Letras, 2016. 39-48 p.
- LARA, S. M.; MARRA, A. V.; FERNANDES, P. C. M. Construção da identidade profissional em um ambiente marginalizado. In: XXXIX Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2015, Belo Horizonte. **Anais ...**, 2015.
- LATZKE, M.; SCHNEIDOFER, T. M.; PERNKOF, C. R.; MAYRHOFER, W. Relational career capital: towards a sustainable perspective. In: DE VOS, A.; VAN der HEIJDEN, B. I. J. M. **Handbook of sustainable careers**. Glos, UK: Edward Elgar, 2015. 50-66 p.

- LAWLER, S. 'Getting out and getting away': women's narratives of class mobility. **Feminist Review**, n. 63, p. 3-24, 1999.
- LAWRENCE, B. S. **Careers, social context and interdisciplinary thinking**. University of California - L.A. California Center for Population Research. On-Line Working Paper Series, 2010.
- LAWRENCE, B. S.; TOLBERT, P. S. Organization demography and individual careers: structure, norms and outcomes. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2007.
- LAURISON, D.; FRIEDMAN, S. The class pay gap in higher professional and managerial occupations. **American Sociology Review**, v. 81, n. 4, p. 668-695, 2016.
- LEE, C. K.; KOFMAN, Y. The politics of precarity: views beyond the United States. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 388-408, 2012.
- LEIDNER, R. Identity and work. In: KORCZYNSKI, M.; HODSON, R.; EDWARDS, P. (Eds.). **Social theory at work**. New York: Oxford University Press, 2009. 424-463.
- LEVINSON, D. J. **The seasons of a man's life**. New York: Knopf, 1978.
- LINHART, D. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. v. 3. São Paulo: Boitempo, 2014. 45-54 p.
- LOPES, F. T.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 65, p. 225-238, 2013.
- LOVEDAY, V. Working-class participation, middle-class aspiration? Value, upward mobility and symbolic indebtedness in higher education. **Sociological Review**, v. 63, p. 570-588, 2014.
- LYOTARD, F. **The postmodern condition: a report on knowledge**. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- MACDONALD, R.; MARSH, J. **Disconnected youth? Growing up in Britain's poor neighbourhoods**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- MACDONALD, R.; SHILDRICK, T.; WEBSTER, C.; SIMPSON, D. Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the extended transitions of 'socially excluded' young adults. **Sociology**, v. 39, n. 5, p. 873-891, 2005.
- MACIEL, C. A. B. O habitus precário e as danças da subcidadania. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MACLEAN M.; HARVEY, C.; CHIA, R. Reflexive practice and the making of elite business careers. **Management Learning**, v. 43, n. 4, p. 385-404, 2012.
- MACLEAN, M., HARVEY, C., KLING, G. Pathways to power: Class, hyperagency and the French corporate elite. **Organization Studies**, v. 35, n.6, p. 825-855, 2014. MACLEAN, M., HARVEY, C., KLING, G. Elite business networks and the field of power: a matter of class? **Theory, Culture & Society**, v. 34, n. 5-6, p. 127-151, 2017. MADRICK, J. The deliberate low-wage, high-insecurity economic model. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 321-330, 2012.
- MALSCH, B.; GENDRON, Y. Re-theorizing change: institutional experimentation and the struggle for domination in the field of public accounting. **Journal of Management Studies**, v. 50, n. 5, p. 870-899, 2013.

- MAINEMELIS, C.; NOLAN, S. M.; TSIROGIANNI, S. Surviving a boundaryless creative career: the case of the Oscar-nominated film director, 1967-2014. **Journal of Management Inquiry**, p. 1-24, 2015.
- MAINIERO, L. A.; SULLIVAN, S. E. Kaleidoscope careers: an alternative explanation for the "opt-out" revolution. **Academy of Management Review**, v. 19, n. 1, p. 106-123, 2005.
- MARGOTO, J. B.; BEHR, R. R.; PAULA, A. P. P. Eu me demito! Evidências da racionalidade substantiva nas decisões de desligamento em organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 52, art. 7, p. 115-135, 2010.
- MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- MATTOS, P. A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MATTOS, P. O reconhecimento social e sua refundação filosófica em Charles Taylor. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MAYRHOFER, W.; MEYER, M.; STEYRER, J. Contextual issues in the study of careers. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 215-240 p.
- MAYRHOFER, W.; SCHNEIDHOFER, T. M. The lay of the land: European career research and its future. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, v. 82, n. 4, p. 721-737, 2009.
- MCDONALD, P.; PINI, B.; BAILEY, J.; PRICE, R. Young people's aspirations for education, work, family and leisure. **Work, employment and society**, v. 25, n. 1, p. 68-84, 2011.
- MCMAHON, M.; ARTHUR, N.; COLLINS, S. Social justice and career development: looking back, looking forward. **Australian Journal of Career Development**, v. 17, n. 21, p. 21-29, 2008.
- MEAD, G. H. **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- MENDES, L.; ICHIKAWA, E. Y. O desenvolvimento tecnológico e o pequeno produtor rural: construção, desconstrução ou manutenção da sua identidade? **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, p. 166-183, 2010.
- MILES, R. E.; SNOW, C. C. Twenty-first century careers. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 97-115 p.
- MILLS, C. W. **White collar: the American middle classes**. New York: Oxford University Press, 1951.
- MIRVIS, P. H.; HALL, D. T. Psychological success and the boundaryless career. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 237-255 p.
- MONTEIRO da COSTA, A. **Habitus em transformação: retrato sociológico de uma lavadeira da periferia de Natal**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2012.
- MOORE, C.; GUNZ, H.; HALL, D. T. Tracing the historical roots of career theory in management and organization studies. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 13-38 p.

- MORIN, Estelle. Os sentidos do trabalho. **RAE**, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001.
- MOUZELIS, N. P. Habitus and reflexivity: restructuring Bourdieu's theory of practice. In: MOUZELIS, N. P. **Modern and postmodern social theorizing: bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 131-141 p.
- MOW International Research Team. **The meaning of working**. London: Academy Press, 1987.
- MUSIAL, N. A conceptual framework for boundaryless careers and their management in creative industries: the creative freedom/control paradox. **Journal of Innovative Economics & Management**, v. 18, n. 3, p. 99-118, 2015.
- MUTCH, A.; DELBRIDGE, R.; VENTRESCA, M. Situating organizational action: the relational sociology of organizations. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 607-625, 2006.
- NETO, J. B. Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre a abordagem biográfica, instrumento da pesquisa educacional e da formação: contribuições da escola de Chicago e do interacionismo simbólico. In: XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, Maceió, 2007. **Anais ...**, Maceió, 2007.
- NOGUEIRA, C. M. M. Bernard Lahire: contribuições e limites de uma sociologia na escala individual. In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. 49-69 p.
- NOONAN, A. E.; HALL, G.; BLUSTEIN, D. L. Urban adolescents' experience of social class in relationships at work. **Journal of Vocational Behavior**, v. 70, p. 542-560, 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Decent work. International Labor Conference, 87th session. Genebra: 1999. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/10ilc/ilc87/reports.htm>>. Acessado em: 17 mar. 2017.
- OLIVEIRA, M. K. Vigostky e o processo de formação do conceito. In: LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vigotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: SUMMUS, 1992, 23-32 p.
- OLIVEIRA, S. R.; FRAGA, A. M. Tempo, contexto, agência e sentido: retomando classe social para a discussão de carreira. In: VI Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Curitiba, 2017. **Anais ...**, 2017.
- OLTRAMARI, A. P.; FRIDERICH, B. P.; GRZYBOVSKI, D. Carreira, família e a dialógica do assujeitamento: o discurso vigente em uma revista popular de negócios. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, n. 1, p. 112-112, 2014.
- OLTRAMARI, A. P.; GRISCI, C. L. I. Carreira e família na sociedade líquido-moderna. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 1, p. 15-48, 2014.
- O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. Critical realism as an empirical project: a beginner's guide. In: EDWARDS, P. K.; O'MAHONEY J.; VINCENT, S. (Eds.). **Studying organizations using critical realism: a practical guide**. United Kingdom: Oxford University Press, 2014. 1-20 p.
- OKAY-SOMERVILLE, B.; SCHOLARIOS, D. Coping with career boundaries and boundary-crossing in the graduate labour market. **Career Development International**, v. 19, n. 6, p. 668-682, 2014.
- OSTERMAN, P.; BURTON, M. D. Ports and ladders: the nature and relevance of internal labor markets in a changing world. In: ACKROYD, S.; BATT, R.; THOMPSON, P.; TOLBERT, P. S. (Eds.). **The Oxford Handbook of Work & Organization**. New York: Oxford University Press, 2010. 425-445 p.

- ÖZBILGIN, M.; TATLI, A. Mapping out the field of equality and diversity: rise of individualism and voluntarism. **Human Relations**, v. 64, n. 9, p. 1229-1253, 2011.
- PADILHA, V. Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers no Brasil e no Canadá. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 329-346, 2014.
- PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.
- PANG, M. Boundaryless careers? The (in-)voluntary (re-)actions of some chinese in Hong Kong and Britain. **International Journal of Human Resource Management**, v. 14, n. 5, 2003.
- PARKER, P.; KHAPOVA, S. N.; ARTHUR, M. B. The intelligent career framework as a basis for interdisciplinary inquiry. **Journal of Vocational Behavior**, v. 75, n. 3, p. 291-302, 2009.
- PARSONS, F. **Choosing a vocation**. Boston: Houghton, 1909.
- PARSONS, T. The professions and social structure. **Social Forces**, v. 17, n. 4, p. 457-467, 1939.
- PEIPERL M.; ARTHUR, M. B. Topics for conversation: career themes old and new. In: PEIPERL M.; ARTHUR M. B.; GOFFEE, R.; MORRIS, T. (Eds.). **Career frontiers: new conceptions of working lives**. Oxford University Press, 2000. 1-19 p.
- PEIPERL M.; BARUCH, Y. The post-corporate career. **Organizational Dynamics**, p. 7-22, v. 25, n.4, 1997.
- PEIPERL M.; GUNZ, H. Taxonomy of career studies. In: GUNZ, P.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2000. 13-38 p.
- PERRI 6. **Escaping poverty: from safety nets to networks of opportunity**. London: Demos, 1997. PERROW, C. The bounded career and the demise of the civil society. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 297-312 p.
- PETERS, G. De volta à Argélia: a encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo Social**, v. 29, n. 1, 2017.
- PICCININI, V.; OLIVEIRA, S. R.; RUBENICH, N. V. Formal, flexível ou informal? In: PICCININI, V. et al. **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 93-118 p.
- PEIRCE, C. S. **Collected papers**. v. 2. Elements of Logic. Cambridge: Harvard University Press. 1960. PIORE, M. J. Fragments of a sociological theory of wages. **The American Economic Review**, v. 63, n. 2, 1973.
- POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POCHMANN, M. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PONTES, T. P. "Crescer na vida": **trajetórias de micromobilidade nos meios populares**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), Rio de Janeiro, RJ, 2015.
- PRASAD, P.; D'ABATE, C.; PRASAD, A. Organizational challenges at the periphery: career issues for the socially marginalized. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 169-187 p.

- PRINGLE, J. K.; MALLON, M. Challenges for the boundaryless career odyssey. **International Journal of Human Resource Management**, v. 14, n. 5, p. 839–853, 2003.
- PUTNAM, D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, 1995.
- QUINLAN, M.; MAYHEW, C.; BOHLE, P. The global expansion of precarious employment, work disorganization and occupational health: a review of recente research. **International Journal of Health Services**, v. 31, n. 2, p. 335-414, 2001.
- QUINLAN, M. The effects of non-standard forms of employment on workers health and safety. Conditions of work and employment, n. 67, ILO. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443266.pdf >. Acesso em: 30 mar. 2017.
- RABELO, L. B. C.; BARROS, V. A.; CUNHA, D. M. Uma viagem de trem: a atividade de trabalho dos inspetores ferroviários em diálogo com a ergologia. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, p. 233-246, 2014.
- RAIDER, H. J., BURT, R. S. Boundaryless career and social capital. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 187-200 p.
- RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. **Cad. EBAPE. BR**, v. 11, n. 1, p. 104-127, 2013.
- REAY, D. Feminist theory, habitus and social class: disrupting notions of classlessness. **Women's Studies International Forum**, v. 20, n. 2, p. 225-233, 1997.
- REAY, D. Finding or losing yourself?: working class relationships to education. **Journal of Educational Policy**, v. 16, n. 4, p. 333-346, 2001.
- REAY, D. Class, authenticity and the transition to higher education for mature students. **The Editorial Board of The Sociological Review**, 2002.
- REAY, D. 'Mostly roughs and toughs': social class, race and representation in inner city schooling. **Sociology**, v. 38, n. 5, p. 1005-1023, 2004a.
- REAY, D. Gendering Bourdieu's concepts of capitals? Emotional capital, women and social class. **The Editorial Board of the Sociological Review**, 2004b.
- REAY, D. Habitus and the psychosocial: Bourdieu with feelings. **Cambridge Journal of Education**, v. 45, n. 1, p. 9-23, 2015.
- REAY, D.; BALL, S. J.; DAVID, M.; DAVIES, J. Choices of degree or degrees of choice? Social class, race and the higher education choice process. **Sociology**, v. 35, n. 4, p. 855–74, 2001.
- REAY, D.; CROZIER, G.; CLAYTON, J. 'Strangers in paradise'? Working-class students in elite universities. **Sociology**, v. 43, n. 6, p. 1103-1121, 2009.
- REICH, R. B. **Supercapitalism: the transformation of business, democracy and everyday life**. New York: Alfred A. Knopf, 2007.
- REICH, M.; GORDON, D. M.; EDWARDS, R. C. Dual labor markets: a theory of labor market segmentation. University of Nebraska. **Economics Department Faculty Publications**, 1973.
- RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. **Sociologias**, ano 16, n. 37, p. 178-217, 2014.

- RIBEIRO, M. A.; UVALDO, M. C. C. Frank Parsons: trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2007.
- RICOEUR, P. Narrative and time. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 1, p. 169-190, 1980.
- ROBERTS, K. The developmental theory of occupational choice: a critique and an alternative. In: ESLAND, G.; SALAMAN, G.; SPEAKMAN, M. (Eds.). **People and work**. Edinburgh: Holmes McDougall, 1975.
- ROBINSON, S. K.; KERR, R. The symbolic violence of leadership: a critical hermeneutic study of leadership and succession in a British organization in the post-Soviet context. **Human Relations**, v. 62, n. 6, p. 875-903, 2009.
- ROBINSON, S. L.; KRAATZ, M. S.; ROUSSEAU, D. M. Changing obligations and the psychological contract: a longitudinal study. **Academy of Management Journal**, v. 37, n. 1, p. 137-152, 1994.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C. Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2, p. 44-75, 2012.
- ROPER, J.; GANESH, S.; INKSON, K. Neoliberalism and knowledge interests in boundaryless careers discourse. **Work, employment and society**, v. 24, n. 4, p. 661-679, 2010.
- ROSE, N. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge: University Press, 1990.
- ROSEMBAUM, J. E. Tournament mobility: career patterns in a corporation. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 220-241, 1979.
- ROSS-SMITH, A.; HUPPATZ, K. Management, women and gender capital. **Gender, Work and Organization**, v. 17, n. 5, p. 548-566, 2010.
- ROUSSEAU, D. M. Psychological and implied contracts in organizations. **Employee Responsibilities and Rights Journal**, v. 2, p. 121-139, 1989.
- ROSSO, B. D.; DEKAS, K. H.; WRZENIEWSKI, A. On the meaning of work: a theoretical integration and review. **Research in Organizational Behavior**, n. 30, p. 91-127, 2010.
- RYAN, S.; HEROD, A. Restructuring the architecture of state regulation in the Australian and Aotearoa/New Zealand cleaning industries and the growth of precarious employment. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. 60-80 p.
- SAAVEDRA, G. A. A Teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007. 95-111 p.
- SANTOS, A. C. B. D.; OLIVEIRA, J. A. Concepções de administração e administrador em tempos de capitalismo flexível: uma abordagem crítica. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 1, p. 52-52, 2015.
- SANTOS, P. H. F.; BARROS, V. A. A condição de servente na construção civil. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, p. 243-264, 2011.
- SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **RAP**, v. 45, n. 4, p. 941-64, 2011.
- SAVAGE, M.; BAGNALL, G.; LONGHURST, B. Ordinary, ambivalente and defensive: class identities in the Northwest of England. **Sociology**, v. 35, n. 4, p. 875-892, 2001.
- SAVAGE, M. A new class paradigm? **British Journal of the Sociology of Education**, v. 24, n. 4, p. 535-541, 2003.
- SAVAGE, M.; WARDE, A.; DEVINE, F. Capital, assets, and resources: some critical issues? **The British Journal of Sociology**, v. 56, n. 1, p. 31-47, 2005.

- SAVAGE, M.; DEVINE, F.; CUNNINGHAM, N.; TAYLOR, M.; YAOJUN, L.; HJELLBREKKE, J.; LE ROUX, B.; FRIEDMAN, S.; MILES, A. A new model of social class? Findings from the BBC's Great British class survey experiment. **Sociology**, v. 47, n. 2, p. 219-250, 2013.
- SAVICKAS, M. L. Career adaptability: an integrative construct for life-span, life-space theory. **Career Development Quarterly**, v. 45, p. 247-259, 1997.
- SAVICKAS, M. L. A developmental perspective on vocational behavior: career patterns, salience and themes. **International Journal for Educational and Vocational Guidance**, v. 1, n. 49, p. 49-57, 2001.
- SAVICKAS, M. L. Occupational choice. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 13-38 p.
- SAVICKAS, M. L. Constructing careers: actors, agents and authors. **The Counselling Psychologist**. The 2011 Leona Tyler Award Address, p. 1-15, 2012.
- SAXENIAN, A. Beyond boundaries: open labor markets and learning in silicon valley. In: ARTHUR, M. B., ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 3-20 p.
- SAYER, A. Foreword: why critical realism? In: FLEETWOOD, S.; ACKROYD, S. (Eds.). **Critical realist applications in organization and management studies**. London: Routledge, 2004. 6-20 p.
- SAYER, A. **The moral significance of class**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.
- SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Rev. Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 387-407, 2012.
- SCHEIN, E. H. **Career dynamics: matching individual and organizational needs**. Reading: MA: Addison-Wesley, 1978.
- SCHEIN, E. H. **Identidade profissional: como ajustar suas inclinações a suas opções de trabalho**. São Paulo: Nobel, 1996.
- SCHEIN, E. H. Career research: Some issues and dilemmas. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 573-576 p.
- SCHERGER, S.; SAVAGE, M. Cultural transmission, educational attainment and social mobility. **Sociological Review**, v. 58, n. 3, p. 406-428, 2010.
- SCHNEIDHOFER, T.; LATZKE, M.; MAYRHOFER, W. Careers as sites of power: a relational understanding of careers based on Bourdieu's cornerstones. In: TATLI, A.; ÖZBILGIN, M.; KARATAS-ÖZKAN, M. **Pierre Bourdieu, organisation, and management**, 2015. 19-36 p.
- SCHOON, I.; PETER, M.; ROSS, A. Career transitions in times of social change: his and her story. **Journal of Vocational Behavior**, v. 70, p. 78-96, 2007
- SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency in urban areas**. Chicago, IL: University of Chicago, 1931.
- SHILDRICK, T. A. Street corner society: leisure careers, youth (sub)culture and social exclusion. **Leisure Studies**, v. 26, n. 3, p. 339-355.
- SIEBERS, L. Q.; KAMOCHE, K.; LI, F. Transferring management practices to China: a bourdieusian critique of ethnocentricity. **The International Journal of Human Resource Management**, v. 26, n. 5, p. 551-573, 2015.
- SIEWEKE, J. Pierre Bourdieu in management and organizations: a systematic literature review. **Scandinavian Journal of Management**, v. 30, n. 4, p. 532-543, 2014.

- SILVA, M. S.; BARROS, V. A. Saberes sobre o trabalho: experiência e história nos canaviais. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, p. 440-448, 2014.
- SIMPSON, J. A.; WEINER, E. S. C. **The Oxford English Dictionary**. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- SIQUEIRA, C. E. O Projeto de Lei no 4.302: terceirização *quae sera tamen*. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 5, 2017.
- SKEGGS, B.; LOVEDAY, V. Struggles for value: value, practices, injustice, judgement, affect and the idea of class. **The British Journal of Sociology**, v. 63, n. 3, p. 472-490, 2012.
- SMITH, C.; ELGER, T. Critical realism and interviewing subjects. In: O'MAHONEY, J.; VINCENT, S. (Eds.). **Studying organizations using critical realism: a practical guide**. United Kingdom: Oxford University Press, 2014. 109-13 p.
- SONNENFELD, J. A., KOTTER, J. P. The maturation of career theory. **Human Relations**, v. 35, n. 1, p. 19-46, 1982.
- SOUZA, F. A. S.; LEMOS, A. H. C. Terceirização e resistência no Brasil: o Projeto de Lei n. 4.330/04 e a ação dos atores coletivos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 1035-1053, 2016.
- SOUZA, F. A. S.; LEMOS, A. H. C.; SILVA, M. C. Utopia ou distopia? Carreiras sem Fronteiras e o novo espírito do capitalismo. In: XLII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 2017, São Paulo. **Anais ...**, 2017.
- SOUZA, J. **A Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. UnB, 2000a.
- SOUZA, J. Uma teoria crítica do reconhecimento. **Lua Nova**, n. 50, 2000b.
- SOUZA, J. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, n. 59, 2003.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012a.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012b.
- SOUZA, E. M.; PEREIRA, S. J. N. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 76-105, 2013.
- SPARHAM, E.; SUNG, J. High performance work practices: work intensification or ‘win-win’? **Centre for Labour Market Studies**. Working Paper 50. Leicester: University of Leicester, 2007.
- SPENCE, C.; CARTER, C. An exploration of the professional habitus in the big 4 accounting firms. **Work, employment and society**, v. 28, n. 6, p. 946-962, 2014.
- SRINIVAS, N. Could a subaltern manage? Identity work and habitus in a colonial workplace. **Organization**, v. 34, n. 11, p. 1655-1674, 2013.
- STAFF, J.; MORTIMER, J. T. Social class background and the school-to-work transition. **New Directions for Child and Adolescent Development**, v. 119, p. 55-69, 2008.
- STEVENS, A. H. The more things change, the more they stay the same: trends in long term employment in the United States. **National Bureau of Economic Research**. Working Paper No. 11878, 2005.

- SULLIVAN, S. E. The changing nature of the careers: a review and research agenda. **Journal of Management**, v. 25, p. 457-484, 1999.
- SULLIVAN, S. E.; ARTHUR, M. The evolution of the boundaryless career concept: examining physical and psychological mobility. **Journal of Vocational Behavior**, v. 69, p. 19-29, 2006.
- SULLIVAN, S. E.; BARUCH, Y. Advances in career theory and research: a critical review and agenda for future exploration. **Journal of Management**, v. 35, n. 6, p. 1542-1571, 2009.
- SULLIVAN, S. E.; CROCITTO, M. The developmental theories: a critical examination of their continuing impact on career research. In: GUNZ, H.; PEIPERL, M. (Eds.). **Handbook of career studies**. California: Sage Publications, 2007. 283-309 p.
- SUPER, D. E. **The psychology of careers**. New York: Harper & Row, 1957.
- SUPER, D. E. Toward a comprehensive theory of career development. In: MONTROSS, D. H.; SHINKMAN, C. J. (Eds.). **Career development: theory and practice**. Springfield, Illinois: Charles Thomas, 1992.
- SWARTZ, D. L. The sociology of habit: the perspective of Pierre Bourdieu. **The Occupational Therapy Journal of Research**, v. 22, supplement, 2002.
- SWARTZ, D. L. Bringing Bourdieu's mater concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, p. 45-52, 2008.
- TAMS, S.; ARTHUR, M. B. New directions for boundaryless careers: agency and interdependence in changing world. **Journal of Organizational Behavior**, v. 31, p. 629-646, 2010.
- TATLI, A. A multi-layered exploration of the diversity management field: diversity, discourses, practices, practitioners in the UK. **British Journal of Management**, v. 22, p. 238-253, 2011.
- TAYLOR, C. O que é agência humana? In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.
- TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- TAYLOR, F. W. **Os princípios da administração científica**. São Paulo: Atlas, 1995.
- TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P.; MAFRA, F. L. N. "A bichinha é safadinha": o imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: XXXIX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 2014, Gramado. **Anais ...**, 2014.
- TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 161-178, 2015.
- THOMAS, R. J. Blue-collar careers: meaning and choice in a world of constraints. In: ARTHUR, M. B.; HALL, D. T.; LAWRENCE, B. S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1989. 354-379 p.
- THOMAS, W. I; ZNANIECKI, F. **The polish peasant in Europe and America**: monograph of an immigrant group. Primary-group organization. Chicago/Boston: The University of Chicago Press/Badger. v.1. 1918; Primary-group organization. Chicago/Boston: The University of Chicago Press/Badger. v.2. 1918; Life record of an immigrant. Boston: Badger. v3. 1919; Disorganization and reorganization in Poland. Boston: Badger. v.4. 1920; Organization and disorganization in America. Boston: Badger. v.5. 1920.

- TJANDRANINGSIH, I. State-sponsored precarious work in Indonesia. **American Behavioral Science**, v. 57, n. 4, p. 403-419, 2012.
- TOLBERT, P. Occupations, organizations, and boundaryless careers. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 331-349 p.
- TOMIC, P.; TRUMPER, R.; DATTWYLER, R. H. Manufacturing modernity: cleaning, dirt and neoliberalismo in Chile. In: AGUIAR, L. L. M.; HEROD, A. (Eds.). **The dirty work of neoliberalism**. Malden: Blackwell Publishing, 2006. 81-101 p.
- TONON, L.; GRISCI, C. L. I. Gestão gerencialista e estilos de vida de executivo. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 1, p. 15-39, 2015.
- TREMBLAY, D. G. New types of careers in the knowledge economy? Networks and boundaryless jobs as a career strategy in the ICT and multimedia sector. **Communications & Strategies**, n. 49, p. 81-105.
- VAILLANT, G. E. **Adaptation to life**. Boston: Little, Brown, 1977.
- VALLAS, S.; PRENNER, C. Dualism, job polarization, and the social construction of precarious work. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, p. 331-353, 2012.
- VAN BURREN III, H. Boundaryless careers and employability obligations. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, n. 2, p. 131-149, 2003.
- VAN DER HEIJDEN, B. I. J. M.; DE VOS, A. Sustainable careers: introductory chapter. In: DE VOS, A.; VAN DER HEIJDEN, B. I. J. M. **Handbook of research on sustainable careers**. Glos, UK. Edward Elgar, 2015. 1-19 p.
- VAN MAANEN, J.. **Organizational careers: some new perspectives**. New York: John Wiley & Sons, 1977.
- VAN MAANEN, J. The promise of career studies. In: VAN MAANEN, J. (Ed.). **Organizational careers: some new perspectives**. London: Willey. 1-12 p.
- VAN MAANEN, J.; SCHEIN, E. H. Career development. In: HACKMAN, J. R.; SUTTLE, J. L. (Eds.). **Improving life at work**. Santa Monica, CA: Goodyear Publishing, 1977. 30-95 p.
- VANDENBERGHE, F. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, 1999.
- VANDENBERGHE, F. Você sabe como quem está falando quando fala consigo mesmo? In: VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 257-272 p.
- VANDENBERGHE, F. Os pós-bourdieuianos: retratos de uma família disfuncional. In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016a. 27-38 p.
- VANDENBERGHE, F. A sociologia na escala individual: Margareth Archer e Bernard Lahire. In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016b. 95-126 p.
- VAUGHAN, D. Bourdieu and organizations: the empirical challenge. **Theory and Society**, v. 37, p. 65-81, 2008.
- VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- VÉRAN, J. F.; VANDENBERGHE, F. Novas Sociologias: um exercício de teoria comparativa. In: VANDEBERGHE, F.; VÉRAN, J. F. (Eds.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016. 9-26 p.
- VERGARA, S. C.; SILVA, D. B. D. S.; GOMES, A. P. C. Z. Olga: a semeadora de grãos e de responsabilidade social na história do grupo Nova América. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 31, p. 153-170, 2004.
- VORONOV, M.; DE CLERCQ, D.; HININGS, C. R. Conformity and distinctiveness in a global institutional framework: the legitimation of Ontario fine wine. **Journal of Management Studies**, v. 50, n. 4, 2013.
- WACQUANT, L. J. D. Toward a social praxeology: the structure and logic of Bourdieu's sociology. In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. London: The University of Chicago Press, 1992. 1-59 p.
- WACQUANT, L. J. D. Mapear o campo artístico. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 117-123, 2005.
- WACQUANT, L. J. D. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, p. 13-29, 2006.
- WACQUANT, L. J. D. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos**, v. 96, p. 87-103, 2013.
- WALTON, S.; MALLON, M. Redefining the boundaries? Making sense of career in contemporary New Zealand. **Asia Pacific Journal of Human Resources**, v. 42, n. 1, p. 75-95, 2004.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- WEICK, K. E. Enactment and the boundaryless career: organizing as we work. In: ARTHUR, M. B.; ROUSSEAU, D. (Eds.). **The boundaryless career: a new employment principle for a new organizational era**. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. 40-57 p.
- WEICK, K. E.; BERLINGER, L. R. Career improvisation in self-designing organizations. In: ARTHUR, M. B.; HALL, D. T.; Lawrence, B. S. (Eds.). **Handbook of career theory**. Cambridge, NY: Cambridge University Press, 1989. 313-328 p.
- WHYTE, W. H. **The organization man**. New York: Simon & Schuster, 1956.
- WILENSKI, H. L. The professionalization of everyone? **American Journal of Sociology**, v. 7, n. 2, p. 137-158, 1964.
- WORTHINGTON, R. L.; JUNTUNEN, C. L. The vocational development of non-college bound youth. **The Counselling Psychologist**, v. 25, p. 323-363, 1997.
- WRESNIEWSKI, A. Finding positive meaning in work. In: CAMERON, K. S.; DUTTON, J. E.; QUINN, R. E. (Eds.). **Positive organizational scholarship**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, Inc. 2003.
- YAMAK, S. et al. Gender as symbolic capital and violence: the case of corporate elites in Turkey. **Gender, Work and Organization**, v. 23, n. 2, 2016.
- YOUNG, R. A.; COLLIN, A. Introduction: framing the future of career. In: COLLIN, A.; YOUNG, R. A. (Eds.). **The future of career**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000. 1-17 p.
- YOUNG, R. A.; COLLIN, A. Introduction: Constructivism and social constructionism in the career field. **Journal of Vocational Behavior**, v. 64, p. 373-388, 2004.

ZEITZ, G.; BLAU, G.; FERTIG, J. Boundaryless careers and institutional resources. **International Journal of Human Resource Management**, v. 20, n. 2, p. 372-398, 2009.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. DADOS GERAIS

Nome/Nome fictício:

Data/horário:

Local da entrevista:

Sexo/gênero:

Cor:

Ano de nascimento:

Situação conjugal:

Número de filhos:

Ocupação (es) (atual ou última) e tempo na profissão:

Ocupação (es) paterna (atual ou última) e tempo na profissão:

Ocupação (es) materna (atual ou última) e tempo na profissão:

Renda individual e familiar (a ser fornecida posteriormente)

Nível de escolaridade:

Nível de escolaridade paterna:

Nível de escolaridade materna:

Religião (es):

Local de nascimento e criação infanto-juvenil (rural e/ou urbano):

Residência atual (rural/urbano):

II – SOCIOGÊNESE (principais matrizes socializadoras):

1. Origem social (família e comunidade vicinal):

- Principais influências (ênfase nas trajetórias profissional e educacional): (1) Pais, avós, tios e filhos; (2) Irmãos e primos; (3) Companheiros (as) anteriores e cônjuge atual; (4) Outros agentes importantes na socialização familiar e vicinal.
- Disposições psicossociais: foco em dicotomias disposicionais ((1) modos de aprendizagem: prático/escolar-pedagógico; (2) ascetismo X hedonismo [exemplo: aluno sério e concentrado X divertido e disperso; cultura do recolhimento X festiva; prática esportiva regular X ocasionais]; (3) disposições de planejamento X espontâneas; (4) relação estrita e tensa com regras ou normas [hipercorreção] X hipocorreção X rejeição; (5) disposições culturais legítimas X pouco legítimas; (6) estéticas X utilitárias; (7) atividade públicas e coletiva X individualista; (8) entrega de si mesmo e passividade X iniciativa ou liderança.
- Condições ‘materiais’ e recursos econômicos:
 - Descrição de possíveis dificuldades infanto-juvenis e atuais: habitação própria ou alugada (adensamento habitacional: moradores/ cômodos), alimentação, educação, saúde, possibilidades de lazer, forma de apreciação desta experiência (humilhação, indignação, conformação).
 - Rendimento pessoal e familiar atual
 - Auxílio oficial: (bolsa-família, cesta básica, pensão, previdência, seguro desemprego, etc.).

2. Trajetória social (esferas de sociabilidade)

- Participação em grupos/instituições: grupos amistosos, associações, igrejas (religiosidade), sindicatos, etc.;
- Religião: denominação religiosa, nível de envolvimento/centralidade da atividade religiosa;
- Esfera do não-trabalho: 1) O que você faz no seu tempo livre?

- Atividades relacionadas a lazer e diversão: bailes, praias, boates ou discotecas (quais), eventos e práticas esportivas (quais), eventos musicais ou shows (quais), outros;
- Passeios e visitas culturais: cinema (quais filmes), teatros (qual peça, local), concertos, museus (quais, o que viu), galerias de arte (quais, o que viu);
- Práticas diversas: esportes; leitura; outras;
- Trajetória habitacional: histórico de mudanças de domicílio (frequência, motivação, âmbito local, regional ou nacional), transição da casa dos pais para domicílio próprio (motivação, nível de suporte dos pais, nível de planejamento);
- ‘Capital social’: com quem pode contar para auxílios gerais (dinheiro, cuidar dos filhos, favores, etc.)? Através de exemplos.

3. Trajetória educacional

- Relato da trajetória escolar (estímulos, obstáculos, etc.).
 - Relação com o estudo: frequência às aulas, realização de deveres de casa, aprovações/recuperação e dependência/reprovações, notas (inclusive comparativo com o restante da classe).
 - Relação afetiva com o estudo: (i) feliz/infeliz; (ii) disciplina, concentração, facilidades, dificuldades e preferências; (iii) relacionamentos (com os alunos e com os professores);
 - Influência familiar: estímulos/desestímulos, disciplinarização e obrigação das atividades escolares, engajamento nas atividades estudantis, monitoramento da situação escolar.
 - Cursos extracurriculares: aulas de reforço, línguas, informática, técnicos e profissionalizantes, de capacitação profissional, etc..

4. Trajetória profissional

- Relato: Idade de inserção laboral, acúmulo de funções e ocupações; localização (proximidade da residência); experiências de desemprego, mobilidade

ocupacional (inter e intrageracional): 1) Fale-me das suas experiências de trabalho, desde a primeira até a atual.

- Influência familiar e vicinais: estímulos/desestímulos de familiares, do cônjuge e de outros significativos. 1) Quando você pensa em trabalho, quais as pessoas que lhe vêm à mente? Porque?
- Capital social: (forma de obtenção dos empregos: agências, indicações, contato direto). 1) Como você obteve o seu primeiro emprego? 2) Como se deram as transições profissionais (caso aplicável)?
- Descrição das ocupações (tipo de vínculo e regulação), investimentos em treinamento/aperfeiçoamento profissional. 1) Você pode me falar um pouco sobre cada um dos seus empregos, do primeiro ao atual?

Condições de trabalho:

- Objetivas: instalações no trabalho (vestiário, refeitório, banheiro etc.), material de trabalho (uniforme; material de limpeza; material de segurança), salário e benefícios; treinamento; segurança e estabilidade; etc.);
- Subjetivas: autonomia e controle; realização das suas capacidades e competências pessoais; trabalho desafiador; satisfação intrínseca etc.
- Intensidade do trabalho: desgastes e consequências físicas e psicológicas. 1) Como é a sua carga ou ritmo de trabalho?

Relações (com e no) trabalho:

- Relação pessoal : satisfação pessoal, disposições (disciplina, concentração, etc.).
- Relacionamento interpessoal: com os colegas de trabalho, patrões e empregados. 1) Como é o relacionamento com os clientes?; 2) com os colegas de trabalho?; 3) com os supervisores ou encarregados?

Sentido do trabalho (moral-disciplinar; romântico-expressivo; instrumental; consumista; gerencialista).

- Hierarquização das esferas de atividade: família, trabalho, lazer, religião, outros.
- O que trabalhar significa para você?; 2) O que o trabalho específico como servente de limpeza significa para você?

Reflexividade profissional ou de carreira: investimentos em capacitação (cursos técnicos e profissionalizantes, etc.)

Trabalho doméstico

- **Relato das tarefas domésticas:** idade em que iniciou no trabalho doméstico; divisão sexual do trabalho; horas trabalhadas e dias da semana; balanceamento esferas do trabalho e não-trabalho: 1) Você pode me falar sobre o seu envolvimento com o trabalho doméstico?

III – PROJETOS

- **Familiares, matrimoniais e filiais:** Você pode me falar dos seus sonhos em relação à sua família e ao futuro dos seus filhos?
- **Profissionais:** 1) Você pode me falar sobre os seus sonhos/ projetos profissionais?; 2) O que tem feito para alcançá-los?
- **Escolares:** 1) Você tem algum projeto para continuar os seus estudos?; 2) O que tem feito para alcançá-lo?

IV -. OBSERVAÇÕES ETNOGRÁFICAS

- Descrição da situação social da entrevista / condição de produção dos ‘dados’ (forma de recepção, interpretação da situação pelo entrevistado, acompanhantes, tensão ou descontração, etc.);
- Descrição das condições ‘materiais’ de existência; tipo de habitação (casa, apartamento, casa de cômodos).